



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL**

REINALDO DOS SANTOS BARROSO JUNIOR

A MEMÓRIA DO CATIVEIRO E OS BRAÇOS DO TRABALHO

**Dicionários, escravidão, escravizados e suas ocupações ao final
do período colonial no Maranhão (1760-1822)**

São Luís
2025

Uema



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO PROFISSIONAL**

REINALDO DOS SANTOS BARROSO JUNIOR

**A MEMÓRIA DO CATIVEIRO E OS BRAÇOS DO TRABALHO:
Dicionários, escravidão, escravizados e suas ocupações ao final do período colonial no
Maranhão (1760-1822)**

**São Luís
2025**

REINALDO DOS SANTOS BARROSO JUNIOR

**A MEMÓRIA DO CATIVEIRO E OS BRAÇOS DO TRABALHO:
Dicionários, escravidão, escravizados e suas ocupações ao final do período colonial no
Maranhão (1760-1822)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História -
Doutorado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão,
como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em
História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Vinicius Freitas

Linha de Pesquisa: Memória e Saberes Escolares

São Luís

2025

Barroso Junior, Reinaldo dos Santos.

A memória do cativo e os braços do trabalho: dicionários, escravidão, escravizados e suas ocupações ao final do período colonial no Maranhão (1760-1822) / Reinaldo dos Santos Barroso Junior. – São Luís, 2025.

258 f. : il.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Vinicius Freitas.

1. Ensino de história. 2. Escravidão. 2. Escravizados. 3. Dicionário. 4. Trabalho. 5. Memória. 6. Saberes históricos. I. Título.


CDU 93/94:326(812.1).03

REINALDO DOS SANTOS BARROSO JUNIOR


**A MEMÓRIA DO CATIVEIRO E OS BRAÇOS DO TRABALHO:
Dicionários, escravidão, escravizados e suas ocupações ao final do período colonial no Maranhão (1760-1822)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História -
Doutorado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como
requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS VINICIUS DE FREITAS REIS**
Data: 17/10/2025 14:08:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Vinicius Freitas (orientador)
(PPGHIST/UEMA)


Documento assinado digitalmente
 **JEFERSON DOS SANTOS MENDES**
Data: 17/10/2025 17:48:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jeferson dos Santos Mendes (Examinador Externo)
(PPGHIST/UNIFAP)


Stephen C Lubkemann

Stephen C
Lubkemann  Digitally signed by
Stephen C Lubkemann
Date: 2025.11.03
17:23:13 -05'00'

Prof. Dr. Stephen C. Lubkemann (Examinador Externo)
(Diaspora Research Program/GWU)

Documento assinado digitalmente
 **TATIANA RAQUEL REIS SILVA**
Data: 17/10/2025 16:33:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Tatiana Raquel Reis Silva (Examinadora Interna)
(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente
 **YURI MICHAEL PEREIRA COSTA**
Data: 17/10/2025 18:37:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Dr.^o Yuri Michel Pereira Costa (Examinador Interno)
(PPGHIST/UEMA)

Para Amélie e Isis (*in memoriam*), os anjos que Deus me deu, e para todos os herdeiros de nosso passado glorioso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão e à Universidade Estadual do Piauí por apoiarem este trabalho, ao concederem afastamento de minhas atividades laborais regulares.

Agradeço aos colegas do departamento de história da Universidade Estadual do Maranhão, também compreensíveis no processo de liberação para este trabalho, especialmente aos professores Eloy Abreu, Alcebiades Costa Filho, Jakson dos Santos Ribeiro e Benilton Torres.

Agradeço aos colegas do colegiado de História da Universidade Estadual do Piauí, também compreensíveis no processo de liberação para este doutoramento, especialmente aos colegas Felipe Cunha, Edmundo Ximenes e Vanessa Negreiros.

Agradeço ao meu orientador Marcos Freitas pela orientação e colaboração na construção deste trabalho.

Agradeço aos docentes e colegas da turma de 2021 do PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão, ao propiciarem um espaço fortuito para a gestação deste trabalho.

Agradeço ao apoio dos amigos do NEAFRICA, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global, especialmente ao amigo e professor Antônio Evaldo Almeida Barros.

Agradeço às parcerias que ajudaram a compor parte do banco de dados sobre escravidão usado neste trabalho, vital para abrir caminho na organização e tabulação dos dados usados nesta pesquisa, a saber, a FAPEMA, Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão, ao projeto transacional Slave Wreck, na figura do professor Steve Lubelkman, ao Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, especialmente na figura do diretor e coordenador geral, Christofferson Mello, aos bolsistas e pesquisadores do NEAFRICA engajados no projeto, especialmente a Thalita Souza e Esmeralda Lima e a professora da Antonia Mota, professora da UFMA, Universidade Federal do Maranhão.

Agradeço à Kecianny Araújo Santos, amada companheira, amiga e suporte, historiadora que muito me ajudou nos últimos momentos deste doutorado. Suas leituras ocasionais, ponderações e questionamentos ajudaram na construção desta obra. Além disso, colaborou na produção das imagens e na diagramação do produto educacional alcançado ao fim deste percurso.

Agradeço à Residência Pedagógica, programa de iniciação docente do governo federal em funcionamento na Universidade Estadual do Maranhão, ciclo 2022-2024, através do qual pude desenvolver parte da pesquisa em escolas da educação básica de Caxias, especialmente à Naiara Nascimento, Daniely Sanny, Laiane Caroline, Samia Raiany, Livia Suellen e Mariane Costa.

Agradeço às escolas campo, onde apliquei parte desta pesquisa, especialmente nas figuras dos professores Valdônio Lopes e Cícero Veloso

Agradeço à Marcelle Maciel, ex-mulher e amiga, parceira na criação de nossa filha e sempre respeitosa em compreender a necessidade de escrita dessa tese e construção deste produto.

Agradeço ao apoio familiar de minha mãe, Maria das Graças Martins Ferreira, e minha prima e irmã, Dailiene Costa Martins, por sempre estarem dispostas à qualquer auxílio em abrir tempo para a escrita e criação de minha filha.

Agradeço, com muito afeto, à minha filha, Amelie Maciel da Silva Barroso, sempre maravilhosa e compreensiva, quando pedia silêncio, quietude ou respeito no meu processo produtivo, sentava ao meu lado, quieta, ou ficava em vigília como auxílio ao meu pedido.

A memória da escravidão é central para desafiar a revolução revisionista que incluiu, como já discutido, uma visão nostálgica da vida durante a escravidão bem como um ataque à reconstrução. Tornar essa memória coletiva é central ao processo de trauma cultural, um processo em que a memória coletiva será formativa da identidade coletiva, como vítimas e perpetradores reconhecíveis são nomeados e identificados, marcando um grupo de membros contra aqueles do lado de fora.

Ron Eyerman – Cultural Trauma, p. 70

Pobres são vocês que não podem passar um dia sem trabalhar. Pobres são vocês que são escravos do sistema colonialista. Porque trabalhar é castigo, está lá na Bíblia. Eu sou é vagabundo, eu gosto é de vadiar.

Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), líder quilombola piauiense

Eles descem dos guetos logo cedo/ Se concentram nas praças e ruas do centro / Lavando, vigiando carros / Vendendo jornais / Construindo prédios, obras / Cuidando de casas e quintais / São menores, maiores brasileiros / São os dreads verdadeiros do Maranhão

Regueiros Guerreiro – Tribo de Jahahh

RESUMO

Este trabalho pretende refletir sobre a Memória do Cativo que enfoca a dor, a violência e a subordinação dos cativos negros, memória usual sobre a escravidão mantida pela educação nacional e lembrada em diferentes momentos. A partir da compreensão desta memória idealizamos um material didático-pedagógico intitulado *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados*. Primeiramente, compreenderemos a “escravidão” à luz do conhecimento hegemônico ocidental veiculado em dicionários e outras publicações de referência e consulta, em seguida, apresentamos a escravidão, especialmente a partir da experiência dos escravizados nas formas de exploração que sofriam, nas ocupações e ofícios que exerciam no Maranhão entre os anos de 1760 e 1820 presentes em documentos manuscritos inventariais, como ponto de reflexão sobre a escravidão na sociedade brasileira. O Maranhão, especialmente as unidades produtivas junto ao Rio Itapecuru, foi uma das principais localidades da América Portuguesa, onde se constituiu a escravidão como modelo de exploração em larga escala para o comércio atlântico controlado pelos impérios ultramarinos europeus. Isso gera uma escravidão, estudada nos bancos escolares pela disciplina de História, que ignora a experiência dos escravizados na escravidão e os descreve superficialmente através de uma memória traumática que se mantém e se repete de diferentes maneiras, justificando a subordinação de um grupo classificado por características étnico-raciais, descendentes dos cativos negros explorados na escravidão colonial. Diante de tal contexto, pretendemos apresentar o cenário da escravidão moderna no Maranhão, caracterizando o funcionamento desta escravização, destacando as ocupações de escravizados e ressaltando seu impacto na construção e na conquista do mundo colonial, através de um material didático que enfoque o escravizado como sujeito com base nas atividades laborais que exerce e o conhecimento que possui e aplica em suas atividades. O dicionário acima citado foi usado e aplicado aos professores da educação básica das cidades de Itapecuru-Mirim e Caxias, no Maranhão, percebendo as reminiscências da escravidão e da memória do cativo no exercício de nossa educação formal, mas pode ser, ainda, um material importante e componente de uma práxis que promova um reconhecimento histórico dos negros. Trata-se, portanto, de revisar e refletir sobre a escravidão, usando uma perspectiva decolonial e antirracista que enfoque a existência dos negros de ascendência africana na construção da história.

Palavras-chaves: Escravidão. Escravizados. Dicionário. Trabalho. Memória. Saberes Históricos.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the Memory of Captivity, which focuses on the pain, violence, and subordination of Black captives. This is a common memory of slavery maintained in national education and recalled at different times. Based on this understanding of this memory, we created a didactic-pedagogical resource entitled "Illustrated Dictionary of the Occupations and Trades of Enslaved People." First, we will understand "slavery" in light of hegemonic Western knowledge conveyed in dictionaries and other reference and reference publications. Then, we will present slavery, particularly from the perspective of enslaved people's experiences of the forms of exploitation they suffered, and the occupations and trades they held in Maranhão between 1760 and 1820, as recorded in manuscript inventory documents. This serves as a point of reflection on slavery in Brazilian society. Maranhão, especially the production units along the Itapecuru River, was one of the main locations in Portuguese America where slavery was established as a model of large-scale exploitation for the Atlantic trade controlled by European overseas empires. This creates a form of slavery, studied in school history, which ignores the experience of enslaved people in slavery and describes them superficially through a traumatic memory that persists and repeats itself in various ways, justifying the subordination of a group classified by ethnic-racial characteristics, descendants of Black captives exploited in colonial slavery. Given this context, we intend to present the scenario of modern slavery in Maranhão, characterizing how this enslavement functioned, highlighting the occupations of enslaved people, and emphasizing its impact on the construction and conquest of the colonial world. This teaching material focuses on the enslaved person as a subject based on the labor activities they perform and the knowledge they possess and apply to their activities. The aforementioned dictionary was used and applied to elementary school teachers in the cities of Itapecuru-Mirim and Caxias, in Maranhão, who noted the reminiscences of slavery and the memory of captivity in our formal education. However, it can also be an important resource and component of a practice that promotes historical recognition of Black people. Therefore, it is a matter of reviewing and reflecting on slavery, using a decolonial and anti-racist perspective that focuses on the existence of Black people of African descent in the construction of history.

Keywords: Slavery. Enslaved people. Dictionaries. Work. History teaching.

RESUMÉ

Ce travail vise à réfléchir sur la mémoire de la captivité, centrée sur la douleur, la violence et la subordination des captifs noirs. Il s'agit d'une mémoire commune de l'esclavage, conservée dans l'éducation nationale et évoquée à différentes époques. À partir de cette compréhension, nous avons créé une ressource didactique et pédagogique intitulée « Dictionnaire illustré des métiers et professions des esclaves ». Nous commencerons par comprendre l'esclavage à la lumière des connaissances occidentales hégémoniques véhiculées par les dictionnaires et autres ouvrages de référence. Ensuite, nous présenterons l'esclavage, notamment du point de vue des expériences des esclaves, des formes d'exploitation qu'ils ont subies et des métiers et professions qu'ils ont exercés dans le Maranhão entre 1760 et 1820, telles qu'elles sont consignées dans les documents d'inventaire manuscrits. Ceci constitue un point de départ pour une réflexion sur l'esclavage dans la société brésilienne. Le Maranhão, et plus particulièrement les unités de production le long du fleuve Itapecuru, fut l'un des principaux lieux d'Amérique portugaise où l'esclavage s'est imposé comme modèle d'exploitation à grande échelle pour la traite transatlantique contrôlée par les empires européens d'outre-mer. Ceci a donné naissance à une forme d'esclavage, étudiée en histoire scolaire, qui ignore l'expérience des esclaves et les décrit superficiellement à travers une mémoire traumatique persistante et récurrente, justifiant la subordination d'un groupe classé selon des caractéristiques ethnico-raciales, les descendants de captifs noirs exploités dans l'esclavage colonial. Dans ce contexte, nous proposons de présenter le scénario de l'esclavage moderne au Maranhão, en caractérisant son fonctionnement, en mettant en lumière les métiers des esclaves et en soulignant son impact sur la construction et la conquête du monde colonial. Ce matériel pédagogique se concentre sur l'esclave en tant que sujet, en fonction des activités professionnelles qu'il exerce et des connaissances qu'il possède et applique à ses activités. Le dictionnaire mentionné ci-dessus a été utilisé et appliqué aux enseignants du primaire des villes d'Itapecuru-Mirim et de Caxias, dans le Maranhão, qui ont relevé les réminiscences de l'esclavage et la mémoire de la captivité dans notre éducation formelle. Cependant, il peut également constituer une ressource importante et un élément d'une pratique favorisant la reconnaissance historique des Noirs. Il s'agit donc de réexaminer et de réfléchir sur l'esclavage, dans une perspective décoloniale et antiraciste centrée sur l'existence des Noirs d'ascendance africaine dans la construction de l'histoire.

Mots-clés : Esclavage. Personnes réduites en esclavage. Dictionnaires. Travail. Enseignement de l'histoire.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Número de escravos empregados nas Unidades Produtivas da Ribeira do Itapecuru (1794-1824), conforme a historiadora Antonia Mota	105
Quadro 02: Localidades com planteis de escravizados, Baixo Itapecuru (1760-1822)	107
Quadro 03: Atividades e ocupações dos escravizados do Vale do Itapecuru.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Distribuição de escravizados por proprietários, Baixo Itapecuru (1760-1822) ...	111
Gráfico 02: Diferença por sexo entre os escravizados.....	115
Gráfico 03: “Saúde” dos escravizados do Baixo Itapecuru (1770-1820)	118
Gráfico 04: Quantidade de senhores quanto ao tamanho dos plantéis e a presença de ocupações no Baixo Itapecuru.....	140
Gráfico 05: Identificação raça/cor professores de Itapecuru-Mirim - MA.....	168
Gráfico 06: Identificação raça/cor professores de Caxias - MA.....	168
Gráfico 07: Ocupações apresentadas por docentes antes da leitura do dicionário.....	219
Gráfico 08: Ocupações apresentadas por docentes após a leitura do dicionário.....	220

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 Loja de Barbeiros, Debret.....	197
Ilustração 02 Barbeiros Ambulantes, Jean Baptiste Debret.....	197
Ilustração 03 Negra e Negra em uma plantação, Rugendas.....	198
Ilustração 04 Negro e Negra na Bahia, Rugendas.....	198
Ilustração 05 Feitor Castigando Escravos, Debret.....	199
Ilustração 06 Loja de sapataria, Debret.....	199
Ilustração 07 Costumes da Bahia, Rugendas.....	200
Ilustração 08 Derrubada de Matas, Rugendas.....	200
Ilustração 09 Matelots, Litografia, Rugendas.....	201
Ilustração 10 Deputada Renata Souza do Rio de Janeiro representada por uma IA.....	212
Ilustração 11 Primeira versão de pedreiro escravizado.....	213
Ilustração 12 Segunda versão de pedreiro escravizado.....	214
Ilustração 13 Versão de pedreiro escravizado após atualização.....	215
Ilustração 14 Versão final de pedreiro escravizado após atualização.....	216
Ilustração 15 Tentativa de representar a armadilha “Curral” usada na pesca.....	217

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
PARTE I – O TRABALHO BRAÇAL ESCRAVO NOS DICIONÁRIOS E SUA EXPERIÊNCIA NO MARANHÃO ATLÂNTICO.....	36
2. REFERÊNCIAS PARA A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO: dicionários, ocupação braçal, intelectuais e trauma cultural	37
2.1 Dicionários, escravidão e sociologia do conhecimento	38
2.2 Os institutos, a produção de dicionários e a escravidão no Maranhão	46
2.3 Um dicionário para Práxis Negra: o intelectual revolucionário.....	58
2.4 Escravidão, memória e trauma cultural.....	66
3. O MARANHÃO E O TRABALHO ESCRAVIZADO NEGRO NA ERA DAS REVOLUÇÕES: Mercado Atlântico e comunidades escravizadas no baixo Itapecuru maranhense (1760-1820)	82
3.1 A “Era das Revoluções” e o Maranhão: mercado de produção colonial e <i>jihads</i> africanas para o suprimento de escravizados no Atlântico.....	83
3.2 Síndrome de exportação no Maranhão: a companhia de comércio monopolista e a demografia escrava na bacia do Baixo Itapecuru ao final do período colonial	90
3.3 Os planteis de escravizados e a documentação inventarial: formação de comunidades de negras pelo espaço do Baixo Itapecuru.....	102
4. AVALIADOS E CERTIFICADOS: ofícios e ocupações de escravizados e seu impacto na produção em fins do período colonial (1760-1822).....	122
4.1 (Im)Produtivos no sistema colonial: a importância dos escravizados e a produção no mundo Atlântico.....	124
4.2 Ocupações, ofícios e trabalho manual: escravizados e suas particularidades ocupacionais no Baixo Itapecuru.....	137
PARTE II – PRODUTO EDUCACIONAL E A MEMÓRIA DO CATIVEIRO.....	160

5. POR UMA EDUCAÇÃO COMBATIVA: memórias do cativo, contexto educacional regular e a proposta de um instrumento para a práxis negra.....	161
5.1 “Os violentavam constantemente para o trabalho árduo”: a “memória do cativo” entre os professores negros do Baixo Itapecuru (Caxias e Itapecuru-Mirim).....	164
5.2 É “Coisa de escravo”: Legislação educacional e artefatos didáticos em contexto de men do cativo.....	171
5.3 Um dicionário como artefato didático: as ocupações de escravizados no dicionário da práxis negra.....	180
6. ALEGORIAS DIGITAIS E OS ESCRAVIZADOS NAS IMAGENS: Inteligências digitais, imagens de escravizados e o impacto de um dicionário ilustrado	194
6.1 O primeiro uso das imagens a partir de pintores europeus e suas implicações	195
6.2 O “uso do computador” e a produção de alegorias: IA’s, racismo logaritmo e as implicações do uso da tecnologia para o historiador	204
6.3 O dicionário ilustrado e a percepção dos professores.....	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	226
REFERÊNCIAS.....	236

1. INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que pretende evidenciar as ocupações, específicas de negros submetidos pela exploração colonial na capitania do Maranhão entre os anos de 1760 e 1822, e os ofícios de escravizados como ponto de compreensão da sociedade brasileira. Estas ocupações podem ser usadas como elementos alegóricos para composição de um dicionário sobre os escravizados e a escravidão, intitulado *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados*. O Maranhão, especificamente, foi uma das principais localidades onde se constituiu a escravidão como modelo de exploração da produção em larga escala que resultou ainda na formação do capitalismo comercial. Uma escravidão estudada nos bancos escolares pela disciplina de História que descreve superficialmente esta memória traumática e profunda que se mantém e se repete através da escola e nas relações sociais, justificando a subordinação de um grupo classificado por características étnico-raciais. Pretendemos, diante desse contexto, apresentar um dos cenários da escravidão moderna, o contexto maranhense ao final do período colonial como ponto de partida para entender como a escravidão se processava sobre os cativos negros africanos, especialmente através das ocupações de escravizados como uma estratégia dupla: por um lado, ao entender como os escravizados eram explorados e como o mundo colonial lucrou com a exploração da mão de obra cativa negra e, por outro lado, com uma estratégia que promove uma consciência histórica dentro do contexto atual e como uma crítica à memória hegemônica do cativo, ao apresentarmos o Maranhão e as ocupações de escravizados como alegorias lúdicas na construção de um recurso didático para uma educação democrática.

Logo, o foco deste trabalho é centrado diretamente na memória hegemônica sobre a escravidão (como lembrança da violência e da subordinação), do trabalho escravo e nas formas de valorização da historicidade do povo negro, elementos com os quais dialoguei nos últimos 20 anos através de pesquisas bibliográficas, levantamentos documentais e inúmeros momentos de exercício docente no ensino superior e na educação básica. E apenas no decorrer da formação continuada na academia percebi a profunda relação que tudo isso mantinha com minha memória pessoal, com a formação familiar e social deste pesquisador. Nos últimos anos, realmente percebi que tudo isso possuía profunda relação com minha ancestralidade e com a origem histórica e espacial de minha mãe e de meus tios.

Minha família é originária de um povoado chamado Santa Cruz, comunidade limítrofe entre as cidades de Brejo e Buriti de Inácia Vaz, região leste do Maranhão, situado na divisão com o Piauí, junto ao rio Parnaíba. Esta é uma região com diferentes raízes étnico-

raciais, majoritariamente ocupada por povos originários e africanos, os portugueses colonizadores compunham uma parcela quase irrisória nesta região ao final do período colonial, entretanto, era o agrupamento com o efetivo domínio colonial na vila de Brejo e em quase toda extensão colonial americana.

Portanto, a atual cidade de Brejo é resultado das misturas de uma história que envolve a proximidade com alguns diretórios indígenas, Tutóia e São Bernardo, com fazendas de gado e outras unidades produtivas que usavam o trabalho escravo de indígenas e negros africanos. Além disso, a região mantinha intenso trato com os povos Muypuras. Os Anapurus Muypuras receberam três léguas como recompensa pelo combate a outros originários e pela ajuda na conquista da capitania do Piauí, parte do recém-constituído Estado do Maranhão e Piauí, na década de 1770, nova divisão administrativa para gestão colonial da região norte do Brasil¹. Os Muypuras receberam treze mil hectares de terra “num brejo fértil nas imediações do rio Parnaíba” que seriam integrados à capitania e subordinados ao centro administrativo de São Luís. Assim, a carta, em 1772, conforme o habitual estipulado, “continha a usual cláusula reservando meia légua para estabelecimento de uma vila. De fato, esta vila foi criada em 1821 através da transferência de São Bernardo para o Brejo” (Assunção, 2015, p. 149).

É ainda ao final do século XVIII que se fixa na região a família do Capitão Domingos Alves de Sousa, que manterá algumas unidades produtivas, inclusive uma enorme fazenda dentro do território concedido aos Muypuras e levará os primeiros escravizados negros africanos para a região. Para perpetuar a continuidade do poder familiar, casará sua filha com um jovem proprietário baiano, Severiano Alves de Carvalho, que aumentará o patrimônio da família, entrará nas bases da política local ao tornar-se-á prefeito após a adesão à independência e ainda impulsionará o transporte de escravizados negros e o uso dos indígenas no trabalho forçado. Tornaram-se pessoas conhecidas na memória local pela dureza com a qual tratavam os escravizados. O ódio contra a família é lembrado ocasionalmente, inclusive se destaca a morte da matriarca Euzébia Maria da Conceição, mulher do capitão Domingos Alves e sogra de Severiano Alves, que foi morta com 21 facadas pelo balaio Bem-Te-Vi e por nove companheiros de revolta que ainda lhe deceparam a mão (ou, conforme a memória oral, cortaram as partes genitais da senhora) durante a insurgência escrava da Balaiada (Assunção, 2010).

¹ O Estado do Maranhão e Piauí foi criado em 1772, a partir da divisão do antigo Estado do Grão Pará e Maranhão, parte norte da América Portuguesa. O estado anterior foi dividido em Grão-Pará e Rio Negro, cobrindo o Pará, Tocantins e região amazônica e o Estado do Maranhão e Piauí, capitanias homônimas. Era parte da estratégia do império ultramarino português para melhor administrar as divisões políticas do império luso no ultramar (Russell-Wood, 2008).

Essa reação dos escravizados insurgentes e outros trabalhadores livres de cor numa revolta que se espalhou pelo Maranhão, Piauí e Ceará no período regencial já foi muito debatida (Assunção, 1998; Dias, 1995; Santos, 2010; Abrantes, Pereira, Mateus, 2022), mas é oportuno destacar a reação específica contra uma senhora e sua família na extensão oriental do Maranhão. Isso foi uma reação à constante violência senhorial sofrida pelos escravizados das fazendas na região leste do Maranhão, especialmente à violência praticada por Euzébia Maria da Conceição e pelos seus familiares.

A violência contra os escravizados, sejam eles africanos ou indígenas, era uma constante na sociedade escravista, violência que se repetia por localidades como Brejo, Caxias, Itapecuru, Rosário e São Luís e até na região da capitania do Pará. A violência física deixou traumas e sequelas na nossa sociedade, e não foi uma violência qualquer. Ao recolher parte dos relatos orais dos mais velhos em espaços de ex-escravizados sobre o dito “tempo do cativo”, Mathias Assunção reconhece o Maranhão “como uma sociedade escravista no meio Amazônico” com alguns “traços particulares” que delineiam uma sociedade altamente violenta. “Junto com o Pará, o Maranhão gozava de péssima reputação entre escravos e senhores alhures. Ao ponto de a venda para o Maranhão ser até uma ameaça para punir escravos desobedientes em outras províncias” (Assunção, 2010, p. 69).

Para além dos absurdos dos castigos físicos e psicológicos relatados no decorrer das narrativas expostas por Assunção em seu trabalho, o autor deixa ainda evidenciar que as formas de violência assumidas estão ainda relacionadas ao contexto social inóspito que mantinha índices elevados de propagação de doenças, além das péssimas condições de trabalho e da apropriação dura da terra e baixa cessão de direitos fundiários a originários e africanos. Essas justificativas apresentam o Maranhão como uma sociedade de violência institucionalizada e violência de fato como é expresso nos relatos daquelas comunidades da cidade de Brejo e de seu entorno. Para melhor demonstrar isso, Mathias Assunção usa o relato de Zeca Lotilde da comunidade de Macambira da cidade de Buriti de Inácia Vaz, que disse o seguinte:

Tinha turmas de escravos na Faveira, no Sucuruju, na Santa Cruz, na Barra. Quando um senhor criava raiva de um escravo vendia para outro senhor ou judiava com ele. O velho Freita, no Sucuruju, era cego. Ele tinha um escravo com nome Calistre. Estavam na roça trabalhando, aí o Calistre adoeceu com um dor de barriga. Entences os outros disseram para ele vir para casa, que tava doente e não podia trabalhar. Ele disse que não vinha porque o senhor não ia se dar com aquilo, ia dizer que era preguiça. Acabou saindo da roça e vem para casa para tomar remédio. Quando chegou no Riacho das Barroca Funda, ouviu o tropelo do animal do senhor, que tava, não sei se tava, atrás do serviço dele, ou para alguma viagem. Aí entrou pelo mato, lá deitou-se. Quando o velho Freita chegou bem aonde tava o Calistre parou o animal. Parece que ele

tinha um faro. Talvez ele sentiu pelo cheiro do suor e aí chamou ele pelo nome: ‘Calistre!’ Nas três chamadas Calistre falou. Aí chamou ele para que viesse aonde ele. Então Calistre chegou e ele mandou que se deitasse. Deitou, e ele avançou no Calistre de espora, Calistre ficou foi mais doente. Não morreu naquela hora, ainda contou tudo para os outros. (Lotilde apud Assunção, 2010, p. 90)

As comunidades mencionadas por Zeca Lotilde vicejam em relatos orais que traçam o sadismo dos senhores locais, bem como nelas ainda encontramos reminiscências desse passado de opressão visível nessas três casas-grandes do período colonial e imperial, Sucuruju (Brejo - MA), Santa Cruz (Buriti de Inácia Vaz - MA) e Paraíso (São Bernardo - MA). Minha mãe era de uma dessas comunidades, a comunidade quilombola de Santa Cruz. Aos cinco anos, minha mãe, D. Maria das Graças, foi morar na “sede” de Brejo e, com o restante da família, começou um movimento pendular entre a comunidade quilombola de Santa Cruz (em Buriti de Inácia Vaz - MA) e a sede de Brejo, algo constante e que se repete até hoje. Próximo aos seus vinte anos, Maria das Graças se mudou para São Luís, capital do Maranhão. D. Maria das Graças foi formada nas heranças memorialistas desse contexto miscigenado que se reproduziu e se reproduz ainda sob o “tempo do cativo”, de uma localidade com representações de violência aplicada por senhores em uma realidade de trabalhadores submetidos, que remonta à segunda metade do século XVIII, trabalhadores miscigenados que possuíam ascendência de africanos e de indígenas Muypuras, algo visível nos traços físicos que lhes definem.

Ela foi a primeira "acolhida" em uma casa de família classe média de São Luís, se formou até o ensino médio e fez cursos de Secretariado a distância, para então ocupar por auxílio dos "benfeitores" que lhe acolheram espaços de trabalho na capital do estado. A partir de seu "sucesso" profissional começou a trazer os irmãos, hoje três moram em São Luís, em periferias negras, Coroadinho, Bairro de Fátima e Cidade Operária. Apesar de muito emblemático e característico da trajetória de negros que migram do interior para grandes núcleos urbanos, essa família possuía uma relação “complicada” no auto-reconhecimento de sua cor. Acanhados na presunção de cor, incorporando um misto de rejeição muda à ideia de raça que possuem e um tanto quanto taciturnos sobre como se posicionar a respeito da raça que representam, preferem não discutir o passado das questões étnico-raciais e o peso da escravidão. Titubeiam sobre o assunto. A cor é de longe um assunto com o dissabor óbvio da memória existente e ainda com um possível constrangimento do que pode significar a história dos nossos ancestrais. Essas pessoas são a referência básica para a construção deste trabalho.

Esse quadro que representa grande parte das famílias camponesas maranhenses é, ao mesmo tempo, uma lembrança e uma prova dos efeitos do trauma na memória coletiva do

Brasil, aquilo que chamaremos de Memória do Cativo². Criados em um dos redutos com forte representação da violência que marcou a sociedade escravista desde o período colonial, a família Martins Ferreira funciona aqui como ponto de partida para discutir o trauma da escravidão no seio de nossa sociedade. Uma discussão que irá apresentar esta escravidão, evidenciar a importância do trabalho dos escravizados negros africanos e seus descendentes, identificar as ocupações que esses escravizados exerciam e apontar uma forma de combater as reminiscências dessa escravidão e, por consequência, combater as formas de reprodução étnico-racial que perpetuam a dominação e a violência no seio da nossa sociedade.

Formas de dominação e violência que se repetem em todas as gerações subsequentes que levam não só à dor das sequelas físicas, mas também geram traumas individuais e comunitários, denotando algo como aquilo que chamaríamos de uma “morte social”, um tipo de aniquilação da existência social humana, algo que retiraria do indivíduo negro escravizado sua autonomia, sua personalidade, sua existência social. Entretanto, “embora o escravo pudesse estar socialmente morto, ele permanecia, não obstante, um elemento da sociedade” (Patterson, 2008, p. 79). Desta forma, a escravidão não só violentava fisicamente o indivíduo, mas, ao mesmo tempo, lhe reduzia a experiência alienada de sua própria vida, reduzido a um objeto, uma posse, uma peça.

Na concepção do sociólogo jamaicano Orlando Patterson, a escravidão esteve presente em diferentes sociedades pelo espaço-tempo, seja entre os Balandras e Achantis da África Ocidental, bem como entre os povos da Alta Mesopotâmia, ou, ainda, na Rússia e nas diferentes localidades da Europa Ocidental, e assim o autor apresenta uma estrutura de exploração e dominação que esteve presente pela história. O sociólogo interpreta a essência da escravidão como uma forma de “dominação permanente e violenta de pessoas desenraizadas e geralmente desonradas” (Patterson, 2008, p. 34), que subjuga aquele que é destituído de sua legitimidade social. Patterson quer compreender um conjunto de práticas que “[...] em grande parte, é determinado pela necessidade de se controlar o trabalho.”, e, por assim dizer, quer identificar a essência que sedimenta a estrutura escravista e, por consequência, define seu funcionamento e as maneiras como ela se apresenta (Patterson, 2008, p. 78). A necessidade de controle do trabalho é o que sedimenta essas formas de relação social desigual e que se

² A discussão sobre Memória do Cativo já foi ponderada direta e indiretamente em muitos trabalhos, citaremos aqui, especificamente os trabalhos de Mathias Assunção (1997; 2010), Hebe Mattos e Ana Lugão Rios (2005) e Hebe Mattos e Martha Abreu (2012) com diferentes trabalhos que reconhecem o “tempo do cativo” e aquilo lembrado, especialmente, como “memórias das comunidades remanescentes de quilombos”. Nosso enfoque sobre o que denominamos de memória do cativo será menos precisa e manterá um espectro de interpretação que abrange as lembranças em diferentes grupos e sujeitos que constituem uma memória subordinada à memória nacional, um trauma cultural, mais especificamente.

prefiguram em zonas de exploração. As relações de exploração do trabalho estão na base das relações sociais e na base da perpetuação de desigualdade, especialmente, em áreas coloniais.

Entretanto, se a caracterização da escravidão estabelece uma lógica essencialista que parece se reproduzir em uma visão mais globalista da escravidão, é importante destacar que não podemos ignorar as particularidades temporais e espaciais da experiência do trabalho escravo e suas ramificações contemporâneas e, nesse sentido, é importante historicizar a experiência dos escravizados e sua relação sob um sistema de dominação, exploração e violência. Historicizar, por exemplo, o exercício do trabalho de escravizados negros no período colonial pode corroborar com uma consciência histórica que critique as bases do modelo de repressão, de domínio e de imposição sobre a população negra e fazer com que percebamos pontos principais no recurso de dominação empregado pelo colonialismo com a imposição de um sistema escravista. Portanto, o escravismo é resultado de um modelo de dominação em articulação global que institui formas de exploração de trabalhadores não europeus. Nesse sentido, como destacou Anibal Quijano, esse é um modelo de “imposição de uma *classificação racial/étnica da população* do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal” controlando hierarquias sociais e definindo esquemas de exploração (Quijano, 2010, p. 73, grifo nosso).

O período colonial foi edificado nessas bases e estabeleceu formas de trabalho e de exploração deste trabalho, bem como racionalizou as formas de domínio com base na experiência global da escravidão. Essa experiência global apresentou pontos essenciais ao domínio dos trabalhadores escravizados, pontos que poderiam se reproduzir dentro do próprio sistema do colonialismo constituído. O primeiro ponto é expresso através da “ameaça de violência no controle de uma pessoa por outra” (Patterson, 2008, p. 19). O segundo, a faceta psicológica do controle, através do qual o dominante é capaz de dissimular, persuadir e influenciar “o modo como ela [a pessoa escravizada] concebe seus interesses e circunstâncias” (Patterson, 2008, p. 20). E por fim, “a faceta cultural da autoridade”, um nível mais íntimo e microfísico, através do qual “a autoridade repousa no controle dos símbolos privados e públicos e nos processos rituais que induzem (e seduzem) as pessoas a obedecer” através de diferentes recursos, inclusive pelo próprio controle da memória (Patterson, 2008, p. 20).

As bases para a dominação e subordinação sofrida por negros e povos originários foram montadas na sociedade colonial, bem como definiram o escravizado como escravo, estabeleceram normas que regulam a escravidão, definem o castigo e o direito ao castigo sobre os escravizados e explicita em diferentes níveis as relações de poder que definem o trabalho e

o uso do trabalho. Um estado colonial inteiro legitimando o controle dos grupos etnicamente menos favorecidos, perpetrando formas de violência e conduzindo a formação e veiculação de uma memória da escravização com uma mão de obra negra subordinada.

É a partir dessa premissa que Silvia Lara (1988) explora elementos de controle da estrutura escravista na sociedade brasileira. A autora questiona: “Quais seriam os mecanismos encarregados de manter os escravos na sua condição de trabalhadores submissos, de fazê-los trabalhar e produzir para seu senhor? Como os diversos grupos sociais viam e entendiam este processo de dominação e exploração?” (Lara, 1988, p. 43). Silvia Lara, por toda a sua obra, pensa como os recursos de poder, dominação e violência se repetem em cada um dos acontecimentos diários do mundo colonial contra a figura do sujeito escravizado, mesmo em momentos de pessoalidade, intimidade e até de lazer. Silvia Lara compreende que os profundos dispositivos de submissão e de julgo do escravo se mostravam nunca desbaratados do elemento de controle colonial e o ponto de partida era a punição pública, “ao longo do período colonial, o açoite foi se firmando como instrumento de uso exclusivo para o castigo de escravos” (Lara, 1988, p. 79). Mas, para além disso, se delineavam outras linhas de controle do trabalho de negros escravizados nas colônias e, por isso, o que temos aqui é a concretude da ação de subvalorização e dominação sobre um grupo, aplicado não só por seu senhor, mas por todo um conjunto de elementos que envolvem os senhores imediatos, o estado metropolitano colonizador e a sociedade de base universalista eurocêntrica. Se, por um lado, tínhamos a necessidade de controle e de produção para o mercado externo, por outro percebíamos o controle, a subordinação e a desvalorização reducionista da mão de obra escrava a simples “trabalho braçal”.

A dominação a partir da classe senhorial escravista mantinha uma relação imbricada com a dominação colonial fixada a partir da metrópole e amarrando os mecanismos na estrutura sobre as relações de produção. Havia Cartas Régias para definir o batismo de africanos, para definir o uso de vestimentas pelos escravizados, assim como para regular o trabalho livre aos sábados e para legislar sobre a situação dos escravizados durante o tráfico e a comercialização destes, bem como criminalizar os escravizados fugidos, os quilombolas e aqueles que os ajudassem, até mesmo dentro da unidade produtiva ao senhor era garantido o direito de uso e castigo sobre seu escravizado. Tanto dentro, quanto fora dos redutos senhoriais havia formas de controle não tangíveis sobre o corpo do trabalhador. Se não bastasse o reduto de controle assegurado pela estrutura colonial, havia ainda um controle senhorial possibilitado pelo paternalismo escravista que descaracterizava o escravizado em função do valor da produção e da objetivação do trabalhador braçal, desvalorizando a técnica, a labuta do escravizado e o

conhecimento adquirido na experiência e/ou no ensino geracional. Desta forma, a “referência às atividades no interior da unidade de produção que sejam mais extenuantes ou penosas e que, por isso mesmo, são utilizadas como forma de penalizar um escravizado e remete ao próprio contexto mais amplo da desqualificação do trabalho numa sociedade escravista” (Lara, 1988, p. 82). Dito de outra maneira, havia desqualificação constante e sempre oportuna do trabalho do escravizado, repetindo, constantemente, a desvalorização e subvalorização do sujeito escravizado, mantendo-o no local subalterno das relações sociais, ou seja, havia “todo um universo de relações pessoais encarregava-se de identificar os cativos e reafirmar sua condição, lembrando-lhes quem era seu senhor e controlando-lhes as atividades”. (Lara, 1988, p. 236)

Assim sendo, a escravidão fazia parte de um sistema de dominação com forte incidência sobre a mão de obra dos não livres de cor, com o uso do castigo físico e o paternalismo senhorial institucionalizado. Entretanto, é importante enfatizar que no contexto colonial americano essas formas de controle foram reinventadas no modelo europeu de alta produtividade. Isso significa dizer que sociedades, como a do Maranhão, por exemplo, mantinham-se particularidades diretamente relacionadas à produção de insumos em intricada relação com as formas de exploração e de domínio sobre o trabalho de escravizados.

Isso significa dizer que as práticas e as consequências do uso do indivíduo coisificado no Maranhão precisam ser melhor investigadas e evidenciadas na base da constituição histórica local e nas especificidades históricas das sociedades americanas no geral. Essa postura sobre a escravidão não é uma maneira de celebrá-la, mas de combatê-la pela produção de um conhecimento decolonial. Afinal, o conhecimento colonizado sobre a escravidão sedimenta uma exposição simplista da realidade da experiência negra, uma exposição violenta e altamente destrutiva do sujeito negro na reprodução de uma forma de “morte social” para os descendentes dos escravizados.

Perceber as formas de violência perpetradas e destacar a experiência dos escravizados e sua importância histórica é uma forma de combate contra um tipo de modo de ver a escravidão e o escravizado, de combater um tipo de conhecimento que edifica uma memória colonizada. Sendo assim, aqui propomos uma reação a uma sociologia do conhecimento que entende o “escravo” como instrumento da economia colonial e a escravidão como um fim para a construção histórica da nação, que naturaliza a posição do escravizado e a violência submetida como estratégia pedagógica. Como instrumento, ao escravizado lhe é negada a sua existência como sujeito e, portanto, também lhe é tomada sua aceção como trabalhador. É no trabalho, no exercício de sua ocupação e no conhecimento elementar de seu

ofício, que se demonstra o valor da experiência de trabalhadores negros, mesmo que ainda dominados e submetidos às formas de exploração do mundo do trabalho colonial.

Entretanto, os estudos sobre escravidão demoraram a perceber os “escravos” como escravizados, ou melhor, como sujeitos negros e indígenas submetidos por um sistema de exploração que lhes forçavam ao trabalho. A colaboração tímida entre estudos sobre escravidão e estudos sobre o “mundo do trabalho” é bem recente, como reação a uma sociologia do conhecimento colonizada. Nesse sentido, é importante apresentar o “mundo do trabalho” como uma das principais temáticas do campo da história social, pois é o trabalho que está no cerne das relações sociais, das relações de produção e das formas de exploração que se reproduzem especialmente no mundo colonizado. A escolha do modelo de uso e de exploração do trabalho, se livre ou não livre, é, ao mesmo tempo, uma forma de constituição e organização de uma sociedade e uma forma de compreensão e interpretação sobre o passado e a memória nacional.

As formas de interpretação sobre o mundo do trabalho foram concebidas a partir das maneiras de exploração em grandes modelos de produção como o capitalismo e o socialismo, bem como as formas de organização sindical nesses imensos blocos hegemônicos. Foi a partir da década de 1960 que se iniciou uma mudança que começa a ponderar elementos do mundo do trabalho em perspectivas outras para além da união sindical e do movimento que oprime a classe trabalhadora. Começou-se a ponderar, conforme Charles Bergquist (1993), assuntos como *controle*, *gênero*, *globalismo* e *pós-modernismo* que estão no centro temático das compreensões pós-guerra sobre o mundo do trabalho e sobre os trabalhadores. Isso, por um lado, abre perspectivas diferentes e funcionam como pontos de partida para pensar a realidade dos trabalhadores e a sociedade com a qual eles dialogam, mas, também, inicia a percepção da existência dos trabalhadores em si, em sua “experiência”, em seus matizes e em seus contextos relacionais.

A pluralidade de interpretações encampou temas principais que usavam categorias e instituições, tais como *família*, *igreja*, *cultura* e outros, entrelaçados com a própria existência trabalhista. Então, percebeu-se que o trabalho não se limitava ao espaço de exercício do ofício e suas transformações dentro de sistemas de modelos produtivos, foi-se além, viu-se o trabalhador em sua existência básica ocupacional, trabalhando dentro e fora do “pátio da indústria” e, portanto, entretendo-se em espaços de festa, vivenciando ritos de passagem, conversando sobre as lidas de sua profissão e, sobretudo, fazendo-se e reconhecendo-se como “trabalhador”. Estes pontos de partida, conforme Bergquist “funcionam para democratizar a história do trabalho tradicional, expondo o seu preconceito urbano, masculino e eurocêntrico.

Ao descentrarem a história do trabalho e questionarem os opostos binários que têm sido usados para a definir, refletem preceitos pós-modernos” (Bergquist, 1993, p. 764).

Entretanto, isso ainda se mantém em um reduto difícil de encaixar as realidades dos trabalhadores em espaços coloniais e pós-coloniais, especialmente o trabalho livre e não livre dentro das sociedades escravistas, nos espaços de periferia da realidade global moderna. A periferia colonial aparece como um objeto e um terceiro viés de interpretação dos discursos sobre a exploração do trabalho, um caminho para além do eixo do capitalismo ou do socialismo, um viés que examina “a relação entre trabalho livre e não-livre no ‘Terceiro Mundo’”. Um caminho que debate a realidade de dominação entre as metrópoles europeias e suas colônias, mas, ainda como uma forma de pensar poder e dominação com base na categoria “trabalho”. Nesse sentido, podemos acionar uma forma de interpretação que pondere “as circunstâncias que as autoridades tentaram promover o trabalho assalariado, mas também porque é que tantas vezes preferiram o trabalho não-livre” (Brass; Linden, 1997, p. 2).

A exploração de negros no decorrer da constituição histórica do Brasil, tanto na escravidão em si, quanto nas negociações e conflitos que estão no seio dessas relações, bem como na manutenção de “africanos ilegalmente escravizados”, ou, ainda, no uso dos diretórios indígenas, dos Corpos de Milicianos Ligeiros, dos Corpos de Trabalhadores, tanto quanto na renovação cada vez mais constante da empregada doméstica nos lares brasileiros atuais, afirmam o poder das bases lançadas pela escravidão no período colonial³. Isso não significa dizer que as formas pós-escravistas de exploração da mão de obra sejam a escravidão renovada, atualizada ou, ainda, sua continuidade, mas são formas de uso do trabalho forçado, formas de controle, de dominação e de reprodução da violência da escravidão de fundo colonial que assegura a desigualdade e a discriminação.

São os modelos de exploração e de uso do trabalho, especialmente em sociedades coloniais que mantiveram esquemas de exploração de trabalho não livre e acabaram repetindo esquemas de desigualdade que se reproduzem ainda em formas de exploração da mão de obra. Portanto, aqui, no cerne desta pesquisa sobre escravidão no Maranhão ao final do período colonial, entendemos que o trabalho, seu uso e sua exploração estabeleceram as diretrizes básicas para a constituição das realidades pós-coloniais.

³ Sobre estes estudos, consultar MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017; PAZ, Adalberto. *Classe, cor e etnia nas legislações de compulsão ao trabalho na Amazônia: do Diretório ao fim dos Corpos de Trabalhadores (1755-1859)*. In.: **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 12, p. 1-28, 2020; SOUZA, Flávia Fernandes de. *Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil*. In.: **Revista Mundos do trabalho**, vol. 7, n. 13, p. 275-295, jan-jun 2015.

Stuart Schwartz, por exemplo, foi um dos historiadores que correlacionou a escravidão com o mundo do trabalho afirmando que procurava “colocar o trabalho em seu devido lugar, como determinante principal da sociedade escravista” (Schwartz, 1988, p. 10). O historiador norte-americano destacou três elementos importantes para a formação da sociedade brasileira, a saber, o trabalho, o capitalismo e a base senhorial ibérica, afirmando que

O trabalho forçado, o capitalismo comercial e as tradições e atitudes senhoriais ibéricas entrelaçaram-se na formação de uma complexa estrutura social no Brasil, quase desde seus primórdios como colônia européia, em 1500, até que se abolisse finalmente a escravidão em 1888 (foi o último país nas Américas a fazê-lo). Desse processo resultou uma sociedade multirracial e estratificada, profundamente influenciada pelo sistema de grande lavoura e pelas hierarquias das diferentes condições sociais inerentes à sua força de trabalho, bem como pela estrutura hierárquica derivada dos códigos jurídicos e religiosos (Schwartz, 1988, p. 9).

Assim, o trabalho foi uma das principais bases fundantes de nossa sociedade e é a partir da exploração deste trabalho forçado que se instituiu diferenças hierarquizadas que se reproduziram e mantêm as bases de exploração da sociedade contemporânea. Reproduz-se um esquema hierárquico de dominação, um esquema de formas de exploração na qual um sujeito explorador, o “senhor de engenho”, explora a mão de obra de africanos e povos originários, estabelecendo uma relação de trabalho orientada para a produção em um capitalismo comercial em formação.

Stuart Schwartz desenvolveu seu estudo usando como ponto central a alegoria da produção em um engenho sob o domínio senhorial, uma alegórica que representa a sociedade brasileira hierarquizada no uso do trabalho forçado. O engenho acaba sendo um excelente ponto de partida, dado o nível de domínio exercido pelo senhor para eficiência máxima da unidade produtiva, desta maneira, escravizados são usados de maneira extenuante, chegando a 17 horas de trabalho diário e por largos períodos anuais. “A safra se estendia por um período de 270 a trezentos dias e era limitada apenas pela chegada das fortes chuvas de inverno que dificultavam imensamente o corte e o transporte da cana” (Schwartz, 1988, p. 96 e 97). Os excessos do trabalho forçado demonstram bem a efetividade e eficiência do trabalho para o domínio sobre os escravizados. Mesmo com o violento rigor trabalhista que resultava em completo esgotamento dos escravizados, “os escravos levavam aquilo tão a sério quanto os senhores. Recusavam-se a trabalhar se a moenda não fosse abençoada e, durante a cerimônia, muitas vezes tentavam avançar para receber algumas gotas de água benta no corpo.” Isso denota o poder da atividade laboral em envolver seus trabalhadores em uma intrincada teia que envolve

não só a produção em si, mas também inúmeros outros elementos como devoção, crença, festividade e, inclusive, o lazer e o descanso.

A escravidão também está no cerne das interpretações mais recentes propostas por diferentes historiadores da escravidão, a exemplo de João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Carlos Eugênio Líbano, Marcus Carvalho, Beatriz Mamigonian, Sidney Chalhoub⁴, dentre outros que percebem as relações de exploração no trabalho, reescravização de trabalhadores livres e formas de reação ao controle senhorial na busca pela liberdade, nesse sentido, conforme Walter Fraga:

A escravidão foi muito mais que um sistema econômico; ela moldou condutas, definiu hierarquias sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência; em todos os locais onde existiu seu fim foi marcado por tensões sociais agudas, desentranhando antigas demandas e, ao mesmo tempo, forjando novos significados e novas expectativas de liberdade (Fraga Filho, 2014, p. 23).

Walter Fraga Filho aponta a importância da escravidão no centro da sociedade brasileira e examina o momento chave ao fim da abolição, analisando as décadas anteriores e posteriores ao 13 de maio de 1888, destacando a trajetória de trabalhadores negros numa das regiões mais populosas do uso do trabalho escravo nas Américas, o recôncavo baiano. Em sua obra é apresentado o uso do trabalho forçado e os escravizados em sua luta pela liberdade, especialmente na formação da república brasileira. Portanto, são demonstradas tanto as estratégias de manutenção da escravidão articuladas por senhores e seus representantes, quanto as tentativas de liberdade expressas por escravizados, livres e libertos. Nesse sentido, dentro da sociedade escravista, a escravidão é a estrutura base de sua própria transgressão, mas Walter Fraga consegue perceber isso ao olhar para os diferentes e pequenos movimentos pela liberdade, muitos deles pessoais e pequenos através da abordagem do micro no estudo da trajetória, movimento constituído por historiadores sociais que pretenderam aprofundar o conhecimento sobre o impacto da escravidão na busca por sua liberdade.

As perspectivas micro e de trajetória sobre a sociedade escravista, em diálogos de contexto a partir de experiências pessoais, tornam a pesquisa histórica sobre o escravismo mais interessante, pois “estudos biográficos de indivíduos que experimentaram a escravidão – e mais

⁴ Sobre isso, ver CHALHOUB, Sidney. *Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império*. In: AZEVEDO, Elciene et al. **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009; MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

ainda daqueles que conseguiram superá-la – representam um gênero narrativo de crescente interesse” (Reis, 2008, p. 315). O Brasil construiu muitas dessas narrativas que exploram o impacto da sociedade escravista no plano micro, tais como Rosa Egípcia (Mott, 1993), ou, ainda, Chica da Silva (Furtado, 2003), mas os mais conhecidos são o Alufá Rufino (Reis, Gomes, Carvalho, 2010), e, por último, o Domingos Sodré. Este, por exemplo, é classificado por João Reis como “um caso excepcional, embora não único, entre os libertos africanos no Brasil” (Reis, 2008, P.16), descrevendo cada âmbito de sua vida, desde sua saída de África, em meio ao contexto do tráfico de escravos na região de Mina, passando por seu particular envolvimento com escravos de ganho e destacando seu exercício como sacerdote na “posse” de um terreiro, dentre outras coisas em meio à escravidão baiana do século XIX.

Indiretamente, esses estudos constroem um cenário didático que esboça as estratégias com as quais os escravizados, livres e libertos de cor, usavam contra uma estrutura que lhes queria mortos socialmente e lhes reduzia ao trabalho braçal. Esse campo de pesquisa e abordagem tem se mostrado muito fortuito para aprofundar a compreensão e destacar que a escravidão não pode ser reduzida somente ao campo do domínio e da violência, mesmo que extremamente salutar para perceber as dinâmicas de controle da sociedade escravista. Nesse sentido, Walter Fraga Filho ainda evidencia que:

No curso da luta contra escravidão foram se definindo projetos, aspirações e esperanças que iam além do fim do cativeiro. Para os ex-escravos, a liberdade significa acesso a terra, direito de escolher livremente onde trabalhar, de circular livremente pelas cidades sem precisar de autorização de outra pessoa, de não ser importunado pela polícia, de cultuar deuses africanos ou venerar a sua maneira os santos católicos, de não ser mais tratados como cativos e, sobretudo, direito de cidadania. (Fraga Filho, 2014, p. 341 e 342)

Torna-se muito interessante o estudo de Walter Fraga, pois implica não só a escravidão em si, mas a busca pela cidadania entre os trabalhadores de cor e, sobretudo, ao perceber que a sociedade escravista deu base para a reprodução de formas de uso dos trabalhadores após a abolição. E não só em um único e didático caso, mas como isso impactou em diferentes indivíduos de cor. Ou seja, para chegar ao pleno fim do cativeiro era preciso o exercício da cidadania de diferentes maneiras, estas negadas durante o exercício legal da escravidão e que pareciam se perpetuar no pós-abolição, o que torna interessante e lúdico acompanhar as manifestações pró liberdade e na busca pela cidadania entre diferentes indivíduos que estavam submetidos pela exploração do seu trabalho.

Transparece, então, que a base de exploração e uso dos trabalhadores escravizados era perpetuada através de uma estrutura de dominação senhorial europeia e seguia os moldes de valorização do controle senhorial e da coisificação utilitarista dos trabalhadores negros como mão de obra braçal, mesmo após a abolição. Os senhores, por motivos outros que não eram a cidadania das pessoas de cor, concordavam com a liberdade de seus escravizados, entretanto, entendiam que a lógica de funcionamento na exploração dos trabalhadores não deveria mudar. “Na perspectiva dos ex-senhores e de seus representantes, era preciso promover a conversão dos ex-escravos em livres sem que isso causasse abalos às hierarquias sociais e raciais montadas ao longo de mais de três séculos de escravidão” (Fraga Filho, 2014, p. 342).

Desta maneira, enquanto os ex-escravizados ansiavam pelo exercício de uma cidadania ou de uma forma de existência que lhes foi negada por três séculos, agora, no pós-escravidão, o paternalismo dos senhores esboçava estratégias de manutenção dentro da circunscrição senhorial e em outro plano, as próprias autoridades políticas reivindicavam formas de controle diretamente vinculadas à estrutura escravista sobre a qual o estado brasileiro parecia repousar.

Os vereadores estavam preocupados com a manutenção da ordem, por isso pensavam em vincular os ex-escravos ao projeto nacional de civilização e progresso. É interessante que os vereadores previssem a reenviadação de direitos por parte dos libertos, mas advertissem que isso deveria ser feito dentro da ordem. Mais uma vez *o trabalho aparece como a garantia de “progresso” e paz nacionais.* (Fraga Filho, 2014, p. 343, grifo nosso)

Desta maneira, os pequenos senhores e os representantes que regulavam o estado montaram estratégias que apoiavam a reprodução das bases de exploração do trabalho de classificação étnico-racial, todos os discursos denotavam o trabalho como justificativa até para a existência e manutenção do estado. Portanto, a superestrutura que se montava no mundo pós-colonial repousava sobre a exploração dos trabalhadores escravizados por toda a extensão americana, Cuba, Demerara, na região das Guianas, Estado do Grão-Pará e Maranhão, Estado do Brasil e no sul das Treze Colônias Inglesas.

Ao sul das treze colônias, por exemplo, ocorreram situações parecidas com a pós-abolição e com a formação republicana brasileira, caso da Louisiana, onde houve uma intensa reivindicação da comunidade negra por direitos políticos, sociais e por tudo aquilo que representasse a cidadania que tanto desejavam. Podemos perceber isso com base no trabalho de Rebecca Scott, que observa as relações entre raça e cidadania no pós-abolição em cidades como Louisiana e Havana, demonstrando como os senhores resistem ao movimento liberal que

denotava uma percepção mais inclusiva para negros. Negros poderiam ser interpretados, talvez, como cidadãos, entretanto, senhores e seus representantes os concebiam mais como efetivos *trabalhadores negros* “reforçando o padrão de uma força de trabalho composto de ex-escravos e seus descendentes” (SCOTT, 2005, p. 143). Algo formado pelo colonialismo que instituiu o modelo de exploração do trabalho que reduzia escravizados e seus descendentes à renovação da morte social que os condenavam a meros executores do trabalho braçal.

Isso é demonstrado por um dos senhores latifundiários de *plantation* nos arredores de Chicago, que mandou publicar um convite paternalista e simbólico da realidade de dominação a qual os negros eram submetidos: “Mandem seus negros pra nós, podemos usá-los, conhecemos seus modos de agir e eles conhecem os nossos. Não temos preconceitos contra eles como trabalhadores negros *e como tais os valorizamos*” (Louisiana Sugar News apud SCOTT, 2005, p. 165, grifo nosso). Por mais que os negros norte-americanos [e parece salutar afirmar também, os brasileiros] rejeitassem a ideia reducionista de serem vistos como “trabalhadores negros”, como indivíduos capazes de mera reprodução do trabalho braçal e lançassem um conjunto de reivindicações que lhes punham como “cidadãos”, ainda assim, os redutos de domínio e de reprodução da sociedade os reduziram a meros trabalhadores negros, os senhores só queriam “usá-los” e o limite da valorização senhorial ia até a exploração da mão de obra dos trabalhadores de cor.

Diante disso, o que parece se reproduzir é uma memória enviesada e reducionista sobre os trabalhadores negros, algo montado no esteio da sociedade de exploração colonial que reproduz e sedimenta uma sociedade hierarquizada e desigual e que usa a violência na exploração de trabalhadores como seu mecanismo de reprodução. Essa memória enviesada é repetida constantemente dentro da educação formal e informal, materializada na escola formal, no convívio social e durante a formação na educação básica e é repetida no cotidiano com o uso de um conhecimento que privilegia formas de subordinação, de violência e de dominação da população negra.

Construíram-se imagens, conceitos, representações e alegorias que hierarquizam as relações com base na exploração do trabalho montada no período colonial. Nem as experiências micro, as trajetórias, as reações e lutas de resistência, demonstradas pela historiografia, são expostas e exploradas durante o processo educacional, no qual não é veiculado qualquer percepção desses escravos como trabalhadores escravizados, como indivíduos e sujeitos negros. Entendendo isso, é importante inferir que independente do modelo de educação instituído, ou das formas de pedagogia aplicadas, seja ele tecnicista ou não, são as representações subjacentes de trabalho corporificadas no conhecimento colonizado que sobrevivem, se repetem e

institucionalizam o modelo de subordinação étnico-racial que hierarquiza as relações sociais brasileiras.

A família negra Martins Ferreira, da comunidade de Santa Cruz em Brejo, foi formada nesse conhecimento colonizado que repete a violência e a redução da sociedade escravista, que compreende os trabalhadores negros da sociedade colonial como "escravos", trabalhadores braçais, indivíduos subjugados, dominados que viviam no “tempo do cativo”. Essa é a mesma memória na qual a família Martins Ferreira, bem como inúmeras outras famílias, foram formadas dentro do Maranhão. Essa é a memória nacional colonizada que pretendemos combater ao perceber os trabalhadores negros escravizados do período colonial como sujeitos que trabalhavam e exerciam ocupações essenciais para o acontecimento da própria colônia. Precisamos começar a ponderar uma escravidão que repense o período colonial ao refletir sobre a presença, experiência e importância daqueles que estão no centro da produção colonial local, regional e nacional, os trabalhadores negros escravizados. Ainda dentro do ensino de história que cristaliza uma faceta reducionista do nosso passado, precisamos pensar a essencialidade das ocupações e dos ofícios de escravizados para proporcionar a formação de uma nova memória e um novo conhecimento decolonizado e combativo contra a memória do cativo.

Nesse sentido, tentando compreender os espaços de dominação efetivados através do uso dos trabalhadores negros na ex-colônia maranhense e percebendo o uso e exploração desse trabalho como forma de valorização da historicidade dos negros, dividiremos esse trabalho em duas partes. Uma primeira parte, dividida em três capítulos e centrada na existência da escravidão e em seu impacto nas relações sociais, ponderando a escravidão e a construção de uma sociologia política do conhecimento que potencializa a violência, as relações subalternas e o controle sobre o trabalhador negro. A segunda parte desvela os ecos da memória do cativo dentro dos espaços educacionais e alça uma proposta de enfrentamento desta memória e a valorização dos cativos negros através do uso de seu trabalho braçal.

No primeiro desses três capítulos, apresentarei a escravidão sob o domínio de um modelo de conhecimento hegemônico que enfatiza o valor dos escravizados através do prisma do trabalho braçal, usando como ponto de partida os dicionários e outros livros de referência e consulta que denotam uma percepção subvalorizada da mão de obra de escravizados para a sociedade moderna. O *segundo capítulo* detém o seu foco na realidade colonial maranhense circunscrita no Atlântico, abordando o contexto de exploração da estrutura escravista no Maranhão, especialmente entre os anos de 1780 e 1820, descrevendo o perfil dos cativos negros na região do Baixo Itapecuru dentro da capitania. O *terceiro capítulo* fala sobre as diversas

ocupações trabalhistas existentes e praticadas pelos escravizados nas fazendas do Maranhão, caracterizando as ocupações, sua importância e como eram usadas essas ocupações pelas fazendas do Maranhão e sua importância para as unidades produtivas maranhenses, por consequência, apresentando o impacto dessas ocupações na sociedade escravista colonial maranhense. Nesta primeira parte foram usados diferentes documentos manuscritos, de dicionários e obras de referência e consulta, dicionários de autores como Rafael Bluteau, Cesar Marques e Clóvis Moura, bem como ainda as documentações oficiais de época, tais como cartas de governadores e de outras autoridades sobre a administração colonial na capitania do Maranhão, que se mantinham em contato com as autoridades administrativas metropolitanas portuguesas, mas, sobretudo, a documentação manuscrita inventarial do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. A partir desta última documentação, conseguimos trabalhar com uma metodologia quantitativa a partir da qual apresentamos o perfil dos escravizados no Maranhão e delineamos sua importância para a sociedade colonial.

Após esses passos essenciais de constatar e de descrever a escravidão maranhense ao final do período colonial e definir o perfil dos trabalhadores negros escravizados em uma das principais capitanias do norte da América Portuguesa, seguimos para uma tentativa de montar um material didático, um produto educacional, um dicionário sobre as ocupações de escravizados, o que norteou a segunda parte deste trabalho. Portanto, esta segunda parte versará sobre a construção e aplicação desse dicionário em diferentes momentos, locais e público-alvos correlatos, mas, especialmente, filtrado e direcionado durante a formação de professores em duas iniciativas diferentes, a saber, uma oficina aplicada para a comunidade e professores da URE de Caxias em agosto de 2023 e o seu uso em uma turma especial de Licenciatura Quilombola com professores de diferentes comunidades quilombolas do Programa PROETNOS da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Desta maneira, na segunda parte pensaremos não só o uso do dicionário como ferramenta, como recurso, mas, ainda, como esse dicionário e suas informações podem ser usadas e, sobretudo, como podemos trabalhar na construção de um conhecimento mais democrático entre os professores para possibilitar momentos de transformação na educação básica. Isto foi muito importante ao apresentarmos o dicionário para os professores do Baixo Itapecuru, especialmente docentes de Caxias e de Itapecuru, onde houve a possibilidade de montar uma interlocução construtiva entre o material que se pretendia e a realidade docente que se poderia alcançar. Afinal, não pretendíamos apenas construir o dicionário e receber a avaliação de professores, mas queríamos, também, vislumbrar tentativas de uso deste dicionário entre os alunos da educação básica e de outros espaços educacionais. Ou seja, intentamos

produzir um produto mais próximo da realidade docente, preparar o professor para usá-lo na educação básica e pensar o impacto disso dentro da formação dos discentes na formação escolar, como uma tentativa de alcançar um conhecimento decolonial.

No primeiro capítulo desta segunda parte apresentamos a realidade educacional do ensino médio e, sobretudo, o atual contexto dos professores à luz da legislação, da descrição dos espaços com os quais interagimos e de alguns livros didáticos que estabelecem diálogo com professores negros da educação básica, tendo como ponto de partida os espaços educacionais do Maranhão. Neste momento, poderemos perceber as formas como a Memória do Cativo se professa e como ainda perdura entre os docentes, bem como a apresentação do material e sua relação inicial com estes professores. Na segunda parte deste trabalho, apresentaremos algumas entrevistas e delinearemos oportunas transgressões na Memória do Cativo e no conhecimento colonizado, percebendo algumas reações dos professores na relação com o que lhe era mostrado visualmente pelas imagens do dicionário e, sobretudo, os percalços com estas imagens que também dizem sobre como o conhecimento de base europeia ainda se reproduz e sustenta um racismo inegável.

Nesta segunda parte, aplicamos questionários, mantivemos conversas e entrevistas e usamos imagens como fontes e pontos de diálogo para enfrentarmos as Memórias do Cativo. Entretanto, aqui não apenas usamos as fontes e as constatações sobre o problema, mas avançamos para uma tentativa de intervenção, interação e forma de pesquisa participante, ao propormos um dicionário e dialogarmos com um grupo de sujeitos ativos da educação contemporânea, os professores e outros educadores da educação formal, e com as técnicas e tecnologias que colaboram com a construção de instrumentos pedagógicos, como as IA's. Neste sentido, as metodologias foram plurais, mas ainda focadas na materialização de um artefato cultural e material didático que sirva para uma educação combativa e antirracista e que use como suporte as informações sobre os escravizados e suas ocupações.

Portanto, o que apresentamos pela frente é a problematização da escravidão para além das memórias da violência e da subordinação que são frequentemente repetidas, é a problematização a partir do perfil dos escravizados maranhenses e as ocupações exercidas nos espaços laborais. É importante problematizarmos o trabalho dos escravizados e as facetas de sua importância para combatermos o reducionismo da colonialidade que impregna nossa sociologia política do conhecimento. O que propomos aqui é a caracterização das formas de exercício ocupacional dentro do mundo do trabalho colonial em uma região dita periférica, Maranhão em fins do século XVIII e começo do século XIX e, sobretudo, a materialização em um dicionário sobre as ocupações de escravizados para professores da educação básica, e

interessados em geral, como um objeto oportuno para repensar nossa memória nacional, a história e a contribuição do povo negro para o país.

PARTE I – O TRABALHO BRAÇAL ESCRAVO NOS DICIONÁRIOS E SUA
EXPERIÊNCIA NO MARANHÃO ATLÂNTICO

2. REFERÊNCIAS PARA A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO: dicionários, ocupação braçal, intelectuais e trauma cultural

As obras de referência como enciclopédias e dicionários são importantes instrumentos para facilitar e atalhar a busca por conhecimento em um universo informacional cada vez mais vasto. Os dicionários, especificamente, são usados, em grande parte, como artefatos de consulta e compreensão da lexicografia de um país ou região, bem como podem servir na tradução e compreensão de outras línguas diferentes e, por isso, muito comuns como obras de consulta em diferentes cursos.

A história desses principais recursos para a construção de “atalhos” no modelo de conhecimento ocidental é diretamente relacionada à formação de uma economia política do conhecimento que expandia a partir da Europa rumo aos territórios coloniais. Eles foram importantes artefatos no processo de expansão da ocidentalização sobre os territórios coloniais, tanto como recursos de poder informacional para a conquista, ao dar base para racionalização do “Novo Mundo”, quanto como elemento norteador para a sociologia do conhecimento brasileiro, eivado de sentidos de dominação europeia, empregados em verbetes organizados em ordem alfabética.

Esses dicionários podem ser usados como fontes para a produção historiográfica, descortinando sentidos em um determinado contexto histórico através dos verbetes das lexicografias que representam. Portanto, pensar a presença ou ausência de determinados verbetes, bem como os sentidos empregados na sua descrição, é um recurso metodológico de investigação, o qual pode sinalizar determinadas posturas sociais e formas de exercício de dominação. É assim que investigamos o uso do verbe “escravidão” e suas imediatas variações, bem como sua negação em diferentes dicionários do vocábulo português, como um ponto de partida para a compreensão da sociedade maranhense, e, por consequência, para a compreensão da sociedade brasileira.

Os dicionários investigados foram quatro, escolhidos a partir de sua importância no uso dos artifícios de dominação e para a circulação de saberes e preponderância na construção do conhecimento histórico local e nacional sobre a escravidão. A saber, “Vocabulario Portuguez e Latino” de Rafael Bluteau, publicado em 1721, o “Diccionario da Língua Portuguesa” de Antonio de Moraes Silva, publicado em 1789, o “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão” de César Augusto Marques, publicado em 1870 e o “Dicionário da Escravidão Negra no Brasil”, publicado em 2004. A presença, ausência, escolha e privilégio do verbe “Escravidão” em dicionários demonstra não somente a maneira como a escravidão era vista,

interpretada nos momentos colonial, imperial e contemporâneo, mas, sobretudo, o impacto desses sentidos em uma sociologia do conhecimento regional e nacional que usa as descrições desses verbetes como base para pensar a escravidão e reproduzir lógicas de violência e dominação sobre os negros.

Os dicionários podem então servir de base para a manutenção de uma imagem reificada de um “escravo” monolítico e enviesado, dentro do conhecimento acadêmico e, por consequência, também dentro do ensino de história na educação básica, desvalorizando negros e negras no decorrer do seu processo de formação. É sobre os escravizados marcados em verbetes destes dicionários que são construídos marcos, repetições e formas de linguagem com as quais continuamos dialogando e referendando a existência do passado de negros e negras. É justamente essa imagem cristalizada do escravo que sedimenta nosso modelo de ensino na história. Um modelo que criou no cotidiano, no ensino escolar e nos espaços de memória, essa imagem do “escravo” fruto da exploração colonial, vítima da violência e do controle, e que o define, unicamente, como principal vetor da produtividade agroexportadora, destituído de relações pessoais, de conflitos, de conteúdo, de valores e de historicidade, elementos que permitem vislumbrar o escravizado como sujeito negro.

Assim sendo, pensaremos os dicionários, sua história, inserção, bem como o direcionamento que proporcionaram na construção de uma sociologia do conhecimento sobre o escravizado negro no Brasil, além de pensarmos especificamente o caso de um dicionário maranhense e sua preponderância na construção do conhecimento sobre a escravidão e sobre a divisão social no Maranhão. Dessa forma, faz-se possível discutir as possibilidades de uso do termo “escravidão” na contemporaneidade através de uma história pública que é vital para a criação e manutenção de uma memória eurocêntrica e colonizada (Mudimbe, 2016) que repete Traumas Culturais (Eyerman, 2003) e que reproduz a desigualdade e a discriminação no Brasil.

2.1 Dicionários, escravidão e sociologia do conhecimento

Os dicionários são obras de referência já muito utilizados dentro da formulação e divulgação do conhecimento ocidental. Mesmo nos momentos mais atuais, durante esta transformação abrupta da linguagem e com a mudança de suporte do físico para o digital, desde a década de 90, os dicionários tornaram-se ainda mais vitais, dada sua versatilidade, acessibilidade e fácil compreensão. Os historiadores Peter Burke e Asa Briggs (2006) identificam esta sociedade como uma “sociedade da informação” que cada vez mais veicula, através de diferentes mídias e suportes, um conjunto maior de conteúdos que crescem

exponencialmente. Apesar de já existirem diferentes formas de escrita e de compêndios anteriores ao século XV, eles consideram o ponto de partida dessa “sociedade da informação”, o período entre os séculos XV e XVIII, especialmente com a criação da tipografia por Johannes Gutemberg em 1440, e a publicação e disseminação da obra *Enciclopediaou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios* de Denis Diderot e Jean d’Alembert em 1751, um marco na produção intelectual moderna ocidental. (Burke, 2003; Briggs; Burke, 2006)

A enciclopédia, inclusive, com mais de setenta mil verbetes foi muito utilizada pelos mais diferentes indivíduos no decorrer da história, “uma reunião da informação disponível em sua época, e, também, uma vívida ilustração tanto da política como da economia do conhecimento” (Burke, 2003, p. 19). É um dicionário que retrata a vida burguesa moderna e a construção do conhecimento no mundo europeu e serve, também, como objeto para compreender o mundo ocidental, pelos não ocidentais, bem como fonte e recurso metodológico para a construção da narrativa histórica. Podemos observar que “o verbete sobre fundição de canhões (“Alésoir”), por exemplo, foi utilizado por um conselheiro do sultão otomano para manufaturar artilharia na década de 1770” (Burke, 2003, p. 24). Assim, se o conhecimento sobre a pólvora e seu potencial percorreu o Mediterrâneo, poucos séculos antes com pessoas que circulavam o norte da África através da memória oral, esta informação retornava ao oriente como componente de um imenso dicionário europeu, usado então para estratégias armamentistas e conquistas de um sultão. Para além da interessante discussão sobre histórias conectadas⁵, isso revela a notoriedade dos dicionários não só para a orientação de uma política e economia do conhecimento, mas, também, para a circulação e disposição desse conhecimento para públicos variados sob seus próprios interesses.

Esse contexto marca um momento importante na relação da civilização ocidental com as informações, momento que Burke identifica uma forma de economia da informação sendo criada e produzindo mecanismos de reprodução do conhecimento, momento no qual “cresceu o número de pessoas em ocupações ligadas à escrita”, e, por consequência, aumentou “os resultados políticos do letramento [que] compreendiam a disseminação dos registros escritos” (Briggs; Burke, 2006, p. 41). Exemplos disso são registros escritos, de relatos, construção de romances, análise filosóficas, aumento constante das produções intelectuais, o que tornava os livros de referência ainda mais necessários. Afinal, “uma obra de referência pode

⁵ Histórias conectadas são um campo e uma perspectiva metodológica que destaca as relações entre diferentes partes no globo, não só evidenciando a ocidentalização e o impacto das metrópoles europeias, mas também a interação de diferentes indivíduos pelo Globo e a circulação de informações (Gruzinsky, 2001; Degan, Pareto Junior, 2019)

ser definida como um livro que não se destina a ser lido ‘de fio a pavio’, mas a ser ‘consultado’ por alguém que ‘passa os olhos’ ou ‘se refere’ a ele em busca de uma peça específica de informação, um atalho para o conhecimento” (Burke, 2003, p. 164), por isso, na tentativa de gerir o conhecimento, os leitores usavam os livros de referência como dicionários, enciclopédias e atlas, como guias oportunos na formação autodidata e, assim, tornam-se instrumentos abundantes para lidar com um conjunto de conhecimentos cada vez mais vasto. “Multiplicavam-se obras de referência, expandiam-se bibliotecas e enciclopédias, e mais recursos se tornavam disponíveis a cada século para aqueles que buscavam conhecimento sobre um tópico particular” (Burke, 2003, p. 20).

Essas obras tornaram-se tão importantes para este novo mundo da informação que chegou ao ponto de haver um “Dicionário dos Dicionários” para que o amplo público pudesse se guiar entre a variedade de outros dicionários que começaram a existir neste momento, era a obra de referência intitulada de “Relação Alfabética de Dicionários” (*Table alphabétique des dictionnaires*) de Durey de Noinville de 1758 (Burke, 2002; 2003, p. 179). Isso circunscreve os dicionários na base formativa do conhecimento moderno ocidental, que transformava o conhecimento europeu em modelo econômico-político para o uso da informação, bem como instrumento de propaganda e disseminação desse conhecimento que se tornará hegemônico.

A produção de obras em geral, bem como obras de referência em particular, fazia parte de uma empreitada do mundo moderno europeu, na qual o Estado Português e a Igreja, através da Academia Real da História Portuguesa e da Casa de Nossa Senhora da Divina Providência em Lisboa, formulavam formas de racionalizar espaços não europeus para dominar, através do exercício de uma economia política do conhecimento, “saberes e objectos culturais, que assumem um lugar de destaque, daí que surja a necessidade de pensar algumas formas e conteúdos desses objectos, assim como certos padrões/convenções que sustentam e asseguram a sua reprodução” (Ceia, 2010, p. 08).

O dicionário de Rafael Bluteau foi um desses artefatos, o primeiro centrado na existência do mundo ultramarino português, tentando dimensionar a amplitude do avanço português sobre África, Ásia e América, inclusive pontuando territórios, cidades, reinos, portos nestes diferentes espaços, bem como significados de palavras e identificando sinônimos de termos nascidos em lexicografias locais (Lopes, Cabral, 2022; Verdelho, 2003). Em uma articulação entre Estado e Igreja, Rafael Bluteau foi indicado pela Casa de Nossa Senhora da Divina Providência através da ordem teatina e pela Academia Real de História para construir uma obra de referência que pudesse orientar no grande conjunto de informações que já se acumulavam, resultando em um dicionário intitulado de “Vocabulario Portuguez e Latino”,

obra composta por oito volumes, publicada em 1721. O dicionário não era exatamente para o mundo ultramarino, mas, para a metrópole portuguesa, um instrumento econômico e político que arranjava e instrumentalizava as informações sobre o espaço colonial e dava base informativa sobre o mundo ultramarino, apresentando-o para todo e qualquer interessado.

Nesse sentido, apresentou-se como uma arma para dominar e submeter, sim, pois, ao informar, mesmo que de forma limitada, enviesada e uma tanto quanto caricata, os viajantes ultramarinos e administradores coloniais, preparou-os em seus mais de 43 mil verbetes, para o mundo que se pretendia submisso e, mesmo com baixa circulação⁶, o dicionário apresentava uma descrição etnográfica muito eficaz para um punhado de pessoas que se entendiam como conquistadores, salvadores e homens santos no processo de conquista colonial do mundo ultramarino, especialmente no processo de conquista da América Portuguesa. (Gonçalves, 2009; Lopes, Cabral, 2018; Silva, 2005).

Essa travessia que uniu as quatro partes do mundo promoveu uma mobilidade de informações, costumes e culturas o que lentamente moldou um novo cotidiano, a sociedade e as maneiras de agir e gerir o viver. [...] Nesse contexto a América passa a ser o lócus de exercício do “espírito europeu”, onde o “civilizado” se propõe a salvar o atrasado do estado em que vivia conhecendo e reconhecendo a cultura superior, suas crenças e costumes (Silva, 2005, p. 67).

Esse artefato, o dicionário de Bluteau, portanto, tinha um forte valor simbólico dentro do conhecimento iluminista português por conter os principais verbetes do léxico do conquistador. Ocupava um espaço no processo de conquista das América que era o de preparar o “espírito europeu” e formar o “civilizado”, ao armá-lo e prepará-lo, “para salvar o atrasado do estado em que vivia” no contexto da conquista. Entretanto, é interessante observar que este notório dicionário não evidencia, objetivamente, a dominação europeia sobre o trabalho forçado no mundo ultramarino.

Nesse sentido, é importante destacar que na primeira metade do século XVIII, Portugal já era a principal nação europeia a agenciar o tráfico de escravos africanos pelo Atlântico, transportando dos portos de Bissau, Cacheu, Ajudá e Angola, para sustentar o

⁶ Durante todo o período colonial, a produção editorial e publicação de livros eram proibidos na América Portuguesa pela metrópole como forma de controle do ambiente intelectual subjacente, bem como houve um controle no consumo de livro por parte da igreja católica através da mesa do Santo Ofício. Os livros foram mais consumidos no final do século XVIII com o apoio do secretário D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário dos Negócios de Estado da Marinha e Domínios ultramarinos, mais como uma maneira de influenciar na própria produção de gêneros coloniais, do que como forma de insuflar formações intelectuais melhor condicionadas, sim, pois, em grande parte, os livros técnicos estavam voltados para temáticas de produção agrícola e latifundiária e não para temas da filosofia ou dos romances modernos. (Cherche, 2014; Villalta, 2018)

trabalho escravo na América Portuguesa, especialmente para as cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (Alencastro, 2001; Barroso Junior, 2023). O uso do trabalho de africanos escravizados nas Américas já não era só costumeiro, mas, tornara-se natural. Basicamente, a presença de negros escravizados dominava os retratos do cotidiano colonial. Conforme João José Reis e Flávio Gomes, nos “engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões, os escravos da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários aspectos da cultura material e espiritual deste país, sua agricultura, culinária, religião, língua, música, artes, arquitetura.” (Reis; Gomes, 1996, p. 1). Entretanto, o clérigo teatino francês parece desconhecer ou querer negar a presença dos escravizados na América Portuguesa.

Rafael Bluteau cita cidades e territórios africanos, não somente cidades conhecidas pelo tráfico de escravizados, mas outras que eram também entrepostos e cidades com proeminência reconhecida no trânsito de pessoas, como Arguim, Gâmbia, além de referências espaciais em África, como o monte denominado de Tagat, um monte africano, destaca plantas e aves africanas como o Falcão Tagarote, e faz o mesmo com a América Portuguesa, do outro lado do Atlântico. Entretanto, ele não fez qualquer menção ao uso de escravizados africanos na América Portuguesa ou, ainda, ao tráfico de escravos a partir do continente africano. Ao contrário, em pleno século XVIII, principal momento do uso de escravizados por parte dos portugueses, ele fala unicamente em “servos” e de “servidão”, como trabalhadores oriundos do continente europeu e colocados ainda como sinônimos de “vassalos”. Toda a ideia de trabalho (com um verbete específico sobre isso), gira sobre a concepção de “trabalho do campo”, “homens de obras”, ou, ainda, novamente, de servos. Mas nenhuma menção, mesmo que sorrateira ou desconexa, à existência dos escravizados negros africanos, ou dos próprios indígenas americanos como escravizados. O dicionário de 1721 do clérigo teatino praticamente nega sua existência.

Chama a atenção que apenas no suplemento ao dicionário, lançado em 1728, sete anos após o lançamento da edição efetiva do dicionário do “Vocabulário Portuguez e Latino” em 1721 que existem duas pequenas e isoladas menções a existência da escravidão, são elas: “escravidadam” como cativo que era descrito por sua vez como “escravidão e vassalagem violenta”; e, escravo como “Cativo. Negro. Moleque. Vassalo. Tributário.” Aparentemente, alguém lembrara Rafael Bluteau de seu “esquecimento” e fora obrigado a mencionar escravidão entre seus verbetes, mesmo que em descrições extremamente sucintas em edições suplementares ao dicionário original, enunciando-as de maneira rápida, expressando a presença da raça dos escravizados como “negro” e uma forma de “vassalagem violenta” ao qual eram

submetidos. Se antes Rafael Bluteau parecia negar a existência dos escravizados negros, esse rápido lapso é corrigido de maneira sucinta e extremamente reducionista, quase mantendo a negação original.

Assim, um grande intelectual do mundo ocidental, nascido na França, formado como clérigo em Florença, que se juntou a ordem Teatina em Roma e passou o começo do século XVIII em Lisboa redigindo uma das mais importantes obras de referência do mundo ultramarino português que descrevia elementos dos continentes europeu, africano, asiático e americano, parece titubear sobre a existência da escravidão. Se, por um lado, falar sobre os horrores explícitos da violência instituída da escravidão é pernicioso ao coisificar e submeter o corpo do africano às vontades alheias, sua tentativa de negação, por outro lado, submete o escravizado à naturalização e à submissão ordinária de sua posição social.

Foi somente em 1789, após 35 anos da morte de Rafael Bluteau, que um intelectual nascido no Estado do Brasil, na América Portuguesa, se apoiou na obra do clérigo teatino e produziu um novo dicionário, a obra foi nomeada como “Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro”. Entretanto, independente do que é dito pelo próprio autor no título, a obra é completamente nova, recriando “a partir dos 10 imponentes volumes barrocos, uma obra com originalidade, coerência e sentido prático, em que, após uma elaborada ‘reciclagem’. Antonio de Moraes Silva aproveitou cerca de 30% da informação do texto do “Vocabulário Portuguez e Latino”. Ainda assim, este percentual (30%) da obra de Rafael Bluteau é “retextualizado, reduzido, aumentado ou parcialmente reescrito” (Verdelho, 2003, p. 5). Moraes reverencia o clérigo teatino, mas o direcionamento de sua obra segue um ordenamento novo.

Essas diferenças se destacam em diversos elementos. O primeiro deles era o próprio sentido da obra, enquanto a obra de Rafael Bluteau segue o objetivo de dominar a lexicografia do mundo ultramarino português em diferentes continentes, o objetivo maior do “Diccionario da Língua Portuguesa”, de Antonio de Moraes Silva, é a experiência da língua portuguesa na América Portuguesa, portanto, em uma circunscrição menor e tentando definir melhor o Estado do Brasil. Além disso, enquanto Rafael Bluteau foi indicado pela Igreja e reafirmado pela coroa portuguesa para a produção de uma obra de referência, o mesmo fato não aconteceu com Antônio de Moraes Silva. Este, na realidade, buscava mercês com sua obra e o resguardo da coroa contra os ataques e perseguições sofridos a partir de delatores que o denunciaram ao Santo Ofício. Logo, Moraes Silva, apesar de ter cursado Direito em Coimbra e manter um forte diálogo com as literaturas ocidentais, ainda era um nativo da colônia portuguesa no Rio de

Janeiro e, portanto, sua experiência era distinta⁷, e, por isso, denunciado por duas vezes pelo Santo Ofício como “herético, maçom, libertino e apóstata” (Camilo, Rocha, 2021, p. 213).

Essas origens, trajetórias e objetivos diferentes vivenciados pelos autores resultaram em obras distintas, mesmo que muito próximas no tempo e na lexicografia portuguesa. O resultado divergente aconteceu na descrição e na presença dos verbetes que ponderam o uso do trabalho forçado, verbetes como “servo” e “escravo”, mas, sobretudo, os verbetes: “laborar”, “trabalho” e “trabalhar”. Rafael Bluteau descreve o trabalho como labor honesto, como obra, como arte, como exercício de ofício do campo, inclusive evoca a ideia do “orador” como um trabalhador e, o único momento que o trabalho lhe parece castigo é quando “se fora forçado das galés” (Bluteau, 1721, p. 228). As galés eram embarcações com remos que usavam sujeitos punidos pelo estado português por praticarem crimes diversos e brandos e esses condenados executariam o trabalho forçado de remadores nessas embarcações. Fora esta sentença isolada, toda a concepção de “trabalho” do padre teatino no dicionário de 1721 converge algum sentido de leveza subjacente.

Já Antônio de Moraes Silva destaca uma faceta menos leve, acompanhada da ideia de “aguentar”, de “desalento”, de peso, “a dificuldade e incommodo de trabalhar”, ou, ainda, como “coisa que incomoda, afflige o corpo, ou espirito” mas, sobretudo, é expresso mais claramente a ideia de “ofícios manuais” e menos de exercícios intelectuais, o trabalho era um “exercício corpóreo, rústico ou mecânico” e, por consequência, trabalhar era “usar das forças e engenhos para fazer alguma obra rústica” (Silva, 1789, p. 478). Moraes encara a ideia de trabalho conforme as auguras que os trabalhadores escravizados sofriam na América Portuguesa, enquanto Bluteau interpreta como vocação ou dedicação, conforme sua vivência sacro clerical. Essas facetas tão dispare sobre o mesmo verbete são expressões do universo a partir do qual foram criados, de um lado a expressão do iluminismo erudito e esclarecido de origem europeia e sacra-filosófica e, de outro, a expressão de uma intelectualidade colonizada, embrutecida e enviesada sob o domínio cognitivo europeu.

Entretanto, é na presença do verbete “Escravidão” que se diferencia ainda mais, sim, pois, o próprio Rafael Bluteau havia “esquecido” de mencionar a escravidão em sua obra de 1721, e só insere o termo em 1728 nos suplementos ao dicionário⁸. Já Antonio de Moraes

⁷ A origem materna de Antonio Moraes não é identificada, mas pressupomos que seja um mestiço, um pardo que teve o nome da mãe apagado dos registros como forma de dificultar averiguações sanguíneas. A ausência de filiações claras e declaradas por parte daqueles nascidos nas colônias portuguesas não é algo tão incomum e passa por uma forte discussão étnico-racial através das formas de limpeza de sangue.

⁸O Dicionário “Vocabulario Portuguez e Latino” de Rafael Bluteau é escrito e publicado em seis volumes no ano de 1721, mas, a Coroa Portuguesa chama atenção, através da Academia Real da História Portuguesa, para a

imediatamente incluiu os verbetes “Escrava”, “Escravaria”, “Escravatura”, “Escravidão” e “Escravo”, cada um com apenas uma, duas ou três linhas descritivas no máximo, mesmo que tímido, mas mais preocupado com o esclarecimento do tema. É desta maneira que Moraes Silva descreve a “Escrava” apenas como “mulher cativa”, a “Escravaria” como “multidão de escravos” e sinônimo de “escravatura”, o “Escravo” como “cativo que esta sem liberdade, no estado de servidão” e, por fim, a escravidão como “estado de escravo, cativo e servidão” (Silva, 1789, p. 536). Para Antonio de Moraes Silva, a penúria do trabalho recaía sobre o servo e o escravo da mesma maneira, estavam vinculados pela ideia do trabalho forçado e, por perceber a experiência bruta da existência de escravizados negros no Brasil, mostrava a vida difícil e violenta. Antonio Moraes Silva não concebia a existência do trabalho como fácil, mas ainda assim, lhe parecia básica e simples na naturalização do cotidiano.

Ou seja, ambos os dicionários negam (ao se ausentarem) ou menosprezam o verbete “Escravidão”. No primeiro, a obra de referência original, produzida por um ocidental francês no mundo português, a “escravidão” era desnecessária de ser mencionada, talvez, até esquecível, o que por si só denota parte da compreensão europeia sobre a ideia de trabalho escravo e mantendo uma visão romântica sobre a servidão no continente europeu. Por sua vez, o “herético” Antonio de Moraes Silva, nascido na capitania do Rio de Janeiro e, portanto, nativo, que destacou a existência do termo escravidão e suas corruptelas mais imediatas. Foi, então, um nativo, um intelectual descendente de portugueses com índios, formado em Coimbra que se atrevia a revelar um elemento que a sociedade europeia preferia ignorar. A diferença entre a primeira e a segunda edição era de pouco mais de sessenta anos e, dessa forma, ambos os autores eram quase contemporâneos, a efetiva diferença residia em suas origens, centro e periferia, reinol e nativo, ocidental e ocidentalizado.

Logo, as diferenças entre as duas produções intelectuais não existiam realmente, mas existiam em níveis elementares que possibilitavam a construção de uma narrativa que tornava a escravidão como presente ou ausente. Ambos os dicionários são muito usados nos dias atuais para acompanhar grafias, compreender sentidos e descobrir sentidos de outro léxico temporal na pesquisa historiográfica, sim, pois, como diria Luis Felipe Lima, os dicionários “representam repertórios elegidos que obedeciam a critérios muitas vezes não “lexicográficos” – e como tal podem nos dar pistas para pensar os conceitos em seu contexto linguístico e em sua historicidade (LIMA, 2012, p. 68). Entretanto, é independente disto que podemos perceber que a escravidão, existente desde o começo da colonização portuguesa no século XVI, já

ausência de termos considerados importantes, e, por consequência, é lançado um suplemento com mais dois volumes em 1728 (Gonçalves, 2009; Lopes; Cabral, 2018; Camilo Rocha, 2021).

apresentava embates silenciosos sobre sua existência na interpretação intelectual, o que por sua vez já denota os traumas que iriam sedimentar a consciência histórica brasileira e, claro, a consciência histórica maranhense.

Ambos os autores tentavam corresponder às necessidades de uma economia política do conhecimento, ou seja, uma forma de apresentar informações sobre o mundo que pretendia dominar. Além disso, serviam de base para formas de divulgação de informações ao amplo público ao disponibilizar verbetes em grandes dicionários⁹. Isso, por um lado, é representativo da importância e do alcance possibilitado pelos dicionários durante o século XVIII, mas também do uso cognitivo das informações no processo de dominação.

2.2 Os institutos, a produção de dicionários e a escravidão no Maranhão

Entre os séculos XV e XIX os dicionários eram peças importantes para o atalho do conhecimento e racionalização do enorme conjunto de informações que pululavam no mundo ocidental, especialmente com o avanço europeu sobre as colônias no mundo ultramarino. Os dicionários se apresentaram como peças vitais para a articulação de estratégias de dominação nas Américas, mas, além disso, representavam parte do recorte cognitivo que faziam sobre estes territórios.

Entretanto, a partir do começo do século XIX, com as independências das nações ultramarinas e a resistência ao conhecimento exclusivamente europeu, as obras de referência entraram em lento demérito, perdendo amplitude na gestão e na distribuição do conhecimento intelectual e restringindo-se a sentidos mais práticos do conhecimento dito ordinário. Essa separação começaria a ser levada a cabo – entre conhecimento intelectual acadêmico e prático-cotidiano – com a formação dos institutos acadêmicos, com a valorização dos intelectuais de academia e com a profissionalização dos diferentes campos.

⁹ Chamamos aqui de “economia política do conhecimento” aquilo identificado por Burke (2003), especificamente, como parte de uma sociologia do conhecimento, um vasto conjunto de informações produzidas na Europa e para o europeu com o objetivo de racionalizar o mundo sensível e, sobretudo, servir de base para as ações de expansão europeia no mundo ultramarino. Essa forma de economia e política do conhecimento segue a ingerência de instituições como a Igreja e o Estado europeus, bem como as diferentes necessidades de mercado que começavam durante o período moderno. Os dicionários correspondiam bem as duas expectativas, sobretudo, quando percebemos que o Dicionário de 1721 de Rafael Bluteau, “Vocabulario Portuguez e Latino”, era um dicionário construído por um padre que trabalhava para Igreja e dedicava mercê para a coroa portuguesa, e o de 1789 de Antonio Silva, “Diccionario da Língua Portuguesa”, preocupava-se menos em honrar a Igreja Católica, e mais em garantir mercês reais, sim, pois o autor era perseguido pela inquisição. (Burke, 2003; Gonçalves, 2009; Lopes; Cabral, 2018; Camilo Rocha, 2021).

Nos séculos anteriores, os intelectuais eram vistos como dispersores de uma forma de “inteligência flutuante”, espalhada, “não uniforme” e vistos, ainda, como um “estrato relativamente sem classe” o que mudaria com a passagem do período moderno. No século XVIII a ocupação de intelectual (e depois um conjunto de profissões no século XIX) praticada por um pequeno grupo de letrados começou a projetar uma representatividade “relativamente independente da sociedade” como uma forma de distinção que lhes permitia ver “as tendências sociais mais claramente do que outras pessoas” (Burke, 2003, p. 14; 25 e 26).

É então no século XIX com a redefinição dos estados-nações, a consolidação da burocracia nacional e da formação do *ethos* das instituições acadêmicas que se legitimava o papel dos intelectuais nos seus diferentes campos de saberes. A partir daí multiplicaram-se os institutos de conhecimento acadêmico-científico pelas diferentes nações europeias, repetindo-se nas colônias que buscavam independência em princípios do século XIX e montavam instituições que pudessem lhes dar sentido, institutos que seguiam os moldes europeus, uma forma de reciclagem do conhecimento europeu nas novas nações, ao exemplo do IHGB e seus redutos regionais, a Academia Brasileira de Letras e as faculdades de direito e medicina (Guimarães, 1988; Schwartz, 1993; 1998)

É importante que isso seja ressaltado, pois é neste cenário brasileiro, de meados do século XIX, que começa o lento processo de desvalorização mais político e menos econômico dos dicionários dentro do cenário de consumo intelectual. Os dicionários, antes usados constantemente e por diferentes grupos, começou a ser alocado pelo seu valor mais prático e imediato, numa perspectiva mais centrada na econômica do conhecimento. Os novos intelectuais de academia liam obras direcionadas, dentro de um perfil de consumo acadêmico, seguindo “modismos” de disposição de escolas intelectuais, restringindo à gama de pensadores, metodologias e bases de conhecimento com as quais dialogariam e, por consequência, esse processo resultava em dicionários muito mais voltados a interesses de mercado e menos versáteis às necessidades de uma sociologia do conhecimento.

No Brasil, isso foi extremamente forte em virtude do modelo de ciência e de letras construído no século XIX, asseverado pelas heranças do colonialismo que permeavam as relações sociais. A ciência aqui implantada estava arraigada em formas de interpretação galgadas ainda na estrutura de dominação escravista e definida por interesses pessoais, interesses de senhores e para um modelo de produção externo. Não havia aqui, portanto, uma ciência do tipo experimental, com metodologias bem construídas ou um fundo sociológico de categorias bem alicerçadas, não, “o que aqui se consome são modelos evolucionistas, e social-

darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação.” (Schwartz, 1993, p. 30)

Os intelectuais que prefiguravam o quadro de produção da ciência e das letras no Brasil ocupavam a reprodução dos esquemas de dominação implantadas pelo colonialismo, na definição de objetos de conhecimento, na racionalização reducionista destes objetos e na repetição de preconceitos contra estes objetos, especialmente sobre os negros. Estes intelectuais entendiam que “negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – classes perigosas a partir de então – [...] transformaram-se em ‘objetos de ciência’. Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades.” (Schwartz, 1993, p. 28).

Este pequeno e distinto grupo da sociologia do conhecimento nacional apregoava formas de dominação através do uso de artefatos impressos, tais como ensaios míticos da nação, anais, efemérides de períodos históricos, relatórios de viagens, literaturas naturalistas e, também, os livros de referência como os “os dicionários de nossas línguas nativas feitas pelos jesuítas [que] passaram a ser estimados, pois neles se escolhiam termos indígenas que poderiam ser entremeados às estrofes dos novos poemas” (Schwartz, 1998, p. 131). Dicionários, como os de Rafael Bluteau e de Antonio de Moraes Silva, serviram de apoio para novas obras nesses institutos e, especialmente, novos dicionários foram construídos por um universo de intelectuais que começava a se especificar, mas, sobretudo, começavam a se engajar em uma produção nacional dentro das novas instituições de produção que se apresentavam, tais como o IHGB.

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a "Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (Schwartz, 1998, p. 131)

Uma árdua tarefa requerida em um período muito adverso do regime monárquico, em virtude das revoltas que se apresentavam por todo o território que representava um enorme desafio para a administração do Paço Imperial, por um lado dimensão territorial extremamente larga e, por outro, diferenças regionais óbvias. Um desafio que se pretendia vencer com o uso do fundo colonial português como norteador que, apesar de extremamente frágil como epitome, funcionava como alegação argumentativa (Costa, 1999).

Apesar da independência proclamada em 1822, política e socialmente a postura apresentada era de manutenção da relação centro-periferia, metrópole-colônia, a manutenção do território definido pela origem colonial portuguesa, como baliza histórica e fundante, mas,

também, ainda como necessidade política de reconhecimento, elemento que o bolivarianismo havia tentado realmente enfrentar, o que, por consequência, gerou territórios segmentados na América Espanhola, a necessidade ali era pela ruptura (Prado; Pelegrino, 2014). Por mais que a independência houvesse sido reivindicada no Brasil, ela não aconteceu na prática. Portanto, o empenho em construir um mito edificador original que distinguiu o Brasil de Portugal em níveis simbólicos e memorialistas não era só importante, mas essencial, e o instrumento para sua articulação foi o IHGB. É exatamente por isso que a atenção dada pelo estado, bem como os investimentos financeiros, aumentaram gradativamente, sobretudo com a participação do imperador D. Pedro II nas reuniões do instituto a partir de 1840. “Desta data em diante, o Instituto Histórico funcionará como uma espécie de porto seguro, um estabelecimento oficial para as experiências do jovem monarca, crescentemente empenhado em imprimir um “nítido caráter brasileiro” à nossa cultura”. (Schwartz, 1998, p. 127)

O interesse do Imperador e, por consequência, do próprio estado brasileiro não era só financeiro, mas completamente ideológico e engajado na produção de uma narrativa que identificasse o Brasil e o localizasse como uma nação entre as outras nações existentes. D. Pedro II entendia que isso era imprescindível na tentativa de postular um reconhecimento internacional (ou melhor, reconhecimento por parte das nações europeias), mas, sobretudo, na edificação de uma memória fundante. Uma memória que precisaria do engajamento dos intelectuais, um conjunto de homens de letras e de “sciencia” que começaram a ocupar espaços de prestígio, e o próprio D. Pedro II entendia-os, a partir da experiência francesa, como essenciais para a construção da nação brasileira. A história de uma nação que seria estudada no Colégio Pedro II, o qual o imperador também lhe dedicava atenção, tal como no IHGB, com investimentos e visitas constantes. O próprio D. Pedro II se entendia como um intelectual e, por isso, sua constância e acompanhamento das reuniões do IHGB – 506 reuniões entre 1849 e 1889. Ainda nas vésperas de ser retirado do poder, de ser extraditado pela República que se apresentava em novembro de 1889 ele ainda se mantinha como um assíduo representante e participante das reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro empenhado em construir uma memória nacional com seus intelectuais. Ou seja, desde 1840,

Seguindo o exemplo passado do Luís XIV, o monarca formava sua corte ao mesmo tempo que elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que simbolizassem. Em uma situação de consolidação do projeto monárquico, a criação de uma determinada memória passa a ser uma questão quase estratégica. (Schwartz, 1998, p. 128)

Esse conjunto de intelectuais reunidos deveriam seguir o empreendimento de produzir uma memória mítica fundada na “junção” dos três tipos brasileiros, o europeu português, o indígena e o negro africano, “juntos” na narrativa, mas em uma escalada desigual de sentidos organizados pelo esquema de dominação europeu que subjugava indígenas e negros africanos. Assim, “a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas” (Guimarães, 1988, p. 6). Dificuldades com as quais o estadista e naturalista que acompanhou o início do projeto de montagem do estado-nação brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, parecia um pouco cético, bem como em relação à capacidade dos intelectuais brasileiros em superá-las, ao ponderar em 1813: “amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político” (Dias, 1972 apud Guimarães, 1988, p. 6).

Entretanto, independente das dificuldades, sob a vigília do Estado Imperial, os resultados foram obtidos pelo IHGB no tocante à empreitada de montar uma narrativa fundante. O instituto seguiu um padrão estilístico de construção histórico narrativo advindo do modelo de dominação português que definiu a subordinação de indígenas e negros ao conquistador europeu civilizado e católico. Isso foi repetido por cada um dos intelectuais do IHGB em cada uma de suas obras, ora ponderando em uma esfera da história nacional, ora ponderando na esfera da história regional.

No que diz respeito à história regional, um caso emblemático e representativo foi o da história do Maranhão, sob a orientação do IHGB. Foi publicado o “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão” do historiador, professor e médico caxiense Cesar Augusto Marques, publicado em 1870. Mesmo que os dicionários já não fossem mais tão comuns e importantes como foram no século XVIII, César Marques se afeiçoava à ideia de erudição que as obras de referência evocavam, mas, além disso, ele entendia que o dicionário continuava como um importante elemento difusor e norteador de informações que pudessem guiar novatos e acadêmicos. Isso motivava a construção de um dicionário que servisse para o público em geral, bem como para aqueles que pudessem ser “cientistas” ou professores da História e da Geografia.

César Marques era membro do Instituto e, como tal, seguiu o modelo básico de filiação da obra: pré-textuais de apresentação e exaltação à figura do imperador; símbolos, dizeres ou dedicatórias da filiação ao instituto; e construção textual com enormes transcrições documentais e apresentações factuais da história local e/ou nacional. De imediato já podemos destacar seu zelo em dedicar glórias a figura do D. Pedro II: “A sua Majestade Imperial, o

senhor D. Pedro II como incansável protetor das letras e estudioso cultivador da História Pátria, oferece respeitosamente este tributo, pequeno mas nascido D’Alma, do profundo respeito e veneração, que lhe consagra o autor.” (Marques, 1970, p. 49) o que imediatamente comunga com o acompanhamento de D. Pedro II ao IHGB, bem como com apoios financeiros do estado ao instituto, mas, sobretudo, evidencia um direcionamento estatal das produções historiográficas construídas pelo instituto.

A obra ainda escancara a filiação entre o dicionário e o próprio IHGB, além de dedicar elogios a diferentes literatos no decorrer da obra, pois o próprio título segue uma filiação institucional “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão” que faz menção imediata à instituição de pesquisa do império, “Histórico-Geográfico”. Estas eram as disciplinas essenciais para a construção memorialista da nação, História e Geografia, mas, subordinando o espaço geográfico as ações da história, sim, pois, “a história é, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade”. (Guimarães, 1988, p. 14) Esse qualificador Histórico e Geográfico era também o direcionamento instrumental e metodológico do instituto empenhado na construção da nação.

Já pela adjetivação presente em seu nome Histórico e Geográfico, fica claro o projeto da instituição de trabalhar com o instrumental da história e da geografia. Na verdade, cada uma dessas matérias forneceria os dados imprescindíveis para a definição do quadro nacional em vias de esforço; história e geografia enquanto dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado. (Guimarães, 1988, p. 14)

O próprio dicionário de César Marques segue essa lógica, ora privilegia a história dos grandes homens maranhenses e seus feitos, bem como os marcos históricos que edificaram no Maranhão, ora cita a constituição de cidades, de regiões, de espaços no sertão e menciona povoados com reconhecimento histórico. Certamente, o limite do valor da sua obra está menos no método norteador que ele pressupõe que seja o trabalho do historiador e do geógrafo e mais no esforço colossal em dominar uma vastidão documental e referencial existente sobre o Maranhão. Cesar Marques domina uma vastidão de fontes que estão em diferentes arquivos particulares no Maranhão e no Rio de Janeiro, diferentes fontes como relatórios, memórias, anais e estatísticas de administradores coloniais.

César Marques ultrapassou, quase na totalidade das suas páginas, os métodos que por acaso pudessem norteá-lo nessa tarefa e preferiu não deixar de oferecer uma visão mais concreta, mais original de nossas coisas, que outros escritores, evidentemente mais engenhosos, só seriam capazes de apreciar ou julgar. (Nonato apud Marques, 1970, p.15)

César Marques funcionou como um marco na produção historiográfica local e nacional, tanto pela laboriosa produção referencial, quanto pela amplitude documental e histórica que alcança, mas, de fato, pouco tinha de metodologia histórica clara e, ele mesmo, nunca pleiteou ser historiador, era um homem de letras, em parte por ter uma formação diferente; mas, principalmente, pelo fato de a própria ideia de história no século XIX ser menos profissional e mais modista. César era um intelectual aos moldes da “ciência” do XIX no Brasil, momento em que a “ciência penetra primeiro como ‘moda’ e só muito tempo depois como prática e produção” (SCHWARCZ, 1993, p. 30). Assim, ele segue um caminho extremamente factual e personalista na construção das referências que dava notoriedade na história do Maranhão. Era um literato mais por interesse pessoal do que por mérito profissional e com uma ambição clara de emplacar o sucesso de seus escritos através do IHGB.

Este literato saiu do Maranhão para estudar medicina em Coimbra, correspondendo a desígnios paternos, mas, em 1846, por conta da chamada Revolta do Minho contra o governo conservador de Antônio Bernardo da Costa Cabral, a universidade de Coimbra é rapidamente fechada, interferindo nos estudos do maranhense, fato que o obriga a retornar para o Brasil e concluir seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia, onde pôde conhecer diferentes letrados e se tornou um homem de letras que se apaixonou pela história. Lá, formou-se como médico, vindo exercer a medicina não em Caxias, onde a família residia, mas em São Luís do Maranhão, mantendo proximidade com a intelectualidade local. Foi justamente na década de 1850, já como médico e professor em São Luís, que resolve se dedicar à construção de um dicionário que pudesse dar subsídios para a produção da história maranhense (menos por ser médico e mais por ser professor) e conseguir publicizar a história fundante do Maranhão. Portanto, Cesar Marques tenta dar conta da história maranhense e funcionar como um subsídio não só para os estudos sobre a história local, mas também como marco definidor da história do Maranhão a partir de verbetes norteadores sobre os acontecimentos e pessoas importantes da história local, lançando sua primeira versão do Dicionário Histórico-Geográfico em 1870.

Marques faz demonstrações vultosas sobre seu conhecimento da história do Maranhão. Em cada verbete transcreve passagens inteiras retiradas de documentos, seguindo o molde das enormes transcrições expostas nas revistas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Sua principal atenção recai sobre o verbete “Governo” que relaciona os governadores que guiaram o Maranhão até o momento da independência, um verbete com 76 páginas, além de citar estes mesmos governadores em outros verbetes. A história local, tecida no dicionário de César Marques, é factual, memorialista e episódica, com base na história de

homens brancos, europeus, ou descendentes de famílias europeias, latifundiárias e intelectualmente formadas.

Entretanto, a construção do dicionário não se limita somente à gesta dos grandes homens maranhenses, mas sua interpretação da realidade histórica local e se estende por outras áreas como alimentação, economia, medicamentos, empreendimentos comerciais e, ainda, escravidão. No que diz respeito ao verbete sobre escravidão, Cesar Marques, tal qual o próprio IHGB que fazia parte, se limita a dar poucos detalhes e a relatar pequenos pontos referentes ao período de entrada dos africanos no Maranhão, um fluxo que para ele acontece somente a partir de 1761 e termina em algum momento do século XIX, fato que ele não precisa exatamente.

Um verbete que foi abarcado em apenas uma página. Nele, cita o começo da escravidão com os indígenas e a liberdade deles através de decreto “graças às ideias de civilização, e dos esforços dos padres jesuítas”. A partir daí “apareceu a necessidade de substituição desses *braços*” (Marques, 1970, p. 264-grifo nosso). Ideia de “braços” no sentido de trabalhadores braçais para a confecção de produtos e o exercício de serviços diários, algo elementar e básico para o cotidiano da sociedade brasileira colonial e imperial, ideia que se repete nas obras do IHGB, mas sobretudo, em cada um dos elementos da historiografia maranhense posterior, como José Ribeiro do Amaral (1923). Jerônimo de Viveiros (1992), Mario Meireles (2001) e Jalila Ayoub Ribeiro (1990), dentre outros mais.

Cesar Marques está na base da maior parte das monografias, dissertações e teses produzidas desde o começo do século XX, bem como é referência nos livros didáticos da educação básica usados no Maranhão e sobre o Maranhão, e dele também se originam parte das informações sobre a escravidão (mesmo que restritas e poucas) que serão utilizadas nesses trabalhos. Nesse sentido, é bom destacar que ele serviu de base para dois principais livros didáticos sobre história local usados na educação básica no Maranhão, O “Terra das Palmeiras”, de Maria Nadir Nascimento, e o “Conhecendo e debatendo a História do Maranhão” de Joan Botelho, o primeiro lançado em 1977 e muito comum nas escolas nas décadas de 80 e 90, o segundo, de 2008, e, relativamente, bastante usado na década de 2010 em algumas escolas do Maranhão, especialmente no antigo CEFET (hoje IFMA), onde o autor trabalhava.

Retomando o sentido de “braços” para o trabalho, César Marques resume o trabalhador escravizado africano ao de instrumentos para a produção, para o serviço, para o lucro na comercialização e, especialmente, para a exportação agrícola. O sentido de “braços” para o trabalho manual lançado na obra de Cesar Marques sem qualquer problematização e como pressuposto argumentativo para a instrumentalização e coisificação histórica do sujeito escravizado negro, reduzindo e naturalizando o passado histórico do negro ao trabalho, a

bestialização e a instrumentalização de seu corpo, um corpo em atividade constante e, como dito por Antônio de Moraes Silva, em “exercício corpóreo, rústico e mecânico” (Silva, 1789, p. 478).

Para César Marques, os trabalhos braçais, manuais e excessivamente técnicos, só poderiam ser feitos por indivíduos específicos. Se antes eram os indígenas que realizavam esse tipo de trabalho, que a formação cristã e civilizada de Marques afirmava como injusta para com os “bons selvagens” indígenas, era natural haver, com a liberdade indígena, a substituição pelos negros africanos, aparentemente mais adequados ao tipo de dominação colonial imposta. Esse tipo de pensamento era fruto de dois movimentos estruturantes e iniciados na sociedade colonial. Primeiro, o movimento iniciado pela estrutura escravista que se mantinha mesmo após o fim do período colonial, exportando os frutos do trabalho americano para a Europa e submetendo uma grande massa de indivíduos trabalhadores negros ao sistema de dominação ocidental e, além disso, o movimento de construção e de manutenção do sistema colonial que não se fazia mais presente enquanto estrutura política, mas ainda usual e presente como estrutura de dominação do ocidente sobre Brasil, do centro sobre a periferia e da classificação racial sobre um largo estrato de trabalhadores voltados para o “braçal”, para o trabalho manual, rústico e para o trabalho excessivamente mecânico.

Assim, neste pequeno verbete sobre “Escravidão” se revela muito do pensamento colonizado e colonizador de Cesar Augusto Marques, pois ele naturaliza a presença escrava, primeiramente indígena e, posteriormente, negra africana. Esses “braços” negros usados como instrumento de trabalho foram necessários para substituir os trabalhadores indígenas, se por um lado a civilização e a cristandade através dos jesuítas parece ter “salvado” os indígenas do trabalho braçal, por outro, os africanos vieram para manter a existência do trabalho escravo, pois ele entendia a escravidão como natural. Entraram em tão grande volume “que se pode considerar hoje como um dos três grandes elementos de sua população”, repetindo a mesma lógica interpretativa do IHGB sobre a composição da nação brasileira. Mas dos três, era a menos quista, quiçá sem valor algum. Cesar Marques interpreta a presença dos africanos, mesmo que necessária, ainda com encargos negativos para o campo da moralidade. “Estes africanos se concorriam para aumentar a riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes por seus atos menos decorosos, seu pouco pudor e sua tenaz audácia”. (Marques, 1970, p. 264) Assim, por ser um livro base, uma obra de referência pela proeminência histórica e historiográfica que ocupa e uma obra referência nas diversas consultas, como atalho para compreender a história e geografia sobre o Maranhão, o dicionário Histórico e Geográfico apresenta neste verbete sobre escravidão um conjunto de descrições generalizantes e ambíguas,

e o escravo aparece ora como instrumento acéfalo da vontade de outrem, ora como corrupto moral que suja a ambiência pública.

César Marques, obviamente, não é um sujeito isolado, ao contrário, ele é partícipe de um contexto intelectual e produtor de imagens nefandas sobre indígenas e negros africanos. No cenário nacional, no próprio IHGB, os intelectuais reconheciam a presença dos escravos africanos dentro do campo mercantil exportador, sua importância não é imbuída de qualquer valorização, mas de uma naturalização do trabalho forçado braçal, tal qual Marques. Os africanos eram descritos como peças, objetos, artefatos frutos da dominação – não lhe é reconhecido história, contexto, resistência ou qualquer forma de agenciamento. César Marques acompanha a interpretação do instituto e legitima com o verbete sobre escravidão a ótica do IHGB.

Além disso, é importante ainda considerar que não existe qualquer menção a fugas de escravizados, ou quilombos no dicionário de Marques. A única menção a “Mocambo” é quando cita uma comunidade de mesmo nome em uma cidade próxima a capital como um “povoado pertencente à vila de Rosário” (Marques, 1970, p. 483). Mocambos são pequenos quilombos constituídos, sobretudo, por negros fugidos, termo muito mais utilizado na região norte e representam boa parte das comunidades de cor do interior do estado maranhense, neste caso é também um nome de uma comunidade de negros na região rural de Rosário. Além disso, a única menção ao termo “preto”, acontece quando situa o Rio Preto, na região leste do Maranhão. Dito isso, as representações sobre os negros são eivadas de recursos estilísticos de dominação que asseveram imagens de subordinação de negros pelo país a fora e, neste caso, especificamente, nos verbetes de César Marques que condicionou inúmeras outras literaturas posteriores no Maranhão, inclusive em artefatos para a educação básica.

Certamente, é importante destacar que César Marques é um autor branco, em um contexto escravista, provavelmente descendente de um pequeno senhor de escravos, não era abolicionista. Mesmo que conhecedor das ideias de classe quando menciona a existência de “cursos noturnos para as classes operárias”, estas não se aplicavam aos negros e indígenas, (poderia ele estar mencionando a chegada dos primeiros imigrantes europeus impulsionados pela política de terras de 1850?). (Marques, 1970, p. 404) Ao contrário, “classe” é um termo um pouco flutuante e ocasional por todo o dicionário. Ao que nos parece, as “classes”, para Cesar Marques, eram grupos de trabalhadores sem relação restrita e imediata com negros e indígenas que trabalhavam como livres em diferentes funções urbanas e que passavam por um curso de formação noturno no Maranhão chamado de “Onze de Agosto” (Marques, 1970, p. 501), uma sociedade independente e comercial para a instrução pública, algo como um curso

profissionalizante nos dias atuais, que preparava homens e mulheres trabalhadores livres para serviços urbanos. Diante disso, é possível afirmar que Marques percebe o curso “Onze de Agosto” de forma esfuziante, perspectiva reforçada pelo fato de que a fundação da sociedade ganha inúmeros elogios e um verbete específico, enaltecendo a iniciativa como “louvável”, “apropriada” e “tão útil” para um, ainda, “louvável fim” na formação específica de uma mão de obra que não fosse de negros africanos ou indígenas (Marques, 1970, p. 404).

César Marques, enquanto um descendente de senhor de escravos maranhense, dificilmente manteve qualquer relação interna com o movimento operário no Brasil, afinal o movimento operário aqui só iria explodir no começo do século XX, mesmo que por aqui já houvesse um ou outro filho de proletário europeu, bem como improvável que ele tivesse dialogado na Faculdade de Medicina da Bahia sobre qualquer movimento de Classe, afinal os cursos da faculdade, seguiam elementos similares dos institutos e das Faculdade de Direito, bem como do próprio IHGB, com lógicas de modismo intelectual aristocrático europeu e movimentos ideológicos de construção da inferioridade brasileira, discutindo um sentido ocidental para a nação brasileira, descrevendo a saúde mental dos brasileiros, ou, ainda, pensando a mestiçagem, etc, etc. Não. Cesar Marques viu pela primeira vez a “classe” em Portugal, (menos como conceito e mais como ação) nos movimentos que explodiam na Europa em 1840, fruto da primeira crise do Capital por conta da expansão da crise algodoeira que ironicamente o Maranhão também produzia em larga escala e exportava para as potências europeias, mantendo a indústria têxtil ocidental que explorava a mão de obra do operariado. “A revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848” (Hobsbawn, 2002, p. 64). Marques saiu de Portugal na alvorada dessas revoltas, quando a Revolta do Minho explodiu em Portugal, alastrando-se pela região centro-norte do país, levando ao fechamento da faculdade de medicina.

Assim sendo, César Marques vivenciou de perto a eclosão de um grande contingente de revoltas de classe colocadas em discussão nos corredores da Universidade de Coimbra, ele parecia não entender, mas compreendia sim que isso fazia parte do grande “brio” europeu, o qual ele admirava. Em parte, ele se apresentava no movimento de ocidentalização que acontecia agora dentro da própria América, com menor influência dos poderes externos metropolitanos e mais por interesses internos resultantes do colonialismo. Era a articulação institucional da ocidentalização proposta pelos próprios intelectuais nativos e locais, Marques, sob os preceitos do colonialismo, era sujeito condicionante no processo de formação de uma

sociologia do conhecimento nacional e fonte geradora e norteadora das produções subsequentes.

A partir do “Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão” se montava o degradê da formação social no Maranhão, conforme uma das principais obras de referência do estado, uma escala de reconhecimento para denegação, uma pirâmide social. Primeiro, obviamente, os senhores e governantes que lideravam as grandezas históricas da região, seguindo por um grupo ainda não bem definido nas referências de Marques, as ditas “classes”, às quais via com júbilo (ou por serem europeus ou por serem “classe”), e, por fim, os dois últimos, ocupando a mesma dimensão subordinada na estrutura escravista, os escravizados, primeiramente o indígena (que recebia o “perdão” da civilização e da evangelização europeia, sucumbindo em aldeamentos jesuítas) e, posteriormente, o negro africano sepultado sobre as auguras da instrumentalização do seu corpo e satanização de seus costumes.

Essa divisão social não é amplamente descrita e facilmente vislumbrada, como se esperaria de uma obra de referência como o Dicionário de Cesar Marques, mas é implícita na constituição de seus verbetes, especialmente, naqueles que falam do “Governo”, da “Escravidão”, dos “Indígenas”, e da “Instrução pública” e o “Onze de Agosto”. Para além disso, estão diluídos na construção da própria obra e tornam-se elementos importantes para a construção da historiografia maranhense e, sobretudo, fazem parte de um arcabouço de referências para as obras futuras e para a publicização de uma história e memória sobre o Maranhão.

O impacto da obra é importante, sobretudo, quando percebemos que ainda são poucas as obras historiográficas do Maranhão na segunda metade do século XIX. Nesse momento, trata-se de relatórios, memórias, escritos gerais, compêndios sobre o estado do Maranhão. A maior parte destes escritos como resposta às necessidades do estado português, ainda no período colonial. Os outros são os escritos mais diversos de Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa sobre pequenos cotidianos da vida do maranhense, retratos de sua sociedade. Neste cenário se posiciona Cesar Marques e a importância do seu dicionário como um elemento de peso que corporifica na região uma ciência historiográfica que sedimenta percepções negativas sobre os escravizados negros do Maranhão. É ainda mais importante dizer isso porque os dicionários caíam em desuso no século XX, a produção editorial de dicionários entrou em sério processo de restrição, o que tornaria a obra de César Marques como o último exemplar de um notório período de produções referenciais para responder questões e problemas na formação de um conhecimento local que define um sentido para a história e historiografia local e nacional junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2.3 Um dicionário para Práxis Negra: o intelectual revolucionário

A partir do que foi anteriormente apresentado, percebe-se que, na intransigência de um mundo acadêmico universitário cada vez mais restrito e reservado as especificidades de produção por área, os dicionários tornaram-se menos necessários. As obras de referência relacionam-se mais com o conhecimento universal e mais amplo e menos com campos reservados. Nesse sentido, o século XX representou um momento de relativa decadência para dicionários, mesmo que não abandonados, as obras de referências tornaram-se um modelo de consumo mais generalista e de representação intelectual mais modesta, mas ainda prática, sobretudo, para pequenos grupos da classe média brasileira que ansiava por encher suas pequenas bibliotecas. Em suma, sobre os dicionários, mais especificamente, foi inventada uma tradição mais restrita, normalmente entendidos como compêndio de vocábulos da lexicografia nacional que possa servir para a tradução e usados como obras de consulta em cursos de línguas ou cursos profissionalizantes, algo que perdurou até o fim do século XX.

No começo do século XXI os dicionários retornaram à moda, não unicamente como resposta a necessidades de tradução, mas respondendo a tentativas ainda pequenas, mas engajadas, de popularizar determinados campos e objetos de conhecimento. Em parte, movimentados por um mercado editorial que se expandia, mesmo que com serias crises de produção no Brasil, por outro, como resposta a demandas sociais diversificadas, pautas de movimentos sociais, referências para modelos de aula na educação básica e temas de diferentes curiosidades. Neste momento, é finalizada e publicada uma das mais importantes obras de referência para a história da escravidão negra no Brasil, e, sobretudo, e mais notório, para a circulação de conhecimentos práticos e atalhos para informação e compreensão sobre a escravidão de africanos no Brasil, o “Dicionário da Escravidão Negra no Brasil” de Clóvis Moura, em 2004.

O sociólogo piauiense Clóvis Moura¹⁰ foi um dos primeiros e mais proeminentes estudiosos dos estudos afro a lançar uma obra de cunho referencial com uma extensa compilação de termos sobre a escravidão, uma obra intitulada “Dicionário da escravidão Negra

¹⁰Clóvis Steiger de Assis Moura foi um intelectual negro do século XX, sociólogo, historiador e jornalista piauiense nascido em Amarante em 1925. Acompanhou a família por conta do pai, então funcionário da Receita Federal, em diferentes cidades pelas quais pôde seguir em um engajamento político e intelectual no Movimento Negro brasileiro. Na década de 40 esteve na Bahia onde ingressou na intelectualidade e militância negra e começou a participar do Partido Comunista Brasileiro (1945). Foi um dos maiores interpretes da escravidão brasileira, mas diferente de intelectuais como Gilberto Freire, não acreditava na cordialidade do negro no Brasil e destacava, especificamente, a luta do escravizados através da resistência quilombola e da fuga. (Oliveira, 2009)

no Brasil” com mais de 800 verbetes. Foi seu último trabalho em vida, construído após 30 anos de pesquisa para a composição de termos sobre escravidão no Brasil. A intenção inicial era publicar no centenário da abolição, em 1988, mas os problemas editoriais, bem como de pesquisa e verba, além de “uma série de razões que muito bem caracterizam o sacrifício de fazer pesquisa no Brasil atualmente”, levaram ao adiamento da publicação para o começo do século XXI, em 2004, um ano após sua morte (Moura, 2004, p.11).

O objetivo de Clóvis Moura era colaborar com a história sobre o negro no Brasil, respondendo a um problema contextual da sociedade brasileiras, a carência de informações norteadoras e pontuais sobre a escravidão de maneira mais acessível e pública. Apesar da escravidão ser um grande trauma dentro da história nacional, estudos que pudessem caracterizar, delinear e descrever parte da existência escrava de maneira mais profunda, no sentido da existência dos escravizados em si, eram escassos na produção sobre o tema, bem como eram restritas aos pesquisadores especializados, e, portanto, a compreensão, por parte da sociedade em geral, era limitada ao espectro da existência de um homem negro escravizado seminu em uma lavoura, ou, ainda, sob açoites constantes.

É importante destacar que Clóvis Moura não escrevia apenas para o público universitário, mas também para o público em geral. Isso o transformava em um intelectual distinto, avesso à academia, frequentemente interessado na realidade social contemporânea, por vezes com um engajamento contra as desigualdades raciais, e, por isso, dividia a sociologia entre “acadêmica” e “dinâmico/radical” da práxis (Mesquita, 2003; Oliveira, 2009).

Clóvis Moura seguiu à risca a premissa de que o intelectual deve ser solidário às minorias, aos subjugados, aos oprimidos, aos discriminados, quando em seu trabalho intelectual buscou enaltecer a importante participação do negro na constituição da sociedade brasileira, este discriminado, preterido etc., e sua luta ofuscada, principalmente no que tange à incansável batalha para pôr fim à escravidão. Colocou-se também como um dos porta-vozes dos negros em sua luta de séculos por uma verdadeira cidadania social e política, quando questiona o modelo atual de globalização, o capitalismo dependente brasileiro, o conceito de "democracia social" e a historiografia "oficial" que ofuscou e esvaziou a importante participação negra na construção do Brasil. (Mesquita, 2003, p. 571)

Sua postura ácida contra a academia afirmava que “a sociologia acadêmica, em determinados momentos, pode, quando muito, refletir apenas uma consciência crítica, reformista, mas nunca uma consciência revolucionária” (Moura, apud Mesquita, 2003, p. 566). O pensamento mouriano funciona contra um padrão reformista acadêmico que se reproduzia na sociologia do conhecimento nacional norteada por um modelo eurocentrado de *epísteme*, que,

por consequência, mantinha as formas de dominação europeu sobre o proletariado negro brasileiro e impedia as ciências humanas e sociais “de colocar-se ao lado daquelas forças, grupos ou instituições que são a expressão da necessidade de projeção de uma nova sociedade”. (Moura, apud Mesquita, 2003, p. 567). Por isso, Erika Mesquita define o envolvimento social e político de Clóvis Moura, no PCB, seus diálogos intelectuais com Caio Prado Junior e Florestan Fernandes, bem como seu articulado pensamento engajado, como a expressão de um intelectual revolucionário.

O autor [Clóvis Moura] não se preocupou em fazer carreira acadêmica, mas sim em contribuir com uma interpretação, no mínimo, autêntica da realidade brasileira, e acima de tudo em bases dinâmico-rebeldes, isto é, com uma postura crítica e uma proposta radical de mudança da sociedade. Portanto, podemos aplicar o conceito de "intelectual revolucionário" a Clóvis Moura, com todo o peso e o significado que este conceito possui e agrega. (Mesquita, 2003, p. 563)

É o intelectual revolucionário que tenta entender e discutir a realidade nacional, mas, sobretudo, articula maneiras de intervir e transformar esta realidade, tentando encontrar caminhos para enfrentar a dominação promovida pelo sistema e incluir grupos oprimidos, excluídos e periféricos, por isso seu pensamento é revolucionário. Por conta disso, pretendia ir para o enfrentamento não somente na produção do conhecimento sobre a escravidão, mas também para o uso e publicização dessa escravidão no meio social.

O esquema metodológico, as chamadas hipóteses de trabalho desses estudiosos desejam encaixar o negro como escravo na economia sertaneja; e ele sobra... Partindo de atitudes mentais que foram sedimentadas nas pesquisas, trabalhos e conclusões realizadas em relação ao negro da orla litorânea, onde se estratificou na sua forma mais completa o sistema escravista de trabalho, *não conseguem ver o elemento negro senão dentro dessa categoria (escravo), assim mesmo deformada por uma série de racionalizações, como a da docilidade do africano, do seu masoquismo, da sua passividade...* (Moura, apud. Oliveira, 2009, p. 79, grifo nosso)

Erika Mesquita destaca como o autor fazia uma sistêmica oposição ao modelo acadêmico de produção do conhecimento produzido nos campos intelectuais acadêmicos brasileiros, mas ela cai na repetição do modelo reformista ao colocar isto em primeiro plano e reduzir o engajamento da *práxis* como uma ação menor contra a academia e mais como uma ação à favor dos negros, uma *práxis negra*.¹¹ Clóvis Moura não era só o intelectual que se

¹¹ Claro que isso não significa que Clóvis Moura não se sentisse incomodado com o fato dos acadêmicos não o aceitarem, o que projetamos aqui, é que independente do seu ressentimento, que “está menos relacionada com a postura crítica e radical do autor e mais à pouca aceitação de suas ideias nos círculos intelectuais que integrou, seja o círculo de pensadores comunistas ou, ainda, os intelectuais acadêmicos” (Oliveira, 2009, p. 95),

opunha à academia e valorizava os excluídos, pois essa valorização se estendia a favor dos excluídos negros, pois o autor entendia que neste processo a visão coisificada do escravo era um dos principais obstáculos na construção de uma consciência histórica.

Destarte, Clóvis Moura, nas palavras de Fábio Oliveira, “radicalizará seu projeto intelectual, por dentro e contra um marxismo que coisifica o africano-negro-escravo e assentará as bases, em nosso entender, de uma sociologia da práxis negra” (Oliveira, 2009, p. 80). É importante, então, situar que desde seu primeiro livro, *Rebeliões da Senzala* de 1959, a relação conflituosa com os intelectuais de gabinete das universidades brasileiras se demonstrava. A ideia de mostrar um escravo rebelde e não submisso aos açoitos de um modelo opressor enviesado pela produção agroexportadora, um escravizado que podia organizar levante, montar quilombo e seguir para guerrilha. Na abertura do livro, ele mostra esse descontentamento com a universidade reformista que condiciona o escravo a uma existência muda.

O livro surgiu levantando a temática e a problemática dos conflitos entre senhores e escravos num momento em que os setores mais categorizados da nossa historiografia afirmavam o contrário. Surgiu solitário e pioneiro numa época em que, por exemplo o próprio Fernando Henrique Cardoso, apesar da sua contribuição à análise do sistema escravista no Brasil, afirmava que os escravos foram "testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo. (Moura, 1981, p. 1)

Em suma, esse foi o principal mote contra o qual Clóvis Moura organiza seu levante literário, contra os modelos interpretativos reformistas que asseveravam a manutenção na memória coletiva nacional de um escravizado como instrumento, como objeto vivo, que fala, mas ainda passivo, como um testemunho mudo sem importância, algo reproduzido em mídias, artefatos culturais e recursos didáticos diversos. Assim, de um lado, temos um modelo hegemônico de interpretação do escravo sem agência, um instrumento, um animal. e, do outro, Clóvis Moura apresentava um escravizado negro que lutava pela ideia de liberdade que lhe era suprimida, pela agência que lhe era negada, tal qual Moura acusa na abertura de “Rebeliões da Senzala”.

Por assim dizer, o objeto fundante da realidade brasileira era o escravo e a divisão social concebida a partir de sua existência ou, ainda, a sociedade escravista sedimentada a partir de uma tese e antítese, de um escravo e de um senhor de escravo. Eram, sim, os pontos de origem, mas a partir dele que poderíamos definir outra variabilidade de grupos e agentes sociais. A partir de seu livro a “rebelião nas senzalas” ele constrói uma forma de entender toda a

independente desta pouca aceitação, o seu empenho era com a tese da complexidade do ser escravo, que, por sua vez, desembocaria na complexidade da práxis negra.

sociedade pautada na existência histórica do escravizado negro africano e de seu opositor que possuía os meios de produção.

Demograficamente, aumentou em ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do ponto de vista sociológico cindiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos, ligados economicamente – em face do monopólio comercial – à Metrópole; outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil-Colônia e era que produzia toda a riqueza social que circulava nos seus portos (Moura, 1959:20). (Moura, apud. Oliveira, 2009, p. 85)

Esse esquema era a base de compreensão da exploração colonial, que significava muito mais que a existência de um senhor e seu escravo, mas significava também a expressão de um domínio europeu que se repetiu na cadeia de relações sociais de domínio e de subordinação dentro da complexidade das relações sociais brasileiras. É por isso que formas de publicizar o conhecimento, através de redutos educacionais, espaços de memória e obras de referência como os dicionários. Nesse sentido, o dicionário de Clóvis Moura, *Escravidão Negra no Brasil*, é muito importante para a construção de uma escravidão com sentidos mais amplos, esclarecendo possíveis ocupações praticadas por escravos, personagens históricos na escravidão e, mais importante, a enorme extensão ocupada pela escravidão na formação colonial brasileira.

Logo, Clóvis Moura define a “escravidão” moderna como o principal tópico para entender o “modo de produção” que condicionava e construía o *ethos* da existência nacional. Nele, Moura afirmava que o escravo era fruto de um sistema, de um “modo de produção que surgiu com o mercantilismo e a expansão do capitalismo, sendo um dos elementos constituintes básicos da acumulação primitiva de capital”. O escravizado era fruto de um sistema de exploração instituído por uma metrópole que relia “as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo sendo a mais importante a situação do escravo como *instrumetum vocale*, isto é, sua equiparação as bestas, existindo por isso a redibição em caso de defeitos físicos” (Moura, 2004, p. 149). Isso aconteceu, sobretudo, nas colônias o que acarretou a desigualdade reinante nas colônias e especialmente no Brasil.

É desta maneira que o escravo é o elemento de uso, mas, também, de expressão do trabalho forçado que se repete dentro da estrutura social brasileira, subordinando o “proletariado negro” às condições de submissão impostas por uma metrópole europeia. Afinal, “a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, fato que se iria verificar nas colônias, através de mecanismos impostos pelas metrópoles e de códigos negros ou outros tipos de leis.” (Moura, 2004, p. 149).

Assim, o escravo é, ao mesmo tempo, a coisa do trabalho e o recurso de interpretação dos nossos condicionantes sociais que estabelece a desigualdade e, sobretudo, a partir do qual podemos ver e entender a desigualdade. Nesse sentido, é importante destacar que “no Brasil, o modo de produção escravista durou quase 400 anos, influenciou poderosamente no *ethos*, da nação e até hoje há, vestígios das relações existentes naquele período, marcando as limitações do capitalismo dependente que o substituiu” (Moura, 2004, p. 150)

Através da práxis negra mouriana, podemos dizer que a escravidão não é só o senhor e o escravo, reduzidas no reformismo intelectual das interpretações acadêmicas sobre a escravidão que mantém uma leitura ainda reducionista do escravizado, mas na realidade o ponto de partida. Devemos também demonstrar como o escravizado enfrentava esse sistema tanto na guerrilha, quanto no quilombo, e nas diferentes relações que mantinha em outros espaços de enfrentamento. Clóvis Moura ainda identifica, descreve e delinea os tipos de escravos (de ganho, urbano, alugado, doméstico, escultores, etc), destacou a escravidão nos principais pontos da história nacional (a invasão holandesa em Pernambuco, a guerra dos Farrapos, a Revolta de Beckman no Maranhão); ponderou possíveis fontes interessantes e ilustrativas de como o escravo era visto (como as revistas *Ilustrada*, *Exposição* e *Lanterna Mágica*); e, considerou rápidos adendos sobre as deidades da religião afro-brasileira (Exu, Iansá, Oxalá, Oxumaré). Essa estratégia de exposição sobre a escravidão negra no Brasil produziu uma “vitrine” variada do modelo de exploração da mão de obra escravizada, sem restringir, mas compartimentando conhecimentos práticos nos verbetes, sem operacionalizar através de extensas metodologias, mas ainda apresentando um mundo palpável. Assim, ele nos apresenta itens, termos, informações e conteúdos mais específicos da escravidão dentro da história nacional, para um público mais amplo, popularizando um tema de grande simbolismo para o mundo negro.

Portanto, o dicionário apresentado por Clóvis Moura é, por um lado, a apresentação de pontos da diversidade do mundo escravizado negro que pode ser apresentado ao amplo público fora dos limites acadêmicos, e, por outro, o dicionário era a maneira de destacar a história sobre a escravidão como essencial para o entendimento da história brasileira, um objeto central para a interpretação da nação. Era a partir da escravidão que poderíamos perceber diferentes contextos históricos do Brasil, vetor transdisciplinar de compreensão das realidades brasileiras, que o conhecimento humanístico acadêmico resistia em transpor para a população em geral. Afinal, se o mundo acadêmico parece trazer tantas informações inovadoras sobre o mundo escravo, o faz de uma maneira sem muito diálogo e com baixo espectro de alcance, sim, pois apesar do rico conteúdo já existente nas décadas de 70, 80 e 90 sobre a realidade enfrentada pelos escravizados e seus mecanismos de resistência, esse conteúdo não era nada combativo

contra as imagens cristalizadas que se repetiam dentro do conhecimento popular e na formação social fora da academia, não alcança, até hoje, os nichos mais populares.

Sendo assim, as proposições as quais o autor piauiense se coloca é de enfrentar um modelo de interpretação ainda eivado de simbolismos elitistas e constituído por desigualdades, sem diálogo com a comunidade, reproduzindo em si mesmo os mecanismos das desigualdades. Forma assim, um objeto de conhecimento que parece ilhado nele mesmo pela academia que o constrói, mantendo-o distante dos populares que lhe dão sentido, a sociedade geral, negra e proletária. Ao propor um material referencial, Clóvis Moura tenta um modelo de revolução através da produção e publicização do conhecimento, transmitindo o conhecimento das pesquisas acadêmicas em formatos mais acessíveis ao público.

O dicionário apresenta “*uma obra prática e informativa*” que fornece não apenas ao *grande público, mas também a comunidade negra interessada*, subsídios capazes de informá-los sobre esse longo período da história brasileira” (Moura, 2004, p.12, grifo nosso). O dicionário era, assim, o produto de duas facetas imbricadas do sociólogo mouriano, aquele que entende o conhecimento como uma forma de ação, e sua publicização como a base para a transformação social, resultando, por consequência, em um campo da *práxis negra*¹². A práxis mouriana inscrita no dicionário já era a tentativa de uma história pública preocupada em como o objeto de conhecimento chegaria, através de uma linguagem “prática e informativa”, ao amplo público, mas, sobretudo, “a comunidade negra interessada”. Dessa maneira, Clóvis Moura apresenta-se como um intelectual engajado “sendo um criador e procriador do desassossego e da dúvida, tomando partido do progresso das minorias, que no seu caso, são os negros na sua luta contra o racismo, logo, contra a desigualdade e o capitalismo” (Mesquita, 2003, p.563).

Atualizado, assim, com as facetas de um capitalismo que criava e se aproveitava de desigualdades sociais e tentava, a partir desse capitalismo, disseminar instrumentos para vencê-lo, ele foi o primeiro a perceber que parecia haver “uma tendência intelectual-editorial que se observa atualmente entre nós, a de se publicarem dicionários sobre aspectos ou temas específicos da vida nacional.” (Pereira, 2004, p. 09). Ainda mais quando percebemos o próprio enredo da produção histórica dos dicionários no ocidente, por um lado, artefatos que respondiam a ansiedades de domínio ocidental através da sociologia do conhecimento ao

¹² “Definimos por Sociologia da Práxis Negra o núcleo do pensamento mouriano a partir da articulação entre seus estudos sobre a rebelião negra e a sociologia da práxis que se constituía, em linhas gerais, como crítica radical à sociologia acadêmica” (Oliveira, 2009, p.14). Portanto, o pensamento mouriano é dedicado a repensar e colocar como o negro brasileiro como sujeito ativo e reativo dentro das estruturas que lhe castigavam, como a escravidão, e, por consequência o próprio capitalismo. Clóvis Moura faria isso de duas formas, ao repensar a existência da escravidão no Brasil, a partir da rebeldia escrava, e por ir de encontro ao modelo de construção intelectual acadêmico.

oferecerem suporte em meio a uma ampla gama de informações e, por outro, obras de referência que poderiam nortear a produção e reprodução de preceitos, preconceitos e elementos de dominação cognitiva. Obras de referência produzidos por intelectuais elitistas e eruditos como Rafael Bluteau, Antonio de Morais Silva e Cesar Augusto Marques são norteadores de uma visão sobre a escravidão que continua condicionando um modelo de formação nos espaços educacionais. Nesse sentido, Clóvis Moura fez algo original, único e reativo, não só por ir de encontro aos outros dicionários produzidos ao final do século XX, obrigações linguísticas e curiosidades ocasionais, mas por construir uma obra de referência sobre uma temática como a escravidão.

Assim sendo, o dicionário era, ao mesmo tempo, uma vontade engajada que correspondia às expectativas de intelectuais negros com quem se relacionava desde a década de 40, quando passou pela Bahia, mas, também, era a resposta a uma interpretação vazia e elitista sobre um dos principais temas que temos dentro da sociologia do conhecimento nacional. Uma vacância que precisava ser preenchida de alguma maneira. Era, assim, na própria vivência de Clóvis Moura que podemos perceber um tipo de memória que permanece em constante conflito, uma forma de memória social, reflexo dos traumas culturais que sofremos enquanto nação no período escravocrata. A escravidão, sua existência e as interpretações que diferentes intelectuais fizeram sobre ela alicerçaram formas de dominação no mundo contemporâneo que precisamos avançar no seu enfrentamento.

Em suma, Clóvis Moura aparece como um intelectual da ação oriundo do movimento negro no Brasil. Nesse sentido, seu rumo para a composição de uma história da escravidão no Brasil é muito importante, e sobretudo, um dicionário sobre a escravidão no Brasil torna-se algo imprescindível, pois mantém um ponto de diálogo para com um grupo de intelectuais negros, tanto no movimento negro, quanto fora dele – e nesse sentido sendo a base de diálogo na construção de uma memória específica de um grupo. Mas, também, por ser um importante recurso de referência para a manutenção de uma memória histórica e didática para o ensino, seja básico, seja superior, e, portanto, indo para além de uma memória de grupo, do movimento negro, mas como artefato de embate contra a Memória do Cativo, da dor, da violência, da subordinação.

Assim, um produto como o de Clóvis Moura serve de base para estudar a escravidão, mas sobretudo, possibilitar ao leigo, não acadêmico, a compreensão sobre diferentes elementos tangenciais da escravidão, funcionando como uma estratégia simples para publicizar e enfrentar o principal trauma nacional. Essa estratégia de um dicionário ilustrado sobre escravidão é um ponto de partida para estratégias outras, possivelmente promotoras da

historicidade dos escravizados, veiculado através de uma história pública em diferentes frentes de embate da práxis negra nos espaços de formação formal e informal, servindo por um lado, para aumentar a compreensão sobre o mundo dos escravizados em verbetes não incluídos por Moura, mas para delinear estratégias que podem ajudar no exercício do ensino de história e da promoção de uma memória para além da dor do cativo.

2.4 Escravidão, memória e trauma cultural

A escravidão já foi muito pensada e discutida por todo o século XX, tanto na relação antagônica entre senhor e escravo, quanto na estrutura econômica que produz os escravizados e o impacto desses escravizados na herança cultural e constituição brasileira, tanto em dicionários de acesso público, como em espaços e artefatos culturais de origem acadêmica e universitária. Nesse campo, o modelo que melhor pensou a agência e a experiência dos escravizados foi a abordagem micro dentro do campo da História Social do Trabalho, especialmente nos exemplos constituídos por João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus Carvalho, que demonstram trajetórias de diferentes grupos quilombolas e de escravizados aguerridos contra a sociedade escravista, aderindo à historicidade e ao reconhecimento da história africana na formação americana. Esses trabalhos vão além da retórica acadêmica, são exemplos tanto de metodologias interpretativas que consideram a agência entre os escravizados, quanto de novas informações sobre a sociedade escravista, bem como ainda servem de substrato para construção de materiais didáticos com alto potencial lúdico, mas de baixa circulação nos espaços de formação de professores.

Fora estes exemplos, grande parte dos trabalhos lida com o “escravo” negro, homem, adulto, que denota seu uso como “uma espécie de instrumento passivo”. É certo que temos já estudos que retomam elementos específicos sobre o tráfico de escravizados, sobre a situação e saúde dos escravizados, sobre a família, a mulher e a criança escravizados, sobre sua interação com os indígenas, sobre sua identidade étnica, suas ocupações, a ampliação geográfica dos territórios com escravidão indígena e negra, bem como o volume de entrada de africanos no Brasil, a quantidade de escravizados na composição social e seu impacto na produção colonial e imperial, além de destacarem a condição de vida e trabalho destes escravizados, e suas ocupações ordinárias e extraordinárias, tudo girando sob o funcionamento da estrutura de exploração colonial escravista para o mercado externo.

O foco se limita, assim, mais sobre a acumulação de capital para o mercado externo, do que sobre a escravidão em si e seus efeitos nas relações sociais e na sociabilidade escrava.

Mas, sobretudo, e é sobre isso que recai a presente reflexão, não ecoam e não avançam sobre uma memória nacional, mas acabam isolados em revisionismos acadêmicos e de baixa circulação social, ou seja, esses avanços seguem como importantes pontos para a compreensão dos escravizados e seu cotidiano para um público alvo de cientistas sociais e de humanidades, mas sem combater uma memória nacional ainda cristalizada.

No geral, a história oficial ainda orienta o cenário de produção historiográfico sobre a escravidão e, mais ainda, esses interessantes debates historiográficos sobre a escravidão estão circunscritos às universidades, seja pelo modelo de escrita academicista, pelas limitações editoriais, pelo próprio modelo de consumo e público-alvo ou por elementos de mercado. Além disso, a história oficial relega, sob o estatuto de memória nacional, um conhecimento violento sobre os negros escravizados, é a repetição dos esquemas elitistas de dominação que negam um reconhecimento étnico nas histórias que compõem nossa memória. Um conhecimento moldado a luz das obras de referência europeia e na repetição de um modelo de economia política do conhecimento que direciona as compreensões mercantis como o único elemento da sociedade escravista com a qual devemos dialogar e reproduzir dentro dos bancos escolares. Uma economia política do conhecimento carregada de violência e dos artifícios de dominação postos na classificação do trabalho braçal e da imagem simplista do escravizado como “escravo”.

Esta sociologia política ainda condiciona o funcionamento da memória que nega o trauma da escravidão, as lembranças de base étnica e ancestral negras, a história e a agência dos escravizados que se apresenta como consequência das diferentes formas de dominação instituída pela escravidão. Formas de dominação e de violência que se repetem em todas as gerações subsequentes através da reprodução da memória oficial em espaços escolares, no ensino de história com baixa ou nenhuma criticidade, nas imagens e reproduções reduzidas e reducionistas nos livros didáticos, na ausência de debate sobre a cor, nos projetos simplistas que evocam datas simbólicas e estigmatizantes sem a devida ponderação, na ausência de informações revisionistas que combatam a economia do conhecimento ocidental para o professor, ou na formação docente que ignora o revisionismo acadêmico e na própria reprodução do preconceito no cotidiano escolar (Munanga, 1999)

Uma economia política do conhecimento reproduzida dentro do ensino regular escolar, na educação formal regular, onde técnicas de uma memória nacional colonialista são usadas para a repetição de uma escravidão simplista que reproduz as formas de dominação colonial. Nas palavras da professora e ativista negra Ana Célia da Silva:

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-político econômica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas. (Silva, 1999, p. 24)

A conotação vazia do escravizado como “escravo” sem um contexto de busca por liberdade já é suficiente para a reprodução de formas de violência e a consolidação de uma memória que menospreza a historicidade do negro na formação nacional, no passado coletivo da nação. Nesse sentido, “a criança que internaliza essa representação negativa tende a não gostar de si própria e dos outros que se lhe assemelham” (Silva, 1999, p. 27), pois não constrói em sua memória pessoal elementos positivos de uma experiência negra de seus antepassados. Esta presença enviesada sobre o negro no desenvolvimento infantil esta presente na nossa memória e nas formas de transmissão dessa memória que ocorrem, em grande parte, através do ensino regular. É esse passado sobre o negro, no exercício de técnicas que trabalham a memória e compreendam o passado que abarca o ensino de história e o ensino regular na escola. Sim, pois é na escola que a história nacional cria raízes na colonialidade do saber. A História e, por consequência, o ensino de história com seu estatuto pedagógico de exercício, foi construída como um saber abstrato, distante pela ideia de tempo que produz e sobre as experiências de pessoas que não eram diretamente alcançáveis. A experiência histórica negra é algo difícil de alcançar, mesmo que a maior parte da população seja constituída pelos descendentes do trabalho braçal escravizado e estejam alheios à memória coletiva nacional. O que temos é um completo desnivelamento entre a história abstrata que se ensina, amplamente constituída pela memória colonizada, e o público para o qual se ensina. É a sobrevivência de uma forma de modelo que, para além de reproduzir a desigualdade, constrói a natureza desse desnivelamento.

Nesse sentido, é importante falar sobre a memória que se mantém dentro da sociologia do conhecimento de base hegemônica europeia e é reproduzida nestes diferentes dicionários. Sobre memória, usando Maurice Halbwachs como importante ponto de partida, a memória nacional “subsiste muito viva em tal ou qual região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo em tal ou qual família.”, mas não existe da mesma maneira e valorização no e para os diferentes grupos que fazem parte do coletivo nacional (Halbwachs, 1990, p. 54). Sendo assim, a memória se manteria na relação perpetua entre o indivíduo e os diferentes grupos que reivindicam a memória, diferentes interferências e interlocuções na memória coletiva, resgatando elementos perdidos, ressignificando outros.

Logo, o esquecimento e a amnésia, no plano individual, seria fruto de um desapego, distanciamento ou fechamento do indivíduo frente ao grupo, mas no plano do coletivo seria a sobrevalorização de um grupo em detrimento de outro. Por consequência, a memória do grupo “vencedor” se torna institucional e replicável através de estratégias mnemônicas usadas nos lugares de tradição e produção da memória histórica.

A memória histórica operacionaliza uma forma de conhecimento e de “saber abstrato” histórico que circula no nosso meio por diferentes métodos (formais educacionais, escritas e imagéticas, com definições de datas e eventos, etc.). Desta maneira, conforme Halbwachs (1990), “carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha.” (Halbwachs, 1990, p. 54) e, portanto, a memória histórica opera em um nível formal-abstrato, um acumulado de dados organizados de maneira esquemática dentro de um compêndio escrito ou em transmissões no ensino regular. Esse compêndio é gerado a partir da economia política do conhecimento reproduzida nos espaços coloniais, eivados de ideologias e conhecimentos etnocentricamente construídos. Uma história formal que replica bases para a produção da história regional e nacional constituídas por interlocutores da memória (historiadores, autores e produtores culturais), por centros de tradição (academias, institutos e o academicismo universitário) ou no uso de artefatos didáticos (obras de referência tais como dicionários, enciclopédias e atlas).

A memória histórica usa estratégias mnemônicas ao determinar marcas, resumir as experiências históricas e esquematizar o meio social que “sobrevive através das anotações históricas”, articulado no tempo social que é “exterior às durações vividas pelas consciências”. (Halbwachs, 1990, p. 57), isso, sobretudo, desaguará em histórias distantes e pouco experimentáveis pelas realidades pessoais, bem como condizem negam as especificidades dos grupos com as quais dialogam, conforme Halbwachs.

Para que atrás da imagem ele atinja à realidade histórica será preciso que saia de si mesmo, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num *círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais*. [...] mas a impressão por si mesma é uma impressão superficial, feita de fora, sem relação com minha memória pessoal e minhas impressões de criança. (Halbwachs, 1990, p. 61, grifo nosso)

Perceba que, conforme Halbwachs, é o círculo das preocupações, interesses e paixões daqueles produtores culturais nacionais que definem a promoção, reprodução e

veiculação da memória e, por consequência, da história abstrata. Nesse sentido, parece oportuno salientar que existe uma distância entre a realidade ideal dentro dos espaços de formação, que promovem uma história hegemônica, dentro do seu espaço de vivência e convivência usual, em espaços de ensino regular e nos centros de tradição, como participe do “círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais”. Ele mesmo, Halbwachs, pertencente ao grupo de intelectuais franceses em prol da história francesa que produz a memória de sua nação e percebe o quanto essa impressão sobre o passado é uma didática superficial e distante, mas não consegue perceber isso a partir dos grupos excluídos da história, grupos do proletariado europeu, dos migrantes, mulheres e esquecidos. O universo dele como sociólogo francês é limitado a sua experiência classista e europeia, pois não consegue se destituir das premissas elitistas na definição da memória, sendo ele mesmo um intelectual reproduzidor das desigualdades sociais. Halbwachs constrói e expressa uma memória classista e que privilegia um grupo em detrimento de outro na sua definição de memória coletiva.

O autor francês, aqui, se torna mais interessante, pois serve de base para perceber como a memória e os produtores da memória no Brasil articulam a memória nacional, utilizando premissas similares. É provocativo pensar o que é veiculado e anunciado no exercício da história abstrata no Brasil, história exercida no ensino formal e da escola regular, conforme o historiador africanista Valdemir Zamparoni, assim apresenta:

Qualquer brasileiro que tenha passado pelo primeiro grau [antigo ensino fundamental] certamente já ouviu falar das cidades-Estado gregas, do Império Romano, do Sacro Império Romano-Germânico, das potências aliadas; de Alexandre, Nero, dos vários Luíses, Napoleão, Churchill, Roosevelt, Hitler ou Stálin, mas quem já ouviu falar dos Ashantis, Iorubás, Haussás, Fulas, Bakongos, Makondes, Xhosas, Macuas e Swahílis? E do império do Monomotapa, dos reinos do Daomé, do império Vátua, da Rainha Jinga, de Mussa Keita, de Sundjata, de Chaka e Ngungunhane, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Julius Nyerere ou Samora Machel? Alguém já estudou a respeito? O que se sabe sobre esses nomes senão algumas palavras superficiais? (Zamparoni, 2007, p. 46)

Nesse sentido, é oportuno perceber como a construção da história abstrata brasileira é eivada de símbolos e marcos europeus, nomes, estados, fatos, fixados a partir do conhecimento moderno europeu, enquanto negam a ancestralidade e historicidade dos marginalizados e excluídos, como a história dos negros e sua raiz no continente africano. Zamparoni complementa que essa escolha da sociologia político do conhecimento no Brasil não foi inocente, ao contrário, “finda a escravatura, em 1888, parece que uma amnésia tomou

conta do Brasil. Na verdade, não era uma amnésia natural, mas proposital” (Zamparoni, 2007, p. 46).

Portanto, reapresentando a memória nacional contemporânea usada nos bancos escolares ainda edificada na sociologia política europeia e com base no exemplo de intelectuais como Halbwachs, que mesmo ao considerar e discutir sobre suas fontes e metodologias de trabalho, sua abordagem interpretativa ainda se reafirma como classista. Aos considerar as fontes e interlocutores para entender a memória coletiva, o sociólogo destaca a figura dos idosos. Os idosos possuem grande autoridade na construção da memória coletiva ao depor suas “lembranças”, sejam elas superficiais ou mais profundas, pessoais ou abstratas, históricas ou coletivas, mesmo que através de seu depoimento oral seja difícil separar essas nuances, é o idoso, o “velho” que possui a autoridade e um extenso conjunto de informações. A partir dessa autoridade adquirida através das longas interlocuções com os grupos, em aquisições esquemáticas, em leituras ou técnicas tradicionais, eles detêm uma importância na produção e reprodução do conhecimento sobre o passado. Essas pessoas de maior idade podem adquirir e reproduzir formas de memória que se confundem com as memórias pessoais dos mais velhos, ou com suas memórias comunitárias e nacionais. Eles lembram, falam, discutem sobre o que é dito nas diferentes formas de difusão da memória nacional. Eles presidem uma forma de memória que é mais contemporânea, mas com ocasionais diálogos com os saberes abstratos, com a memória histórica e os saberes regulares.

A base dessa memória coletiva, para Maurice Halbwachs, está na figura do idoso, mas não em todos os idosos e “velhos”, mas nos “velhos” específicos da burguesia francesa e representativos da memória local e provinciana nacional, são os idosos da sociedade burguesa de classe, esvaziada de simbolismos da cultura popular. A memória expressa por esses indivíduos se baseia, sobretudo, em um conhecimento clássico literário, literaturas como Stendhal, filosofias de Voltaire, Diderot e Rousseau, a filosofia da modernidade europeia. Os idosos pontuados por Halbwachs são leitores de um saber abstrato de filosofias valorizadas pelo estado francês e, por consequência, ignorando os avós das classes menos abastadas, de culturas étnicas e populares.

Halbwachs (1990), inclusive, desvaloriza a figura da classe trabalhadora que lhe abastece. A serviçal, a doméstica, a dita “criada” das grandes classes elitistas francesas, nas quais a memória nacional e coletiva também se expressa, é representada por uma figura caricata, meio débil, “cheia de superstições e ideias preconcebidas, que aceitava sem discussão o quadro desses acontecimentos e desses regimes que haviam sido pintados pela imaginação popular” (Halbwachs, 1990, p. 65). Essas pessoas não seriam capazes de produzir “memória” para

Maurice Halbwachs e a produção literária e histórica que ele representa, pois a “criada” não parece ser capaz de adquirir o valor abstrato clássico da memória histórica francesa, da memória nacional, estariam, as “criadas” em um patamar não legítimo para a reprodução das políticas do conhecimento. A própria base literária ocidental sobre a memória como a estudamos nos espaços de formação regular é restritiva e, por consequência, é promotora também de desigualdades.

O avô de Halbwachs repete as filosofias racionais do começo da modernidade, aquelas que Halbwachs preza e orgulha como as “literaturas das famílias” (Halbwachs, 1990, p. 68), por isso ele destaca que “a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (Halbwachs, 1990, p.80). A história aqui se confunde com a memória nacional, começando quando idosos formados em um saber abstrato, ou em uma economia política do conhecimento francês, projetam uma memória oficial, distante dos saberes das classes populares.

Maurice Halbwachs é um intelectual ocidental que separa o conhecimento junto com a divisão de classe elitista, isso está entranhado entre os intelectuais ocidentais e segue produzindo intelectuais também fora da Europa. Portanto, está na base dos clérigos europeus como Rafael Bluteau, mas também na formação de intelectuais americanos como o carioca Antonio de Moraes Silva, ou do médico maranhense Cesar Marques e, por consequência, em todos os outros que se baseiam em suas obras para a formação de um conhecimento que também é político e institui formas arraigadas de domínio, violência e de exploração.

Halbwachs é esse intelectual celebrado pelos mais contemporâneos e que identifica os “velhos” como essenciais e os coloca no centro da narrativa sobre o passado, no centro da aquisição de vestígios, da aquisição do conhecimento indireto e abstrato, fonte de informações sobre o passado, sobre a memória coletiva na interlocução com o grupo. Entretanto, subjaz uma qualificação enviesada da fonte ao discriminá-la como “ideal” por sua origem abastada, a fonte classicista é usada em uma interpretação elitista da memória nacional. Essa interpretação é considerada, pelos historiadores mais contemporâneos, como uma visão conservadora, “oficial e ofensiva” sobre a memória coletiva, viés interpretativo criticado pelo historiador inglês Mathias Assunção (1998) quando analisa a Balaiada, revolta campesina que ocorreu no período regencial pelos estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

Mathias Assunção caracteriza a funcionalidade da memória e usa os avôs, os velhos, os idosos, como fonte, ou melhor, o idoso que “pode ser considerado *um documento autêntico* essencial na reconstrução da *visão popular* da guerra” (Assunção, 2009, p. 70, grifo nosso) e destaca os depoimentos dos mais velhos como parte de sua análise sobre o movimento

regencial. É interessante sua caracterização, menos por valorizar o poder da memória oral na tessitura da narrativa histórica e mais por considerar o intenso uso dessa forma de memória como uso de um documento autêntico de base popular e, mais ainda, pela origem popular, campesina e de “cor” dos idosos e “velhos” usados como documentos resultando em uma visão campesina negra da guerra da Balaiada.

Quando da análise sobre a Balaiada, Mathias, por um lado, analisa a perspectiva interpretativa da historiografia tradicional e conservadora sobre a Balaiada, por outro, se usa da memória oral coletada em meio a 600 entrevistas feitas com os idosos, dentre os quais se destacaram 91 depoimentos, considerados os mais importantes para compreender uma revolta regencial como forma de evidenciar uma abordagem campesina e popular. Portanto, Mathias Assunção descreve os lados em uma disputa memorialista a partir da revolta da Balaiada como objeto de crítica para analisar a memória e a narrativa histórica, uma disputa entre a memória histórica conservadora e a memória campesina.

Halbwachs (1990) e Mathias Assunção (1998) possuem a preocupação em comum com a identificação, caracterização e funcionalidade da memória, mas as diferenças fundantes estão na pesquisa em si, perspectiva interpretativa e na abordagem sobre a memória e sua base de comprovação. Entendem, inclusive, os mais idosos como elementos centrais na produção memorialista e caracterizaram níveis de compreensão que progrediam a partir da memória pessoal para a memória coletiva. O primeiro nível de circunscrição individual, extremamente subjetivas e pouco relacional seguido por níveis de complexidade crescente seguindo as necessidades e conflitos inerentes aos grupos e entre os grupos. Logo, após a memória individual e subjetiva seguiria uma memória social (Halbwachs) ou comunitária (Assunção) e uma memória nacional abstrata (Halbwachs) ou regional (Assunção).

Entretanto, é importante ponderar que diferente do intelectual francês que considera a base da memória os “velhos” mais abastados, o intelectual alemão considera a base da memória “velhos” de origem popular, campesina e de cor. A conciliação está na base subjetiva e pessoal dos indivíduos que funcionam como fontes e recursos de composição de uma memória, mas divergem sobre os sentidos e abordagens para com a memória coletiva. Nesse sentido, para Assunção, a memória não é viva só por conta das dissensões e conflitos dentro do grupo, em divergências e regulações, entre dissensões sobre lembranças e esquecimentos, mas ela possui uma funcionalidade que se expressa com as necessidades mais imediatas e objetivas do grupo.

A memória é uma propriedade coletiva (todos os membros da comunidade conhecem-na, mas os velhos sabem contá-la melhor). Ela é preservada em virtude de sua função dentro da comunidade, em geral a justificação e legitimação da posse antiga da terra, ou a mobilização da comunidade em volta de objetivos comuns lembrando a sua tradição de luta (Assunção, 1998, p. 69).

Desta maneira, enquanto as subjetividades do mundo mais imediato da memória individual e pessoal se expressam em lembranças familiares e próximas, na relação com o grupo essas lembranças professam necessidades de reivindicação comunitária, inicialmente dentro do grupo, ponderando necessidades como a manutenção da terra a partir da qual se sustentam e moram, construindo uma relação fundiária e de bem estar comum, para seguir a um passado comum ancestral, quando maturam as raízes do grupo, os pertencimentos, os conflitos sociais e as raízes históricas, inclusive alcançando a memória nacional ao reconhecerem a “cor” do grupo, a ascendência escrava e a violência da escravidão afligida contra seus avôs.

A partir disso, com base em Mathias Assunção, podemos perceber que a memória possui funcionalidade social que é guiada e constituída na relação do grupo com os marcos intrínsecos internos e no contexto o qual são subordinados, mas sem o conhecimento abstrato da memória oral, é aí uma gestão coletiva sobre o que se rememora ou o que se esquece.

No modelo de Halbwachs se expressa uma base eurocêntrica, que reconhece um grupo privilegiado tecendo a memória coletiva nacional, o modelo do sociólogo francês sobre memória e ele próprio são frutos de um conhecimento político que assevera formas de subalternização, domínio e violência ao excluir da própria autoridade sobre a memória os diferentes grupos de “migrantes nordestinos, escravos, libertos, quilombolas e índios aculturados” (Assunção, 1998, p. 83). A memória histórica majoritariamente dominante dentro do ensino regular é de base classista, elitista, eurocêntrica, esquemática, reducionista e com baixas expressões da experiência comunitária, é a historiografia e a história “oficial e oficiosa”.

Mathias usa o objeto do conhecimento “Balaiada” para expressar melhor essa forma de política do conhecimento ao apresentar os três norteadores na feitura da dita visão oficial e oficiosa da história sobre a Balaiada. A primeira através da qual essa historiografia atribui somente aos chefes do estado liberal a autoridade sobre o acontecimento de qualquer revolta na história, a segunda que a produção de narrativas e o discurso de legitimidade sobre a história da Balaiada é de responsabilidade das ditas “pessoas fidedignas”, “agentes da repressão” e membros da elite, mas o principal norteador é a visão paternalista da elite produtora historiográfica que “*se recusam* [grifo nosso] a considerar os rebeldes como dotados de uma visão política própria. A revolta é vista como um tipo de reação primária, na qual a consciência

dos rebeldes não merece análise. Quando muito. Lamenta-se a perversidade dos costumes e a falta da religião” (Assunção, 1998, p. 73), tal qual Maurice Hawbacks ao negar a memória dos “velhos”, dos serviçais, “criadas” que inclusive lhe educaram. Desta maneira, o acontecimento da história e sua produção só podem ser articulados pelos membros do estado e pelo grupo com maior poder, sendo os menos abastados destituídos de qualquer autoridade sobre a memória histórica.

Se, por um lado, temos uma memória histórica que se expressa dentro dos espaços de ensino regular e tradicional de maneiras conservadoras, classistas e colonialistas, de outro temos os desafios de uma memória comunitária que compartilha, mesmo que em diferentes lugares da federação, ideias em comum sobre o contexto da escravidão. Conforme Mathias Assunção, “são as histórias que sempre voltam à tona nos diversos municípios, usando as categorias próprias da memória oral da região”, definindo o período da Balaiada como o “Tempo da Guerra”, o “Tempo do Pega” e o “Tempo do Cativo”. Esse último evoca, especialmente, não só a captura e o cativo que motivaram inúmeros negros em uma insurgência escrava durante o período colonial, mas uma especial evocação ao cenário da escravidão que é mantido e repetido em espaços do ensino regular e nos lugares de tradição como da violência e da dominação.

Uma memória sobre a escravidão como memória histórica abstrata e com percepções classistas, europeias e colonialistas sobre a figura do escravizado e o sistema que lhes rodeia, especialmente distantes. As percepções e interpretações sobre o escravizado são, no cenário mais atual, uma percepção superficial, distante, abstrata negativada. Isso é especialmente impactante para os descendentes de escravizados, que veem seus antepassados de forma reducionista, superficial, abstrata e negativa dentro do cativo. Nesse sentido, é preciso pensar o papel da memória e sua transmissão na repetição dessas violências e da estratégia de dominação reproduzidas nas sociedades de diferentes maneiras.

Nas sociedades, a distinção do presente e do passado (e do futuro) implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõem a educação e, para além disso, a instituição de uma memória coletiva, a par da memória individual. Com efeito, a grande diferença é que a criança – não obstante as pressões do ambiente exterior – forma em grande parte a sua memória pessoal, enquanto que a memória social histórica recebe os seus dados da tradição e do ensino, aproximando-se porém do passado coletivo enquanto construção organizada. (Le Goff, 1999, p. 206)

A construção organizada da memória, trabalhada através de uma memória social histórica que recebe os seus dados tanto da tradição, quanto das formas de ensino de história

que se usa de técnicas de fixação mnemônicas e narrativas de valorização e subvalorização. Nesse sentido, não pretendemos aqui fazer longas digressões sobre a construção e a tessitura da memória na narrativa ocidental ou ainda evidenciar que a memória também possuiu história ao exemplo do construído por Jacques Le Goff (1999), mas pretendemos perceber, a memória como fruto do ordenamento de lembranças, esquecimentos e silenciamentos e, portanto, como resultado do controle de um grupo sobre um conjunto de minorias e como ponto de partida para uma transformação da realidade desigual entre os grupos.

Entendendo as ideias de Le Goff (1999) como ponto de partida em sua ampla análise da sociologia do conhecimento sobre a memória, podemos perceber as caracterizações iniciais de uma memória coletiva que exclui grupos de minorias da história oficial e constroem os mecanismos mnemônicos que reproduzem formas de diferença e separação social, elaboradas pelo colonialismo.

As formas de ver, de silenciar e de se expressar sobre os trabalhadores negros foram constituídas por uma sociologia do conhecimento de base europeia que institui uma história colonizada regida pelo poder e pelo domínio de grupos privilegiados. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”, conforme Le Goff (1999). Os senhores da memória são aqueles que regem o passado dos trabalhadores negros e cuidam da reprodução desse conhecimento nas escolas.

Nesse sentido, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff, 1999, p. 427). Percebendo isso como um ponto de partida para encarar a história brasileira, podemos pensar o exercício da história na sala de aula e os esquecimentos sobre os diferentes conteúdos, as informações tratadas e os objetos de conhecimento determinados para a educação básica. É interessante perceber que os esquecimentos sobre a história do Brasil estão vinculados aos trabalhadores de origem étnica indígena e africana, sobre este último os esquecimentos se prolongam da história sobre a África até o pós-abolição no Brasil.

Essa memória nos parece enraizada nos traumas que a escravidão possibilitou, mas que não foi construída automaticamente, foram agregados sentidos cada vez mais perniciosos à ideia de trabalho braçal. Por isso, ainda no século XVIII, Rafael Bluteau negligência a faceta violenta da escravidão e oblitera quase por completo sua existência, mesmo em um momento em que as relações de exploração sobre os escravizados eram amplamente conhecidas e a posse de escravizados no mundo ultramarino era dado como algo natural. Seguindo esse prisma, o intelectual carioca Antonio de Moraes e Silva percebe o escravizado como alguém que faz

trabalhos árduos e declara a relação do trabalho escravo com lógicas braçais, manuais e árduas em uma ou duas linhas. Por sua vez, no século XIX, César Augusto Marques no Maranhão constrói um verbete que minimiza a presença escravizada e subordina o seu valor aos ganhos de uma economia colonial, pensando o escravizado como um africano com decadências morais. Por consequência, servem de base para a construção de uma memória abstrata, histórica e, portanto, para um conjunto de técnicas de aprendizagem, aquilo que Jacques Le Goff chamará de “mnemotécnicas” (Le Goff, 2003, p. 424)

As mnemotécnicas servem para manter a aquisição do conhecimento histórico abstrato que podem ser apropriadas em nossa sociedade pelo uso dos artefatos como livros de referências e outras obras, corriqueiramente usados no cotidiano escolar formados em uma tradição europeia sobre o acúmulo de conhecimentos importantes. É nesse espaço de formação, do cotidiano escolar, que apreendemos o conhecimento etnocêntrico europeu que nos impõe um saber abstrato que não corresponde à realidade local e, sobretudo, a realidade étnica e racial maranhense. É um espaço deslocado na geografia mental que nos ocidentaliza sem sermos ocidentais e nos embranquece sem sermos brancos. Esses esquecimentos, essas mnemotécnicas que asseveram a reprodução de um conhecimento colonizado sustentam uma memória nacional, isso também acaba resvalando sobre a construção da memória maranhense e sua própria percepção sobre os escravizados maranhenses, empreendendo um tipo de violência enviesada que deslegitima a história local dos escravizados.

São nas diferentes histórias, no reconhecimento dos esquecimentos e na problematização das técnicas que repetem o colonialismo que podemos perceber os grandes choques como a Revolta de São Domingos, a Revolta dos Malês na Bahia, ou, mais especificamente a Balaiada no Maranhão, ou ainda as outras formas de existência na história, como os quilombos e mocambos por todo o Brasil, ou, ainda, pode chegar a formas de negociação e conflitos menos explosivos, mas, ainda aguerridos. Lembrá-los e negá-los é o conflito que leva a construção da memória que não é individual, e se pretende coletiva, mas só o poderá sê-lo se exercitar uma *práxis negra*. Uma forma de diálogo e debate sobre a existência dos negros na história com o uso de artefatos como dicionários e a formação de professores que incluam os negros. Isso porque a reprodução de técnicas dominadas e hierarquizadas na colonialidade asseveram as forças sociais que engendram o poder. Como diria Le Goff “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. (Le Goff, 2003, p. 422)

O impacto e as consequências da escravidão nas relações sociais não são medidos pela simples constatação dos escravizados, mas também pelo exercício do poder que a escravidão exerce sobre os trabalhadores na história. A escravidão se mantém e se perpetua pelas gerações posteriores, mantendo os escravizados e seus descendentes, bem como os senhores e seus sucessores em posições antagônicas nas relações sociais que se mantém nas sociedades mais contemporâneas. E por isso, o trauma da escravidão se mantém, se repete e se sustenta no nosso cotidiano social, mantido subjacente na nossa memória coletiva.

O trauma da servidão forçada e de quase completa subordinação à vontade e caprichos de outro não foi, portanto, necessariamente, algo diretamente experimentado por muitos dos sujeitos deste estudo, mas passou a ser central para suas tentativas de forjar uma identidade coletiva a partir de sua lembrança. Nesse sentido, a escravidão foi traumática em retrospectiva, e formou uma "cena primitiva" que poderia, potencialmente, unir todos os "afro-americanos" nos Estados Unidos, mesmo que não tenham sido escravos ou que mantivessem qualquer conhecimento ou sentimento para com a África. *A escravidão formou a raiz de uma identidade coletiva emergente através de uma memória coletiva igualmente emergente, que significava e distinguia uma raça, um povo, ou uma comunidade dependendo do nível de abstração e ponto de vista que está sendo apresentado.* (Eyerman, 2011, p. 1) [grifo nosso]

A escravidão moderna montada nas Américas foi instrumento para o domínio europeu sob a égide do colonialismo, essa experiência do trabalho forçado serviu de base para a construção “da raiz de uma identidade coletiva emergente” para todos os negros no mundo colonial americano, uma memória coletiva que compartilha certo grau de ancestralidade. Especificamente no modelo brasileiro, essa relação com o passado é constantemente prejudicada por relações sociorraciais reproduzidas nos espaços de educação regular, especialmente no ensino de história que trata, de forma mais direta, do objeto do conhecimento “escravidão”.

Portanto, discutir sobre escravidão não se trata apenas do impacto econômico, do trato comercial articulado e do monopólio mercantil europeu instituído, elementos que formaram um modo de produção mercantil que expandiu a circulação de gêneros diversos da economia agroexportadora e forjaram o capitalismo entre os séculos XVII e XIX. Abordar escravidão representa, ainda, a construção de esquemas de dominação cada vez mais arraigados sobre os trabalhadores coloniais que, por consequências, desaguou em processos complexos que separam, estigmatizam e asseguram a manutenção das diferenças sociais.

Os traumas da escravidão são mais que consequências do trato mercantil ultramarino, asseveraram formas de dominação e manutenção da violência pelos séculos

através da memória nacional. Memória disseminada em formas de saberes abstratos não diretamente alcançáveis que são veiculados através da educação formal nas escolas e nos espaços de memória, espaços que instrumentalizam saberes abstratos produzidos por intelectuais. Intelectuais produtores e reprodutores como Rafael Bluteau, Antonio Morais, Cesar Marques e Maurice Halbwachs que repetem a colonialidade de saber e as formas de domínio e violência.

Entretanto, é interessante perceber que esse conhecimento precisa ser combatido e intelectuais como Clóvis Moura e Mathias Assunção combatem o conservadorismo e o oficial e o oficioso da memória histórica ao pretender um “tempo do cativo” e um objeto de conhecimento “escravidão” ponderados com abordagens e perspectivas que repesam o conhecimento de base europeia que sedimenta desigualdades. Estão aí os intelectuais produzindo e abrindo brechas sobre o conhecimento colonizado.

De um modo geral, os intelectuais mediam a relação entre as esferas cultural e política que caracterizam as sociedades modernas, não tanto representando e dando voz às suas próprias ideias e interesses, mas sim articulando ideias para e para os outros. Logo, intelectuais são mediadores e tradutores entre esferas de atividade e grupos sociais situados de forma diferente, incluindo a situação no tempo e no espaço. Intelectuais nesse sentido podem ser diretores de cinema e cantores de músicas, bem como professores universitários. Além disso, os movimentos sociais produzem "intelectuais de movimento" que podem não ter a educação formal geralmente associada ao termo intelectual, mas cujo papel na articulação dos objetivos e valores de um movimento permitem chamá-los por esse nome. (Eyerman, 2011, pp. 3 e 4)

As produções intelectuais nas diferentes obras, sejam elas de referência ou não, podem reproduzir uma economia política de conhecimento que assevera desigualdades sociais e raciais ou pode ajudar a combatê-las. O combate contra o trauma da escravidão, ao ajudar a pensá-la, parece estar sendo mais alcançada pelos intelectuais do movimento, fora do círculo acadêmico, diretamente vinculado a atividades profissionais que exercitam uma memória coletiva de base comunitária em espaços de formação de professores dentro ou fora da universidade, dentro ou fora das escolas.

O sociólogo norte-americano Ronald Eyerman apresenta os intelectuais com uma importante função social e orgânica ao modelo que pretende e na sua relação com a sociedade que pretendem. No Brasil, os grupos intelectuais de movimento sociais são constantemente subvalorizados e possuem baixo reconhecimento, dado sua representatividade popular e a reprodução de um modelo de conhecimento colonizado e conservador. Clóvis Moura, por exemplo, foi um destes que participou ativamente dos grupos negros, políticos e de expressão

cultural e muito importante para a transformação do eito social no qual vive e convive, ele é parte do movimento negro, mas pouco quisto pelo academicismo universitário. São intelectuais como ele e aqueles participantes de movimentos quilombolas, movimentos negros e de outras minorias que tentam promover transformar e enfrentam uma forma estrutura de deslegitimação. “Movimentos sociais reconectam indivíduos por e através de representações coletivas; apresentam a memória coletiva e representam o indivíduo como parte de um coletivo”. (EYERMAN, 2001, p. 10).

Entendendo isso, podemos perceber que as obras de referência são artefatos culturais que correspondem às necessidades e aos direcionamentos econômicos de uma política do conhecimento que os produz, determina seu funcionamento e o seu público-alvo. Obras de referência como os dicionários foram produzidos em um momento de construção do conhecimento moderno europeu e serviu de base para preparar o avanço metropolitano sobre o mundo colonial e para reproduzir esquemas de dominação e violência simbólica por meio dos conceitos que veiculavam. Essas obras e seus intelectuais que os construíram eram frutos do modelo classista europeu e acabaram servindo de referência para uma memória abstrata, indireta e superficial, mas condicionante de uma desigualdade de base racial e étnica que assevera negros e indígenas para a exploração no trabalho braçal.

Trabalhar com essas obras de referência é trabalhar com atalhos na memória e na história, nesse saber abstrato do conhecimento ocidental e entender como a descrição e qualificação da escravidão é articulada em regimes de poder e dominação. Logo, a questão não é a negação ontológica da escravidão, mas como essa escravidão é lida e relida e como os conceitos veiculados de “trabalho braçal”, “forçado” e “violento” impactam sobre a construção dos indivíduos de cor na história. O impacto da escravidão não criou uma oportunidade de transformação, ao contrário, o exercício da estrutura escravista e as ideias fundantes dos intelectuais dessas obras de referência mantiveram formas de dominação no período colonial e cuidaram com sua reprodução.

Assim sendo, apesar de ter afligido o passado de toda a nação e ter impactado direta e indiretamente sobre a vida de milhões de indivíduos no espaço nacional, ainda assim, é lida como a memória abstrata, superficial, indireta, reducionista e negativa que legitima os condicionantes de dominação e exploração sobre um grupo de indivíduos através da visão unicamente mercantil e comercial sobre a escravidão e sua presença na história nacional.

Pretendemos, aqui, aumentar a discussão sobre a escravidão ao entendermos o valor desse trabalhador escravizado, e sua importante presença na sociedade colonial maranhense. Pretendemos rever a escravidão, colaborando com os inúmeros trabalhos anteriores,

certamente, e recolhendo mais informações sobre os escravizados maranhenses, mas, sobretudo, construindo uma obra de referência, um dicionário que possa pensar a importância do trabalho desses escravizados, suas ocupações e, sobretudo, servir de base para uma obra de referência e consulta que seja promotora de um conhecimento, uma memória constituída por uma práxis negra que possa promover a presença dos negros na realidade social.

3. O MARANHÃO E O TRABALHO ESCRAVIZADO NEGRO NA ERA DAS REVOLUÇÕES: Mercado Atlântico e comunidades escravizadas no baixo Itapecuru maranhense (1760-1820)

Os dicionários de Rafael Bluteau e Antonio Morais Silva conceituaram a escravidão em simplificações relacionadas ao trabalho braçal e a violência que lhe era inegável durante a formação do mundo Atlântico, no século XVIII, sentidos que autores subsequentes suplementariam com significados morais e negativos em meados do século XIX. Essa superestrutura de dominação e violência foi formada a partir da infraestrutura ultramarina e colonial, especialmente no período da segunda parte do setecentos e a primeira do oitocentos, momento significativo para a história do Maranhão, período resultante da convergência de transformações europeias e africanas e da mudança na agenda político-econômica portuguesa ao reformular a economia local.

Diante disso, pretendemos, neste capítulo, apresentar esse contexto de transformações e explorações que confluíam para um Maranhão subordinado ao mercado global e importador de mão de obra escravizada dos litorais africanos, especialmente do litoral da África Ocidental, resultando em um perfil de escravizados negros africanos explorados no mundo do trabalho maranhense. Tal tarefa se dá, especialmente, a partir da documentação manuscrita inventarial do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão com o complemento das cartas de governadores e os escritos de colonos como Raimundo de Sousa Gaioso. A partir desses inventários conseguimos coletar informações sobre os escravizados, tais como nome, sexo, idade, ocupação, valor e procedência em África ou no Brasil e a partir desses dados podemos descrever a escravatura e identificar tendências sobre a sociedade escravista e sua mão de obra negra africana.

No Atlântico, ao final do século XVIII e começo do século XIX, ocorreu um contexto de intensas transformações que levaram ao aumento do volume do tráfico de escravos e do uso de escravizados em diferentes ocupações, contexto capitaneado pelo mundo europeu e que no norte da América Portuguesa, onde estava o Maranhão, se mostraram ainda mais intensas dada as políticas que foram implementadas pela coroa portuguesa. Essa intensa transformação levou aquilo que poderíamos chamar de *Síndrome de Exportação Colonial* que impactou não somente sobre os administradores coloniais, mas sobre a construção de uma mão de obra de escravizada, entre 20 e 40 anos e procedentes da África Ocidental.

3.1 A “Era das Revoluções” e o Maranhão: mercado de produção colonial e *jihads* africanas para o suprimento de escravizados no Atlântico

O historiador norte-americano Dale Tomich coloca o recorte da segunda metade do século XVIII até o ano de 1815 como o momento da “transformação estrutural do mercado mundial” (Tomich, 2011, p. 84) com a consequente reorientação do mapa regulador da economia mundial para a Inglaterra que reconstrói a ideia de produção e exploração Atlântica, redefinindo produtos consumidos, localidades de produção e incrementando o uso do trabalho de escravizados negros. Isso implicou em uma profunda transformação nas relações entre centro e periferia e, sobretudo, na reafirmação da divisão de produção e trabalho entre metrópole e colônia, em virtude do processo de industrialização, urbanização e crescimento populacional. A Inglaterra assumiu um papel importante, pois aparece nesse cenário como aquela que impactou na indústria têxtil e no mercado global, sobre o tráfico de escravizados e sobre as regiões de influência na América (Bethell, 2002; Hobsbawn, 2015; Tomich, 2011).

Hobsbawn (2015) apresenta esse recorte temporal de forma mais resumida e enfática como em uma disputa entre “áreas subdesenvolvidas” e “economias adiantadas”. As tais “economias adiantadas” são apresentadas sob a liderança econômica inglesa com base na força da produção algodoeira que alavancava a indústria têxtil ascendente. Eric Hobsbawn apresenta a polarização que subordinava áreas coloniais e submetia regiões inteiras do mercado colonial americano à hegemonia europeia. O autor afirmava que “Entre 1750 e 1769, a exportação britânica de tecidos de algodão aumentou mais de dez vezes. Assim, a recompensa para o homem que entrou primeiro no mercado com as maiores quantidades de algodão era astronômica e valia os riscos da aventura tecnológica” (Hobsbawn, 2002, p. 44). Isso teve um impacto significativo para a economia colonial maranhense, já que o algodão estava entre os dois principais produtos exportados para o mercado Atlântico, produtos materiais que para o historiador Eric Hobsbawn eram os insumos que davam base para a “Era das Revoluções” no Atlântico.

Historiadores locais como Jerônimo Viveiros (1992) e Jalila Ayoub Jorge Ribeiro (1990) reafirmaram a importância do algodão para a projeção do Maranhão, Jalila Ribeiro afirmou que ao final do século XVIII e começo do XIX, “a antiga São Luís tornava-se a quarta cidade brasileira em importância” (Ribeiro, 1990, p. 32) por conta do fluxo econômico estabelecido primeiramente pelo algodão e posteriormente pelo arroz. Isso assevera aquilo destacado por Dale Tomich (2011), ao posicionar as economias coloniais americanas, como o

Maranhão, como parte de uma economia global que forçou drasticamente a importação forçada de escravizados para a produção colonial nas diferentes regiões da América, tornando o Maranhão reflexo de um conjunto de transformações pelas quais passavam o Mundo Atlântico entre os anos de 1770 e 1815. Entretanto, o impacto sobre o Maranhão foi maior não só pela sua colonização tardia de meados do século XVII, mas pela intensiva instrumentalização colonial que incluiu o Maranhão em uma política monopolista agressiva de exploração em meados do século XVIII.

Um conjunto de transformações que levou a criação da sociedade de mercado, da exploração através de um mercado global que se pretendia regulador, e da Grã-Bretanha como potência entre as economias europeias. Algo que começou ainda antes, em meados do século XVII com a reestruturação da política econômica inglesa voltada para o mercado externo, por meio do implemento de uma legislação ultramarina de incentivo ao comércio inglês e do incremento da produção têxtil com uso de insumos do mundo colonial. “O Parlamento deu ênfase ao comércio exterior como a melhor maneira de aumentar o poderio marítimo e econômico inglês” (Linebaugh; Rediker, 2008, p. 158). É claro que evocar a Inglaterra nesse cenário não significa dizer que inúmeros outros mercados estavam de fora, mas, ao contrário, denota o nível de influência e de ordenamento da economia política a partir da Grã-Bretanha no mercado Atlântico.

É importante, ainda, salientar que a segunda metade do século XVIII e começo do século XIX inicia o que é caracterizado como um momento de crise e decadência no regime de exclusivismo colonial com a metrópole portuguesa no Brasil, especialmente quando da abertura dos portos às nações amigas e a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808 (Mattos, 2015; Schultz, 2017). Esse é o momento que oficializa as relações luso-inglesas no cenário econômico português, que havia sido adiado pelo Marquês de Pombal, mas que finalmente seria levado a cabo com os decretos de 1808 e 1810, que priorizava os ingleses frente outros mercados consumidores europeus e definia a Inglaterra como fiscal do tráfico de escravizados (Maxwell, 1997). Essa estrutura de transformações cada vez mais avassaladoras sedimentou uma tensão nas relações entre centro e periferia, entre metrópole e colônia (Bethell, 2002; Mattos, 2015). Por outro lado, o período é de intensificação das relações globais e de reordenamento econômico, tanto no que diz respeito aos produtores locais de mercadorias nas diferentes capitanias americanas, como de reordenamento da geopolítica econômica em decorrência do cenário conflituoso na Europa, avanço francês, ascensão do poderio ultramarino inglês e de contestação às economias ibéricas manifestas nos movimentos coloniais (Bethell, 2002; Hobsbawn, 2015; Tomich, 2011).

O avanço da indústria britânica acentuou o diferencial relativo entre os preços industriais e agrícolas na economia mundial e impeliu a Grã-Bretanha a desenvolver novas fontes baratas de fornecimento na periferia a fim de restabelecer o equilíbrio de seu comércio. O resultado foi uma crescente demanda europeia de produtos alimentícios tropicais e subtropicais entre eles o açúcar, o algodão e o café, e uma crescente especialização internacional na produção de alimentos e matérias primas (Tomich, 2011, p. 86).

Essa pressão dos mercados europeus sobre as áreas coloniais e de exploração de mão de obra não foi apenas uma ação de intervenção a partir dos interesses europeus, como deixa transparecer inicialmente. Sem dúvida, havia um mercado que definiu produtos no mundo ultramarino, mercado regulador que, ainda, impactou sobre a formação social e demográfica do novo mundo (tanto no genocídio de povos originários, como no tráfico de escravizados africanos) e, por consequência, definiu mercados locais em capitanias como Maranhão, Pará e Piauí no norte da América Portuguesa.

Essa pressão sobre a produção criou a necessidade de exploração dos povos originários e, especialmente, dos africanos. A mão de obra dos negros escravizados foi imprescindível para a constituição de uma zona de produção no mundo Atlântico em ampla relação com o mundo do trabalho nas Américas. “Eles foram trazidos para trabalhar e servir e, em razão do esforço pessoal e do seu grande número, contribuíram significativamente para a economia”, e, portanto, “a atuação dos africanos como força de trabalho foi crucial para delinear sua influência no mundo do trabalho” (Thornton, 2004, p. 190). A mão de obra dos negros africanos impactou sobre toda a existência Atlântica e colonial, do impacto no processo de povoamento ao abrir espaços e construir moradias, até como objetos taxados para arrecadação dos dízimos controlados pelo império português. Na importância das qualificações trabalhistas dos africanos, eles tinham força de trabalho com especializações particulares e seus conhecimentos técnicos impactaram sobre o mundo. (Alencastro, 2001; Barroso Junior, 2023; Thornton, 2004).

A necessidade de produzir nas Américas, de controlar a colônia e de conseguir rendas aduaneiras acarretaram o aumento vertiginoso do volume do tráfico de escravizados, especialmente no século XVIII, “de cerca de 36 mil escravos no início do século, o comércio mais que dobrou em torno de 1760, chegando a quase 80 mil escravos por ano nas duas últimas décadas do século” (Thornton, 2004, p. 394). Esse aumento segue as pressões de um mercado constituído pelo Atlântico, mas também segue a oferta dessa mão de obra nas diferentes extensões da costa africana e, por isso, devemos também entender o contexto e a historicidade

da África, especialmente de regiões da África Ocidental e da África Central. Desta maneira, essa oferta de mão de obra obedece às lógicas intrínsecas das relações sociais africanas que pautavam a existência dos escravizados e da região de comercialização em África, bem como das necessidades de um comércio global existente.

Nesse sentido, diferentes historiadores como João José Reis (2003), John Thornton (2004), Nicolau Parés (2018), Carlos Eugênio Líbano (2004), Lucilene Reginaldo (2005), Mariza Carvalho Soares (2000), Robert Slenes (2011), Renato da Silveira (2005), Paul Lovejoy (2014) e Thiago Mota (2018) destacam a importância da historicidade africana para o acontecimento do tráfico transatlântico. No caso da região da África Ocidental, uma historicidade envolta em embates religiosos, o impacto do islamismo na região foi importante para a oferta de escravizados e a formação da sociedade americana. João Reis (2003), por exemplo, destacou a presença de Nagôs muçulmanos na revolta de 1835 em Salvador e ponderou “o papel da ideologia e da liderança religiosa” muçulmana e a “organização política para o recrutamento de adeptos” desvelando pequenos universos de resistência e manifestações de cunho islâmico entre os negros da Bahia (Reis, 2003, p. 76)

[...] foi ao longo da primeira metade do século XIX que desembarcou na Bahia grande número de africanos muçulmanos. Nessa época o islão se constituiria em vigorosa força política na África Ocidental, especialmente dentro das fronteiras da atual Nigéria, no chamado Sudão Central, onde estavam situados diversos reinos ou Estados Haussás, como Kano, Gobir, Katsina, Zaria, Zamfara, Adamawa, entre outros. O islamismo não era um corpo estranho nessa região, estando ali fixado havia gerações, e com mais força entre os fulanis, um grupo étnico que constituía cerca de 20% da população da haussalândia. (Reis, 2003, p. 159)

Percebendo essa experiência entre a Bahia e a chamada Baixa Guiné, que engloba a Costa do Marfim, a Costa do Ouro e a Costa dos Escravos, litoral central da África Ocidental, podemos vislumbrar o impacto dos africanos de determinadas regiões e contextos históricos para a composição do mundo Atlântico que irrompe em revoltas pelas Américas. A partir disso, percebemos as conexões entre espaços específicos em África com espaços específicos na América, o que também aconteceu entre África Ocidental e o norte da América Portuguesa, constituindo espaços relacionais, ao exemplo do Atlântico Equatorial, região que englobava as margens americanas e africanas, respectivamente o Estado do Grão-Pará e Maranhão na América Portuguesa e a Alta-Guiné na África Ocidental. No Atlântico Equatorial, o Maranhão recebeu inúmeros escravizados de portos como Cacheu e Bissau, povos africanos que possuíam uma constituição histórica particular. Enquanto isso, em outras regiões do Atlântico, a relação

entre origem de escravizados africanos com o território de destino construiu um espaço para comunidades mouriscas e revoltas de base mulçumana, tal como aconteceu na Bahia. No caso do Maranhão, é a ausência de escravizados islamizados no tráfico (ou presença quase irrisória) que chama atenção, pois na oferta de escravizados em África, os domínios islamizados exportaram os africanos não convertidos. Thornton (2004) já destacou isso e evidenciou que as *Jihad* e as disputas de base islâmica impulsionaram a venda de escravizados na região e impactaram sobre a constituição de uma particularidade histórica nas Américas.

Em 1727, um grupo mulçumano depôs os governantes de Futa Jalon na atual Guiné e decidiram estabelecer uma teocracia islâmica liderada por Karamokho Alfa. [...] O movimento, sob a liderança de Ibrahima Sory (1751-1791), logo se tornou uma força agressiva que procurou conquistar as áreas vizinhas e converter seus habitantes ao islamismo militante. Os militantes vendiam escravos para adquirir munição necessária para suas guerras. Assim, a costa de Serra Leoa forneceu um de cada cinco africanos vendidos como escravos no mundo Atlântico no período de 1760-80. (Thornton, 2004, p. 407)

Pensando nisso, Paul Lovejoy (2014) propôs repensar a categoria de “Era das Revoluções” dos historiadores Eric Hobsbawn e Eugene Genovese, descentralizando o acontecimento das grandes transformações do Eixo europeu para um Eixo Atlântico que incluiria também a África. Desta maneira, poderíamos visualizar o acontecimento das *Jihads* dentro do contexto das transformações Atlânticas e do funcionamento do tráfico de escravos a partir da ação dos califados e outras organizações mouriscas na história interna do continente africano.

A origem da população escravizada na África deve ser contextualizada, assim como o destino dos escravos determinou as sociedades escravistas formadas nas Américas. Contextos específicos moldaram o movimento de africanos escravizados, apesar da influência de forças globais. [...] No período que nos interessa, eu dividiria a África Ocidental entre áreas dominadas pelos Estados jihadistas, por um lado, e os vários estados costeiros, localizados entre a costa da Guiné até a baía de Biafra, por outro. A Senegâmbia a que se refere o banco de dados *Slave voyages* corresponde aos estados de Fuuta Toro, Fuuta Bundu e Kaarta. “Serra Leoa” refere-se não apenas ao rio do mesmo nome, mas também à região sob controle do Fuuta Jallon e das redes comerciais muçulmano-diulas (Lovejoy, 2014, p. 43)

Enquanto pequenos califados do Futa Jallon e Futa Toroo comercializavam mais próximo da costa de Serra Leoa, nas reentrâncias da Guiné ou da Senegâmbia, os Diulas promoviam uma conversão forçada como parte das ações do tráfico promovido pelos Kaabunkês. Ambos os grupos de islamizados começaram um comércio de escravizados na costa da África Ocidental, parte do resultado desse comércio chegou ao Maranhão, isso possibilitou

a constituição de um agrupamento étnico muito específico no norte da América Portuguesa, constituído por povos como Bijagos, Suruas, Papels, Nalus, Balandras e Mandingas, povos que deram base à produção de arroz e algodão para o mercado Atlântico (Barroso Junior, 2015; 2023). Desta maneira, a oferta de escravizados no litoral ocidental africano corroborou com o mercado consumidor no Atlântico e mais especificamente com o mercado do norte da América Portuguesa, impactando como mão de obra para a produção colonial.

A origem dos escravizados que trabalharam e povoaram a capitania do Maranhão, ao final do século XVIII e começo do XIX, eram da África Ocidental, oriundos de uma comercialização intensificada pelo islamismo que vinha do Leste e da região central da África, uma *Jihad* que avançava e conquistava do interior para o litoral oeste africano. A *Jihad* na África Ocidental se processou na construção de escolas corânicas para a formação de novos adeptos, no desenvolvimento de uma cultura política islâmica e na formação de grupos mercantis que justificavam a aquisição e comercialização de escravizados para aqueles que rejeitavam o islamismo. “Os séculos XVIII e XIX foram momentos de intensa agitação política no Sahel meridional, em função das revoluções muçulmanas que transformaram a região.” (Mota, 2018, p. 339) Grupos do Futa-Jalon e Futa-Toroo, o califado de Sokoto mais a leste e os Dyulas do Kaabu e outros pequenos califados pressionaram a articulação de redes comerciais de escravizados entre o sahel e o litoral da Alta-Guiné para exportação de escravizados não convertidos para o tráfico Atlântico, desta região se originou grande parte dos escravizados que chegaram ao norte da América Portuguesa, Caribe e sul das Treze Colônias Inglesas (Hall, 2017; Lopes, 1999; Lovejoy, 2014).

Justamente essa situação de avanço do islamismo da África Central rumo ao litoral que criou redes de comércio muçulmano que levaram a construção de uma zona fronteira relativamente conhecida no eixo do tráfico como “a fronteira escrava”, ou, também conhecida como “costa do arroz” (Barroso Junior, 2023; Carney, 2004; Hawthorne, 2003). Essa relação já fora discutida por uma historiografia anterior que vinculava a produção de arroz da África Ocidental aos “anseios de exportação colonial” nas Américas, especialmente a rizicultura. Desta maneira, os inúmeros escravizados que aí foram comercializados nas feiras litorâneas para europeus cristãos foram descritos como “exímios produtores de arroz” ou “qualificados para o plantio de arroz”. O tráfico de escravizados a partir desse porto foi constituído pela procura de escravizados especializados para a rizicultura e ofertado por islamizados que comercializavam não convertidos, por sua vez, o transporte Atlântico foi feito por companhias comerciais ou contratos monopolistas pelas rotas do Atlântico Equatorial que passava pelas Ilhas de Cabo Verde e chegavam até o Estado do Grão-Pará e Maranhão na América

Portuguesa, Demerara na colônia inglesa, Caribe e sul das Treze Colônias (Barroso Junior, 2023; Carney, 2004; Hawthorne, 2003).

O litoral da África Ocidental era uma zona de pressão que sofria com as ações dos islamizados que participavam como comerciantes em trato de base religiosa em meio a amplo grupo étnico que caracterizava a região. Um espaço plural constituído por pequenos agrupamentos os mais diferenciados, desde comunidades organizadas por conselhos deliberativos até pequenos reinos centralizados que compartilhavam elementos culturais, lingüísticos e sociais em comum, mas um espaço que mantinha diferentes enredos histórico-identitários, o que tornava estes diferentes régulos em instituições muito dispares entre si. A partir do litoral se conectava com as ilhas de Bijagó, e mais ao oceano, às Ilhas de Cabo Verde de onde partia a pressão cristã portuguesa por escravizados para o tráfico Atlântico. Portanto, eram diferentes grupos em uma curta extensão de terra litorânea em estado de pressão, pressionados a leste pelo movimento de conversão forçada do islamismo e assediados a oeste pelo cristianismo do padroado português, constituindo “uma zona de mistura em meio ao pluralismo de tantas sociedades.” (Green, 2012, p. 62). Essa “crioulização”, conforme Toby Green (2012), chegaria ao Maranhão como parte do movimento do tráfico de escravizados, o que tornaria os afrodescendentes do Maranhão mais sensíveis, flexíveis, adaptáveis, habilidosos e ladinos com os desafios e obstáculos no mundo do trabalho Atlântico.

Nas pressões internas ao território da África Ocidental, um grupo de escravizados mais maleável às necessidades de um mercado de trabalho e aos desafios que se apresentavam na relação com a conquista na América foram desonrados e desenraizados para o tráfico de escravizados. Isso os tornava aquilo que poderíamos chamar de *ladinos*, um arquétipo de negros escravizados idealizado pelo tráfico, idealizados em virtude de sua alta adaptabilidade às necessidades de trabalho nas Américas. Isso, sobretudo, era importante em regiões de fronteira como no norte da América Portuguesa, onde a vasta diversidade amazônica e a relação com diferentes grupos indígenas priorizavam um perfil de trabalho mais versátil.

Esses escravizados ladinos da África Ocidental aparecem nos diferentes registros da capitania do Maranhão. Nos registros de batismos, muitos deles aparecem como “Gentios”, o “gentio da Guiné”, sinalizando para comunidades étnicas ainda não convertidas pelo cristianismo, que poderiam ser consideradas “pagãs” e recebiam o batismo quando comprados pelos seus senhores. Podemos ainda encontrar esses escravizados nos inventários. Em suma, o que temos aqui apresentado são os movimentos africanos e europeus que convergiram e se somaram aos processos de transformação e exploração de base colonial que agiram sobre o Maranhão.

Por um lado, o movimento metropolitano europeu impulsionou o projeto colonial nas Américas, aquilo que Dale Tomich chamaria de uma “segunda escravidão”, movimento de aumento vertiginoso de mão de obra escravizada, especialmente em regiões coloniais, como o Maranhão, que impulsionou ciclos de produção que intensificaram a exploração nesses nichos. Por outro lado havia, também, o movimento africano, uma transformação histórico-processual na região da África Ocidental que envolvia conflitos religiosos e tentativas de proselitismo mourisco que pressionou o tráfico de escravizados “gentios” para regiões como o Maranhão. Por fim, dentro da política portuguesa de exploração, uma economia política colonial que visava transformar o norte da América Portuguesa, durante a segunda metade do século XVIII, rearticulando as formas de exploração e intensificando o volume de escravizados negros africanos para a região. O que se apresenta é uma era de transformações que convergem para acirrar lógicas de produção em espaços coloniais e intensificar certa necessidade por escravizados de origem africana.

3.2 Síndrome de exportação no Maranhão: a companhia de comércio monopolista e a demografia escrava na bacia do Baixo Itapecuru ao final do período colonial

O Maranhão foi uma colônia que recebeu atenção tardia da coroa portuguesa, somente no segundo decênio do século XVII que se formou um movimento de ocupação, administração e ordenamento do estado para a região. A capitania funcionou como uma porta de entrada para colônia portuguesa na chamada Amazônia Colonial e de onde se irradiou parte das estratégias de tomada do espaço colonial rumo ao Pará. Durante o século XVII e no começo do século XVIII, o Maranhão formou uma colônia distinta do chamado Estado do Brasil, mesmo que com os mesmos componentes administrativos (governadores e capitães gerais, ouvidores, provedores, tesoureiros, secretários etc.) e dentro da circunscrição do Império Ultramarino Português. Por se localizar mais ao norte da América Portuguesa, mantendo limites com colônias espanholas, e, posteriormente, colônias inglesas e francesas, foi uma colônia caracterizada como uma região de fronteira e com o desenvolvimento de economia interna e particular de base extrativista até 1750, quando sua estrutura produtiva foi transformada por uma política de internacionalização e sofreu as pressões do contexto Atlântico com o qual o Maranhão manteria intensa relação a partir de então.

Percebemos, então, forças de um contexto, mesmo que externo à capitania maranhense, mas partícipes na cobrança de produção Atlântica que levou a estruturação da “síndrome de exportação” colonial, um “anseio por corresponder às expectativas do mercado”

que no caso da América Portuguesa é “a necessidade de exportar para Lisboa, de enviar grandes produtos ao centro do Império Português e corresponder às expectativas de produtividade enquanto colônia” (Barroso Jr, 2023, p. 175), orientações do colonialismo e das bases da colonialidade. Uma síndrome que afetava não somente os administradores coloniais, como governadores e secretários, mas também grandes, médios e pequenos produtores, e, ainda, os trabalhadores que poderiam também produzir gêneros como arroz e algodão. Isso era parte das lógicas de poder instituídas pelo colonialismo e afetava o Maranhão, a Carolina do Sul, Demerara e o Caribe (Barroso Jr, 2023, p. 69). Uma síndrome que edificou um modelo de exploração e trabalho através da classificação étnico-racial dos trabalhadores.

As alterações que ocorreram em nível Atlântico tiveram grande impacto na realidade da América Portuguesa, tanto como expressões do contexto histórico ibérico, mas, também, porque a Inglaterra aparece como o dínamo regulador de um mercado que acirrava as formas de exploração da mão de obra e que colocava o escravizado mais como mão de obra produtiva que como mercadoria que impulsionava a conquista (Tomich, 2011, p. 88).

Na região norte da América Portuguesa, especialmente no Maranhão, somava-se a esse cenário conturbado de transformações atlânticas, as mudanças de uma política de conquista e produção que se projetava agora para a internacionalização da economia regional através de um processo de reordenamento da economia local pelo Marquês de Pombal a partir de 1750 (Maxwell, 1997; Simonsen, 2005; Souza Junior, 2012). A agenda pombalina havia instituído a companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, o investimento nas culturas do arroz e algodão e o processo de expansão territorial e de conquista contínua (Furtado, 2009; Mota, 2012).

A consequência foi o aumento acentuado de uma produção interna que redirecionou parte de seu poder produtivo para a exportação de diferentes gêneros e concentração de esforços para o sucesso principal de produtos como o arroz e o algodão. Como resultado desse intenso processo de transformação, ocorreu o aumento constante da mão de obra negra de origem africana, através da importação forçada de escravizados com características e “qualificações” específicas para a lavoura que se queria neste momento, especialmente a lavoura do arroz e do algodão dentre tantos outros (Barroso Jr, 2023; Mota, Barroso Jr, 2023).

A importância do algodão para o sustento da indústria têxtil que despontava nesse momento é significativa, já que a produção de insumos que pudessem sustentá-la como o algodão era vital. Ao mesmo tempo, o arroz segue obviamente como um artigo que serve de base alimentar e poucas eram as localidades com condições naturais boas para implementação do cultivo desse cereal. De diferentes formas, ambos os produtos apareceram como importantes

gêneros na agenda de exportação colonial e, para a historiografia local, esse envolvimento com o mercado internacional, com o sistema mundo determinado pelos europeus, foi vital para compreender o próprio lugar do Maranhão no processo histórico. Isso fazia parte de uma política de controle instituída a partir do governo de Pombal, uma economia política que preparava o território para o incremento do mercantilismo português e a participação do local no cenário mundo (Cardoso, Cunha, 2012); uma “economia política designada para a completa prosperidade do reino agrícola” (Almodovar, Cardoso, 1998, p. 39 e 40).

Uma economia voltada para o plantio de culturas em larga escala com vista à instituição de um modelo de produção para a exportação que necessitava de mão de obra e por isso, acompanhado por uma política escravista, ou melhor, acompanhado por formas coesas de incentivo ao tráfico de escravos reguladas pelo estado ou, ainda, acompanhadas pela racionalização das formas de trabalho escravo dentro das políticas instituídas pelo Marquês de Pombal em 31 de julho de 1750 quando “ascendeu D. José I ao trono português, e com ele, à chefia do governo, como primeiro ministro, o famoso Sebastião José de Carvalho e Melo, depois Marquês de Pombal” (Meireles, 2001, p. 151).

A sua política, para o Maranhão, objetivou principalmente, conforme aquelas instruções de 1751, baixadas pelo ministro dos Negócios do Ultramar, a emancipação do indígena, a introdução da escravatura negra, o reforço da defesa militar, o cerceamento das atividades mercantis aos missionários religiosos, o incitamento à lavoura com a promessa de mercês reais, e o fomento ao comércio e as indústrias extrativas, programa este que, para sua efetivação, resumiu-se praticamente no da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará [...] (Meireles, 2001, p. 152)

É o momento auge da narrativa da história colonial maranhense, o acontecimento da companhia, sua falência posterior e suas consequências benéficas que iriam se encerrar ao final do período colonial. Foi na segunda metade do século XVIII e o começo do XIX o momento importante do vínculo ao mercado internacional, lógicas de exportação mais apuradas e o uso massivo de trabalhadores de origem africana na produção colonial, resultados especialmente alcançados pela companhia de comércio, durante o período da segunda escravidão.

Para a execução do projeto de reorganização econômica da região foi extremamente importante a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755 na administração pombalina. Era uma instituição mercantil e de apoio a execução do projeto colonial, orientada para a racionalização e melhoria da exploração mercantil das regiões sob sua guarda. Funcionava como uma instituição de capital misto com participação de inúmeros

associados que investiam dinheiro na companhia, em contrapartida recebia apoio fiscal e resguardo monopolista da coroa portuguesa e controle sobre as regiões que estavam sob sua tutela. Sua zona de monopólio funcionava dos dois lados do Atlântico, na África Ocidental controlava uma pequena feitoria na saída no rio Cacheu, hoje Guiné-Bissau, e detinha parte do monopólio sobre as ilhas de Cabo Verde. Na extensão da América, controlava o estado do Grão-Pará e Maranhão, trazendo investimentos para região e o controle sobre a produtividade. Com o apoio da coroa portuguesa publicava editais de incentivo, comprava os produtos dos comerciantes locais, ofertava mão de obra escravizada com incentivos fiscais e com parcelamentos, apoiava a implementação de novos gêneros para serem produzidos na região como o arroz e o açúcar, bem como apoiou a montagem de pequenos fortes e zonas de vigília e segurança para a defesa contra ameaças estrangeiras pelo mar ou contra os ditos “índios do corso”, povos originários resistentes ao avanço português.

A autora Jalila Ayoub Jorge Ribeiro, em *A desagregação do sistema escravista no Maranhão*, destacou que a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão implantou o “grande complexo agrícola” que transformou a existência histórica maranhense. Afirmou ainda que a política econômica materializada especialmente através da companhia interferia na economia local e, por influência da colonialidade, definiu como princípio produtivo da região a “lavoura mercantil e os seus indissociáveis elementos constitutivos: o latifúndio, a monocultura e o escravismo” (Ribeiro, 1990, p. 27).

Nesse cenário, conforme Jalila Ayoub, o algodão e o arroz aparecem como os destaques dessa exportação, desde o começo com a CGGPM. O algodão, conforme a autora, alimentava a indústria têxtil e estava ao “alcance de ricos e modestos lavradores, fazendo surgir grandes lavouras e pequenas explorações. Agregados e até escravos cultivavam-na por conta própria” (RIBEIRO, 1990, p. 33). Já o arroz, apesar de produzido em maior quantidade pelas fazendas locais e exportado para diferentes paragens, aparece com o “segundo lugar no comércio exportador da capitania” (RIBEIRO, 1990, p. 43). Ambos produzidos por todo a capitania, mas o arroz, “inicialmente se limitara às várzeas dos rios Mearim e Itapecuru, diante do estímulo do comércio exterior, estendeu-se também aos campos da Baixada Maranhense” (RIBEIRO, 1990, p. 44). Dessa forma, a historiadora Jalila Ayoub aponta a escravidão como fruto da implantação de massiva política de produção agrícola para gêneros em larga escala o que promove o cultivo dos produtos locais ou externos para atender demandas metropolitanas.

Desta maneira, a companhia de comércio foi um imenso empreendimento com investimento misto e que potencializou a conquista e avanço da colonização portuguesa. A historiografia regional dimensionou parte do impacto da companhia na demografia local e na

economia que reordenou a lógica produtiva da região para corresponder às necessidades de consumo europeia. Antonia Mota (2006), ao estudar o desenvolvimento e o poder das famílias principais, consegue destacar a transformação e concentração de lucros em alguns poucos núcleos familiares, algo possível graças às estruturas de poder arquitetadas pela lógica de comércio da companhia monopolista pombalina. A partir da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi possível a urbanização do espaço, “vilas e cidades cresceram, provocando o avanço da ocupação do imenso território” em meio a uma conjuntura que se caracteriza, basicamente, “pelo desenvolvimento do setor agro-exportador, com a chegada sempre crescente de portugueses e a introdução massiva de escravos africanos” (Mota, 2006, p. 109). A historiadora conseguiu dimensionar o tamanho dos espólios familiares, sobretudo, na posse contabilizada a partir de documentações como testamentos e inventários, a partir dos quais conseguiu identificar fazendas, sítios, casas de moradas e, especialmente, escravizados, e, assim a historiadora prosseguiu, definindo os limites e meandros dessa sociedade com base no espólio familiar durante o século XVIII.

Desta maneira, para Antonia Mota a região Norte da capitania portuguesa, especialmente o Estado do Grão-Pará e Maranhão “passou por dois momentos bem diferenciados” o “antes e depois das Reformas Pombalinas, sendo a instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão o ponto chave para essa divisão histórica”. Sendo assim, a companhia pombalina, criada pelo Marquês de Pombal em 1755, aparece como parte de uma política instituída por Portugal para impactar na economia local, ao ampliar o leque e internacionalizar a produção de gêneros coloniais no mercado Atlântico através da alta exportação de produtos de interesse europeu (Mota, 2006, p. 31), especialmente gêneros como arroz e algodão. Portanto, a companhia de comércio se insere assim como parte de uma política hegemônica implementada para controlar os mercados coloniais e recriando as formas de exercício da segunda escravidão sobre regiões coloniais de fronteira como a capitania maranhense. Desta maneira, a companhia era uma forma de controle colonial que intensificou os modelos de produção subordinados às necessidades mercantis europeias e asseverando o uso de trabalhadores cativos em termos definidos por características étnico-raciais de exploração.

Com a companhia de comércio, o tráfico de escravizados africanos aumentou para sustentar a produção local como resposta a demanda metropolitana europeia, uma mão de obra essencial para a reprodução da sociedade escravista e da economia exportadora. Escravizados da África Ocidental, prioritariamente, começaram a constituir o mundo do trabalho que deu base para a construção da sociedade escravista colonial de fins do século XVIII e começo do XIX no Maranhão. Algo apontado por governadores coloniais como José Telles da Silva,

Antonio Salles Noronha e outros (Barroso Jr, 2023), bem como ainda por produtores coloniais como Raimundo Gaioso, por exemplo, lavrador e grande proprietário que escreveu sobre sua experiência no Maranhão colonial.

Raimundo José de Sousa Gaioso é o melhor exemplo para vislumbrar a sociedade colonial maranhense, mesmo que sob a ótica do senhor-proprietário colonizador, ele era tenente-coronel do Regimento de Milícias de Caxias de Aldeias Altas, em 1809, foi ainda um “agricultor” notório e escreveu uma obra de referência para consultas rápidas sobre o Maranhão colonial e a geopolítica colonial e as relações atlânticas, mantidas pela capitania, obra intitulada *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão*. A obra contém orientações sobre a produção e os problemas enfrentados pela lavoura maranhense, mais especificamente nesta obra, de forma exaustiva relata a existência da lavoura maranhense, sua experiência, seus produtos, volume, técnicas empregadas, bem como a mão de obra usada e as implicações em sua importação e presença no cenário colonial.

Conforme este agricultor, produzia-se por todo o território o algodão e, especialmente, o arroz, pela baixada, com ênfase em Alcântara; pela ribeira dos rios, em especial, a vila ribeirinha de Itapecuru; e, assim por diante; destacando “o prodigioso aumento que tem tido os dous Generos mais importantes da lavoura do paiz, isto he o arros, e algodão” (Gaioso, 1818, p. 218). Raimundo Gaioso relaciona a produção da capitania com a contínua intervenção do estado português, através de políticas de incentivo, especialmente da companhia de comércio e, sobretudo, à presença significativa de trabalhadores de Guiné, os escravizados negros que viriam dos portos de Bissau e Cacheu na África Ocidental. A relação entre a produção da lavoura e estes escravizados parece tão forte que a presença dos cativos negros tornou-se essencial em todas estas localidades da capitania, a capital de São Luís; a vila de Tapuitapera, Alcântara; a Vila de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru, atual Itapecuru-Mirim; e, a Vila de Caxias de Aldeias Altas, atual cidade de Caxias, quase 400 quilômetros de distância de São Luís. Os escravizados africanos estavam em todas estas localidades, assegurando a contínua produção destes dois produtos na capitania, a presença destes africanos poderia ainda impactar no aumento do preço desses trabalhadores, já que a “escravatura desta nação he mais cára do que a de Angolla, e costa da Minna” (Gaioso, 1818, p. 243), e continua:

Não ignoro tambem que a escravatura está hoje mais cara, do que no tempo da Companhia Geral do Commercio, tanto porque os effeitos que o gentio péde por cabeça de escravo que vem a vender a Bissáo, Caxeo, Zinquixor, Farim, etc. tem crescido de valor, como porque também elle tem adquerido maiores luzes sobre os seus interesses. (Gaioso, 1818, p. 244)

Raimundo Gaioso observa que o mercado fornecedor africano influenciava diretamente no aumento do preço de africanos no estado do Grão-Pará e Maranhão, escravizados traficados a partir das feitorias de Bissau e Cacheu, feitorias criadas por portugueses com autorização dos reinos africanos para servir de entreposto para as necessidades de Portugal e funcionavam ainda como pontos de partida para tentativas de interiorização no continente africano, a partir dos quais poderiam acessar as cidades africanas de Zinquichor e Farim, hoje cidades nos países Senegal e Guiné-Bissau, respectivamente, cidades controladas pela comunidade mercantil dos *Diolas* (grupo mercantil africano do Sahel) e que funcionavam como praças mercantis africanas visitadas por europeus. *Diolas* e outros grupos africanos atribuíam valores conforme o mercado onde ofertavam (elementos como segurança do mercado, atravessadores e serviços prestados no mercado) e a demanda que aparecia nestas cidades (Barroso Jr, 2023; Lopes, 1999; Hawthorne, 2003; Green, 2011).

A partir destas observações de Raimundo Gaioso podemos perceber o impacto da companhia de comércio ainda no controle de preços e na barganha com os africanos, estreitando um importante elo com o colonialismo português. Portanto, para Gaioso, sem a companhia e sob o ônus da “esperteza” do africano que “tem adquirido maiores luzes sobre os seus interesses” sobre a oferta de cativos negros africanos (Gaioso, 1818) podemos constatar o abrupto aumento de preços na capitania maranhense. Isso desvela não somente a importância da companhia para os grandes produtores agrícolas da época, mas o peso do comércio de escravizados na oferta e, sobretudo, a necessidade que esta mão de obra de cativos negros significava para o comércio no Maranhão, pois independente dos valores, todos os lavradores, inclusive Raimundo Gaioso, ainda os compravam, mesmo sem a companhia de comércio.

Dada essa necessidade e importância dos cativos negros africanos para a lavoura de arroz e algodão no Maranhão, eles acabam ocupando significativos grupos entre os habitantes da capitania e Gaioso ainda destaca isso, os classifica entre aqueles que povoam e ocupam a capitania, entendendo-os inicialmente enquanto habitantes – subvalorizados, mas ainda habitantes. Enumera-os, assim, entre os três grupos de habitantes que ele identifica. Os primeiros eram os europeus ou “*filhos do reyno*”; o segundo grupo, os “*nacionaes ou descendentes dos filhos do reyno*”; os terceiros, os “*misturados, proveniente ou de hum Europeo e huma negra, ou de hum Europeo e huma India*” (Gaioso, 1818, p. 118); os negros, referindo-se aos africanos; e, os “índios”, os últimos nessa escala de valoração. Ele dedica uma maior atenção aos misturados, explicando os termos, denominações e, de forma intrigante, as diferentes composições raciais que um misturado poderia ter, resultando em percentuais de mestiçagem.

Ainda enquanto habitantes, mesmo que considerados no final desta classificação, os povos originários recebem uma atenção considerável, seja por serem relacionados nessa classificação de habitantes, seja quando os destaca em outras partes de seu compêndio, destacando sua origem histórica, seu uso enquanto escravizados e as tentativas de salvação da alma “silvícola”. É pertinente perceber a posição que ocupam, quando posicionados junto aos africanos, afinal “todos sabem com que rigor forão tratadas estas desgraçadas nacoens no principio da sua escravidão; porem graças ás luzes da razao, e da humanidade, de certos tempos a esta parte, os índios tem melhorado de condição” (Gaioso, 1818, p.121). Ou seja, apesar de estarem no último degrau da classificação populacional maranhense de Gaioso, parecem possuir maior valor que os negros de Guiné, em virtude da salvação oportunizada pelos europeus. Os africanos agora seriam subjugados no seu uso como trabalhadores forçados na lavoura ao substituírem os povos originários e sendo percebidos como mais adequados para o uso excessivo na produção agrícola colonial.

Os negros africanos e seus descendentes, na apresentação de Gaioso, prefiguram entre a distinção de habitante e a coisificação de instrumento. Na realidade apesar de colocá-los acima dos índios, quando incluídos na categoria de habitantes, um lavrador e grande proprietário colonial como Raimundo Gaioso denota parte da inferioridade com a qual os africanos eram julgados. O parco comentário de Gaioso sobre a existência negra, enquanto “desgraçada parte da espécie humana” (Gaioso, 1818, p.121) é sintomático da bruta forma de desvalorização com a qual dialoga em sua sociedade colonial imediata do qual fazia parte como primeiro grupo de habitantes, mas da própria sociologia de conhecimento que reproduzia em sua obra. Entretanto, algo o tornaria melhor que a massa indígena – sua pretensa funcionalidade na produção do arroz e do algodão, como instrumento escravo, como coisa. Nas palavras de Raimundo Gaioso eram os escravizados africanos como “verdadeiros instrumentos da agricultura” (Gaioso, 1818, p.252). O lavrador por sua vez, o importante habitante de primeira ou segunda classe, reinol ou filho de reinol que arquitetava a produção da lavoura para a exportação preocupava-se com a falta de escravos, bem como com os altos valores dos “instrumentos” da Guiné. Gaioso, assim, pondera que parte do atraso e decadência enfrentados pela lavoura dava-se em virtude do encarecimento do “instrumento” por conta dos fornecedores africanos e da ausência danosa da companhia de Comércio após o ano de 1778, quando ela é oficialmente fechada. O lavrador então via-se num cruel ardil de escolher entre a compra ou não dos “guinés” para a lavoura e acabava por se submeter ao comprar a mínima parcela de escravizados para manter o funcionamento da colheita, demonstrando “a necessidade que tem de escravos” (Gaioso, 1818, p.242). Assim sendo, quando Gaioso pensa a existência da lavoura,

como elemento primordial para alavancar a economia colonial, é sempre atrelado a um importante instrumento, o “escravo”, o “escravo de Guiné”, e sua coisificação tornava-o útil para as necessidades europeias o que incentivava o constante tráfico de escravizados para a região, seja através da companhia, seja após sua efetiva falência em 1778.

De qualquer maneira, escravizados agora faziam parte de tudo e de todo o contexto maranhense e ocupavam cada uma das frentes de produção na sociedade, bem como ainda sustentavam a sociedade. A oferta africana, o transporte atlântico de escravizados e o trabalho para a produção aumentaram o volume de africanos na região maranhense, formando uma das maiores capitais negras da América Portuguesa.

Cruzando informações disponibilizadas pelo banco de dados do projeto *Slave Voyages* e estimativas contemporâneas, Matthias Assunção calcula que 132 mil indivíduos de origem africana chegaram ao Maranhão entre 1660 e 1850, em momentos de maior e menor entrada.

Três mil africanos entraram até 1755. No período da Companhia de Comércio (1755-1777), foram 12 mil. As entradas de escravizados continuaram após a extinção da Companhia de Comércio, e ainda com maior intensidade. Trazidos pelos negociantes da Praia Grande, chegaram 35 mil entre 1778 e 1800. Depois desse período, houve uma pequena redução: entre 1801 a 1811, desembarcaram 26 mil escravizados, provavelmente devido à queda nos preços do algodão. Mas entre 1812 e 1820, esse número quase duplicou, chegando a 41.000. (Mota; Barroso Jr, 2023, p. 69)

O resultado disso é a constituição de uma sociedade de cor voltada para o trabalho braçal e no exercício de atividades essenciais e básicas ao projeto colonial. Assim, no período entre 1770 e 1820, temos uma sociedade de cor voltada para o trabalho braçal e a realização das necessidades metropolitanas. Regina Faria (2012) destaca que ao final do período colonial, a população de escravos negros no Maranhão superava a média nacional de 51%. Marcelo Cherche, por sua vez, evidencia que a população local de pessoas de cor era de 77,8%, composta por mulatos (livres e cativos) e pretos (livres e cativos), reflexo da grande entrada de africanos nos anos anteriores (Galves, 2007). Isso delinea a presença preponderante das pessoas de cor no Maranhão, bem como seu impacto direto na realidade social maranhense.

A segunda escravidão intensificou a produção em duas grandes regiões produtivas na capitania do Maranhão, a saber, a baixada maranhense, mas, principalmente, em termos de volumes produtivos, a região do baixo Itapecuru. Ambas as regiões desaguavam em São Luís, exportando toneladas de diferentes produtos para o Atlântico. Entretanto, a região do baixo Itapecuru entre São Luís, capital do estado colonial, e Caxias, principal cidade do sertão maranhense, configurou espaço de larga produção da capitania e da instituição da economia de

plantations, a região se notabilizou como o principal foco produtivo e por toda essa extensão se concentrou a maior parte dos africanos escravizados da capitania.

Entre estas duas cidades se formou uma conexão constante que abriu caminhos internos com o mundo colonial sertanista. Uma conexão mantida através do Rio Itapecuru que internalizou a colonização do Maranhão rumo ao território pastoril dos vaqueiros, sul do Maranhão, e como ponto de abertura para a movimentação rumo ao sertão de Piauí, Pernambuco, Ceará e Bahia. Assim, São Luís recebeu escravizados advindos do tráfico de escravos do Atlântico e redistribuiu os escravizados pela ribeira do Itapecuru rumo a Caxias. Caxias, por sua vez, funcionou como uma vila entreposto para a expansão colonial e grande núcleo de concentração de fazendeiros e produtores coloniais. Um dos fazendeiros locais aponta a importância e projeção do rio Itapecuru e a extensão entre São Luís e Caxias como o principal fluxo que abastecia a capitania e alimentava o movimento colonial.

O rio Itapucurú he muito navegavel até ao Arraial de Aldeias-Altas", hoje Nova Villa de Caxias, bem que em varias partes são infinitos -os pequenos fundos, que não permitem , no tempo da seca, navegarem canoas de muito porte , o que se tem suprido com botes , ou gabarras ; porem do dito Arraial para cima, por onde ainda continua o dito rio até Pastos-Bons , perto da qual villa já tem Chegado algumas embarcacoes pequenas, he perigosíssimo pelas suas caxoeiras, e multidão de gentio bravo, que occupa huma grande parte d'aquellas matas, e suas beiradas (Gaioso, 1818, p. 100)

Era Caxias esse ponto de encontro entre o baixo e alto Itapecuru, entre a colonização litorânea e a pastoril a partir de onde se expandiu a colonização maranhense, tudo feito através do rio Itapecuru e seus afluentes. Através dessa rede fluvial se expandiram, cresceram e constituíram a conexão entre o sertão maranhense e o Atlântico. Na extensão do rio foram construídas diferentes fazendas, sítios e outras unidades produtivas que priorizavam a plantação do arroz e do algodão, bem como a produção de milho, farinha e gado. Entre estas duas cidades que podemos encontrar o maior volume de escravizados da capitania.

Conforme Antonia Mota e Daniel Barroso (2017), ao final do período colonial, em 1821, tínhamos 69.534 escravizados por toda a capitania, distribuídos pelo litoral oeste, denominado de Baixada Maranhense, especialmente na vila de Tapuitapera (hoje intitulada de Alcântara) por São Luís (as freguesias de Nossa Senhora da Luz da Vitória, Nossa Senhora da Conceição e São João Baptista dos Militares) e, principalmente, a região do rio Itapecuru até o entreposto de Caxias de Aldeias Altas. Região esta que já evidenciamos como principal localidade de produção de arroz e algodão da capitania e onde temos a principal concentração de escravizados. Pelo rio Itapecuru tínhamos a freguesia de Nossa Senhora de Rosário de

Itapecuru (Rosário), a Vila de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru (Itapecuru-Mirim), a Vila de Urubu (Codó) e a Vila de Caxias das Aldeias Altas (Caxias), localidades com concentração populacional, e entre estes pontos, as margens eram ocupadas majoritariamente por médias e grandes propriedades que ocupavam as terras próximas ao rio Itapecuru.

Diferentes historiadores já evidenciaram o volume de escravizadas que ocupavam estas margens e delinearão uma demografia escrava pela extensão do Baixo Itapecuru. Os historiadores Antonia Mota e Daniel Barroso, por exemplo, a partir do Mapa Estatístico do Maranhão dos párocos da Freguesia de Nossa Senhora de Rosário de Itapecuru de 1801, afirmaram que havia 7.479 escravizados próximo a foz do rio (Mota; Cunha, 2017), proximidades da freguesia de Rosário. Também acabaram apresentando 2958 escravizados a vila de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru em 1822, a partir dos 33 inventários de proprietários com largas extensões de terra nas proximidades (Mota; Cunha, 2017). Ambas as localidades eram extensões do Baixo Itapecuru.

Por sua vez, ao trabalhar a escravaria na entrada do sertão de Caxias de Aldeias Altas, ao final do período colonial, Thalita Souza consegue identificar quase 900 escravizados a partir de 34 inventários de proprietários na Vila de Caxias de Aldeias, dando um vislumbre da quantidade de escravizados na maior cidade do Sertão que funcionava também como entreposto comercial (Souza, 2022). Claro que no caso dos inventários, diferente dos mapas, os números não podem dimensionar a quantidade efetiva de escravizados pelo baixo Itapecuru, os 33 inventários de Itapecuru, os 34 inventários de Caxias não correspondem a todos os proprietários dessas localidades, afinal o próprio Gaioso médio proprietário e Tenente-Coronel do Regimento de Milícias de Aldeias Altas não consta aí. Consta apenas aqueles que tiveram seus bens arrolados e avaliados a partir de interesses familiares, bem como ainda havia aqueles senhores-proprietários que moravam e fizeram inventários a partir de São Luís que não conseguimos dimensionar todos, mas conseguimos vislumbrar o volume de escravizados na região e a larga presença dos escravizados entre os habitantes da capitania e, especialmente, do Baixo Itapecuru.

De qualquer maneira, ao vislumbrarmos isso, podemos destacar a centralidade econômica do Baixo Itapecuru e, por consequência, parte da composição da população de escravizados. Os inventários aqui apresentados, bem como nas documentações referentes aos anos de 1801 e 1822, não podem ser apresentados como a totalidade de números dos cativos, os números eram seguramente maiores, mas, a partir deles, podemos observar a dimensão das comunidades de escravizados que estavam pela extensão do rio Itapecuru até Caxias de Aldeias Altas.

A produção de diferentes gêneros exigia a presença de escravizados africanos pela extensão do Rio Itapecuru para o aumento da produtividade. Colonos, administradores locais e outros produtores já ponderavam sobre a produção nos rios Mearim e Itapecuru. O governador Joaquim de Melo e Povoas em dezembro de 1770, através de sua secretária de governo, enfatizava ao governo metropolitano em carta, sobre a grande produção da lavoura e da cultura ambiental no Maranhão e os “progressos que fazem a agricultura, e o commercio nessa Capitania” e na carta “vem indicados mais que sete dos referidos generos, que são atanados, algodão, cacão, arros, gengibre, oleo de cupauba, jutaicica, ou goma cupal”_todos produzidos no rio Itapecuru e imediata circunvizinhanças, produtos tanta da larga extensão agrícola, quanto do extrativismo¹³. Essa diversidade de produção e extração natural exige uma constante presença de trabalhadores que possam atender as demandas por parte do mercado externo. Nesse sentido, o uso de trabalhadores escravizados negros era crucial, por um lado pela qualificação para os tipos de trabalho que se pressupunham ter condições de exercer e, por outro, pela alta possibilidade de agenciamento de suas funções para o ganho, seja como trabalhador ou como peça para comercializações.

Essa intensidade produtiva vai evidenciar a bacia do Itapecuru e algumas das cidades as quais interligava como uma bacia de fluxo por onde percorriam, atanados, vaquetas, paneiros de farinha, peixe salgado, sacas de arroz, arroubas de algodão, animais, toras de madeira e, inclusive, escravizados. Essa bacia englobava São Luís e imediações, tal como Icatu como abertura para a região leste rumo à capitania do Piauí e a bacia do Itapecuru que abria caminho para o sertão, passando pelo entreposto de Caxias e daí se chegava as ditas “estradas de vizinhanças”, “visto que a região faz ligação com quatro estradas importantes, que ligam Caxias a Brejo, Itapecuru, Pastos Bons e a estrada a beira do rio Itapecuru que parece avançar rumo ao Piauí, alcançando assim os quatro extremos da região leste maranhense” (Souza, 2022, p. 74). Desta maneira, a bacia do Itapecuru se notabilizou pelas moradias, produção, movimentação, concentração fundiária e presença negra com especial concentração de escravizados de origem africana.

É nesse cenário que encontraremos a maior parte dos escravizados da capitania maranhense que cuidam das unidades produtivas no centro econômico colonial do Maranhão. Essa é a extensão sobre a qual nos concentraremos, entre a circunscrição produtiva de São Luís até as proximidades de Caxias, identificando os proprietários presentes na região e

¹³ Carta de 24 de dezembro de 1770. Setor de Acordãos. Livros de Registros Gerais, Nº11. Acervo da Secretaria de Governo do Maranhão. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

caracterizando os escravizados que fazem parte da escravaria regional. Logo, aqui identificamos os inventários das famílias relacionadas ao Itapecuru como os Belforts, os Silva, os Souza e os Lamagner. A partir desses dados podemos vislumbrar um perfil dos escravizados que povoam a capitania do Maranhão até próximo ao decênio de 1820, quando chegamos ao fim do período colonial.

3.3 Os planteis de escravizados e a documentação inventarial: formação de comunidades de negras pelo espaço do Baixo Itapecuru

Aqui trabalharemos com os inventários de final do século XVIII e começo do século XIX, até o ano de 1819, refletindo parte do contexto de grande transformação atlântica o qual o Maranhão era partícipe e com base nesses inventários iremos delinear a realidade social da escravaria e a formação de núcleos negros. Infelizmente, nos manteremos apenas na avaliação superficial dessa escravaria, pois é mais difícil compreender a vida dos escravizados, são histórias de vida de pessoas “comuns”, trabalhadores ordinários sem destaque reconhecido pelo conhecimento moderno ocidental, pelo saber abstrato, trabalhadores com baixa relevância para a memória coletiva e, por consequência, com baixo reconhecimento social o que impacta ainda sobre a massa documental produzida sobre esses indivíduos, ou melhor, produzida a partir da necessidade de registros dos proprietários coloniais para o controle de suas posses.

Nesse sentido, é importante frisar que a pesquisa histórica dialoga mais com os “proprietários”, com os “senhores” e menos com aqueles que lidam diretamente com o trabalho, sejam plebeus e camponeses, sejam escravizados, a história tradicional, conservadora e eurocentrada, os restringe a pouca visibilidade de sua existência laboral, trabalhadores braçais vistos sobre o prisma da inócua relevância de seus ofícios. Edward Palmer Thompson já havia denunciado esse viés elitista do historiador ao analisar suas fontes, quando discutiu sobre a classe operária inglesa ao evidenciar que “os trabalhadores pobres não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com a dura labuta” documental (Thompson, 1998, p.26).

Assim, estudar a classe trabalhadora requer mais que a imediata consulta documental, requer um intenso trabalho documental e a sutileza de trato com as informações que aparecem, despindo-se dos olhares classista e aqui nas Américas, despindo-se ainda do olhar classicista somado aos preconceitos étnico-raciais. Em pior face que da subjugação dos patrícios sobre os plebeus, os escravizados eram registrados sem noção do significado de seus registros, eles não possuíam autoridade na produção de vestígios documentais que pudessem

dar vislumbre sobre a realidade e o cotidiano do trabalho que exerciam. Os escritos e diferentes relatos são de origem indireta, enviesada e são produzidos em massa pela classe senhorial que controla a vida escrava que, por consequência, resulta em informações imprecisas, sucintas e carregadas do poder e da dominação que estes senhores exercem sobre seus escravizados. Isso é importante, pois já desvela os níveis de ação do colonialismo sobre a construção do pertencimento e do lugar do escravizado dentro da sociedade colonial, é uma maneira de retirar o direito a ingerência sobre a própria existência laboral e, por consequência, sobre a existência social.

A sociedade colonial, construída sob a ação do colonizador português, já produz um documento/monumento que orienta o olhar repressor, dominador e violento que “lembra” do escravizado na limitação de sua existência subordinada e serve de elemento mnemônico sobre a escravidão. Por sua vez, este documento é lido por historiadores como Cesar Marques com saberes de base colonial e reproduz uma economia política das desigualdades que se expressam sobre os descendentes desses escravizados nos bancos escolares. Portanto, a colonialidade histórica produzida na acadêmica se baseia em documentos colonizados, por assim dizer. Diferentes facetas de uma economia política do conhecimento que só pode ser transformada por uma práxis negra, tal qual demonstrada pelo piauiense Clóvis Moura.

Entretanto, é com este documento manuscrito do mundo colonial que precisamos trabalhar e aprender a criticá-lo para recolher vestígios e sinais da existência indireta da realidade laboral dos negros escravizados. E, portanto, é importante recolher todo o conjunto de informações, mesmo que a maior parte dessas informações diga mais sobre a vida do senhor, vida esta alicerçada ainda em amplo material consultivo, tanto na historiografia tradicional, quanto na literatura mais recente sobre a vida senhorial, afinal são comuns compêndios historiográficos sobre a vida dos senhores, efemérides e outros conjuntos biográficos.

A vida dos escravizados é mais carente de amplas informações que dê detalhes sobre sua existência e é difícil relacionar essas documentações entre si. A sociedade escravista, que os transforma em objetos e os desumaniza, se interessa, basicamente, pela caracterização imediata de seus corpos e, na maior parte das vezes, os destitui de relações pessoais as quais seriam registradas e a partir das quais poderíamos iniciar diálogo e investigar. Desta forma, para construir a história sobre os escravizados precisamos ir mais a fundo no conjunto documental, tentando perceber os elementos mais sutis e mínimos que estão presentes na documentação para locupletar a história sobre os escravizados e a sociedade escravista onde estão inseridos.

Dentre os diferentes documentos, temos os documentos de controle jurídico, de ordem civil que identificam os senhores e servem de controle processual sobre o cotidiano,

sobre a existência dos habitantes e o que possuem. Dentre os documentos cíveis, os inventários são aqueles que servem de base para um trabalho serial, quantitativo, mas ainda qualitativo e desvelador de tendências. Inventários são amplos documentos de ordem jurídica que mapeiam as posses de um proprietário falecido para que possa ocorrer a partilha dos bens entre seus herdeiros. São os inventários que podem delinear o poder aquisitivo a partir de meados do século XVIII e servem como coleta de elementos básicos para que possamos dimensionar as relações sociais existentes na circunscrição do baixo Itapecuru. Os proprietários dessa circunscrição espacial controlavam a produção agrícola maranhense e eram identificados a partir dos manuscritos que descreviam sua riqueza, sua opulência. Nos inventários foram registrados a posse desses senhores, dentre essas posses os escravizados, os bens móveis e imóveis, a localização desses imóveis, sua produção, seus negócios, suas dívidas e inclusive as intrigas familiares apresentadas em anexos como cartas, testamentos e outras documentações anexadas ou apensadas.

Os inventários são constituídos por autuamento inicial e identificação do processo com os participantes, herdeiros e responsáveis, inventariante e inventariado, os motivos que levam a divisão bem como uma síntese biográfica do proprietário. Após o autuamento, temos o levantamento dos bens, categorizando-os, avaliando-os e construindo um resumo das propriedades em posse do falecido. Por fim, segue a partilha, o quinhão que apresenta possíveis divisões e pondera as dívidas existentes do falecido para tentar estipular possíveis divisões das posses.

No arrolamento dos bens são identificadas as posses, os móveis, os imóveis e os semoventes, logo, o documento pode identificar fazendas, chácaras, sítios, diferentes unidades produtivas e suas localizações no espaço colonial. Dentre estes o que mais nos interessa são os semoventes, principal parte que trata sobre as “posses” vivas de um senhor, neste espaço são relacionados o gado vacum, gado cavalariço e, especialmente, os “escravos”. Essa é a principal parte do documento, de onde conseguimos coletar as informações que descrevem a escravaria em suas características básicas sobre procedência, “qualidade”, “vigor” e outras características que denotem o valor laboral subjacente. Desta parte do documento foram coletados os seguintes dados: nome, sexo, idade, nação (procedência ou etnia), atividade específica e valor, bem como um ou outro detalhe de saúde ou outra informação importante, tal qual sua nação de origem. A partir das informações sobre as “nações” podemos identificar a procedência africana dos escravizados em África, bem como a partir do sexo e da idade construir um perfil social etário e sexual, ou ainda, e principalmente, a partir das descrições de ocupações e ofícios perceber o

que estes trabalhadores fazem e seu impacto no cotidiano laboral colonial. e assim por diante com o conjunto documental que levantamos.

Dentro da historiografia maranhense já existem diferentes trabalhos que usaram os inventários como documentação importante e os semoventes como comprovação de espólio familiar e de poder econômico mantido por um ou um conjunto de proprietários. Antônia Mota, por exemplo, usa dos inventários como medidor das fortunas existentes no Maranhão e como indicador das transformações possibilitadas pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão a partir de 1755 (Mota, 2012). Marize Helena de Campos, usa o mesmo acervo com o intuito de destacar as mulheres com posses, propriedades e chefias de casas, as *senhoras donas* e, a partir disso, projetar um possível poderio feminino dentro do sistema patriarcal colonial (Campos, 2000).

Especificamente, Antonia Mota consegue apontar alguns elementos interessantes sobre a escravaria a luz dos inventários. Claro que essa escravaria, aparece para a historiadora como um elemento dentro da riqueza e do poder das famílias principais maranhenses, ao identificar e categorizar 58 inventários como ponto de partida para entender essas famílias principais que comandam a riqueza no Maranhão. Ela apresenta 11 categorias para analisar a riqueza dessas famílias, à saber, os bens de raiz, o recheio da casa, ouro e prata, animais, mercadorias e gêneros, ferramentas, dinheiro em espécie, dívidas ativas, dívidas passivas, fortuna líquida e escravaria. A escravaria, o ponto que mais nos interessa, seria um indicador da riqueza, mas também, para a historiadora Antonia Mota, seria ainda uma forma de visualizar e dar corpo ao grupo dos senhores e sua riqueza na sociedade colonial, a escravaria era seu oposto e um caracterizador da opulência dos senhores proprietários no Maranhão, por isso a preocupação em ordenar e classificar os proprietários conforme a quantidade de escravizados que possuíam. Para Antonia Mota, os escravizados eram peças que denunciavam a riqueza dos seus senhores, sua opulência pois eles eram as posses que tinham e, sobretudo, as posses que demonstravam publicamente. Assim, se possuíam muitos escravizados, isso simbolizava terras e outros bens que ainda possuíam.

A média de escravos em uma unidade de produção voltada para o plantio de algodão e arroz era de vinte escravos. Os que possuíam um plantel maior geralmente tinham mais de uma “fazenda”; podendo, além do cultivo do algodão e arroz, criar gado e ter engenho de açúcar ou plantar mandioca para alimentação dos escravos (Mota, 2012, p. 2012).

Os escravizados são, imediatamente, relacionados às produções, à economia e aos diferentes tipos de trabalho. Escravizado significa produtividade e ganho mercantil para os

proprietários, por consequência, mais escravizados representam maior a produtividade para os senhores. Antonia Mota faz então uma avaliação parcial da quantidade de escravizados. Ela privilegia 26 proprietários entre os seus 58, definindo somente aquelas propriedades da Ribeira do Itapecuru como foco de sua análise.

Quadro 01 - Número de escravos empregados nas Unidades Produtivas da Ribeira do Itapecuru (1794-1824), conforme a historiadora Antonia Mota (2012)

- 9 proprietários rurais possuíam entre 07 a 27 escravos
- 4 proprietários rurais possuíam entre 36 a 40 escravos
- 7 proprietários rurais possuíam entre 53 a 76 escravos
- 3 proprietários rurais possuíam entre 109 a 138 escravos
- 3 proprietários rurais possuíam entre 216 a 237 escravos

Fonte: Mota, 2012

Entendemos o argumento da professora Antonia Mota ao criar um quadro que indique as diferenças sociais com base na posse de escravizados e na lógica produtiva que sua posse pressupõe. Do estudo de Antonia Mota para este aqui apresentado, aumentamos o acervo documental, a quantidade de inventários utilizados, saiu de 58 para 153 inventários. Concordamos com o peso dos escravizados dentro da análise de riqueza dos senhores, mas resolvemos considerar todos os inventários catalogados da cidade de São Luís, no litoral e por toda a extensão até a vila de Caxias de Aldeias Altas, no sertão do Maranhão, ou seja, toda a extensão do Baixo Itapecuru.

A extensão do Baixo Itapecuru, como já afirmamos, é a principal região produtiva da capitania, da capital até a vila de Caxias, mas não somente isso, em virtude de sua riqueza ambiental, possibilidade de plantio e criação de animais, é a localidade onde mais se usa o trabalho negro escravizado a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, não é só um destaque para a riqueza e produção, mas é onde estão instaladas as moradias de africanos e seus descendentes, tanto aqueles que vivem dentro das fazendas, nas senzalas e em outras formas de instalação dentro das unidades produtivas, quanto aqueles que ainda se encontravam nos quilombos e mocambos das matas. Portanto, os inventários denotam a produção e riqueza subjacente de seus senhores, mas também acaba por evidenciar espaços de ocupação negra pelo baixo Itapecuru na capitania.

Nesse sentido, o principal núcleo de “povoamento” negro desses escravizados rendidos nas unidades produtivas, era obviamente a extensão de São Luís, seguido pela vila de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru, a vila de Rosário, a cidade de Caxias de Aldeias Altas. Essas quatro localidades eram pontos de convergência da população africana e seus descendentes. Desta maneira, após a saída da Cidade de São Luís o tráfico interno de escravizados africanos que se iniciava a partir de São Luís passava pela pequena e pouca expressiva vila de Rosário, seguia para o importante posto de Itapecuru de onde se irradiava a entrada de escravizados para fazendas que iam até Nina Rodrigues e Vargem Grande e a parada final era em Caxias, especialmente nos meses de final e começo do ano com a cheia do Rio Itapecuru. No meio destas vilas, havia várias fazendas alimentadas pelo fluxo do rio, desde Rosário, passando por Santa Rita, Itapecuru-mirim, Pirapemas, Cantanhede, Peritoró, Timbiras e Coroatá, pequenos chãos, fazendas, freguesias e diretórios que deram os nomes das cidades homônimas de hoje e que recebiam através do tráfico interno a escravaria e de lá produziam gêneros que abasteciam as unidades produtivas e a exportação colonial.

Havia várias unidades produtivas, pequenos sítios e pedaços de terra pelo decorrer da margem do rio, mas a quantidade de escravizados poderia variar bastante. Entretanto, seguindo parte da análise postulada por Antonia Mota, e entendendo-a como importante ponto de partida, podemos afirmar que a maior parte das unidades produtivas possuíam no máximo dez escravizados e podemos perceber, também, como mesmo que rurais e voltadas para a larga produção de gêneros, grande parte dos proprietários possuíam pequenos planteis em extensões próximas de São Luís, entre a foz do Rio Itapecuru e o núcleo urbano. E a partir desses pequenos plantéis de escravizados que se construía os pequenos nichos de comunidades de escravizados. Cada pequeno pedaço de terra poderia ser, ao mesmo tempo, um pequeno universo da realidade escravista, que usava a força de produção destes escravizados sob o interesse de seu senhor e proprietário, com seus ritos particulares e sua identidade peculiar que poderia ser reinventada, mas esse pequeno universo compunha ainda uma rede que conectava grande parte desses escravizados, formas de reinvenção das relações interpessoais entre escravizados, o que poderia constituir diferentes princípios relacionais dentro da sociabilidade escrava, que além de conectar os escravizados dentro das unidades produtivas, mas constituía ainda uma rede conectada pelo rio e pelas pequenas freguesias que desenvolviam redes rurais negras rio acima, diferentes comunidades negras ribeirinhas. Portanto, se por um lado temos as unidades produtivas senhoriais como focos da produção colonial, elas ao mesmo tempo são pontos de partida para entender as comunidades negras atuais.

Quadro 02: Localidades com planteis de escravizados pelo baixo Itapecuru (1760-1822)

LOCALIDADES
Ribeira do Itapecuru, Sitio Boroti, Ribeira do Itapecuru
Termo de Cachoeira Grande/ Rio Munim
Paragem de Santa Izabel/ Ribeira do Itapecuru
Fazenda Santa Anna/Ribeira do Itapecuru
Sítio Guanaré/ Ribeira do Itapecuru
Fazenda da boa Vista/Ribeira do Rio Preto
Fazenda Boa esperança/Rio Munim-Icatu
Fazenda na Localidade de Santa Rita
Fazenda Conceição/ Ribeira do Itapecuru
Casas em Codó e terras no Guanaré/Ribeira do Itapecuru
Fazenda de Timbotiba e Fazenda Pequei no Termo de Santa Rita
Casas em Codó e terras no Guanaré/Ribeira do Itapecuru
Fazenda Santo Antonio do Rego – Paragem Centro do Coroatá
Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru- Mirim
Fazenda Guanaré – Ribeira do Itapecuru

Fonte: Inventários do ATJMA

Nesse sentido, é importante aqui destacar que grande parte desses sítios e fazendas como Timbotiba, Boa Esperança, Boa vista e Guanaré, hoje são comunidades negras reconhecidas, mas sem consciência e reconhecimento histórico sobre essas raízes e o passado valoroso constituído a partir desses núcleos negros. Não pretendemos aqui discutir a ancestralidade ou a constituição e percurso histórico dessas comunidades remanescentes quilombolas, mas pontuar dois fatores. Primeiro, uma faceta documental e metodológica e, segundo, o ponto de partida para uma história com diálogo comunitário. Ponderar sobre sítios

e fazendas a partir de uma documentação senhorial pode identificar a lógica produtiva, a produção do arroz, do algodão ou de outros gêneros, mas também pode identificar localidades negras e suas relações sociais. Entendendo isso, é importante perceber a historicidade dos negros ribeirinhos e camponeses pelos sertões das capitânicas coloniais significa o reconhecimento desses lugares, as ocupações espaciais, onde se alojavam e exerciam seu cotidiano, formando realidades camponesas e ribeirinhas por toda a extensão do baixo Itapecuru, reconhecendo, portanto, que a história não é só a opulência ou a riqueza do proprietário, mas ainda a historicidade dos negros que ocupavam a região. Por consequência, os inventários podem denunciar outras formas de povoamento, formas que os censos clássicos e históricos não nos permitem ver (especialmente no que diz respeito à ocupação da população negra), mas especialmente, que a população negra tornava vivaz a produção nessas diferentes unidades produtivas coloniais e conseguiram notabilizar, dar status e enriquecer diferentes senhores pelo interior da capitania. Por assim dizer, eram trabalhadores braçais que sustentavam uma economia mercantil de grande produção para o mercado Atlântico, mas, também e, sobretudo, eram trabalhadores negros que faziam parte de uma sociedade particular no sertão maranhense e impactaram sobre diferentes níveis da sociedade colonial.

No que diz respeito à produção e ao comércio de gêneros para o mercado Atlântico, a produção da Ribeira do Itapecuru ganhou notoriedade pela diversidade, mas, sobretudo, pela larga produção de gêneros como o arroz, o algodão, a madeira, a produção de vaquetas e atanados e, por consequência, sustentou e enriqueceu diferentes proprietários por toda a extensão do rio a partir da exploração dos trabalhadores negros. Começamos a observação sobre os diferentes proprietários a partir daqueles que estão na base da pirâmide de posses, algo difícil de definir, já que a ideia de riqueza parece estar atrelada não ao poder financeiro, mas a opulência, e a demonstração das posses. Desta maneira, a demonstração de posse entre os proprietários acontecia no volume da exibição dos bens, mas aqueles que estão na base possuíam pouco o que mostrar.

Para que pudéssemos definir quem tinha poucas posses entre os mais abastados, definimos o número de no máximo dez escravizados, considerando uma delimitação subjetiva ao contexto do Itapecuru, a posse de um pequeno proprietário, o casal de africanos forros José Lopes Fernandes e sua esposa Isidora Rosa de Jesus. Esse casal de alforriados possuía dez escravizados. Ele e sua esposa são emblemáticos como pequenos proprietários, pois eram escravizados que reproduziam o sistema de exploração e domínio ao qual foram subjugados anteriormente

Nesse sentido, tal qual o contexto baiano, as diferenças instituídas pela sociedade escravista asseveravam colonizadores brancos como líderes e dominadores, ocupando, “porque livres, uma posição preeminente e se davam ares de nobreza. Com o tempo a mestiçagem criou, no entanto, novas categorias de homens livres, cujo número ficava à mercê do jogo das alforrias” (MATTOSO, 1997, p. 152). Isso colocava os ex-escravizados como José Lopes e Isidora Rosa junto com um conjunto de pequenos proprietários e servindo agora de recorte e base de análise, afinal é incomum que escravizados ascendam a patamares de grande participação dentro das posses adquiridas por senhores. Casos como o de Domingos Sodré na Bahia são muito raros, posto que ele manteve uma vasta quantidade de posses na região urbana de Salvador, mas influenciava e subornava alguns membros de controle e segurança pela cidade (Reis, 2008).

Os poderes do casal de alforriados que escravizavam africanos eram mais contritos, dado o seu acesso limitado a distintas formas de recurso de relações com seus antigos senhores. Domingos Sodré acumulou diferentes formas de poder, poder religioso, pois mantinha um terreiro para “trabalhos” e cultos aos ancestrais africanos, poder social, pois o simbolismo herdado de seu antigo senhor com quem mantinha uma qualidade de vida e elo pessoal, poder mercantil, pois controlava casas de aluguel e poder político por manter o sub-delegado de polícia na sua folha de pagamento (Reis, 2008). Diferente de Domingos Sodré, o casal mantinha um poder mercantil e um capital social constituídos a partir da posse de seus dez negros escravizados da África Ocidental e Central, escravizados mantidos nas proximidades entre a região de Santa Rita e a Vila de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru.

José Lopes Fernandes e Isidora Rosa de Jesus não eram mais escravizados, essa condição que os subjugava à vontade e aos desígnios de outro foi vencida com a carta de alforria que conseguiram negociar com seus antigos senhores, também não eram “desvalidos” ou livres obrigados ao trabalho braçal em uma fazenda, entretanto, seu nível de opulência era nublado pelas poucas posses que tinham e pelo estigma de “forro” que carregavam. Entretanto, na légua de terra que possuíam, os dez escravizados conseguiam produzir algumas sacas de arroz para o comércio, figurando como proprietários produtivos da região e a partir deles que resolvemos construir uma base com senhores que possuíam até dez escravizados na pirâmide de posses, a partir desta pirâmide podemos reconstruir a classificação dos senhores.

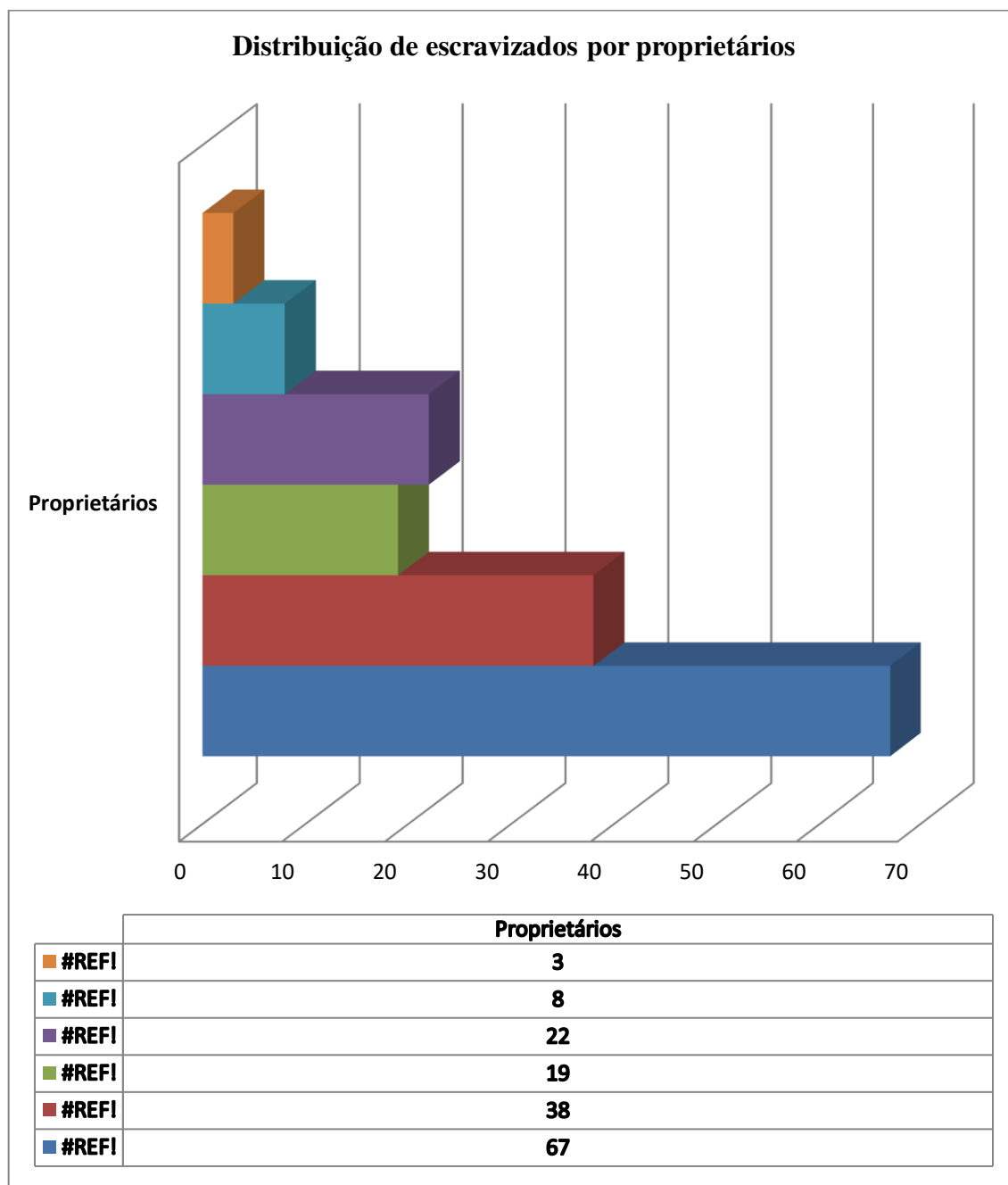
Classificamos os senhores com baixa opulência com até dez escravizados (0 a 10), a partir disso priorizamos a concentração de escravizados posterior, entre 11 e 50, 51 e 100, 101 e 200, 201 e 300 e 301 até 600. Escravizados eram consideradas propriedades caras que giravam em torno de 100 a 150 mil reis entre os anos de 1760 e 1810 e a partir de 1810 até 1822 giravam

entre 150 mil e 220 mil reis aqueles sem ofícios e ocupações reconhecidas e identificadas. Já aqueles escravizados com ofícios determinados e ocupações descritas nos inventários podiam chegar até o valor de 700 mil reis. Isso colocava os senhores com mais de cinquenta escravizados (entre 51 e 100) em um pequeno circuito de influência mercantil e de controle produtivo relativamente alto e aqueles com 200, 300, 400 e 500 escravizados como os grandes senhores do estado do Grão-Pará e Maranhão.

Desta maneira, temos aqueles que conseguiram compor uma base de pequenos proprietários com pequenos pedaços de terra inseridos no comércio interno (proprietários com até 10 escravizados e proprietários com 11 e 50 escravizados), após esse grupo, temos os proprietários medianos que eram oficiais, comerciantes, rendeiros e atravessadores. Tínhamos, ainda, os grandes proprietários com mais de 300 escravizados, apenas 2 grandes proprietários (3%), os capitães que integravam a família Sousa, Antonio José de Sousa e Francisco José de Sousa, 531 escravizados e 358 escravizados, respectivamente. Estes dois eram responsáveis por mais de 10% da escravaria de começo do século XIX e concentravam suas atividades nas redondezas da Vila de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru, onde construíram um núcleo de poder mercantil que dominava as grandes produções de arroz e algodão na Ribeira do Itapecuru. A divisão da opulência não era só desigual, mas denotava que a construção de riqueza era extrema e concentrava os privilégios na menor porcentagem da população (3%).

A base na qual os africanos forros José Lopes Fernandes e Isidora Rosa de Jesus interagiam era a maior quantidade de proprietários, dos pequenos proprietários, ao todo eram 63 senhores que constituíam a base da pirâmide, os cinco proprietários que não possuíam escravizados e todos os outros que tinham até dez escravizados, no geral esses senhores tinham um ou dois pequenos imóveis. Esses indivíduos representavam 42,6% dos proprietários com escravizados e, a grande maior parte da distribuição da opulência local e compunham o principal vetor produtivo que rodava dentro da capitania e escoava para o Atlântico. Assim, a sociedade que usava os escravizados poderia se separar entre aqueles com muitos escravizados e aqueles com poucos escravizados.

Gráfico 01 – Distribuição de escravizados por proprietários no Baixo Itapecuru (1760-1822)



Fonte: Inventários do ATJMA

Essa divisão simplista pode nos ajudar a vislumbrar as grandes unidades produtivas a partir da identificação dos plantéis, mas pode nos ajudar a determinar a construção das comunidades de escravizados. Ou seja, os conjuntos de escravizados formados a partir das unidades produtivas de seus senhores podem servir de base para a formação de relações

comunitárias internas à escravidão em regiões rurais como às constituídas na ribeira do Itapecuru. Isso significa dizer que enquanto identificarmos os espaços de concentração e de exploração de trabalho no contexto da segunda escravidão, identificamos, ainda, os escravizados dentro do conjunto inerente de sociabilidades fixadas no convívio mútuo a que eram obrigados nas unidades produtivas de seus senhores, a gênese de uma vivência comunitária ribeirinha.

Diferentes trabalhos já discutem a formação de sociabilidades nas fazendas escravistas, alguns ponderando que escravizados de diferentes procedências seriam mantidas dentro das fazendas senhoriais como formas de desarticular movimentos de insurgência contra os senhores. Se os escravizados negros não possuíssem um vínculo comum, acabariam por manter uma contenda constante entre si, evitando qualquer forma de conluio e união. Isso seria “um ganho político por parte dos senhores, ao misturar os escravos de maneira consciente e mantê-los em estado de guerra, posto que, então, dificilmente se uniriam contra eles” (Faria, 2007, p. 125). Além disso, alguns reafirmam que para os senhores o estado de guerra era prejudicial para o trabalho, preferindo alguma forma de paz na senzala, uma paz promovida, em grande parte, pelas relações de parentesco obtidas com os agrupamentos de base matrimonial e familiar. (Slenes, 2011; Florentino, Goes, 2017).

Dentro do universo desses senhores maranhenses que tinham sítios e fazendas de São Luís à Caxias de Aldeias Altas, por todo o baixo Itapecuru, havia sim as famílias escravas como formas de criar a “paz das senzalas”, entretanto para além disso, haveria uma base ancestral. A família escrava se constituiu como um forte elemento para garantir a produtividade dos escravizados e, na realidade, ela seria uma forma de reprodução e de reinvenção das bases africanas, mas por trás de todas essas estratégias de reprodução das tradições africanas, haveria, majoritariamente, a constituição da comunidade étnica de origem africana, as “nações”, a procedência, a origem de base ancestral, constituída a partir das localidades e portos os quais procediam em África. Antes das famílias formadas nas senzalas, haveria a origem africana.

No contexto da segunda escravidão que potencializou as produções Atlânticas e criou alta demanda por escravizados, foram formadas as unidades produtivas senhoriais. Os produtores locais estavam preocupados com a qualidade da produção de gêneros como arroz e algodão em suas unidades produtivas e por isso a necessidade por “nações” africanas que poderiam produzir esses gêneros, “nações” como Mandingas, Balandras, Fulas, Angolas e nações que pudessem navegar e cuidar do escoamento dessa produção pelo rio, nações como de navegantes e Marinheiros como os Bijagos e outros escravizados da costa da África Ocidental como Domingos Cachei, prático de carreira que cuidava da navegação próxima à

propriedade de seu senhor em 1817, o proprietário bacharel Henrique Guilhon. Por isso, dentro dos planteis em suas fazendas e sítios tinham diferentes escravizados, alguns crioulos, nascidos já no Brasil, e a maior parte de africanos que dominavam as fazendas do Baixo Itapecuru e cuidavam do escoamento das produções pelo rio.

Todas as unidades produtivas que possuíam mais de cinquenta escravizados tinham um ou mais grupos de africanos constituídos com base em sua procedência em África. Bento da Cunha ao final do século XVIII tinha 28 escravizados de “nação” Angola, 13 escravizados de “nação” Mandinga, 08 de “nação” Mina e outros 14 de diferentes “nações” da África Ocidental. Felipe Marques da Silva um proprietário com mais de 200 escravizados tinha 42 escravizados de “nação” Cacheu, 19 mandingas e 14 Angolas e outros da África Ocidental. Antonio Luis Loureiro, por sua vez, um senhor com 78 escravizados possuía 10 mandingas, 08 Angolas e 05 Balandras e outros de origem da África Ocidental. Em 1813, a Sociedade Civil de Guanaré, que cuidava de boa parte do trânsito fluvial pelo Itapecuru, tinha 40 Mandingas e outros 34 Angolas, dentre outros grupos de africanos. Portanto, os senhores não parecem nutrir uma estratégia de desarticulação dos laços de ancestralidade dos escravizados, ao contrário parecem ser complacentes com a união que poderiam existir em seus planteis, as uniões dentro do plantel de escravizados eram nublados pelos interesses mercantis de seus senhores. Os senhores não pareciam dispostos a gastar energia em selecionar escravizados de diferentes paragens em detrimento da boa produtividade de suas unidades produtoras, ao contrário, talvez os agrupamentos lhes fossem muito interessantes.

É importante, ainda, enfatizar que essas diferenças na posse de escravizados que colocava proprietários em diferentes graus de opulência, poderiam levar ainda a formas distintas de relação não só entre os escravizados, mas também no trato entre senhores e escravizados. Proprietários com mais de cem escravizados mantinham menor proximidade com seus trabalhadores e usavam de uma administração indireta, escolhendo feitores ou substitutos outros que pudessem lhes representar, mantendo pouca ou nenhuma proximidade com eles. Desta forma, a relação paternalista ou afetivo-emocional de senhores para com seus escravizados era inversamente proporcional ao número de trabalhadores por plantel, quanto menor o plantel de escravizados, mais os senhores dissimulavam suas formas de violência ou disfarçavam seu domínio em estratégias no plano micro. Era uma estratégia mantida pelos 63 proprietários deste grupo analisado neste trabalho, 42,6% dos proprietários existentes nesse momento, esses “pequenos” senhores obstruíam a consolidação de relações comunitárias com o paternalismo dissimulado das relações micro, ou seja, quanto mais próximo deles, mais sua presença interferia na construção de laços comunitários. Esses senhores entendiam os

escravizados como objetos essenciais para a produção de gêneros mercantis e o caminho para a opulência que objetivavam, mas cancelavam parte das relações comunitárias de base ancestral ao se manterem próximos de seus explorados.

Por fim, é importante frisar que a concentração desses sítios, fazendas e chácaras estão próximas a localidades como a Vila de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru e da Vila de Caxias de Aldeias Altas, o que transformava esses lugares em redutos de encontros negros, entrepostos comerciais com alta concentração populacional negra, onde, portanto, se arregimentaram formas de relação entre os escravizados dos diferentes proprietários, criando uma rede de relação negra campesina por toda bacia do Itapecuru. É uma bacia negra que nutre relações de base escravista e formou diferentes estratégias de articulação comunitária, primeiro dentro das próprias fazendas que os controlavam, depois nas cidades núcleos de seu entorno, nas vilas do Itapecuru.

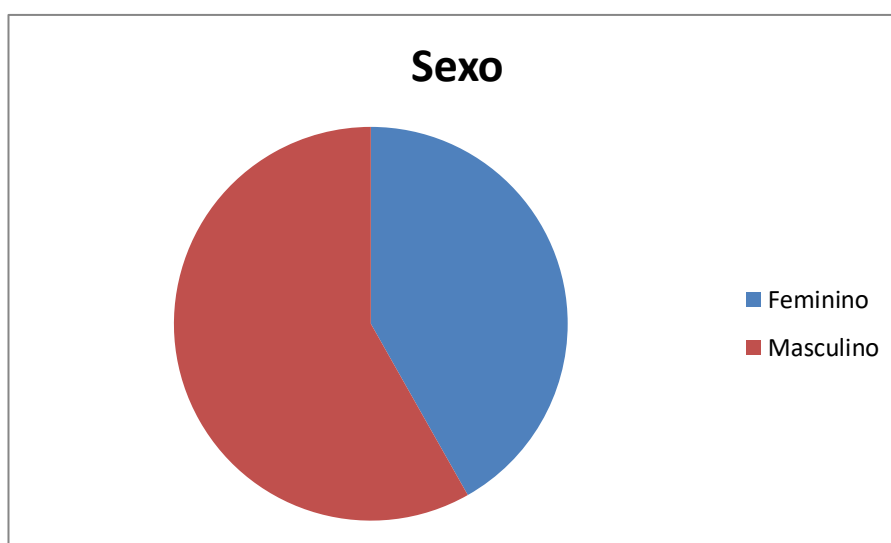
A partir dessa documentação que diz mais sobre os senhores do que a respeito de os seus escravizados, podemos identificar os trabalhadores que estavam sob seu domínio e controle e perceber superficialmente as tendências e formações comunitárias dentro dos planteis escravistas e para além deles. Entretanto, ainda podemos identificar alguns elementos que parecem dialogar diretamente com a produtividade desses escravizados, a saber, o sexo desses trabalhadores e a “qualidade” física deles, mais especificamente.

No que diz respeito ao sexo dos escravizados, a preponderância é por trabalhadores do sexo masculino, como já é denunciado tradicionalmente pela historiografia. São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia são vários desses redutos onde o homem escravizado negro aparece como o principal elemento produtor (Lopes, 2012; Florentino, Goés, 2017; Mattoso, 1997; Slenes, 2011). A historiografia aponta para as necessidades do mundo produtivo americano, enfatizam que o trabalho braçal seria uma lida masculina e que o trabalho doméstico exigiria volume menor de escravizadas mulheres. A prioridade do argumento é ocidental e mercantil, priorizando as pretensas necessidades dos produtores coloniais, ou que imaginamos como pretensões produtivas destes fazendeiros e produtores coloniais.

Entretanto, africanistas como Thornton (2004) enfatizam o peso das mulheres para as sociedades africanas, eram importantes para a reprodução e para a lida em diferentes trabalhos, destacando que reinos como Dahomey, na região do Benin, preferiam exportar mais homens e manter as mulheres nas necessidades da escravidão local. Isso, novamente, revê a autoridade do mercado metropolitano europeu sobre o tráfico de escravizados e evidencia como a oferta africana também poderia nortear a formação da mão de obra escravizada nas Américas.

Infelizmente, não possuímos observações sobre qual o perfil sexual que os senhores almejavam para o trabalho na capitania do Maranhão, pois aqui temos acesso aos números de escravizados e suas especificidades. A mulher era preterida no trabalho doméstico e da casa, mas, fora do reduto do lar senhorial, essas escolhas não parecem tão nítidas assim. Sem dúvida alguma, a porcentagem de homens na escravaria das fazendas do Itapecuru é maior que das mulheres, entretanto, a proporção não chega nem a 1,5 pela preferência de homens em detrimento de mulheres. Os homens alcançam os 58,2% e as mulheres 41,8%.

Gráfico 2: Diferença por sexo entre os escravizados



Fonte: Inventários do ATJMA

Apesar do domínio da figura masculina sobre a feminina predispor nos interesses laborais de seus senhores, a presença feminina se equipara a masculina nos planteis de escravizados isso pode indicar, por um lado, a versatilidade feminina em ocupar ofícios os mais distintos e, por outro, de que o uso do trabalho braçal na lavoura das unidades produtivas maranhenses não fosse exclusivamente masculino. É provável que certas atividades relacionadas ao exercício agrícola fossem distribuídas entre homens e mulheres, de forma similar. Já em ofícios mais específicos e que envolviam um labor mais perigoso ou pesado, como ferreiro, pedreiro e carapina fossem ocupações completamente dominadas por homens.

O debate sobre a presença feminina na agricultura, especialmente na do arroz, é pouco explorado na literatura brasileira. Em outras localidades que produziam o arroz em larga escala e que tinham uma distribuição por sexo, tal qual o Maranhão, como a Carolina do Sul, por exemplo, destaca a importância das mulheres para o plantio, colheita e processamento do arroz.

O arroz era uma cultura básica nas comunidades ao longo da costa atlântica de África, e as mulheres “acostumadas à prática do cultivo do arroz” eram altamente valorizadas pelos proprietários das plantações porque o seu conhecimento tornaria as plantações de arroz da América do Norte mais produtivas. Em vinte anos, a Carolina do Sul produzia arroz suficiente para exportar para a Inglaterra e, na década de 1750, o cultivo de arroz tornou a Carolina do Sul uma das colônias mais ricas do continente. (Wams, 2021, p. 3)

A cultura do arroz parece ter uma participação feminina muito maior, não só no plantio e colheita, como ainda no processamento do arroz. A literatura norte-americana destaca a participação feminina como promotora da qualidade da safra produzida, bem como de sua eficiência. As mulheres parecem estar mais diretamente interligadas ao tipo peculiar de plantio de arroz, notadamente feito em campos alagados e na secagem ao sol com um descasque feito em amplos terreiros. A historiografia norte-americana, com um aporte documental muito mais rico sobre o cotidiano de trabalho dos escravizados, chegou a ponderar o tempo de trabalho entre os sexos na Carolina do Sul afirmando que com base no aprendido na região de Gâmbia, África Ocidental, “o período para um escravo do sexo masculino completar a sua tarefa diária seria em média de cerca de cinco horas, enquanto para uma mulher seria de 3 horas e 20 minutos” (Carney, 2014, p. 123).

É provável, portanto, que os senhores maranhenses tenham arrefecido seus interesses por homens escravizados em detrimento da qualidade produtiva da safra do arroz, já que mulheres poderiam ser muito mais interessantes, mas é claro que também poderiam esbarrar no desinteresse africano em ofertar mulheres para o tráfico de escravizados pelo Atlântico. A relação entre os sexos em localidades de produção do arroz como a Carolina do Sul é quase um para um, já localidades do Atlântico Sul, como Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro poderiam chegar até três homens para uma mulher em alguns casos, o que reafirmava a predileção por escravizados do sexo masculino em localidades específicas da América. Entretanto, em localidades que a cultura do arroz fosse uma das atividades primordiais, isso poderia implicar no uso prioritário do trabalho feminino em detrimento dos homens, a matriz feminina parece bem vívida dentro da cultura do arroz que chegou à capitania do Maranhão na década de 1760, constituindo uma possível base matrilinear nas relações campesinas e ribeirinhas maranhenses que percorrem o Baixo Itapecuru.

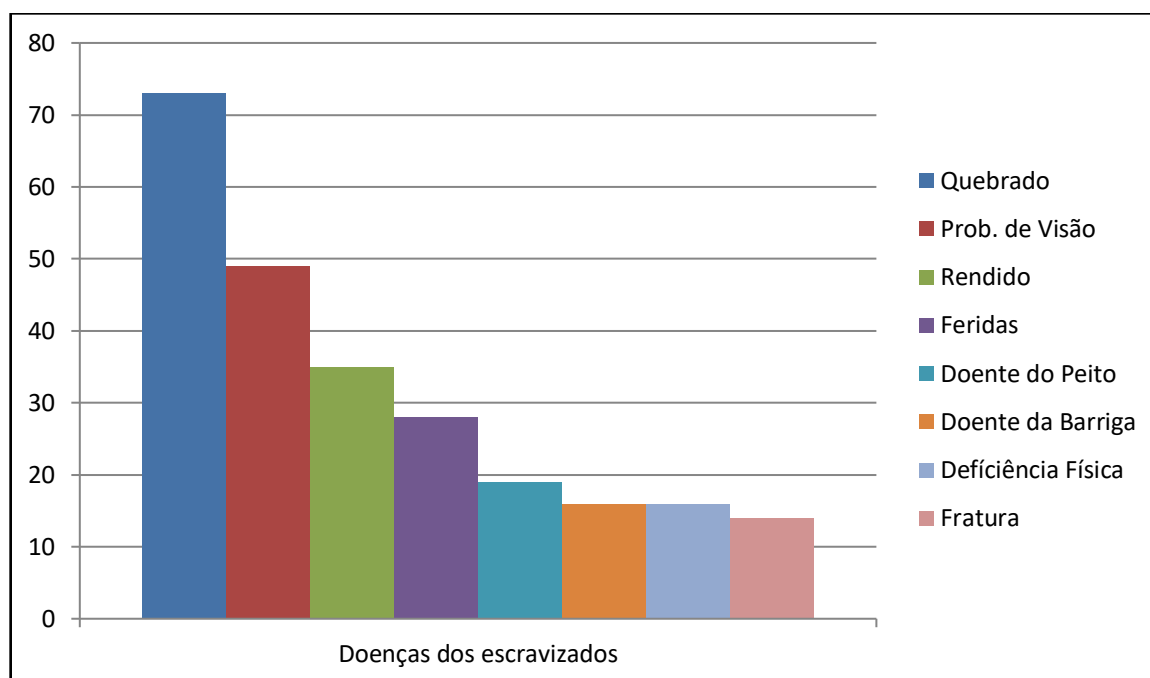
A cultura do arroz também poderia trazer inúmeras implicações, inclusive no que diz respeito à saúde dos escravizados e as formas de violência empregada dentro de ambientes distintos aos seus de origem. Nesse sentido, Jeffrey Young (1993) ao investigar os planteis de escravos pôde relacionar as grandes concentrações de escravizados em regiões de alta

pluviosidade, ao exemplo das zonas alagadas da Carolina do Sul, incorrendo em problemas de ordem sanitária e qualidade de vida dos escravizados.

As demandas específicas de trabalho do plantio de arroz aumentavam o risco de adoecimento dos escravos. Atolados até os joelhos nos campos periodicamente inundados, os escravos do arroz das terras baixas ficavam diretamente expostos a uma série de infecções transmitidas pela água. A alta densidade populacional das plantações de arroz tornava o problema mais grave. Diferente da média de vinte e quatro escravos, os plantadores de arroz empregavam uma média de duzentos e vinte e seis. Uma vez contraída, a doença podia facilmente se espalhar por toda a população da plantação. Mortalidade mais alta do que suas contrapartes em campos de algodão em todo o sul. (YOUNG, 1993, p. 680)

Isso significava pensar espaços de produção de arroz que poderiam implicar em novas formas de violência contra os negros escravizados, a violência em espaços de trabalho muito adversos aos seus. É bom lembrar que tal como ao sul das treze colônias norte-americanas, boa parte das propriedades da Ribeira do Itapecuru eram locais alagadiças, como nas foz e encontros dos rios na bacia do Itapecuru, sobretudo nos meses de alta pluviosidade como eram os meses de novembro e dezembro de todos os fins de ano e entre janeiro e abril, mas, além disso, algumas destas unidades produtivas possuíam mais de cem escravizados, gerando grandes concentrações de africanos e descendentes pelo baixo Itapecuru e, por consequência, formando zonas de problema sanitário e com alta chance de contágios por vírus e bactérias.

A avaliação sobre a “qualidade” de vida dos escravizados parece mais difícil de observar a partir dos inventários dos grandes proprietários maranhenses. No que diz respeito a saúde, menos de 10% dos 8.073 escravizados foram assinalados com algum problema de saúde. No geral eram descritos problemas físicos que pudessem ser constatados a olho nu, relacionados ao vigor ou a resistência, tal como “rendido” ou “ferida que não cicatriza” ou, ainda, “com dor nas costas”, problemas e doenças que destacam os impactos físicos do trabalho braçal e menos os problemas sanitários ou de alto contágio como *hydropsia*, bexigas ou “problemas na barriga”. Isso por si só já reafirma a exploração e violência que os espaços de produção rurais do Baixo Itapecuru já representam ao evidenciar as formas de desgaste e uso dos corpos dos escravizados nas fazendas.

Gráfico 3: “Saúde” dos escravizados do Baixo Itapecuru (1770-1820)

Fonte: Inventários do ATJMA

Os casos de doenças no peito, como “quebrado nos peitos”, “doente do peito”, podem indicar problemas respiratórios ou pulmonares. Assim como doenças virais que, dependendo do espaço de tempo, poderiam evoluir para uma pneumonia, ou uma tuberculose. Esse tipo de descrição física perfeitamente sinaliza para um tipo de doença diretamente relacionada às doenças sanitárias de alto contágio, decorrido, provavelmente, da alta exposição à lugares úmidos. Provavelmente, isso reflete parte da cultura do arroz, composta por regiões alagadas, alta vivência em proximidades à rios e com alta interação com a fauna e flora locais.

Além desses males, também encontramos nos inventários casos de “obstrução”, “retenção de urina”, febre “alporcas” ou “glândulas no pescoço”, “chaga na perna”, “estupor”, demência, “mal de são Lázaro” (lepra), “doença venérea”, “doente de corramentos (sic)”, “doente de batimento”, “inchação”, “perna podre”, “gota” (inchaço nas articulações) e “gota coral” (epilepsia).

Portanto, é impossível reconhecer a causa de todas as doenças, diante da própria dificuldade dos avaliadores em diagnosticar as doenças, muitos relatavam apenas os sintomas, como no caso escravo Ignacio, 30 anos, doente de “corramentos”, provavelmente, um tipo de doença venérea. O escravo Duarte, de 20 anos, tem no seu diagnóstico “doente de febres”, de acordo com a medicina a febre, é a elevação da temperatura natural do corpo, e pode ser

identificado como sintoma de várias doenças, vários tipos de infecções, viroses, doenças epidêmicas como a febre amarela, entre outras. A escrava Rosa, de 40 anos, teve seu diagnóstico descrito como “atacada de inchação”. Esses inchaços podem ser sintomas de duas doenças comuns na época, a gota e a hidropisia, causa comum de mortes sobre a população negra. Mas é importante enfatizar que não temos a clareza dos impactos que a cultura do arroz pode trazer para a saúde dos escravizados na capitania do Maranhão. De qualquer maneira, o que temos no Maranhão é um cenário que reflete as transformações do mercado e aumento do volume de africanos em um espaço de vegetação transitória, com elementos alagados amazonenses e de vegetação miúdas e esparsas.

O impulso do mercado de consumo Atlântico dos gêneros coloniais, somado a historicidade dos africanos da África Ocidental criou um contexto de transformações acentuadas para um Maranhão que estava produzindo em maior volume. Isso tornava vital a promessa de produção em regiões de fronteira como o Estado do Grão-Pará e Maranhão, regiões nas quais se reestruturavam os padrões do mercado colonial, aumentavam as possibilidades de ganho com monoculturas para a nova experiência do Atlântico e, sobretudo, aumentava a dependência dos senhores sobre os escravizados e as possibilidades produtivas apresentadas por eles. Por consequência, os escravizados agora dominavam cada um dos níveis e ocupações das realidades de produção, exploração e trabalho nesta sociedade.

Por isso, a escolha deste momento, período entre os anos de 1760 e 1820 que, em um primeiro vislumbre, se justificaria pelo simples acontecimento da companhia de comércio e da Proclamação da Independência brasileira em 1822, como marcos definidores dentro de uma história nacional. Entretanto, esse momento parece ainda mais emblemático, pois é com a segunda escravidão que o Maranhão terá um aumento vertiginoso na produção colonial. Esse foi um momento de intensas transformações que se dão em um contexto maior e no desaguar das transformações atlânticas sobre um pretense cognome de “era das revoluções”, transformações em contexto europeu e africano, mas também na reorganização econômico social da capitania maranhense em fins do século XVIII e começo do XIX, transformações com as quais o Maranhão irá dialogar em um contexto Atlântico e resultando em um Maranhão negro com vários núcleos ribeirinhos negros.

Esse volume ascendente da mão de obra negra escravizada seria em parte freado com as modificações da década de 1820, momento de mudança das famílias principais que comandavam as produções econômicas da capitania maranhense, de aumento de interesse do mercado por algodão para a revolução têxtil inglesa e do desinteresse pelo arroz, obrigando parte dos produtores a reinventarem suas lógicas produtivas, levando a uma sensação de crise

interna. Tal crise foi ainda mais acentuada pelo momento de independência brasileira, à qual obrigará o Maranhão a desacelerar sua produtividade exportadora, dada a ausência de uma política de valorização agrícola para o norte do Brasil.

Portanto, este momento, entre os anos de 1760 e 1822, foi crucial para a formação de um perfil de trabalhadores que foram a base dessas transformações, precisamos delinear essa comunidade de escravizados que tornar-se-ão a base produtiva da capitania. Esclarecer um pouco mais sua constituição, seu perfil, suas lógicas de trabalho e vivência social trabalhista, perceber os tipos de trabalhos exercidos, e, sobretudo, vencer a ideia de que eram somente trabalhadores braçais, eles impactaram sobre elementos que iam para além do campo imediato do trabalho e mantinham as técnicas essenciais para o exercício cotidiano do mundo do trabalho no Maranhão e precisamos vislumbrar a essencialidade de sua existência para a construção de uma consciência que desvele nossa formação social.

4. AVALIADOS E CERTIFICADOS: ofícios e ocupações de escravizados e seu impacto na produção em fins do período colonial (1760-1822)

O capitão Pedro Miguel Lamagner faleceu em 1814 e deixou uma enorme herança para seus herdeiros em São Luís do Maranhão, dentre os bens do falecido capitão temos mais de duzentos escravizados em diferentes planteis, em São Luís, Alcântara e Itapecuru. Dentre os escravizados apresentados e relacionados no decorrer do inventário, que seria finalizado em 1816, foi apontado o escravizado Isidoro, crioulo que “diz ter” 29 anos, um escravizado nascido no Brasil, filho de africanos e adquiriu o ofício de sapateiro. Isidoro, portanto, era algum dos escravizados muito bem quistos pela profissão que exercia e pelo “ganho” que proporcionava à família do capitão.

Entretanto, Isidoro não pôde ser avaliado, mesmo estando em plena idade produtiva e possuindo um ofício que garantia rendas ao seu senhor e proprietário, ele não foi avaliado e nem certificado com um valor em reis, moeda colonial. Estava escrito na margem, junto ao seu nome, “Achacado das orinas. Não puderam avaliar, sem certidão autentica”. Isidoro estava doente, provavelmente com alguma infecção urinária ou problemas renais, o que impedia que os avaliadores pudessem apreciar suas atividades. O problema foi grave, pois escravizados com diferentes problemas de saúde como “ferida nas pernas”, “achacado nas costas”, “rendido nas virilhas” fossem avaliados e dados a eles as certidões de valores nas quais constavam seus nomes, características e preços. Isidoro, provavelmente, não pôde mostrar o exercício de seu ofício e demonstrar o valor de suas habilidades aos três avaliadores que poderiam lançar alguma certidão que lhe imputava um valor de mercado.

Um sapateiro era um escravizado que no Maranhão e circunvizinhanças possuía valores como 250, 300, 350, 380 mil réis, enquanto a média de escravizados dos planteis maranhenses era em torno de 200 mil réis no começo do século XIX. Isso demonstra parte da notoriedade deste ofício dentro da sociedade colonial e do destaque dessa produção na economia interna. Entretanto, historicamente, o ofício de sapateiro, mesmo envolto em ares de politização e sociabilidade, era exercido por pessoas menos abastadas e pobres, “frequentemente de origem humilde” nos estados europeus, conforme Hobsbawm (2015, p. 193).

No Brasil, essa desigualdade seria ainda mais visível, dadas as diferenças étnicas e exploração das forças de trabalho. Um pintor francês em expedição pelo Brasil ao final do período colonial, Jean Baptiste Debret, notou que aquele que chegasse “ao Rio de Janeiro em 1816 mal poderia acreditar, diante do número considerável de sapatarias, todas cheias de

operários, que esse gênero de indústria se pudesse se manter numa cidade em que cinco sextos da população andam descalços” (Soares; Velozo, 2020, p. 110). Ao percebermos que parte desses “operários” que aí estão são escravizados, essa ironia é ainda mais notável. Portanto, sapatos eram elementos de diferenciação social no Brasil colonial. Escravizados não usavam sapatos ou qualquer forma de indumentária nos pés. Isso significa que o uso ou não de sapatos poderia evidenciar sua condição jurídica e sua a posição social e de quem os usava normalmente, os senhores e proprietários coloniais.

Uma sociedade de exploração intensa e de diferença social visível que explorava os escravizados e por isso a necessidade de registrá-los classificá-los, avaliá-los e certificá-los para a revenda, comercialização e exploração da força de trabalho destes escravizados. Ao percebermos escravizados como Isidoro, podemos observar como estes escravizados eram explorados em diferentes contextos e possuíam impacto muito grande sobre a produção no Maranhão de fins do século XVIII e começo do século XIX.

A relação de exploração mais evidente é expressa entre dois principais grupos, senhores e escravizados, a qual reconhecemos e enfatizamos na nossa memória dos cativeiros, que orientam as interpretações polarizadas que retemos e que os enfatiza em lados opostos, essa divisão é especialmente repetida por diferentes estratégias educacionais, formal ou informalmente instituídas. Porém, ao olharmos mais atentamente as relações e o cotidiano de exploração historicamente constituídas entre os grupos, podemos perceber que as relações possuem outros escalonamentos, divisões e grupos de trabalho.

Para além das relações de exploração instituídas entre senhores e escravizados, havia, ainda, outros grupos de trabalhadores escravizados e livres dentro das próprias formas de exploração de bases étnico-raciais. Os grupos coloniais, tais como portugueses e reinóis, africanos, indígenas, crioulos, cafuzos e outros mestiços, dispostos em uma vasta pluralidade de ocupações, atividades e ofícios voltados ou para a produção e sustento do sistema colonial ou para a manutenção e cuidado do sistema, quando em abordagens atentas podem vislumbrar recortes de gênero, ou recortes que envolvem questões sanitárias, bem como de segurança pública, cuidado arquitetônico e ocupação, dentre outros, que levam a um quadro cada vez mais complexo das relações trabalhistas, especialmente a partir do século XVIII.

Nesse sentido, este capítulo tratará sobre a importância dos escravizados no contexto da segunda escravidão, enquanto sujeitos inscritos em estratégias de controle, obrigados a obedecer em sua posição subordinada dentro das Américas. Aqui destacaremos a força do sistema escravista ao usar as qualificações e conhecimentos dos escravizados como forma de estilizar a exploração da força de trabalho dos escravizados, otimizando o recurso de

exploração sobre os trabalhos braçais, tornando as qualificações dos escravizados, mesmo que essenciais para este mundo, ainda assim, subordinando a ausência de seu valor. A escravidão reinventou formas de exploração sobre os trabalhadores com características étnico-raciais, subordinados por dispositivos que escalonam e dividem organicamente as ocupações, estabelecendo níveis de reconhecimento e valorização que condicionava um cotidiano de exploração com o qual os próprios escravizados negros interagiam ao mesmo tempo em que reinventava formas de controle e subordinação.

4.1 (Im)Produtivos no sistema colonial: a importância dos escravizados e a produção no mundo Atlântico

O mundo de trabalho dos escravizados nos períodos colonial e imperial foi constituído por uma divisão de ocupações e ofícios que seguiam as necessidades do próprio colonialismo (necessidades sociais, econômicas, particulares etc.), intrinsicamente relacionada às vontades transitórias dos senhores e proprietários. Por consequência, foram construídas funções e ocupações importantes para toda regulação do mundo colonial que iam dos cuidados sobre os próprios senhores e escravizados (cozinheiros, costureiras, barbeiros etc.) com o acompanhamento das produções e formação do mundo colonial (pedreiros, calafates, carapinas, dentre outros.) até o direcionamento principal da produção (capinas, roceiros, carreteiros, transportadores etc.). Essa multiplicidade de funções que se apresentaram, sedimentaram e divulgavam características específicas dos escravizados para o exercício das funções, atividades e ocupações na produção americana, propondo ainda o uso de características morais e de “etiqueta”, propagando ideias de “docilidade”, “amabilidade” e “malfeitorias” e, ocasionalmente, organizando-as em classificações pouco precisas e absolutamente tendenciosas como “ladinos” e “boçais”. Inventaram-se funções, caracterizaram-se moralidades e idealizaram-se tipos de trabalhadores. Além disso, é importante salientar que estas ocupações não eram escolhas efetivadas pelos próprios cativos negros suplantados pelas necessidades coloniais, mas determinados pela imposição técnica que poderia reconhecer seus conhecimentos anteriores ou forçá-los a ocupar atividades e funções definidas unilateralmente. Desta maneira, havia um complexo feixe de interações que definia a posição que os escravizados ocupariam dentro do mundo do trabalho, ignorando as particularidades pessoais do sujeito escravizado e o submetendo ao reconhecimento técnico de sua função.

Essa intrincada relação entre as especificidades técnicas dos escravizados, seu uso como instrumento e como os senhores e proprietários saciavam suas necessidades dentro da

lógica de produção colonial é observada de melhor forma quando percebemos que sobre os escravizados eram dados valores a partir da percepção social definida pelos avaliadores que os certificavam em lógicas de mercado os quais estavam imersos.

Podemos relacionar isso com os mercados de escravos, entrepostos comerciais e práticas de comércio transitório dentro do tráfico de escravos e suas ramificações. Nesse sentido, o norte-americano Walter Johnson demonstra de forma interessante quando cita o caso do mercado de escravos em New Orleans, no começo do século XIX. Podemos perceber que a tabela de preços era estipulada com base em inúmeras variáveis e definida em uma “tarefa diária em guiar os compradores além da comparação até a seleção: fazê-los destacar o único escravo especialmente adequado aos seus propósitos dentre os muitos nominalmente semelhantes. escravos disponíveis no mercado”. Portanto, os preços seguiam necessidades pessoais, lógicas regionais, atividades exercidas pelos escravizados etc., ou seja, “na prática diária dos currais de escravos, então, os escravos reais tinham uma dupla relação com o mercado abstrato na imaginação dos comerciantes”, uma relação em si e com a necessidade funcional que os senhores tinham em suas unidades produtivas (Johnson, 1999, p. 118). Isso era colocado em um mercado que tabelava funções, valores, portes físicos, qualificações técnicas, todas as “carapuças” morais eram apresentadas em um intrincado jogo de necessidades mercantis.

As diferentes caracterizações e qualificações são reflexo do potencial produtivo de cada escravizado dentro do sistema de produção colonial, algo reconhecido pelos senhores, mas também algo com o qual os escravizados poderiam concorrer como forma de barganhar pequenos privilégios ou de dialogar com o sistema paternalista imposto. Os escravizados eram, assim, um meio para um potencial produtivo das colônias americanas, uma força de trabalho presente e úteis para atividades na agricultura, na criação de gado, no extrativismo, bem como para a maioria do trabalho artesanal, especializado, e, também, para o serviço doméstico, tudo é direcionado pela ideia de produção, de trabalho voltado para exportação colonial.

É importante frisar que não existiam somente escravizados que praticavam a capina, o plantio e o cultivo das lavouras para agroexportação, mas os escravizados poderiam ter ainda funções para a construção de casas, moendas, pontes, construção de vias de acesso, além de escravizados que pudessem dar conta das atividades laborais complementares que envolvia alimentação, vestuário, decoração e transporte. O mote da existência de escravizados foi a produção colonial de gêneros para o mercado atlântico, preenchendo todas as formas imediatas e de apoio ao trabalho braçal, mas o desenvolvimento de atividades complementares era lógico e coerente. Isso significa que a orientação e construção das modalidades de trabalho dos escravizados eram norteados pela existência da lavoura de larga produção próximo a rios como

o Parnaíba, o São Francisco, o Acaraú, o Paraíba, o Amazonas e o Itapecuru no Maranhão, mas que o cotidiano de vida, cuidado, movimentação e alimentação estavam intricadamente relacionados com a labuta diária, menos pela necessidade pessoal dos escravizados, mais pelas negociações que levariam ao pleno funcionamento de exploração e resultado produtivo colonial.

Grande parte dos intelectuais que dominavam as interpretações sobre a escravidão, até os anos de 1990, relegavam isso ao cenário do ocasional e enfatizavam a existência dos escravizados subordinados especificamente às necessidades produtivas do antigo sistema colonial, isso excluía a vida cotidiana dos escravizados, ou, ainda, as formas de trabalho dos escravizados, que poderiam ser múltiplas, mas só seriam concebidas ou minimamente organizadas, a partir da ideia de produção no mundo colonial. Esse tipo de sociologia do conhecimento que interpretava o cotidiano de trabalho priorizava uma memória do cativeiro que destacava a exploração e a violência no trabalho como resultado para a produção e exploração colonial, portanto, escravizados eram “escravos”, peças, instrumentos, animais, desconectados de sua historicidade, subjetividade e ancestralidade e integrantes para o funcionamento imediato de um sistema de exploração.

Um clássico que discute a escravidão como sistema primordial para a execução da exploração metropolitana europeia, priorizando o resultado do produto pela exploração do trabalho, é a obra intitulada *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender. Esta é uma obra de base marxista que pensa a partir da ideia de modo de produção escravista, mas executa uma interpretação menos flexível dos princípios marxistas, mas, ainda assim postulando uma primazia brasileira ao propor um modo de produção escravista mais diretamente vinculado ao mundo colonial português, modelo construído pelo historiador e cientista social baiano Jacob Gorender que interpretava a escravidão como um modo de produção brasileiro alicerçado no colonialismo, ainda que estabelecido a partir dos moldes do mundo greco-romano.

Para Jacob Gorender, a estrutura escravista era mais importante, apesar de despersonalizar os escravizados, o cotidiano de seu trabalho e, por consequência, as ocupações e atividades dos escravizados, sim, pois a prioridade era a estrutura, o sistema em si. Apesar disso, o trabalho de Jacob Gorender nos parece um ponto de partida para discutirmos a organicidade das ocupações, atividades e ofícios de escravizados. Para o autor, a superestrutura que se relacionava com a vida dos escravizados é pautada principalmente pela ideia de produção em si, a produção colonial era a promotora inicial da escravidão, produção inicialmente organizada por quem tem os meios de produção e mantém os trabalhadores subjugados, mas

estes formavam a população que representa a maioria dentro da organização social. Nesse sentido, a partir de Aristóteles, Jacob Gorender (2016b) afirma:

A produção, disse ele, precisa de instrumentos, dos quais uns são inanimados e outros, animados. Todos os trabalhadores são instrumentos animados, necessários, porque os instrumentos inanimados não se movem espontaneamente (as lançadeiras não tecem panos por si próprias). O escravo, instrumento vivo como todo trabalhador, constitui ademais “uma propriedade viva”. A noção de propriedade implica a de sujeição a alguém fora dela: o escravo está sujeito ao senhor a quem pertence. (Gorender, 2016b, p. 93 e 94).

Portanto, a economia de exploração mercantil condiciona um modelo de produção e de exploração sobre o trabalhador escravizado, isso significa subordinar e submeter o negro africano como uma propriedade, um instrumento de produção e apresentar um trabalhador braçal sem historicidade ou ancestralidade. Essa instrumentalização não o subordina exclusivamente a uma rotina de trabalho, mas corrobora com uma sociologia do conhecimento que o limita à rotina do trabalho sem a contribuição pessoal do sujeito africano e o destitui de sua personalidade, o “desenraiza”. Aparentemente, o exercício das atividades e, sobretudo, como fazê-las é algo direcionado, orientado e “ensinado” pelo senhor e proprietário colonial. O senhor colonial, conforme a sociologia do conhecimento, só poderia ser o detentor da ciência e da constituição da sociedade, o escravizado, por sua vez, um instrumento vivo sem notoriedade sobre o que é produzido, isso sim um exemplo perfeito da alienação que o escravizado sofre dentro do escravismo colonial, algo não previsto por Gorender senão pela destituição da liberdade e sua transformação em mercadoria (Gorender, 2016a). Ou seja, para além da liberdade, o escravizado era destituído de um passado e de uma experiência anterior com conhecimentos africanos, com técnicas indígenas adquiridas, experiências que lhe tornavam em um exímio produtor dentro do sistema que lhe explora e gerando, por consequência, uma aparência que o promotor e responsável pelas formas de trabalho e, sobretudo, seu resultado, era seu senhor. Indivíduos como Raimundo Gaioso, Miguel Lamagner, Bento Cunha, Lourenço Belfort, Maria Raimunda de Moraes, Anna Maria Rapozo e Anna Joaquina Jansen Muller, senhores e donas proprietários coloniais no Maranhão, aparecem como lavradores, sem praticar qualquer atividade na plantação, deixando todo o trabalho para roceiros e capinas cativos negros que estavam nas lavouras junto ao Itapecuru.

Entretanto, é importante salientar, que Jacob Gorender ainda traveste o escravizado com a rebeldia que lhe é inerente. Para ele, o escravizado, por ser escravo, reage à escravidão por não aceitar a retirada de sua liberdade, sua alienação à liberdade que lhe é retirada lhe torna aguerrido, irrequieto dentro do sistema que o suplanta. Ele tornou-se “escravo” e, por

consequência, um “inimigo do trabalho” que precisa ser controlado e, por isso, instituído como instrumento e animal. Isso tudo reafirma a ideia de penalidade e condenação que se encontra intrinsecamente ligado ao trabalho braçal forçado, mas, sobretudo, ligado às formas de controle sobre trabalhadores escravizados ao constituir uma pedagogia que reúne diferentes formas de violência sobre seu cotidiano e todos os seus descendentes.

O escravo é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado. A reação ao trabalho é a reação da humanidade do escravo à coisificação. O escravo exterioriza sua revolta (mais embrionária e indefinida na resistência passiva ao trabalho para o senhor. O que, aos olhos deste último, aparece como vício ou indolência inata. Daí se tornarem indispensáveis a ameaça permanente do castigo e sua execução exemplar, conforme o arbítrio do senhor. Uma característica dos regimes escravistas, sem exceções nacionais, é que conferem ao senhor o direito *privado* de castigar fisicamente o escravo (Gorender, 2016a, p. 70).

Esse condicionamento político e econômico sobre a percepção do escravizado ainda determina o funcionamento do castigo corporal, a pedagogia do castigo constantemente repetido. O castigo para a execução da produção colonial, o medo e a orientação cotidiana para melhorias da produção, que significa recompensa com a admiração e controle paternalista do senhor. Desta maneira, mesmo que inovando ao construir um modo de produção baseado na exploração de escravizados dentro do sistema colonial, as lógicas internas de funcionamento do sistema são montadas a partir das deliberações metropolitanas ibéricas, o castigo, a retirada da liberdade, a alienação e desenraizamento da historicidade do escravizado e de suas próprias lembranças como formas de controle para a produção colonial, por consequência, resultam em uma faceta do castigo físico perene sobre o “escravo” alienado como parte lógica da produção mercantil colonial, algo muito presente na Memória do Cativo, algo que legitima a desigualdade social no exercício cotidiano e na exploração da força de trabalho com bases étnico-raciais.

Enfim, o trabalho de Gorender assevera e reinventa a primazia do colonialismo ao apresentá-lo como motor inicial da exploração do trabalho, mas é a base da exploração sobre o escravizado que faz com o sistema se mantenha, uma estrutura econômica postulada pela presença do “escravo” como produto e produtor colonial. Uma estrutura que dá substrato para um conjunto de mecanismos que reinventava o modelo de exploração do trabalho escravo e constituía uma sociedade desigual baseado na exploração do trabalho escravo. Nesse sentido, Gorender reabilita a escravidão em um cenário produtivo de exploração global, reafirma uma

articulação que abnega ao escravizado o direito de existir, o submete ao sistema de exploração escrava em prol da produção mercantil global controlada pelos europeus e nega sua ancestralidade. A Memória do Cativo é aqui reelaborada intelectualmente e potencializada na construção de dois arquétipos, a saber, o “escravo produtivo” e, o mais impactante, o “escravo improdutivo”.

[...] o mais importante consiste em que o escravismo colonial nas Américas, ao invés de escravismo doméstico como no Oriente, foi essencialmente voltado para a produção comercial. São, portanto, as relações de produção que o definem. Inteiramente correto – e não abusivo – é afirmar que todos os escravos nas formações sociais escravistas das Américas, todos sem exceção, foram abrangidos pelo modo de produção escravista colonial. Os escravos improdutivos – prioritários no enfoque de Gilberto Freyre e de seus seguidores neopatriarcalistas – existiram porque podiam ser sustentados pela renda extraída da enorme maioria de escravos produtivos. A custa dos escravos dos engenhos, minas e fazendas, produtores de riquezas exportadas, criavam-se os recursos para manter escravos domésticos, pagar os serviços de negros de ganho etc. (Gorender, 2016a, p. 110)

Desta maneira, os escravizados estavam subordinados ao modelo de exploração o qual eram obrigados a servir, mas, sobretudo, ao fim que eram destinados. Os “escravos produtivos” eram aqueles voltados para a ideia de produção monocultora ou a produção que acompanha os fluxos produtivos coloniais, que respondiam aos ciclos da economia atlântica, economia do açúcar, economia do algodão e economia do ouro – os três únicos ciclos que aparecem nos livros didáticos e são estudados nas escolas. Por essa concepção, ao contribuir com a sociologia política do conhecimento, Gorender reinventa, reclassifica e estiliza o modelo de exploração que condena os escravizados como instrumentos ou animais que são reconhecidos dentro de sua importância produtiva no sistema, eram eles “produtivos” ou “improdutivos”. A visão é enviesada pela síndrome de produtividade colonial, “escravos”, instrumentos para um fim dos senhores administradores, que resultou no funcionamento colonial e na formação do Brasil.

A relação entre os escravizados e a sociedade que os cerca não é só através da produção exigida pela metrópole, mas ainda um conjunto de relações que podem ter relação direta e indireta com a produção, isso não torna os escravizados mais ou menos produtivos, mas seu impacto produtivo pode ser diferenciado ou os espaços produtivos podem ser mais amplos e diversos do que a Memória do Cativo nos permite antever. Nessa relação entre escravizados e a sociedade onde trabalham, podemos vislumbrar a essencialidade e o impacto destes trabalhadores em diferentes localidades das Américas, tanto a partir de uma historiografia mais

recente que aponta a relação entre a historicidade do escravizado e as atividades ocupadas no mundo colonial, quanto por parte de uma abordagem mais crítica sobre a documentação manuscrita colonial, e podemos perceber isso em diferentes contextos.

As problematizações, que nos levam a ir para além da Memória do Cativo, podem ir de abordagens mais críticas sobre a própria produção colonial, quanto ainda discutindo sobre o tráfico de escravos até um enfoque no escravizado, e não o sistema na narrativa. As produções econômicas de pequeno, médio e grande porte das diferentes regiões coloniais, por exemplo, possuíam relativo impacto nos mercados regionais, e, sobretudo, um peso direito nas exportações coloniais e no uso dos escravizados, além de construírem diferentes nichos na aquisição de cativos pelo tráfico de escravizados. Isso, sobretudo, parecia nortear a organização do comércio transatlântico de escravizados e as negociações nas costas americanas e africanas. Por consequência, isso gera um cenário mais complexo do que era prescrito dentro da Memória do Cativo.

Desta maneira, o tráfico de escravizados respondia às necessidades produtivas das diferentes regiões coloniais, respondia ao volume de produtos e ciclos de commodities, gêneros tais como açúcar, algodão, ouro, fumo, cacau, arroz etc., ou seja, os produtos do mercado Atlântico impactavam na aquisição e organização da mão de obra, ao exemplo da própria capitania do Maranhão, ao final do período colonial, que priorizava escravizados produtores de arroz e algodão. Os senhores e proprietários priorizavam pretensos tipos de suporte, de trabalhador com técnicas particulares para a produção, um escravizado que correspondesse às expectativas dos mercados locais nas Américas. Escravizados Mina para a produção aurífera, escravizados Angola para a produção de açúcar, escravizados da Guiné para a produção de arroz, dentre outros. Algumas pesquisas já vêm evidenciando as relações entre as procedências de africanos escravizados com os espaços onde eram explorados nas Américas e as economias com as quais se envolveram. Isso é importante pois demonstra, em um primeiro momento, o que podemos ver é que a ideia de “produtivo” e “improdutivo” não é sustentado dentro da complexidade da economia colonial, em espaços locais e regionais, em regiões Atlânticas e de reimportação dentro das colônias americanas.

Na Região de Minas Gerais era comum preferir pelos escravizados da Costa dos Escravos e da Costa do Ouro, os ditos escravizados Mina, escravizados que se acreditava terem um controle maior sobre a produção aurífera. Tomás Francisco Xavier Hares, colono de Minas Gerais em 1752 destacava a “estimação dos mineiros aos negros da Costa da Mina, porque se acham mais aptos para o trabalho”. Isso ainda é destacado não só pelos moradores das freguesias

e vilas mineiras, mas ainda por inúmeros viajantes que passavam pela região de Minas Gerais. (Gonçalves, 2004, p. 10)

Depois desses viajantes estrangeiros pioneiros, vários outros, de diversa nacionalidade, visitaram as Minas Gerais. Alguns deles chamaram a atenção de seus leitores para as técnicas africanas e mestiças empregadas na região desde o início da exploração mineral. Misturaram, certamente, observações *in loco*, o que, novamente, expõe a permanência de saberes e de práticas de mineração em um tempo longo, à reprodução de informações recolhidas na leitura das obras de viajantes anteriores. (Paiva, 2002, p. 7)

Portanto, era notório que negros africanos saídos do porto de Elmina, na costa ocidental africana, pareciam ser exímios nas práticas de mineração exercidas na capitania de Minas Gerais. Fossem os colonos da região das minas na América Portuguesa, ou os viajantes que passavam pela região, reconheciam essa notória particularidade técnica dos africanos “minas”. A estima por escravizados mineiros era manifesta e reafirmada inclusive por proprietários que acreditavam “que todo minerador deveria ter uma negra Mina como concubina para que tivesse sucesso em suas atividades de extração mineral” (Paiva, 2002, p. 1). Isso denota que a crença sobre a particularidade dos “minas” não era só sobre suas técnicas, mas propagandeava particularidades mágicas, explicação que banalizava os conhecimentos técnicos dos africanos na procura do ouro, adquiridos na experiência pessoal com a produção aurífera na região da Costa do Ouro na África Ocidental. Os minas, bem como as particularidades mineiras de alguns africanos, eram preteridos também em Potosí, no Vice-Reino de Rio da Prata e no Vice-Reino de Nova Granada, colônias espanholas, por exemplo.

[...] nessas minas, como Potosí os escravos de descendência africana com frequência ocupavam posto de supervisão, especializados, e administrativos, bem como dominavam o serviço doméstico entre seus proprietários e trabalhadores espanhóis, e tinham mais probabilidade de serem moradores permanentes do que os nativos. Em outras minas como a de Nova Granada, os escravos de ascendência africana respondiam por quase toda a população, de mineradores ao pessoal de apoio, ou dividiam o trabalho com os escravos nativos ou trabalhadores tributários ou assalariados (Thornton, 2004, p. 201)

É o conhecimento técnico de alguns africanos que compunham requisitos em ocupações, atividades e ofícios praticados por estes africanos nas Américas, dada a sua experiência técnica que reafirma tendências historiográficas mais recentes que priorizam a historicidade dos africanos na construção da história nas Américas. Portanto, propagandeava-se os atributos de escravizados Minas da África Ocidental que denotam como a sociedade

Atlântica dialogava com as especificidades dos africanos e a necessidade de produção pelo Atlântico. Nesse sentido, ainda sobre os escravizados Minas, era interessante como os Minas do litoral eram reconhecidos por sua habilidade particular em suportar altas pressões em regiões de mergulhos, casos como o das localidades de Caracas e Trinidad.

[...] os africanos da Costa do Ouro eram exímios mergulhadores. Pieter de Marees, que os observou nadando e mergulhando lá, também notou que os proprietários na “Costa das Pérolas” (Venezuela e Trinidad) os compravam para pescar pérolas no final do século XVI e início do século XVII. Embora os escravos nativos pudessem também ter essas aptidões, aqueles que as tinham não eram suficientemente numerosos, pois toda a indústria de pesca de pérolas era feita por africanos, até mesmo as tarefas de supervisão. Dinâmicas semelhantes podem ter levado ao envolvimento dos africanos com o comércio marítimo e fluvial no Brasil (onde eles dominavam a pesca além-mar) e em Cartagena. (Thornton, 2004, p. 196 e 197)

Comerciantes como o holandês Pieter de Marees (Thornton, 2004) observaram que além de exímios mineiros, os escravizados minas do litoral eram mergulhadores e eram comprados pelos proprietários da região do Caribe para pesca artesanal de peixes e pérolas. Thornton (2004) pontua que o sistema escravista usava também escravizados indígenas na prática, mas a necessidade de aumento da prática de pesca requeria escravizados que tivessem algum conhecimento sobre mergulho. Trinidad e Caracas requeriam, portanto, os Minas do litoral e africanos das Ilhas de Bijagó e da costa da África Ocidental, reconhecidos pela navegação costeira em África Ocidental.

Esse histórico dos minas, entre a produção aurífera e o profundo mergulho para pesca, era divulgado no comércio de escravizados e revelavam parte do interesse por africanos que detinham conhecimento particular sobre áreas e produções importantes para os diferentes comércios coloniais americanos.

Assim, podemos destacar que o comércio Atlântico de escravizados dialogam com os conhecimentos técnicos possuídos por escravizados para as atividades e ofícios que exerceriam nas Américas. Isso não valia só para os minas, os trabalhadores negros de Angola foram usados na produção de açúcar e, especialmente, de cachaça. Já se falava sobre o gosto dos angolas por bebidas fortes que trocavam escravizados produtores de cachaça por uma cachaça carioca denominada de Jeribita. Isso moldou a relação entre Angola e Rio de Janeiro no Atlântico Sul, por exemplo, mantendo uma relação econômica bilateral entre as duas regiões do Atlântico (Alencastro, 2000; Curto, 2002; Curto, 2013; Marques, 2011). Desta maneira, especialmente no século XVII, mantiveram uma relação bilateral, entre a região fornecedora de

escravizados e a região que produzia açúcar e cachaça, uma relação que alimentava diretamente os comerciantes cariocas e indiretamente a coroa portuguesa.

O foco na *jeribita*, produzido no Brasil por muitos dos trabalhadores cativos adquiridos em Kasanje em troca dessa mesma mercadoria, demonstra que as ramificações da escravidão não eram unidirecionais, mas sim interativas e interdependentes, transformando o Brasil e Kasanje em mundos distantes separados por um enorme oceano. em partes inexoravelmente ligadas de um todo. (Curto, 2013, p, 305)

A *jeribita*, a cachaça carioca, era trocada por escravizados com reinos como Kasanje na costa de Angola, isso comprova que as interações comerciais entre Rio de Janeiro e Angola atestam relações econômicas e políticas entre os dois lados do Atlântico Sul. O tráfico de escravizados estava diretamente atrelado às vicissitudes internas, tanto brasileiras quanto africanas, articulando preferências por determinados grupos de escravizados à jogos políticos e comerciais, decorrentes de interesses particulares nas diferentes regiões dos dois lados do Atlântico que se relacionavam com os interesses do mercado global de consumo mercantil.

Entretanto, além das caracterizações que se relacionam diretamente com a procedência e conhecimento técnicos dos africanos escravizados, é interessante perceber que as avaliações não se limitavam a descrições técnicas do conhecimento dos africanos, mas eram ainda avaliações morais, pessoais e subjetivas. Avaliações sobre os africanos foram utilizados por administradores coloniais e traficantes no Maranhão. Em dezembro de 1785, o governador e capitão-general José Telles da Silva acionava o poderio régio através do conselho ultramarino para tentar impedir a entrada de comerciantes da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro no Maranhão e tentar manter os laços com o comércio de escravizados com a África Ocidental, mais especificamente para manter relações com os portos de Guiné Bissau e Cacheu. Para o governador José Telles, os grupos de africanos que eram retrafficados nos portos brasileiros eram constituídos por escravizados que ele identificava como “ladroens mal feitores, que vem exercer os seus vícios e cometer crimes” nas colônias¹⁴.

Desta maneira, na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais os escravizados de Angola e Mina eram destacados em suas características que poderiam ser usados na lavoura de monocultura ou na mineração de ouro, no Maranhão se construiu certa resistência a escravizados oriundos de localidades para além da África Ocidental, que não viessem da região da Guiné, dos portos de Cacheu e São Jose de Bissau. Parte dos argumentos constituídos pelo

¹⁴ Carta de 31 de dezembro de 1785. Setor de Acordãos. Livro de Registro de Correspondências. Nº 13. Acervo da Secretaria de Governo do Maranhão. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

administrador colonial no Maranhão usava alusões morais sobre Angolas e Minas. O governador lançava mão de características pouco objetivas para classificar a mão de obra escrava, por outro, evidenciou que o tráfico e o mercado Atlântico reconheciam particularidades dos africanos nos ofícios e ocupações que exerceriam nas Américas, o que denotava uma tabela de classificações Atlânticas relativamente conhecidas nas diferentes regiões da América, como no caso de New Orleans que apresentamos sobre a tabela dos comerciantes. Nesse sentido, o próprio Maranhão também se relacionava com isto e participava dos critérios de comercialização da mão de obra. Se Rio de Janeiro preferia angolas, Bahia e Minas Gerais preferiam Minas, o Maranhão compartilhava com a Carolina do Sul nos Estados Unidos, uma necessidade por escravizados Guinéus que produziam arroz. O Maranhão e a Carolina eram grandes produtores de arroz e ambos adquiriam trabalhadores escravizados “qualificados” na rizicultura, oriundos da África Ocidental.

[...] na segunda metade do século XVIII no Atlântico (em parte, por responsabilidade dos traficantes de escravizados) parecia recorrente a relação entre os guinéus e produção de arroz na América do Norte, Caribe e norte da América do Sul. Sem dúvida alguma destas informações fornecidas pelos comerciantes obedecem a uma lógica comercial simples de oferta e procura em territórios como Carolina do Sul e Maranhão. Para qualquer fazendeiro produtor de arroz, possuir escravizados especializados na produção do item era possuir uma vantagem frente a outros agricultores e garantir patrimônio e rendas. Logo, os traficantes de escravos ao divulgar as qualidades da mão de obra e o seu conhecimento técnico, neste caso, fizeram parte da lógica de propaganda mercantil global (Barroso Junior, 2023, p. 169)

Portanto, as caracterizações de escravizados africanos no Maranhão também seguiram ideias de qualificação técnica, uma “crença de que os escravizados advindos de Cacheu eram exímios produtores nas lavouras de arroz” (BARROSO JR, 2023, p. 171), importantes para rizicultura produzida na região. A retórica de elogios, reconhecimentos técnicos, ofensas morais e generalizações de caráter fazem parte de estratégias de barganha e comercialização no mercado. Essas interações comerciais que definiam características bases sobre os escravizados demonstravam como o comércio atlântico de escravizados seguia uma “tabela” para definições e avaliações dos trabalhadores para a produção colonial, o que os tornava vitais como mão de obra dentro do sistema de exploração construído nas colônias americanas.

Os escravos africanos encontravam-se, portanto, no centro da parte conquistada do novo mundo Atlântico. Sua importância nas cidades onde muitos europeus, imigrantes e seus descendentes construíram suas casas, sua presença no serviço doméstico, ou como residentes permanentes nas minas e nas fazendas garantiram sua proximidade com os núcleos de poder e riqueza, mesmo se eles não compartilhassem. Para muitos europeus e euroamericanos (pessoas de ascendência europeia, mas nascido nas américas), o único contato com a população do Atlântico não proveniente da Europa era com os africanos nas cidades, fazendas, minas e propriedades, pois os povos indígenas permaneciam em áreas rurais sob rígida supervisão dos missionários. Assim, o desenvolvimento da cultura Atlântico foi na final um desenvolvimento de um fenômeno euroafricano e muitas partes da América Ibérica com a presença dos nativos americanos fazendo-se sentir mais em suas áreas de origem (Thornton, 2004, p. 202).

Assim, podemos vislumbrar não só a participação dos africanos na composição e construção histórica do mundo colonial americano, mas ainda podemos destacar a importância na construção, definição e manutenção da própria estrutura escravista. O trabalho dos africanos era essencial para o modo de produção, o próprio acontecimento colonial dependia diretamente dos escravizados africanos. Já é ponto comum, portanto, sua importância na participação do próprio sistema colonial, mas pouco notório a essencialidade da sua força de trabalho no acontecimento do colonialismo e, por consequência, da colonialidade, mesmo que subjugados, dominados e controlados pelos senhores e proprietários coloniais, ainda assim, a colonização foi resultado do sucesso da exploração dos escravizados, tanto povos originários quanto africanos.

Podemos apontar que os próprios escravizados africanos, no exercício de suas atividades, abriam caminhos e expandiam territórios coloniais e chegavam aos sertões coloniais, por todo o território americano. Os próprios nativos americanos entendiam que a presença de africanos escravizados, significava o avanço do colonizador europeu. No Maranhão, indígenas mataram africanos que participavam da limpeza das margens do Itapecuru para a ocupação colonial no final do século XVII. No começo do século XIX, em 1814, indígenas também mataram quarenta e oito colonizadores e alguns escravizados africanos que os acompanhavam no começo do arraial de Grajaú, já próximo à nascente do rio Itapecuru (Chambouleyron, 2006; Faria, 2012). Dada a essencialidade do trabalho dos escravizados, as ocupações e atividades que exerciam, o avanço da colonização só pôde ser efetivado, em grande maioria, com a presença do africano e isso era amplamente percebido, nativos e portugueses percebiam a funcionalidade dos africanos para a conquista, tomada e permanência da colonização.

Por consequência, podemos afirmar que o uso do trabalho de escravizados era diretamente relacionável ao acontecimento da colonização, primeiramente com o uso de indígenas e, sobretudo, com o uso de africanos. O uso de africanos estimulou a tomada de regiões pouco povoadas, inclusive as regiões internas ao espaço colonial, como os sertões coloniais, ao exemplo do recôncavo baiano que Thornton (2004) afirma que os africanos ajudaram “a estimular a economia açucareira da Bahia” (p. 195) ao trabalhar, produzir e povoar os espaços colônias baianos internos. O uso dos africanos era ainda mais estimulado dada sua versatilidade e habilidades essenciais ao exercício do trabalho colonial, na mineração, no plantio e colheita, na pecuária, na construção, na movimentação e transporte etc. Seu uso ainda possuía relação direta com uma política ibérica de ocupação atlântica que negociava africanos e apoiava contratos e companhias mercantis que os usava em Angola, em feitorias pela África e nas diferentes localidades coloniais americanas (Thornton, 2004; Schawrtz, 1988).

Ao que parece, desmerecer o impacto do africano no acontecimento colonial faz parte da retórica da Memória do Cativo, pois todos os escravizados são por si só ligados às economias onde são inseridos, mas sua forma de produtividade deve ser avaliada conforme sua posição no trabalho colonial e dentro do sistema que explora sua força de trabalho. Podemos perceber como sua importância era inerente ao próprio sistema que o subjugava ao percebermos o consumo cada vez maior da mão de obra de escravizados negros, ao percebermos as formas de consumo sobre o fornecimento de escravizados, as predileções por especialidades e qualificações dos escravizados que definia o comércio de nações e etnias africanas específicas, consequências das necessidades produtivas coloniais. Isso estava diretamente imbricado nas necessidades de mercado e na agenda de consumo da segunda escravidão (fins do século XVIII até por volta de 1815) com nichos e núcleos de produção colonial para alta exportação.

Em suma, os interesses de mercado balizavam critérios sobre o consumo e comercialização de africanos e seu uso na economia colonial. Para além das necessidades de consumo no Atlântico, havia uma aparente inter-relação entre a historicidade dos africanos, a geopolítica do tráfico e suas ocupações no mundo colonial. Nesse sentido, as possibilidades de trabalho dos escravizados se mostram muito amplas e extremamente variáveis, o que corrobora com uma ideia inicial de produtividade e improdutividade que é correlata aos espaços de produção colonial e a diversidade dos gêneros e produtos por região.

Entretanto, de forma ambígua, denota ainda a potencialidade de uso do trabalho escravo no Atlântico e contradiz qualquer preâmbulo que apresente a improdutividade dos escravizados e a percepção de que os escravizados eram unicamente instrumentos vivos da vontade de seus senhores ou trabalhadores braçais sem mérito. Seguindo um raciocínio

decolonial, valeria a pena seguir fazendo questionamentos sobre a improdutividade destes escravizados ao percebermos a funcionalidade e a importância de suas ocupações e de seus ofícios em localidades como da capitania maranhense.

4.2 Ocupações, ofícios e trabalho manual: escravizados e suas particularidades ocupacionais no Baixo Itapecuru

A produtividade dos escravizados é melhor percebida dentro do contexto particular de uma região escravocrata como era o Maranhão ao final do período colonial. O Maranhão, como já apresentamos anteriormente, fazia parte do sistema escravista da América Portuguesa e continha um perfil de escravizados particular, apresentado anteriormente. Os senhores e proprietários que mantêm escravizados por todo o Itapecuru orientavam a exploração do trabalho de seus escravizados para a produção agrícola voltada para o mercado Atlântico. Entretanto, alguns escravizados foram destacados em outras ocupações e ofícios que não parecem diretamente relacionado à produção de algodão, arroz ou outro tipo de produção.

Um número pequeno, mas representativo da comunidade escrava no Maranhão, aparece acompanhado por suas ocupações e ofícios que evidenciam que os escravizados não eram só reconhecidos em suas funções norteadoras principais no dito “serviço da roça”, mas em atividades outras com diferentes gradações. Gradações e diferenciações que envolvem não só ocupações e ofícios (sapateiros, tecelões, pedreiros, lavadeiras, ganhadores etc.), como formas de classe e grupos de trabalho, mas gradações de aprendizado e reconhecimento técnico como aprendiz, oficial e mestre. Essas gradações parecem não só ter relação com os ganhos dos seus senhores e proprietários, mas, ainda, com as distinções e reconhecimentos adquiridos dentro da comunidade de escravizados.

Grande parte da documentação inventarial utilizada aqui, 153 inventários feitos entre os anos de 1767 e 1817 a partir do falecimento de proprietários deste período e que mantinham moradia principal em São Luís e Nossa Senhora das Dores do Itapecuru, possuíam unidades produtivas com plantéis de escravizados pelo baixo Itapecuru entre São Luís e Caxias de Aldeias Altas, Esses plantéis inventariados possuíam 7.932 escravizados em sítios, chácaras, fazendas, ranchos e outras moradias por toda a extensão do baixo Itapecuru. Estes quase oito mil escravizados representam parte considerável da população de cativos do baixo Itapecuru e da própria capitania.

Conforme Antonia Mota e Daniel Barroso (2017), ao final do período colonial, em 1821, tínhamos 69.534 escravizados por toda a capitania, distribuídos pelo litoral oeste,

denominado de Baixada Maranhense, especialmente na vila de Tapuitapera (hoje intitulada de Alcântara) por São Luís (as freguesias de Nossa Senhora da Luz da Vitória, Nossa Senhora da Conceição e São João Baptista dos Militares) e, principalmente, a região do rio Itapecuru até o entreposto de Caxias de Aldeias Altas. Região esta que já evidenciamos como principal localidade de produção de arroz e algodão da capitania e onde temos a principal concentração de escravizados. Pelo rio Itapecuru tínhamos a freguesia de Nossa Senhora de Rosário de Itapecuru (Rosário), a Vila de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru (Itapecuru-Mirim), a Vila de Urubu (Codó) e a Vila de Caxias das Aldeias Altas (Caxias), localidades com concentração populacional, mas entre estes pontos temos médias e grandes propriedades que ocupavam as margens do rio Itapecuru.

Portanto, a partir desse notório universo de escravizados, em grande parte dedicados aos “serviços de roça”, conseguimos identificar 291 deles com ocupações, ofícios e habilidades, representando 3,5% dos escravizados do principal centro produtivo da capitania do Maranhão no período, porcentagem aparentemente pequena dentre os quase oito mil escravizados apresentados aqui. Poderemos inferir duas possibilidades que justifiquem esse número reduzido de escravizados, com relações diretas entre si. A primeira delas é a parcialidade dos avaliadores ao verem, reconhecerem e avaliarem os escravizados quando emitiam seus certificados nos quais constavam a identificação básica dos escravizados, a idade, sexo, valores, as observações e informações que poderiam ser relevantes. Em segundo lugar, a excessiva exploração da mão de obra cativa que, provavelmente, era obrigada a acumular funções e atividades, especialmente dentro dos pequenos e médios planteis de escravizados.

No que diz respeito aos avaliadores, eram três senhores e proprietários coloniais, designados para avaliar e apresentar um relatório sobre os bens do proprietário falecido. Avaliações que iriam compor o acordão de inventário que registrava as diferentes negociações, gastos e bens de um falecido que passariam agora para herdeiros em litígio. Dada importância e oficialidade de sua função prestavam “o devido juramento, os avaliadores (que podiam ser vizinhos do falecido inventariado, parentes ou até pessoas de confiança do juiz responsável) passavam a fazer a avaliação dos bens (muitas vezes *in loco*), apresentando, em seguida, o relatório” (Silveira, 2023, p. 268) Entretanto, mesmo indicados pela magistratura, ainda eram carregados de uma parcialidade que desmerece o trabalho braçal e as atividades exercidas pelos escravizados, elementos permeados de uma sociedade escravista desigual. Algo que podemos vislumbrar em diferentes lugares da América Portuguesa, seja nos inventários de São Paulo, seja nos dados de Minas Gerais; ou, nos inventários do Maranhão (Freitas e Souza, 2023; Valentim; Mota, Costa, 2013).

Daniel Barroso (2017) evidenciou a parcialidade dos avaliadores de inventários *post mortem* no contexto das capitanias coloniais de Pará e Maranhão com imensas áreas de planteis de escravizados. Uma parcialidade que pode ser mais bem destacada ao percebermos as avaliações sobre a idade dos escravizados ou a constituição familiar escrava, constituição majoritariamente declarada pelos avaliadores ao apontar somente a mãe e os filhos, denominando este modelo de organização, hodiernamente, de monoparental. No caso da idade dos escravizados, apresentavam a locução “diz ter”, expressão vaga da idade dos escravizados, denotando a inconsistência de suas informações e a frivolidade com que encaravam os escravizados.

Claro que os avaliadores deveriam identificar os escravizados, ao apresentar os nomes dos cativos e seus devidos valores, elementos essenciais que não falhavam ao listarem os escravizados, todas as outras caracterizações eram secundárias. dois pequenos indícios que eram diretamente relacionáveis a economia global e ao uso de uma mão de obra como trabalhador braçal subestimado. O registro de nome e o valor, não falhavam, tanto é que entre os quase oito mil escravizados aqui trabalhados, todos possuíam estes dois elementos e o único escravizado que foi listado sem valor fora Isidoro, escravizado sapateiro de Pedro Miguel Lamagner, em 1814, pois estava muito doente e não foi possível avaliá-lo, mas todos os outros escravizados continham ao menos o nome e o valor. Características como procedência, se africano ou crioulo, cor, idade, lógicas familiares e, o mais importante aqui, ocupação do trabalhador, falham e seguem apenas aquilo que o avaliador acha oportuno ou minimamente interessante, são características não costumeiras e variáveis que correspondem, portanto, a parcialidade destes senhores e explicam em parte as baixas menções a ocupação dos escravizados.

A parcialidade destes avaliadores era tanta que no inventário de Thomas de Aquino Serra, por exemplo, além de avaliarem os bens moveis, imóveis e semoventes (os bens vivos que exerciam atividades para os proprietários) avaliaram, entre os trinta escravizados de Thomas de Aquino, uma cativa com uma característica particular em sua ocupação, a escravizada Quitéria Mulata de 23 anos, além de ser cozinheira, “sabe Cozer chá”. Se, usualmente, os enunciados e características apontadas pelos senhores que avaliavam denotam a superficialidade destes avaliadores ao caracterizarem os escravizados, o fato de uma particularidade ou “especialidade” seja assim enunciada entre tantos outros cativos, mostra como a parcialidade desses senhores poderia ser até pueril. A imensa parcialidade era o que orientava o senso avaliativo desses senhores, eles interpretaram e reconheceram que cozinhar chá era uma habilidade que merecia destaque entre os outros escravizados. Caso isolado que

não denota tendências, mas ao contrário, acusa o interesse particular daqueles que construíaam os documentos inventariais.

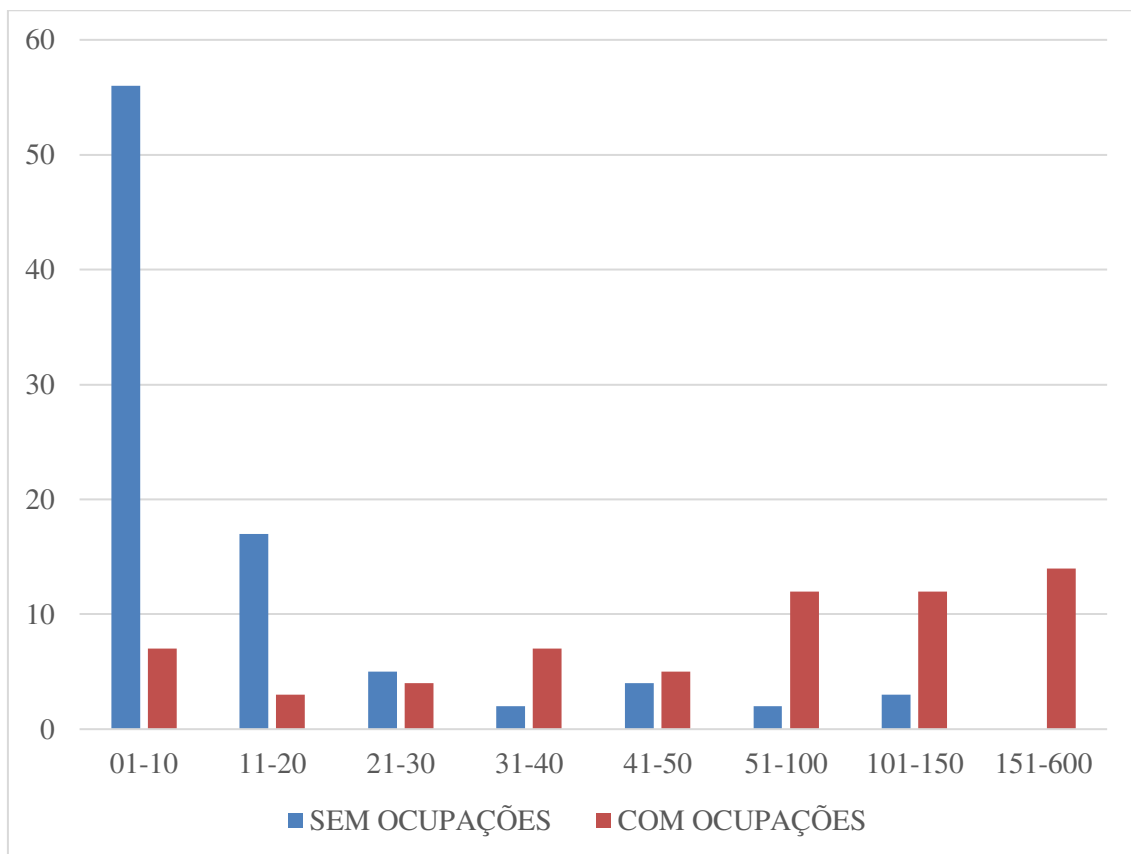
Portanto, o escravizado, mesmo que importante para o cotidiano colonial, era constantemente interpretado sob o filtro pessoal dos senhores e proprietários da sociedade escravista, que reduzia-os a instrumentos mercantis avaliados com base no amplo demérito de seu exercício braçal. Os avaliadores poderiam até apresentar esses escravizados para além dos nomes e preços, mas ainda seguem as expectativas mercantis do mercado atlântico, e o que efetivamente importava eram laudos e certidões emitidas por estes senhores coloniais. Portanto, as especificidades sobre ocupações e ofícios, ainda que norteados pela ideia de produtividades, dependiam do filtro étnico-racial desses senhores que não conseguiam perceber as especificidades, os conhecimentos, as técnicas, a ancestralidade dos africanos que os tornariam tão produtivos para o próprio sistema colonial que faziam partes.

Por outro lado, esse número reduzido de 291 escravizados com ocupações, é reflexo de uma sociedade que usa intensamente seus escravizados e explora sua força de trabalho ao máximo e de diferentes maneiras. As ocupações dos cativos podem ser eclipsadas frente às necessidades produtivas da região e o uso dos proprietários para com seus cativos que oscilava entre as necessidades pessoais dos senhores coloniais e a produção definida pelo mercado colonial. Assim, o reconhecimento das ocupações de escravizados e o reconhecimento da historicidade dos negros dependiam de elementos tendenciosos e relacionáveis à produção mercantil e à exploração sob a qual os escravizados eram subjugados.

Portanto, as ocupações dos escravizados tornaram-se visíveis quando vislumbramos as diferenciações sociais no grupo dos proprietários, o tamanho de seus planteis e a amplitude de suas produções. Nos grandes planteis de escravizados, as ocupações e os ofícios exercidos pelos cativos foram muito mais evidenciados que dentro dos pequenos planteis. Essa distinção decorre, não só do contingente maior de cativos, onde subjaz uma necessidade em identificar particularidades dentro do conjunto de escravizados, mas, por conta da necessidade de otimizar a produção nas unidades produtivas. Enquanto isso, em pequenos proprietários, os planteis precisam explorar muito mais seus escravizados em diferentes funções para suprir necessidades do senhor, da unidade produtiva e da produção mercantil. Dito de maneira mais prática, especificavam-se ocupações quando a extensão do universo produtivo exigia uma organização e alocava os cativos em atividades e ofícios mais específicos, como uma divisão do trabalho dentro da escravidão e, portanto, quanto maior o plantel, mais podemos apontar ocupações exercidas por escravizados.

Assim, o tamanho das unidades produtivas, o uso personalista dos proprietários e a função produtiva colonial orientavam as atividades exercidas no cárcere, ou seja, unidades produtivas pequenas, médias ou grandes geraram unidades menos ou mais produtivas em detrimento da exaustão de seu escravizado, do modelo de controle o qual exercia e das possibilidades de qualificação que os escravizados ocupam na cadeia produtiva. Por isso, é importante perceber a relação entre o tamanho dos plantéis (a quantidade de escravizados) e a existência ou não de ofícios de escravizados no espaço internos das unidades produtivas. Podemos vislumbrar isso no gráfico a seguir:

Gráfico 04: Quantidade de senhores quanto ao tamanho dos plantéis e a presença de ocupações



Fonte: Inventários ATJMA

Podemos vislumbrar quais os grupos de proprietários que mais identificam ocupações de escravizados. Em um primeiro vislumbre podemos reafirmar que a divisão dos escravizados por plantel segue uma divisão desigual da posse dos escravizados, de um lado, grande quantidade de pequenos planteis com até 10 escravizados e que não constam ocupações, de outro, quantidade reduzida de grandes planteis com mais de 100 escravizados sob o controle

de poucos proprietários. Sobretudo, os proprietários com até dez escravizados não anunciam ofícios específicos de seus cativos e somente três grandes proprietários com planteis superiores a 100 cativos que não acusam qualquer ocupação particular exercida por seus cativos, enquanto 26 proprietários com enorme escravaria acusam a existência de organizações de trabalho e qualificação da mão de obra de cativos, representam eles um percentual de 16% dos senhores e proprietários do baixo Itapecuru com escravizados.

Grandes proprietários que arrolaram ocupações e ofícios como Francisco José de Souza e Antonio José de Souza, respectivamente com 358 e 531 escravizados, eram alguns dos maiores produtores de arroz e algodão da capitania, chegando a formar aquilo que Antonia Mota e Daniel Barroso (2017) chamam de “mega plantéis” e com uma concentração de cativos extremamente desigual frente aos outros proprietários. Nesse caso, os grandes proprietários eram um grupo constituído por grandes comerciantes sim, mas, ainda, partícipes de famílias principais, indivíduos com relações diretas com a administração colonial, capitães e coronéis das milícias coloniais, dentro outros indivíduos que detinham recursos e poder local. Estes controlavam a cadeia produtiva, determinavam a concentração de negros e seus descendentes em pontos produtivos do baixo Itapecuru e apresentavam as diferentes ocupações e ofícios de seus cativos.

Os pequenos planteis de escravizados, são mais restritivos, mas não eram necessariamente pertencentes a pessoas destituídas de poder ou de concentração de rendas, mas foram mais restritivos ao arrolar escravizados com ocupações, quase ausência de indícios sobre ocupações nestas pequenas propriedades, mas acabam sendo reveladores do uso dos escravizados, dado o seu tamanho reduzido, funcionando como estudos de caso para avaliar melhor como os ofícios aparecem entre os cativos. A primeira observação é que pequenos planteis anunciam menos a ocupação dos seus escravizados. Dos 153 planteis diluídos pelo baixo Itapecuru, 56 não fazem qualquer menção às ocupações de seus escravizados, ou seja, 37% sobrecarregam seus escravizados em funções distintas, denotando que o interesse desses senhores, mais do que a produtividade colonial, era sua sobrevivência, seus interesses pessoais e sua ambição por distinção ao ter e usar escravizados negros de ascendência africana. A segunda observação é que dentro deste conjunto reduzido de escravizados podemos constatar como os proprietários parecem usar seus planteis dentro da lógica mercantil colonial, priorizando a produção agrícola, e, a última observação, como alguns ofícios de cativos aparecem em comunidades de escravizados com até dez ou vinte cativos e o que isso significa na relação com sua historicidade, ou seja, nesses pequenos casos conseguimos vislumbrar melhor sua história dentro do contexto de exploração ao qual é submetido.

Dentre os pequenos proprietários de até dez escravizados por plantel temos 56 pequenos planteis sem qualquer menção de ofícios e ocupações e outros 07 proprietários que arrolaram algum ofício de escravizados. Esta proporção já chama atenção, pois a cada um proprietário que acusa ter algum escravizado especializado, temos outros oito que silenciam sobre as qualificações e atividades exercidas por seus cativos. Neste caso, os senhores não são grandes produtores, no geral, desconhecidos da historiografia, sem grandes referências produtivas em meio ao conjunto documental, pequenos comerciantes e lavradores, atravessadores e outras atividades ligados ao comércio local ou simplesmente exploração seus cativos para seu conforto e bem estar social. Logo, esses planteis parecem usar e sobrecarregar seus escravizados frente à urgência ou necessidade que aparecia, recados, serviços locais, domésticos, ganhadores, capinas e roças, carregadores, carreteiros, usos pessoais, etc. Cada escravizado deveria se adaptar às explorações determinadas por seu proprietário. Isso não é uma particularidade da capitania do Maranhão, mas imanente ao próprio sistema escravista, como podemos destacar a partir da experiência baiana e carioca:

Por exemplo, um menino angolano era descrito como “meio-oficial sapateiro”, que sabia cortar e fazer um par de sapatos, recebendo três patacas por semana de salário. Nos anúncios fica evidente também que os donos treinavam seus escravos em uma ou mais especialidades, como o menino africano que estava aprendendo a cozinhar ao mesmo tempo em que recebia treinamento de aprendiz de pedreiro. Cativos como esse menino eram particularmente valiosos para os pequenos senhores de escravos, pois podiam usá-los no serviço doméstico em suas casas e viver com os salários que ganhavam num emprego externo (Karasch, 2000, p. 266).

A partir destes pequenos planteis que conseguimos melhor vislumbrar esse cotidiano de exploração do sistema escravista, dentre os sete outros planteis com até dez escravizados que são arrolados cativos com ocupações. Seus senhores, diferente dos outros cinquenta e seis anteriores, optaram por anunciar os ofícios de seus escravizados, são os seguintes proprietários: Maria Clara de Jesus (1805), Jeronima de Sousa (1806), Ignácia Justiniana de Jesus (1809), Antonio Felipe Meirelles (1815), Francisco José de Azevedo (1804), Antonio de Seixas Correa (1815) e Jozé Luiz da Rocha (1816). Os quatro primeiros são proprietários pequenos de São Luís, além disso uma pequena proprietária da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Ignácia Justiniana de Jesus, cunhada de Maria Clara de Jesus. Além destes temos Antonio de Seixas, Jozé Luiz da Rocha como militares e, Antonio Felipe Meirelles, comerciante português local.

Esses casos merecem atenção. O primeiro, Francisco José de Azevedo, por exemplo, dentre os dez escravizados, possuía um oficial calafate, João de 38 anos. O proprietário Francisco José era um comerciante local, residia próximo a Igreja de São José do Desterro, limiar entre a zona rural e urbana de São Luís, limite com o rio Bacanga, onde havia um pequeno porto. Nas imediações, o proprietário Francisco José mantinha um “pedaço de chão” onde seu escravizado João Calafate consertava e construía pequenas embarcações que aumentava os ganhos de seu senhor. Quando do falecimento de Francisco José de Azevedo, em 1804, constava além deste “pedaço de chão”, uma pequena embarcação e dois “cascos de canoa” a partir dos quais João Calafate mantinha trabalho e ia construindo duas pequenas embarcações que seriam comercializadas e usadas pelo seu senhor em suas estratégias comerciais. João Calafate cavava nos sulcos de troncos largos e incrementava as embarcações com outras madeiras, construindo as embarcações que seriam comercializadas e utilizadas. João Calafate, portanto, cuidava dos dois barcos de seus senhores, consertava algumas canoas que navegavam pelo rio Bacanga acima, o que apoiava o escoamento dos produtos comercializados pelo seu senhor para o interior da ilha. Desta maneira, Francisco José de Azevedo explorava a mão de obra do seu cativo de duas maneiras, através do uso e comercialização das embarcações feitas por seu cativo e, através da oferta de seus serviços para terceiros.

Dentre as mulheres deste grupo que encontraremos casos ainda mais oportunos, as senhoras Jerônima de Sousa e Ignácia Justiniana de Jesus, esta última, mulher de José Muniz Pinheiro, casal de portugueses, pequenos proprietários da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, próximo a foz do rio, isolados junto aos poucos habitantes da pequena freguesia, sem muitas posses e com cinco escravizados, dois africanos e três crioulos. Sua principal renda vinha dos sapatos produzidos pelo escravizado idoso, Luíz Mulato, que usava um “chão”, uma oficina, próximo à casa de morada de Ignácia Justiniana para costurar os calçados que os senhores usariam. Além de Luiz Mulato como sapateiro que era cativo da senhora Ignácia, temos, ainda, Domingos africano de Angola, 20 anos, aprendiz de sapateiro, cativo de outra senhora, esta com residência em São Luís, Jerônima de Sousa que tinha nove escravizados, a maioria do sexo feminino. Ela possuía somente dois homens, o sapateiro Domingos Angola e Jeová Mandinga, adquiridos recentemente por sua senhora, o restante do plantel composto por sete cativas se dedicava a serviços diversos de ganho e do serviço da casa, mas só conseguimos evidenciar a ocupação de Luíza Crioula, rendeira.

Ignorando a aparente relação de conforto, afetividade ou vínculo com escravizadas mulheres que a proprietária Jerônima de Sousa apresentava, temos uma aparente outra relação de gênero, constatadas a partir das proprietárias Jerônima de Sousa e Ignácia Justiniana,

senhoras coloniais eram afeitas em manter sapateiros escravizados. Foram mencionados 12 escravizados sapateiros, destes quatro eram cativos de senhores homens, mas, todos eles, casados. Isso deixa vislumbrar que o consumo de sapatos era um interesse feminino, mesmo que de uso de todos os senhores e proprietários coloniais.

No Rio de Janeiro, quando da chegada da família real, as senhoras mulheres que não usavam os sapatos em casa, usavam em demasia na rua e “basta para sustentar os sapateiros, os quais, ademais, fabricam sapatos de seda muito finos e de cores extremamente sensíveis” (Andrade, 2001, apud Soares; Velozo, 2020, p. 116). Ou seja, sapatos eram interesse de consumo, majoritariamente, do público feminino senhorial, ainda que tanto mulheres, quanto homens de poder os usassem, conforme já vimos anteriormente, quando aventamos o caso de Isidoro que não foi avaliado e certificado pelos avaliadores. Sapatos eram do consumo de senhores e proprietários e pouco consumidos por cativos, alforriados e livres de cor, mas não era impossível o consumo por escravizados, quando seus senhores achavam necessário, como no Rio de Janeiro de começo do século XIX, “as famílias abastadas impunham o uso de sapatos de seda às escravas ao saírem de casa acompanhando suas senhoras”, notabilizando o sapato como consumo de distinção (Andrade, 2001, apud Soares; Velozo, 2020, p. 116). Essa distinção e diferença de gênero se repetem na sociedade escravista maranhense, o que motivou senhoras e proprietárias coloniais a adquirir e manter escravizados sapateiros. Essa diferenciação e estética feminina podem colocar os sapatos como um instrumento de distinção social importante, pois não somente existe como ocupação de escravizados e uso dos serviços dos cativos, mas como possibilidade de investimento ao produzi-los.

No caso de planteis pouco maiores, o Capitão de Milícias João Fernandes de Carvalho chegou a enviar para o Pará em 1808, um dos seus jovens escravizados José Crioulo, 14 anos, “aprendendo a ser sapateiro”. O capitão possuía um plantel pequeno de 24 escravizados, o jovem José Crioulo foi o único escravizado com um ofício anunciado dentre os outros cativos, e mais interessante, o único, dentre todos os escravizados dos proprietários coloniais a receber um investimento na sua especialização e qualificação técnica. Não temos clareza dos detalhes dessa formação e educação técnica ofertada para os escravizados, porém, notadamente, o processo se resume no acompanhamento de aprendizes das atividades laborais de oficiais e mestres, aprendendo técnicas e conhecimentos específicos de seu ofício.

Mary Karasch (2000) destacou que pequenos proprietários cariocas costumavam colocar cativos ainda jovens como aprendizes de algum ofício, mas os sobrecarregavam ainda com necessidades domésticas e pessoais. Portanto, essa era uma prática das senhoras escravizadas como Jerônima de Sousa ou Ignácia Justiniana com menos de dez escravizados

em seus planteis, usar e acumular o uso dos escravizados, mas o Capitão de Milícias João Fernandes com 24 escravizados pretendia investir em um escravizado que pudesse se formar no Pará, as pretensões do capitão poderiam ser outras que só agradar sua esposa, mas investir em um mercado interno de vestuário que parecia ser muito rentável lhe aspirava bons augúrios.

Os estilos de sapatos e modas de calçados pareciam obedecer às modas europeias, e, provavelmente, eram mais específicos que a alfaiataria, o que talvez exigisse um conjunto de conhecimentos mais europeus que africanos, dada a necessidade de consumo dos seus senhores. É interessante destacar que dentre os 12 sapateiros que já apontamos aqui, apenas um era africano, o angolano da senhora Jerônima de Sousa, Domingos Angola de 20 anos. Nesse ponto, é importante destacar que Domingos era um aprendiz e ainda não era um oficial, como a maior parte dos outros escravizados com ofícios aos 20 anos. Sendo o Domingos o único africano, todos os outros eram crioulos, filhos escravizados nascidos aqui e que desde pequeno já deviam acompanhar a aprendizagem no artificio da produção de calçados. Provavelmente, e mais importante, neste caso, era aprender um ofício notadamente com base no mundo europeu, que usar os conhecimentos africanos. Não negamos aqui o conhecimento africano na produção de sapatos, pelo contrário, alguns reinos africanos da África Ocidental, por exemplo, faziam uso de sapateiros, mas nada até o presente momento parece indicar um interesse por africanos conhecedores da produção de calçados.

Em suma, ao olharmos as duas menores proprietárias do baixo Itapecuru que arrolaram as ocupações de seus cativos, Jerônima de Sousa e Ignácia Justiniana, podemos perceber o interesse pelo ofício dos escravizados sapateiros, o que nos revelou que o interesse parece ser orientado por preferência de senhoras proprietárias que queriam seguir um padrão de consumo e distinção de base europeia, além de notadamente estes trabalhadores serem crioulos que precisariam de uma formação técnica arraigada que exigiria níveis de imersão nas sapatarias coloniais, acompanhando outros artífices em suas oficinas.

Se esse era o interesse das senhoras proprietárias, outros proprietários revelaram uma predileção pelo uso de outros serviços prestados pelos escravizados. Dentre os proprietários militares com conjuntos de até dez escravizados, temos o capitão Antonio de Seixas Correa, como um dos melhores exemplos que anunciam escravizados com ocupações, o Capitão Antonio de Seixas foi um oficial militar local que faleceu em 1815 e registrou somente sete escravizados, dentre eles o cativo africano Francisco Biafá, um pedreiro. Antonio de Seixas costumava alugar seu escravizado Francisco Biafá e mais um ou outro cativo seu como ajudantes de pedreiros, alugava-os para construção de moradias ou fazer calçamentos, a intenção era usar Francisco como um tipo de escravizado de ganho que ganhava rendas para

seu senhor prestando serviços para outros proprietários locais. Além de Francisco Biafá, cita ainda a escravizada Ignácia Angola, uma senhora de 50 anos que cuidava da casa do senhor com outras duas escravizadas, elas cuidavam da alimentação, da limpeza e da vestimenta de todos da propriedade do capitão Antonio de Seixas Correa. Isso significa que enquanto Ignácia cuidava do eventual sustento e alimentação cotidianos de escravizados e proprietários, Francisco e outros escravizados ganhavam rendas para o senhor, desta maneira, os escravizados zelavam pela família de seu senhor e pela pequena comunidade de senzala a qual faziam parte, sendo eles sete escravizados ao todo, seis africanos e um crioulo, quatro homens e três mulheres, dentro daquilo que identificamos como idade produtiva, entre 15 e 40 anos.

A partir do caso dos escravizados, podemos perceber o impacto destes nas economias de seus proprietários, impactando nas formas e exercícios da economia, mas, ainda impactando no cuidado, zelo e manutenção dos planteis e no cotidiano de seus senhores, algo que nos permite demonstrar a importância e as formas como o escravizado movimentava a economia local e a produção para o mercado Atlântico. Os cativos, portanto, mantinham a funcionalidade do sistema escravista, os senhores e proprietários, por sua vez, apenas ocupavam sua posição dentro da desigualdade social, corporificando a exploração da metrópole portuguesa na capitania maranhense ao final do período colonial.

Para além disso, dentro do quadro desses pequenos planteis que evidenciam as ocupações e ofícios de escravizados, podemos perceber o impacto específico dessas funções, mas, sobretudo, a possibilidade de dimensionarmos como essas ocupações podem não ser aleatórias e a historicidade do africano pode interferir no exercício do ofício apresentado. É oportuno destacar nesses sete planteis foram relacionados principalmente dois sapateiros e quatro pedreiros dentro dos sete proprietários apresentados. Parece pouco quando olhamos esse universo reduzido de planteis, mas se rapidamente observarmos novamente os 153 planteis de escravizados, na divisão do gráfico anterior, e constatarmos o universo de proprietários que apresentam os ofícios de seus cativos, eles são o maior contingente de escravizados com ocupações, ao todo 35 pedreiros são arrolados, representando 12% dos 30 ofícios mencionados pelos 153 inventários e sendo o principal ofício mencionado e ocupado entre os 291 cativos negros.

Tudo isso denota como ser pedreiro é uma ocupação muito preterida após os escravizados que trabalham nas lavouras de arroz e algodão, como o principal ofício destinado a construção e impactando diretamente na fixação dos colonizadores e na vivência e conforto destes colonos. Casos como pedreiros, por exemplo, são muito importantes e evidenciam que o conhecimento técnico do escravizado é essencial, portanto, o africano cativo não é um bárbaro,

selvagem, destituído de história, ao contrário. Pedreiros como Joaquim Papel (de Antonio Pinto Castleo Branco, 1808), Benedito Cacheu (do Capitão José de Brito Cavalcante, 1809), Bento Mandinga (do Coronel José Luís da Rocha, 1816) e Venâncio Cacheu (do Capitão Ignácio José Frazão, 1813) são alguns dos africanos da África Ocidental que trabalhavam como pedreiros e podem ter utilizado as cinzas da casca de arroz na construção civil como algo que fortificava os tipos de massa que usavam nas construções coloniais (Silva, Gama, Salles, 2018). Ou técnicas como a liga de óleo de baleia usadas por africanos da África Central (Cunha Junior, 2010) como Antonio Angola (do Capitão Manoel Pereira de Brito, 1810) e José Angola (da Fazenda Guanaré, 1813). Sabemos que o uso dessas técnicas no período colonial, não são acessíveis pela documentação usada aqui, mas restam como possibilidades plausíveis no exercício das ocupações da construção civil no mundo colonial. Diferentes senhores fizeram uso desses escravizados pedreiros para a construção de seus imóveis e para o aluguel deles para outros proprietários coloniais.

Os pedreiros são os que mais se repetem dentre os pequenos planteis com ocupações, provavelmente pelo seu uso mais constante nas construções, enquanto ferreiros nem são citados dentro dos pequenos plantéis e são mais comuns dentro dos grandes planteis, duas das ocupações mais citadas dentre as 291 menções de ofícios exercidos por cativos. Os escravizados pedreiros são inexplorados pela historiografia, mas eram comuns no cotidiano de trabalho da América Portuguesa e, provavelmente, os mais comuns entre escravizados de ganho dada a necessidade com a construção civil. Estes proprietários possuíam planteis com até dez escravizados e usavam os escravizados pedreiros para a construção de seus próprios empreendimentos imobiliários, bem como ofereciam seus serviços a outros senhores e proprietários coloniais.

Infelizmente, não conseguimos dimensionar sua presença pelo mundo colonial, os aluguéis ou arrendamentos para terceiros, são informações difíceis de encontrar durante o século XVIII e o começo do século XIX. Apesar de presentes, a historiografia discute sobre seu impacto, alguns interpretam que a arquitetura era europeia e sem qualquer influência dos africanos (Lemos, 1999; Meireles, 2001), mas outros evidenciam que pelas capitâneas de Bahia, Minas Gerais, São Paulo, dentre outros, os africanos deixaram óbvias evidências sobre sua participação na arquitetura colonial, a exemplo da arquitetura paulista (Nóbrega de Jesus, 2020).

Entretanto, é difícil perceber dentro desses pequenos planteis, e nos planteis maiores, a cessão ou o arrendamento dos trabalhos destes pedreiros, já que estes não precisavam de oficinas ou de instrumentos caros para o exercício de seu ofícios e dependia, na realidade,

de suas habilidades e de seus conhecimentos africanos para a feitura e uso do adobe, feito a partir de barro com fibras vegetais e secado ao sol usado em técnicas do norte e do oeste africano, para o preparo e corte de pedras de cantaria que eram realizadas no Império de Zimbabué , próximo ao atual Moçambique, a produção e uso de janelas gradeadas de ferro do Golfo da Guiné (Nóbrega de Jesus, 2020; Faria, 2011) ou, ainda, o uso de cal obtida de queima e quebra de conchas e cinzas de casca de arroz para a produção de argamassa e cimento da África Ocidental (Faria, 2011; Silva, 2009) não conseguimos afirmar seu uso, mas em uma sociedade colonial a construção civil era vital, sobretudo para famílias principais, administradores coloniais, militares e comerciantes.

O uso de pedra bruta, pedra de cantaria, argamassa, fortalecimento dos baldrames e bases de grandes construções, nivelamento das moradias etc., era o principal para a construção do novo mundo e ter um oficial pedreiro ou um mestre pedreiro que pudesse conduzir e orientar a edificação das construções coloniais seria essencial tanto para a construção do senhor imediato, quanto para a cessão do serviço do cativo para terceiros.

Esses eram alguns dos pequenos proprietários que acusaram ter escravizados com ocupações, trabalhadores que possuíam ofícios e atividades que impactavam na produção de seus senhores, pequenos proprietários que eram militares, administradores coloniais, indivíduos que exploravam seus escravizados para a produção em suas unidades produtivas. Desta maneira, temos escravizados que lidam e acumulam diferentes atividades e se sobrecarregam no acúmulo de funções e abrem espaço para diferentes empreendimentos que poderiam se desenvolver. Esses escravos, através de suas funções, ocupações e ofícios, que chamamos de escravos de ganho, ganhadores ou ganhadeiros.

Essa oferta de serviços feita por escravizados especializados, acontecia em sua grande maioria no eixo da capital e a partir delas que podemos destacar as formas de uso da força de trabalho dos escravizados, mas, para além disso, podemos evidenciar como o sistema prioriza alguma forma de produtividade, seja ela para seu senhor e proprietário, seja ela para a produção colonial. Como podemos perceber, as formas de exploração sobre o africano eram ponderadas conforme o contexto de produção local, mas, para além disso, devemos pensar os diferentes proprietários que estão envolvidos com as economias locais.

Portanto, por mais que a lógica colonial fosse o fim, mas o uso dos escravizados corroborava mais com a exploração para o ganho pessoal e de bem-estar do seu senhor, do que com a grande exploração da lavoura. Para esses 56 proprietários, produzir elementos que pudessem se encaixar no circuito colonial era interessante, mas manter-se como proprietário dentro do sistema colonial era muito mais importante. Talvez possamos ainda afirmar que ter e

manter a exploração sobre um escravizado negro que pudesse lhes abastecer e lhe manter numa aparência abastada mínima era mais forte que a continuidade do sistema colonial.

Logo, pequenos planteis usavam muito mais a versatilidade de seus escravizados que ocupavam diferentes atividades como resposta à necessidade de seus senhores. Proprietários com até dez escravizados dentro de suas propriedades os usava em elementos do empreendimento pessoal e trabalhista, confundindo os limites do cotidiano escravista, misturando exploração com convívio paternalista e autoridade com pedagogia do controle, resultando em formas de reprodução de uma exploração colonial de base escravista que se repetiria por toda a existência do sistema escravista e suas sequelas entre os descendentes de senhores e escravizados. Era essa base que negava as particularidades dos africanos e seus conhecimentos técnicos, negava ideias de qualificação e crescimento técnico, negava notoriedade e valor à diferentes escravizados, através da massificação e da subordinação pela subvalorização da força de trabalho de africanos e seus descendentes.

Por outro lado, foram pouquíssimos os pequenos proprietários que discriminam a ocupação e o ofício de seus escravizados, apenas 7 inventários de pequenos planteis de escravizados destacam o que alguns de seus escravizados exerciam como ofício. Esses senhores ganhavam com a oferta de serviços de seus escravizados, ganhavam com o aluguel da força de trabalho desses trabalhadores negros e daí a importância em notabilizar suas funções, pois o ganho adquirido pelos proprietários era, em grande parte, proporcionado pelos escravizados. Esses pequenos proprietários eram moradores nas freguesias da capital, tais como Nossa Senhora da Luz da Vitória, Nossa Senhora da Conceição e Freguesia de São João Batista, ou ainda de freguesias junto ao Rio Itapecuru, como a de Rosário, e seus escravizados eram focados na prestação de serviços. Desta maneira, a exploração dos escravizados era parte do ordenador econômico da economia pessoal desses senhores.

A colonização precisou abrir espaços predatórios constantes para a produtividade, seja ela de pequena, média ou grande escala, mas, para além disso, cria indivíduos que se relacionam de diferentes maneiras com o mercado global que se apresenta. Para cumprir sua função essencial, a produção colonial explorou territórios que avança rumo ao território nativo desconhecido. A colonização precisa se expandir e manter os territórios conquistados e cada vez mais estipula formas de construir e explorar através dos proprietários e do uso e abuso que exerciam sobre a força de trabalho de seus escravizados. Isso pode ser mais amplamente vislumbrado nos grandes plantéis de escravizados.

Desta maneira, se os pequenos parecem explorar em demasia seus poucos trabalhadores escravizados, ou os explorar em atividades de ofertas de serviços importantes e

de aluguel, os grandes proprietários parecem focar no aumento da produção em larga escala, pelas margens do Itapecuru. Grande parte de suas produções estão centradas nas regiões do baixo Itapecuru, produções agrícolas em média e larga escala, nesse sentido a maior parte dos trabalhadores escravizados são focados no “serviço da roça”, enquanto as outras funções aparecem como complementares (barbeiro, lavadeira, cozinheira, balceiro e carreteiro) ou suplementares (ferreiro, calafate, pedreiro e carapina) a esta realidade produtiva rural.

Staurt Schwartz (1988) afirmava que as unidades produtivas da Bahia colonial dedicadas à produção de açúcar precisavam de grande quantidade de cativos negros, o mínimo para o espaço rural do recôncavo baiano era entre sessenta e oitenta escravizados para uma pequena produção. Isso já deixa antever como os latifúndios focados na produção agroexportadora possuíam quantidade massiva de trabalhos cativos negros dedicados a atividades de capina e roça, mas que, obviamente, isso não significava uma ausência de divisão ou que ocupações distintas às do campo entrassem em demérito.

Os trabalhadores “de enxada” eram sempre a maioria e perfaziam mais da metade do total de cativos arrolados com ocupação. Se considerarmos que, dos listados sem ocupação, talvez metade fosse de indivíduos jovens ou velhos demais para trabalhar, então o restante pertenceria mais provavelmente à categoria dos trabalhadores de enxada, e, portanto, a produção dessa categoria seria em torno de dois terços do total da escravaria. (Schwartz, 1988, p. 136)

Nesse sentido, termos como roceiro, capina, carpinteiro/carapina são extremamente comuns dentro dos maiores planteis, mas, infelizmente, a maior parte dos escravizados não possuem identificações, o que podemos é inferir sobre a ocupação dos seus escravizados e aventar a provável possibilidade de que se trata de grande volume de escravizados que trabalham com plantio e colheita dos gêneros agrícolas agroexportadores. As lavouras do Itapecuru mantinham lavouras de arroz e de algodão, prioritariamente, o que é comprovado pela historiografia local e os próprios inventários apontam mais de 30 localidades com hectares de lavouras de algodão e arroz.

Os dados de inventários dos grandes proprietários que apontaram as ocupações de escravizados, evidenciam colheitas no rio Itapecuru e destacam suas propriedades com lavouras. A partir disso, conseguimos apontar três grandes proprietários os quais podemos vislumbrar o trabalho dos escravizados e sua relação com a produção do mundo colonial rural do vale do Itapecuru na capitania maranhense. Os grandes proprietários, José Antonio Gomes de Sousa (1805), D. Francisca Maria Freire (1806) e Pedro Miguel Lamagner (1817), possuem planteis que somados chegam a 652 escravizados, estes três senhores representam 9,2% dos

escravizados do baixo Itapecuru. Todos mantêm o perfil de produtores agrícolas para a produção colonial em larga escala e seus escravizados estão voltados para a produção de arroz e algodão, basicamente. O exemplo de José Antonio Gomes de Sousa é ilustrativo de todos os grandes proprietários do baixo Itapecuru.

José Antonio Gomes de Sousa, coronel de milícias da região do Itapecuru, cunhado de Loureço Belfort, possuía fazendas nos rios Itapecuru e Mearim e na região de Cachoeira, próximo a Rosário. Suas maiores fazendas eram as Fazendas Conceição e Quima, nas proximidades da Vila de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru, onde os escravizados estavam limpando a terra nos meses de setembro e outubro de 1805, abrindo capoeiras novas para plantio de Arroz e Algodão. Anualmente, as terras de José Gomes de Sousa produziam mais de 500 alqueires em gêneros agrícolas e, por isso, precisavam de inúmeros escravizados como capinas e roceiros, muitos com qualificação em rizicultura para limparem terreno, oriundos da África Ocidental, escravizados africanos para semear a terra, montar diques a partir do Rio Itapecuru e fazerem a colheita.

Conforme o inventário, a produção de gêneros agrícolas para o mercado Atlântico, era o principal mote das fazendas do Itapecuru, sob a chefia da família Belfort, por isso pressupomos que grande parte dos escravizados possuíam ocupações relacionadas à produção agrícola, muito interpretadas como capinas, roceiros e do dito “serviço da roça”. Após a larga produção agrícola, indivíduos como José Gomes de Sousa, apresentavam a produção de gêneros da pecuária, criando gado vacum, bois e vacas para a comercialização de carne, couro, leite e outros gêneros, e, portanto, precisando também de escravizados vaqueiros. Apesar do destaque dado à produção relacionada a pecuária era mesmo na lavoura que se destacava os proprietários da família Belfort e, portanto, aqueles escravizados que faziam parte deste plantel eram destinados ao “serviço da roça” e, por isso, os avaliadores poderiam interpretar que era desnecessário apontar suas qualificações ocupacionais.

Por isso, apesar de não constar uma única menção à trabalhadores da roça. São destacadas dez ocupações de escravizados, mas estas ocupações estavam circunscritas a ofícios externos ao meio rural, ou responsáveis por produções suplementares aos ganhos do senhor e proprietário José Gomes de Sousa, a saber, barbeiros, cabeleireiros, sapateiro, pedreiro etc, ofícios destinados, portanto, a construção, “ganhos” e serviços domésticos que, por sua vez, eram complementares ao ganho e bem-estar do senhor, voltando, assim, aos avaliadores, é extremamente provável que não acusaram todas as ocupações dos escravizados, pois entendiam que as principais ocupações eram de cunho rural, se roceiros, capinas ou outros do serviço da roça, atividades braçais menos valorizadas, era desnecessário arrolá-los com suas ocupações.

A diretriz que assumiram era em destacar as ocupações daqueles que saíam da lógica das ocupações rurais como os barbeiros, cabeleireiros e pedreiros que foram arrolados no inventário de José Gomes de Sousa.

Desta maneira, o que podemos vislumbrar desse cenário prévio, é uma escravidão predominantemente rural no contexto histórico do Baixo Itapecuru e do espaço colonial do norte da América portuguesa, espaço colonial formado pelas unidades produtivas rurais, tais como sítios, chácaras e fazendas. Espaço do entorno de São Luís, passando pelo vale do Itapecuru até a Trizidela de Caxias das Aldeias Altas, por onde foram formadas pequenas freguesias, distritos, e a vila de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru. Um espaço que, por um lado, apresentava-se como a principal região de produção colonial da capitania, por outro, região de onde irradiava a conquista colonial que abriu caminho pelo interior sertanista da capitania maranhense.

Esse espaço de produção rural maranhense possuía um perfil de escravizados voltados para a produção agrícola, algo que se repetiu pelo Brasil do sistema escravista colonial que priorizava as produções em unidades produtivas rurais, internas e ramificadas através dos rios e seus afluentes, vales e bacias da América Portuguesa. Dito isso, é importante ainda destacar que apesar do prestígio dos centros urbanos da América Portuguesa, é no campo, nas regiões campesinas, afastadas das freguesias urbanas (que não eram tão grandes ou esplendorosas quando pode-se imaginar), freguesias como Nossa Senhora da Vitória da Luz, São João Batista dos Militares, Nossa Senhora da Conceição que estão na capital São Luís, que as formas diferenciadas de exercício da escravidão se reproduziam e voltavam-se para a produção tanto de larga escala das monoculturas locais com ocupações qualificadas e especializações para melhorar a produtividade, como também por pequenas e médias propriedades com escravizados de ganho.

Nesse sentido, reafirmamos que a maior parte das ocupações e dos ofícios de escravizados estão voltados para a produção agrícola colonial que não eram anunciadas, mas estas ocupações cobriam realidades econômicas e sociais muito mais plurais pelo Vale do Itapecuru que se pode enunciar pela memória oficial. Dentre os proprietários que ocupavam toda a extensão do baixo Itapecuru até Caxias, conseguimos recolher 35 atividades exercidas por escravizados nas unidades produtivas do Itapecuru, conforme podemos relacionar no quadro abaixo.

Quadro 04: Atividades e ocupações dos escravizados do Vale do Itapecuru

Alfaiate (5)	Carapina (24)	Gomadeira (6)	Roceiro (6)
Balceiro (1)	Carreteiro (3)	Hospitaleiro (1)	Serviço de casa (6)
Barbeiro (22)	Copeiro (1)	Lavadeira (3)	Serviço de roça (1)
Bordadeira (4)	Costureira (17)	Marinheiro (1)	Sapateiro (14)
Cabeleireiro (18)	Cozinheira (15)	Oleiro (1)	Serrador (1)
Cadete (3)	Doceira (1)	Pedreiro (35)	Servente (1)
Calafate (2)	Feitor (4)	Prático (3)	Tecelão (2)
Canoeiro (7)	Ferreiro (38)	Pescador (9)	Vaqueiro (16)
Capina (17)	Ganhador (1)	Rendeira (2)	Total 291

Em meio a essas 35 ocupações que se repetem nas expressões mais genéricas tais como “serviços de roça” ou “serviços de casa” que podem agrupar uma grande quantidade de atividades, similares ou não, que podem ser exercidas por um mesmo escravizado ou por pessoas diferentes. Mas, ainda assim, é oportuno destacar o amplo universo trabalhista exercido pelos escravizados em regiões rurais, muitas dessas menções são direcionadas a cativos que foram gradualmente se qualificando em suas especializações cotidianas e tornando-se mais eficientes em sua produção, criando-se, inclusive gradações como aprendiz, oficial e mestre dentro desse universo de escravizados, algo, inicialmente, concebido pelo mundo dos brancos colonizadores e que na segunda escravidão foi repassado para os cativos negros.

A relação entre as categorias de aprendiz, oficial e mestre nos ofícios e ocupações de escravizados reflete uma hierarquia de conhecimento, experiência e especialização dentro das ocupações. Essa estrutura era comum em sistemas de trabalho artesanal e manual, tanto em contextos livres quanto escravizados. O aprendiz estava entre as mais diversas formas de ocupação e trabalho. Havia o aprendiz de Alfaiate, como o Demétrio de 16 anos, de D. Maria Raimunda de Moraes, em 1785; ou, ainda o Nicolau, apelidado de “Muleque” com 9 anos, de Anna Joaquina Jansen Muller, em 1805. O aprendiz de carpinteiro, como Onofre de 15 anos,

também de D. Maria Raimunda de Morais, em 1785, Serafim Crioulo, 10 anos, do Bacharel Henrique Guilhon, em 1817. E outros mais aprendizes, de sapateiro, de ferreiro, de pedreiro, de prático, etc. Podemos perceber que eram escravizados em fase inicial de aprendizado, geralmente uma criança ou jovem que recebia instrução de um mestre ou oficial.

É perceptível que a idade destes figurava entre os cinco anos e no máximo quinze anos de idade, afinal os escravizados começavam cedo no uso dos seus corpos para a lógica do trabalho forçado. Mesmo que pudessem ser constantemente usados como distração e companhia para a diversão dos filhos dos proprietários, no geral, logo quando pequenos começavam a lidar com o trabalho. Os únicos aprendizes que fugiam desse padrão de idade, eram os escravizados africanos recentemente chegados à colônia, como foi o caso destes três aprendizes africanos, a saber, Jerônimo Cacheu de 25 anos, de José Antonio Gomes de Sousa, em 1805; e, os dois angolanos de Anna Joaquina Jansen Muller, José e Antonio, de 19 e 16 anos.

Os aprendizes eram fundamentais para a continuidade dos ofícios, pois aprendiam as técnicas básicas e, com o tempo, podiam evoluir para a categoria de oficial e, sobretudo, a continuidade de estratégias, técnicas e conhecimentos anteriormente adquiridos, sendo repassados no exercício cotidiano e em práticas formativas contínuas. Esse aprendizado constante e a possibilidade de ascender dentro da ocupação e ofício de trabalho poderia aumentar seu valor econômico ou até mesmo abrir caminho para alforria, mas, ainda, lhe possibilitar uma distinção social entre seus pares, algo benéfico ao pensar sua realização pessoal, mas prejudicial ao lhe separar dos outros escravizados. O reconhecimento trabalhista de sua ascensão ocupacional poderia lhe distanciar da comunidade escrava na qual fazia parte.

Por sua vez, o oficial era aquele cativo qualificado, que já dominava o ofício e podia realizar tarefas complexas sem supervisão direta. Era um estágio intermediário entre aprendiz e mestre. Nesse sentido, eles eram responsáveis por supervisionar aprendizes e garantir a qualidade do trabalho. Escravizados que alcançavam o status de oficial tinham maior valor para seus senhores, pois eram capazes de realizar trabalhos especializados e oportunizar maiores ganhos para seus senhores e proprietários. É o caso do já comentado José Crioulo de 14 anos, do Capitão de Milícias João Fernandes de Carvalho que enviou seu escravizado para Belém do Pará para aprender melhor o ofício de sapateiro, reafirmando a decisão do capitão em melhorar suas rendas.

Por fim, o mestre era o nível mais alto na hierarquia dos ofícios. Ele possuía domínio completo da técnica, além de conhecimento administrativo e de gestão. Mestres eram responsáveis por ensinar aprendizes e supervisionar oficiais e também líderes em suas áreas,

capazes de comandar oficinas e garantir a qualidade do trabalho produzido. Eles também eram responsáveis por transmitir conhecimentos técnicos e tradicionais. Escravizados que alcançavam o status de mestre eram raros, no cenário maranhense representavam menos de 3% das ocupações e ofícios exercidos pelos escravizados, mas isso demonstrava o alto grau de habilidade e confiança que adquiriam. Em alguns casos, mestres escravizados podiam ter certa autonomia, talvez adquirir bens, gerir grupos de escravizados. Não conseguimos perceber o limite disso entre os escravizados estudados aqui, mas entendemos que eles alcançam um alto grau de distinção dentro da comunidade de escravizados.

A relação entre aprendiz, oficial e mestre nos ofícios de escravizados reflete uma estrutura hierárquica de conhecimento e especialização. Essa hierarquia não apenas garantia a transmissão de habilidades técnicas, mas também reforçava o valor econômico e social dos escravizados qualificados. No contexto escravista, a ascensão na hierarquia dos ofícios poderia representar uma forma de resistência e busca por melhores condições de vida, embora dentro dos limites impostos pela escravidão, ao mesmo tempo em que funcionava como um elemento desagregador entre os escravizados, desestabilizando a união dentro das comunidades negras e criando formas de opressões e conflitos internos.

A relação entre níveis de confiança e conflitos internos e a lógica de exploração oportunizada pela existência das ocupações e ofícios exercidos por escravizados pode nos mostrar um caso curioso, dos feitores. O feitor é o capataz, o fiscal dos cativos negros e administrador do serviço e exercício laboral cotidiano das fazendas. Clóvis Mouta, em seu Dicionário da Escravidão Negra no Brasil, afirma que o feitor é o “indivíduo que dirigia as fazendas, fiscalizando os serviços e, sobretudo, mantendo a disciplina da escravaria” (Moura, 2004, p. 159), imagem que se tornou recorrente e comum ao imaginarmos essa figura controversa, mas que no começo, essa ocupação era exercida por portugueses como representantes da coroa portuguesa nas diferentes localidades atlânticas.

Ainda na formação do estado português, por volta do século XV e XVI, o feitor era aquele que mantinha a responsabilidade de fiscalizar os lucros e ganhos da coroa, tendo uma função de fiscal na cobrança de impostos. No decorrer da história Atlântica, o feitor foi, ainda, aquele responsável por feitorias na costa das colônias portuguesas africanas pela costa ocidental africana, ele administrava a feitoria, fiscalizava e intermediava o comércio e rendas adquiridas. Isso serve de base para a definição de um sentido mais amplo na definição da ocupação de feitor nas fazendas do mundo colonial. Ao final do período colonial, o feitor deixou de manter um sentido de fiscal da coroa, vigia das propriedades coloniais, para ser uma figura de

administrador e negociador nas fazendas coloniais, acumulando o sentido de ser aquele que castiga e fiscaliza os outros escravizados, sendo ele mesmo um escravizado negro.

Portanto, no século XVIII, o feitor era um cativo ou forro que ganhou notoriedade e ascendeu dentro da comunidade de trabalho entre os escravizados. Os senhores entendiam que escravizados eram posses que precisavam ser vigiados e controlados para evitar perdas senhoriais. Em virtude disso, escolhiam escravizados “confiáveis” ou indivíduos outros de confiança e passava a eles a responsabilidade por vigiar, fiscalizar e punir os escravizados da fazenda. Notadamente, era uma função dos planteis com grandes números de escravizados, acima de cinquenta cativos por unidade produtiva, nos maga planteis, poderia haver ainda o feitor-mor e os feitores menores que vigiavam segmentos de escravizados dentro das fazendas (Câmara, 2022).

Os feitores das diferentes fazendas pelo Baixo Itapecuru eram escravizados ou forros (escravizados que foram alforriados, ou seja, ganharam liberdade). Todos eram homens acima dos 30 anos de idade e já com relações de proximidade e que mantinham relações de confiança com os senhores das fazendas. D. Maria Francisca Belfort, por exemplo, manteve dois feitores na sua grande fazenda na vila de N. Senhores das Dores de Itapecuru em 1816. Um mais velho, com 70 anos de idade, nome Mathias e atendia pela alcunha de Bovino, casado com Domingas Papel e com quem teve um filho, o crioulo Bibiano. Mathias ensinava e vigiava o trabalho do feitor mais jovem, Antonio Moçambique, de 40 anos e recentemente empossado no cargo, que por sua vez era casado com Alminda Crioula, cozinheira da casa de D. Maria Francisca e que já ensinava a sua filha o ofício de cozinheira. Havia vários matizes nesses escravizados feitores e suas famílias que gozavam de diferentes formas de “distinção” frente aos outros escravizados, sua relação e aceitação com os senhores parecem ter lhe dado certa notoriedade. Só o fato de serem feitores, Antonio e Mathias já evidenciava essa primazia dentro do plantel de escravizados. Luiz Alberto Couceiro já anunciava essa relação complexa entre senhores, feitores e escravizados:

Assim, a administração da disciplina do trabalho, e dos castigos incontestados e exemplares, era de responsabilidade do feitor, homem de confiança do administrador, que não era escolhido pelo seu grau de crueldade no trato com os escravos, mas por sua competência em desenvolver um código moral de castigos sem que a produção da fazenda fosse estagnada, ainda mais nos dias de ausência do senhor. Portanto, havia uma relação moral, em permanente tensão, é bem verdade, entre o administrador e o feitor, e entre o feitor e os escravos, entendidos como um grupo de trabalhadores e moradores da fazenda com relações sociais além das de trabalho (Couceiro, 2003, p. 45).

Ao entendermos essa unidade produtiva fazendária como uma comunidade de cativos negros, “moradores da fazenda” com diferentes relações, seja de trabalho, convívio, lazer, podemos perceber a notoriedade que Mathias e Antonio alcançaram como feitores na fazenda de Francisca Maria Belfort. Podemos perceber que os vínculos domésticos, os trabalhos da casa e aceitação afetiva da vida dos escravizados com seus senhores, lhes proporciona um nível de aceitação e vinculação com a vida do senhor. Nesse sentido, isso significava também a possibilidade de ascensão nos esquemas de trabalho que existiam nas fazendas sertanistas e na melhoria de vida e na conquista de espaços de trabalho dentro das casas dos senhores. Mas, por último, e o mais impactante, significava que esses escravizados que ascendiam, poderiam se tornar os opressores e algozes do cotidiano de trabalho dos outros escravizados. Era a reprodução da violência acionada por aqueles que se pressupunha iguais, mas que se tornavam diferentes pelo escalonamento das ocupações distintas e de maior valor no espaço das fazendas.

Observando esses diferentes elementos que dizem respeito às diferentes ocupações exercidas e exploradas pelos senhores, as formas de aprendizado como recurso de diferenciação do escravizado dentro dos planteis e de sua exploração exercidas pelos senhores, e as relações trabalhistas que significavam aceitações e conflitos dentro das diferentes unidades produtivas coloniais que poderiam desagregar comunidades de negros e de possibilitar ascensões pessoais entre cativos, percebemos que o controle do sistema escravista colonial era múltiplo e a violência repetida pela memória do cativo era apenas uma faceta desse controle. Essas divisões expressas nas ocupações, formações e “privilégios” eram essenciais dentro de grandes unidades produtivas. Entretanto, em pequenas unidades produtivas, as especializações não eram o mais importante, mas sua versatilidade em executar diferentes funções, afinal dentro de universos menores o que mais importava era o menor gasto para conseguir resultados proporcionalmente maiores, exigindo uma adaptação melhor às unidades produtivas e dependendo apenas do controle paternalista do seu senhor e proprietário.

Podemos reafirmar aquilo prescrito e identificado pela Memória do cativo no plano do trabalho, as atividades de escravizados estavam direcionadas sim para a produção agrícola, manifestas em ocupações ditas de “serviço de roça” como roceiros e capinas, mas dentro da realidade rural maranhense podemos constatar ainda atividades outras. Para além da produção econômica exportadora, realizada a partir da matriz colonial, haviam atividades orientadas para a construção de vias, moradias e acessos atividades realizadas por pedreiros, ferreiros, oleiros e carapinas, ou, ainda, atividades relacionadas à serviços de movimentação como carreiros, canoeiros, balceiros e práticos, bem como à atividades relacionadas ao uso doméstico, os ditos “serviços de casa”, como cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras,

costureiras, doceiras e copeiros, e, por último, as ocupações que se relacionam à oferta de serviços a terceiros, ganhadores, marinheiros, pescador, alfaiates, tecelões, barbeiros e cabeleireiros. Assim sendo são diferentes ocupações voltados para atividades e fins definidos pela sua necessidade e podemos assim descrevê-las dentro do funcionamento do sistema escravista no vale do Itapecuru.

Por fim, uma das prováveis consequências advindas da presença das ocupações é seu lado desagregador. Nesse sentido, seria interessante destacar sua própria ordem conceitual, as ocupações não são profissões, ou seja, elas não são fruto da escolha pessoal do escravizado em meio ao seu desenvolvimento técnico como parte do desenvolvimento de classe de uma sociedade. Ao contrário, a ocupação é resultado das necessidades sociais do contexto no qual o escravizado, o cativo negro, está inserido. Necessidades que se projetam sobre ele, manifestas das vontades dos senhores e proprietários coloniais. É a escravidão e o sistema hegemônico que determinam e reduzem as especificidades e conhecimentos técnicos africanos ao ardid de seu uso mercantil dentro do contexto produtivo da segunda escravidão.

O roceiro e o capina tornam-se ocupantes em seus postos trabalhistas pelas necessidades produtivas coloniais, por sua vez, os sapateiros, barbeiros e pedreiros, pelas necessidades do cotidiano colonial e das vontades senhorias, mas, especialmente, o feitor, o oficial e o mestre de ofícios se constituem pelo nível de confiança que adquirem com quem lhe controla e, pior, ocupam seus ofícios pelo nível de distinção e separação dos outros escravizados, na proporção do seu envolvimento com o proprietário colonial. O feitor, os oficiais e mestres de ofício, ao adquirirem certos privilégios enquanto alçam sua ascensão ocupacional na unidade produtiva do senhor, também se afastam do cotidiano laboral braçal odiado por seus pares e se torna distinto, único, sobretudo na confiança e reconhecimento dado pelo seu senhor que reafirma sua autoridade. Nesse sentido, a distinção não é só uma oferta do senhor, mas ainda uma autoridade controlada pelo senhor que reconhece e separa o escravizado dos outros cativos negros e o aponta como um privilegiado, desagregando-o dos outros, mesmo que sua cor e sua situação ainda o mantenha como um trabalhador escravizado.

PARTE II
O PRODUTO EDUCACIONAL E A MEMÓRIA DO CATIVEIRO

5. POR UMA EDUCAÇÃO COMBATIVA: memórias do cativo, contexto educacional regular e a proposta de um instrumento para a práxis negra

A disciplina de História faz parte de um currículo formal que continua sendo norteado por um modelo de conhecimento ocidental. Um modelo que apregoa desigualdades sociais e discriminações com base na ideia de exploração e uso da força braçal desde o período da escravidão colonial. Nesse sentido, foi oportuno tentar perceber o perfil dos escravizados na colônia portuguesa no Maranhão ao destacarmos o exercício do trabalho e das ocupações realizadas por estes cativos. A partir disto, pudemos perceber que as formas de exploração e violência, é primeiramente construído através da ideia de trabalho braçal, algo primeiramente construído por uma sociologia política do conhecimento, por um conhecimento moderno europeu que edificou as imagens da escravidão, do chicote, do trabalho árduo e degradante, que demonstrou a presença masculina específica, a apropriação e a violência visível e invisível, mas, também, em segunda escala, das formas de exploração e segmentação do trabalho exercido pelos escravizados, explorando seus conhecimentos, separando-os e usando-os em separação dos outros cativos. Entretanto, todas essas segmentações e especificidades foram nubladas pela reprodução da “memória do cativo” em revisitações acadêmicas e processos pedagógicos de reprodução das desigualdades.

Acadêmicos, intelectuais e (re)produtores do conhecimento no Brasil, inclusive docentes, representavam e representam os escravizados a partir da episteme de base europeia, em livros, artefatos culturais, espaços de memória e estratégias docentes, repete-se a imagem de uma escravidão que oscila entre dois planos, um plano da inexistência, da banalização, e/ou do esquecimento episódico, e em outro plano nos quais se processam formas de violência paternal e pedagógica na repetição e divulgação do açoite, da crueldade, ou, ainda, da constituição da imagem amorfa, do animal de carga ou do instrumento que depende da orientação e da vontade dos senhores é a memória da “escravidão” que subjuga os cativos negros. Por consequência, formas de exercício pedagógico se usam de um largo conjunto de instrumentos sobre a escravidão, apropriados em espaços de exercício da memória e de rememoração instrutivo-pedagógica, em bancos escolares e na educação no seu mais amplo sentido.

Por conta disso, propusemos um dicionário com informações que valorizavam a participação dos negros cativos na construção do Maranhão ao final do período colonial para que pudéssemos valorizar a historicidade dos negros e promover a inclusão de um grupo étnico-racial e combater a desigualdade social e a discriminação racial. Assim sendo, vamos apresentar

aqui justamente o dicionário, as intenções que pretendemos com este material, seu impacto, suas transformações em diálogo com professores e outros profissionais da educação, licenciados em história e outros interessados da mesma região onde trabalhavam escravizados especialistas nas mais diversas funções e que foram submetidos pela “escravidão”, a região do Baixo Itapecuru, e tentaremos colocar este dicionário como um instrumento de uma educação inclusiva e antirracista para estes professores.

Para que pudéssemos compreender os professores da região do Baixo Itapecuru e perceber suas reações ao *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados*, sua receptividade e, talvez, dimensionarmos o impacto em sua formação docente, aplicamos oficinas através das quais apresentamos e usamos o dicionário, oficinas aplicadas em dois momentos diferentes, em dois municípios polos que concentram vida urbana e convergem historicamente com as moradias do Baixo Itapecuru, as cidades de Caxias e Itapecuru-mirim. Ambas as cidades, como vimos, anteriormente, formaram-se como núcleos de produção e moradia da sociedade escravista maranhense, desde meados do século XVIII, tornando-se destaque na concentração da população negra escravizada. Por consequência, eram núcleos negros da escravidão no Maranhão entre os anos de 1760 e 1822 e, hoje, também possuem alta concentração de negros, bem como uma evidente desigualdade social nas atividades trabalhistas e ocupacionais.

A primeira oficina, realizada na cidade de Caxias, no auditório Leôncio Magno, nos dias 18 e 19 de agosto de 2023 no Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão foi ofertada para interessados em geral, professores da educação básica e licenciandos em história, estes licenciandos já estavam no começo do exercício docente. Além disso, por incentivo do professor de História do Centro de Ensino Inácio Passarinho, Cícero Veloso, tivemos o acompanhamento de alunos do primeiro e segundo ano do ensino médio da referida escola¹⁵.

Nesta primeira oficina, a programação e o conteúdo programático foi mais longo e versava sobre o conceito de escravidão e demonstrava resultados de pesquisas sobre escravidão no Maranhão realizadas por pesquisadores locais como Ana Caroline Magalhães, Jesus Hellen Conceição, Mayra Silva, Taylon Jefferson Machado e Thalita Costa Souza, e coletando dos

¹⁵ Os alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio do Centro de Ensino Inácio Passarinho foram um acontecimento particular, e, infelizmente, não pudemos usar os dados sobre sua presença, pois não faziam parte da definição metodológica inicial. Apenas pudemos destacar sua presença e interesse com o material, mas não tínhamos um instrumento de coleta de dados específicos e pronto a partir do qual poderíamos recolher informações que pudessem ser importantes para a avaliação do dicionário.

inscritos e partícipes da oficina suas impressões e opiniões sobre o que era escravidão e qual sua percepção sobre as ocupações de escravizados e o dicionário em si através de dois questionários, um questionário aplicado no primeiro dia, dia 18, que fazia um levantamento sobre a percepção destes docentes veteranos e iniciandos sobre a escravidão e o que eles relacionavam como ocupações; o outro questionário aplicado no segundo dia, logo após apresentarmos e trabalharmos o primeiro protótipo do *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados* com 22 verbetes, 17 imagens e textos curtos, este questionário levantava as impressões dos presentes sobre o dicionário em si, as imagens usadas e tentando delinear se houve algum impacto sobre a percepção destes professores sobre a ocupação e reconhecimento dos ofícios de escravizados no mundo colonial.

A segunda oficina, ocorreu em Itapecuru-Mirim, para professores da educação básica das comunidades quilombolas da região. A oficina foi realizada como uma metodologia de trabalho aplicado nas últimas dez horas da disciplina *Teorias do Conhecimento* como uma forma de discutir “conhecimentos subalternos”, parte do conteúdo programático discutido na disciplina, disciplina do curso *Licenciatura em Educação Quilombola* do programa especial intitulado PROETNOS – Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica, curso composto por discentes representantes e líderes de comunidade quilombolas da região de Itapecuru que agregava os representantes das comunidade de Itapecuru, Vargem Grande, Nina Rodrigues e Santa Rita.

A intenção da disciplina de *Teorias do Conhecimento* era mostrar os modelos de pensamento que alicerçam a produção da ciência nas universidades brasileiras na contemporaneidade. O primeiro, o modelo hegemônico o dito conhecimento moderno ocidental, também reconhecido como “conhecimento moderno ocidental” ou “conhecimento abissal” e as outras formas de conhecimento subalternos, relacionados aos povos originários e aos negros, descendentes de africanos que foram escravizados nas Américas. Portanto, esta oficina foi uma estratégia de trabalho para discutir a experiência dos escravizados e como poderíamos reinterpretar a presença dos negros escravizados na formação da história do Brasil, ponderando como os escravizados aparecem na memória do cativo e reconhecer as ocupações e atividades exercidas pelos escravizados a partir do *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados*, este já um segundo protótipo do dicionário apresentado já relativamente alterado após a oficina anterior, com 25 verbetes, 22 ilustrações e com textos dissertativos mais longos, servindo de metodologia para apresentar formas de conhecimento mais inclusivos frente às experiências étnico-raciais.

A partir dessa metodologia de trabalho, esses representantes e líderes quilombolas poderiam entender como funciona a escravidão e repensar a “memória do cativo” que está cristalizada em suas memórias e diretamente relacionável ao passado destes quilombolas. Além disso, é oportuno destacar que esses representantes de comunidades quilombolas são também professores nas escolas de suas comunidades. São ao todo 14 comunidades da cidade de Itapecuru e adjacências que acompanharam essa formação, o que gera um impacto na forma como vêm e repassam os conteúdos sobre a escravidão e, por consequência, talvez, na forma como seus discentes da educação básica poderão perceber os escravizados na escravidão. Assim como na oficina anterior, aplicamos os questionários antes e depois com a intenção de dimensionar os impactos do *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados*.

Assim, formamos um grupo de 89 respondentes composto por 23 professores de comunidades quilombolas e camponesas e outros 56 professores e licenciandos em história da região urbana de Caxias, um grupo que representa bem o perfil de educadores do Baixo Itapecuru no Maranhão.

5.1 “Os violentavam constantemente para o trabalho árduo”¹⁶: as “memórias do cativo” entre os professores negros do Baixo Itapecuru (Caxias e Itapecuru-Mirim)

A ideia de escravidão foi delineada por autores ocidentais em obras de referência a partir do território metropolitano sobre a experiência de exploração da força de trabalho colonial. Obras como o dicionário “Vocabulario Portuguez e Latino” de Rafael Bluteau, publicado em 1721, o “Diccionario da Língua Portuguesa” de Antonio de Moraes Silva, publicado em 1789 e o “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão” de César Augusto Marques, publicado em 1870, eram ao mesmo tempos partícipes e autores de uma forma de pensamento que negava ao escravizado qualquer importância, impacto ou agência dentro da história colonial, bem como, ainda, serviam de referência para propagandear um modelo de exploração com base nas epistemes europeias pelos séculos posteriores.

A partir dessa forma de conhecimento se formou uma memória centrada mais nos exemplos de violência histórica coletados do período da sociedade escravistas, através dos quais aparece a legitimidade da força e da coerção usados por senhores europeus e seus descendentes

¹⁶ Respondente 12, professora da educação regular urbana em Caxias, acompanhou a oficina realizada a partir do *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados*, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2025 na cidade de Caxias.

sobre trabalhadores de base étnico-racial em meio a um contexto de expressão da hegemonia metropolitana sobre a colônia subalterna. Os senhores foram administradores e feitores usados como recursos do colonialismo nas Américas e administraram o funcionamento de um sistema escravista cotidianamente violento. Essas imagens sedimentam os artifícios invisíveis de uma memória que não deixa antever a potencialidade da historicidade do africano e o impacto do escravizado negro na sociedade colonial.

Essa memória condicionada não terminou no período colonial e nem com a abolição. Ao contrário, ao final do período colonial, as manifestas diferenciações entre senhores e escravizados eram visíveis, dado o nível de exploração e usufruto dos trabalhadores cativos, ao exemplo do que aconteceu na capitania Maranhense entre os anos de 1760 e 1822. A partir desse exemplo, constatamos que senhores e cativos negros reproduziram as distinções específicas do mundo escravista, que convergiam com a identificação do negro como membro do grupo de trabalhadores explorados. Ao percebermos as ocupações de escravizados e sua diversidade, constatamos a intensidade do uso da força de trabalho dos cativos em praticamente todos os espaços e atividades do reduto colonial que serviram de base para as explorações em nossa sociedade contemporânea.

Hodiernamente, esses sentidos ainda parecem se repetir e continuam sendo representados dentro da educação atual. Educadores e professores das áreas de humanas, especialmente do campo da disciplina de história, de diferentes locais do Maranhão, tais como Aldeias Altas, Caxias, Itapecuru-mirim, Santa Rita, Vargem Grande e Nina Rodrigues são algumas das localidades que professores manifestaram suas opiniões sobre a escravidão e parecem repetir elementos apreendidos pela instituição educacional, a seguir podemos vislumbrar parte dessas opiniões coletadas.

Escravidão é uma condição vivida por nossos antepassados negros, quando foram escravizados, vivendo em condições desumanas. E essa condição deixou marcas, e nos dias de hoje continuamos vivendo, sendo escravos de um sistema que tenta moldar, e nos privar dos direitos garantidos. (MRV, mulher, 38 anos)

Escravidão é todo ato em que o indivíduo não tenha liberdade de ida e vinda, de expressar sua opinião e viver em um grupo de pessoas. (RMB, mulher, 32 anos)

No meu ponto de vista, a escravidão se remete muito ao tempo de quando eles apanhavam dos seus senhores, muitas vezes por não fazer conforme sua vontade no âmbito do seu trabalho ou simplesmente por confrontar com os seus ideais. Pela luta de algo melhor pra se e para o seu povo. (APC, mulher, 26 anos)

A escravidão não durou só o período colonial, mas perpétua até hoje pois entendo que escravidão é negar direitos, privar o indivíduo de ter liberdade de escolhas e até hoje nós que vivemos nos quilombos somos obrigados a viver em um sistema falho onde nos negam direito básico não temos escola adequadas, saneamento básico, sem condições de saúde vivemos submissos a um sistema falho (EAF, mulher, 34 anos)

Escravidão foi uma prática, de maus tratos de pessoas negras, que foram forçado ao trabalho duro e cruel dos senhores brancos. Hoje podemos perceber que a escravidão ainda existe de forma desfaçada, pois povos de raça negra, ainda é maioria nos trabalhos doméstico, na limpeza pública, no trabalho passado. (SCS, 23 anos, mulher)

A escravidão foi algo muito violento praticado contra os negros, para que trabalhassem muito e sustentassem os brancos. (Respondente 21, mulher)¹⁷

Os escravos eram pessoas que trabalhavam muito e sofreram com a violência feita pela escravidão. Os negros que faziam os trabalhos pesados na lavoura e faziam tudo funcionar para os senhores das casas-grandes. (Respondente 17, homem)

A escravidão existiu no Brasil colonial e monárquico e transformou negros em propriedades de senhores de engenho que produziam para a exportação. Os senhores mandavam os escravizados trabalhar e os violentavam constantemente para o trabalho árduo. (Respondente 12, mulher)

Estas são oito das oitenta e nove opiniões e observações sobre a escravidão emitidas por professores da educação básica, tanto de pequenos centros urbanos, quanto por professores camponeses e quilombolas. Escolhemos essas oito opiniões como mais exemplares e bem-organizadas sobre a ideia de escravidão. Estes sentidos e imagens rememorados por estes docentes fazem referência ao apreendido nos seus próprios locais de formação, tanto na educação básica, quanto na educação superior, apreenderam sentidos relacionados à violência, ao trabalho braçal e árduo, à larga produção nas lavouras coloniais, à ausência de liberdade e a ideia de propriedade. Estes foram os elementos básico que se repetiram entre 23 professores de comunidades quilombolas e outros 56 professores e licenciandos em história da região urbana. No geral, estes diferentes professores manifestam opiniões semelhantes, centradas nos infortúnios e na limitação da escravidão, sem focar qualquer ancestralidade africana, historicidade negra, impacto dos escravizados na construção do mundo colonial ou que enfocasse a participação dos negros na construção dos territórios coloniais. Portanto, os 89

17 Ao final das falas dos 89 respondentes dos questionários separamos em duas formas de identificação dos professores nas oficinas ministradas. Na primeira oficina, referente ao grupo de Caxias, os questionários aplicados de maneira física exigiam menor grau de identificação dos respondentes, ocorrendo poucas menções ao nome ou outros dados que caracterizassem os respondentes, então como uma forma de identificar este grupo apenas os nomeamos como Respondente e lhes atribuímos um número. Na segunda oficina, em Itapecuru-Mirim, fomos mais criteriosos com as identificações, coletamos os nomes e colocamos aqui apenas as siglas dos nomes.

professores reproduziram as memórias já anunciadas antes pela sociologia política do conhecimento e que caracterizam a escravidão com base em um modelo de conhecimento ocidental definido pelo colonialismo.

Boaventura de Sousa Santos (2007), ao discutir esse modelo de pensamento de base europeia, com o qual esses professores ainda dialogam, o nomeia como um “conhecimento abissal”, uma forma de pensamento moderno ocidental que afasta e distingue sujeitos, territórios e pensamentos, que separa e caracteriza as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais e afirma a continuidade de uma forma de divisão que se expressa também no modelo de exploração de trabalho.

Meu argumento é que essa realidade é tão verdadeira hoje quanto era no período colonial. O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que separam o mundo humano do mundo subumano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial (Santos, 2007, p. 76).

Ao fim do colonialismo e mesmo após a descolonização, a colonialidade, essa forma de pensamento abissal, permaneceu e se processou ainda sobre a exploração da força de trabalho e sobre as justificativas que apregoam a desigualdade em territórios anteriormente coloniais. Por consequência, “brancos e negros transportaram consigo valores, padrões, ideais, técnicas de comportamentos específicos do mundo escravista, que convergiam com a identificação do negro como membro da camada inferior” (Silva; Tobias, 2016, p. 183). Desta maneira, nos espaços coloniais, e onde se manteve o exercício da colonialidade, se consolidam formas de injustiças cognitivas postuladas por expressões desse modelo de conhecimento abissal que asseveram a repetição da desigualdade através de instituições fundamentais como a educação.

Rosenverck Estrela Santos (2015), ao explorar o movimento Hip-Hop como uma prática político-pedagógica, uma práxis negra, o incorpora como uma prática educativa promotora da identidade negra e das relações étnico-raciais, uma metodologia que é parte da formação social dos indivíduos e da manutenção das desigualdades sociais. Rosenverck Estrela posiciona essa estratégia antirracista em oposição ao pensamento abissal promovido pela escola, que “na sociedade capitalista, assume um caráter homogeneizador, prevalecendo o monoculturalismo, excluindo, por exemplo, a referência negro-africana da formação da sociedade brasileira” (Santos, 2015, p. 199). A escola homogeneiza a partir da sociologia

política do conhecimento que sedimenta currículos oficiais e ocultos a partir da hegemonia ocidental.

De acordo com Gramsci (1966), o exercício de dominação por parte das classes dominantes possui uma dimensão educativa fundamental. As classes opressoras não exercem domínio apenas pelo uso da coerção, utilizando-se, para tanto, do consentimento necessário por parte das classes oprimidas. Uma das instituições responsáveis por esse legado é a escola, mantenedora, via educação, da reprodução das visões de mundo das classes dominantes e opressoras (Santos, 2015, p. 204).

É no espaço da escola e da educação, onde encontramos estes docentes e seus artefatos, que rememoramos a escravidão que assevera as diferenças, e, através dessa escola que as “classes dominantes” reafirmam as desigualdades e asseguram a exploração das “classes oprimidas”, é através da educação que a violência, a submissão, a manutenção da hegemonia e das formas de apropriação se repetem em nossa sociedade. Além disso, é importante frisar que não acreditamos que essa relação é automática ou que a própria classe dominante tenha completa consciência de seu papel no processo de reprodução do sistema. As benesses colhidas no processo de desigualdade constituída na base da diferenciação colonial mantêm o orgulho da diferença social, das distinções constituídas e o orgulho de sua posição como privilegiada na constituição social. É a ordem do controle constituída durante o colonialismo e mantida pelas instituições posteriores que asseguram a legitimidade do controle sobre os trabalhadores braçais, em formas de apropriação e cooptação asseguradas pelo sistema escravista de base colonial. Entretanto, ambigualmente, o uso da educação é, ao mesmo tempo, um instrumento essencial para a reprodução da desigualdade, bem como, ainda, oferece contradições dentro do funcionamento do próprio sistema ao proporcionar oportunidades para sua superação dentro dos redutos escolares, claro, desde que no exercício do currículo exista recursos docentes ou artefatos didáticos que ofereçam suporte para a superação dentro do exercício de seus conhecimentos, pois os diversos campos do conhecimento ainda reproduzem modelos colonizados de pensamento.

A história “colonizada” está imersa nesse modelo que assevera desigualdades sociais a partir do controle do trabalho e reproduz os conhecimentos sobre a escravidão nos bancos escolares. Tanto, no domínio de história do ensino superior, quanto no ensino de história exercido na educação básica, prevalece os esquemas de uma história colonizada, um modelo que orienta a partir da episteme europeia e continua excluindo a historicidade dos negros nos bancos escolares.

Durante o século XIX, quando a história se consolidou como campo específico do conhecimento, com metodologia e rigor de pesquisa definidos a partir de preceitos do conhecimento moderno ocidental e da necessidade de comprovação e de mensura científica, a disciplina priorizou as lógicas de poder e hegemonia que a precediam e os historiadores “começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo” (Rusen, 2006, p. 8). Por consequência, as diferenças do mundo moderno já não se expressavam dentro da narrativa histórica europeia, quando de sua edificação como ciência, essas diferenças eram suprimidas em prol de uma memória oficial apaziguadora e promotora da união nacional.

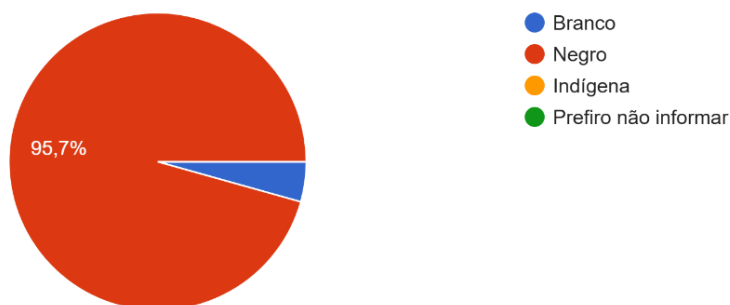
Essa característica da cientificidade europeia, distante das realidades e mazelas que afligem a sociedade, propala as desigualdades coloniais, desigualdades que não eram só sociais, mas ainda raciais, por consequência, isso edificou no Brasil essa história colonizada que despreza a ancestralidade negra e indígena e apregoa uma unidade a partir da experiência externa colonial (Azevedo, 2010; Silva, Tobias, 2016; Santos, 2015). A partir do modelo de conhecimento ocidental originaram-se autores, intelectuais, artefatos culturais pedagógicos e professores que ensinam em seus espaços escolares. A partir desse modelo de conhecimento moderno ocidental, dentro do campo específico de uma história excludente que está o professor de história.

O professor de História processa o passado e dialoga sobre o tempo, engendrando estratégias e objetos do conhecimento, temas, artefatos culturais e marcadores sociais para compreender o decorrer do espaço-tempo, um tempo também formado a partir de premissas ocidentais. A historiadora Circe Bittencourt já evidenciou a responsabilidade do historiador em pontuar a existência do tempo, do período, do fato e de constituir uma forma de absorver e apreender sobre o nosso passado. “Os historiadores modernos ou antigos, ao escreverem ou contarem histórias, sempre tiveram de resolver o problema de situar os fatos em determinado tempo, em eras ou períodos ou com datação em anos” (Bittencourt, 2008, p. 204). É ao historiador, especialmente aquele da educação básica, que recai a responsabilidade de colocar determinados objetos de conhecimento em um momento didático, em localizá-lo, em contextualizá-lo e evidenciar o “processo” que levou a sua constituição.

Nesse sentido, o professor de História é uma das profissões, por vezes uma ocupação, exercida em sua maioria por pessoas de cor, especialmente no Maranhão. Nesse ponto é importante enfatizar que dos oitenta e nove professores respondentes dos questionários sobre escravidão, a grande maioria se identifica como negros, de cor parda ou preta.

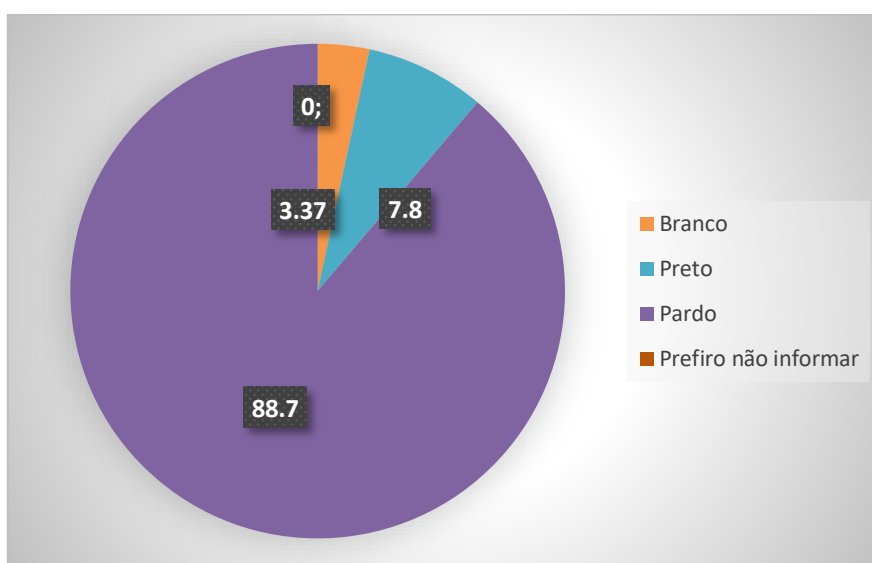
Gráfico 05: Identificação raça/cor professores de Itapecuru-Mirim - MA

Raça
23 respostas



Fonte: Respondentes Professores Itapecuru-Mirim – Arquivo Pessoal

Gráfico 06: Identificação raça/cor professores de Caxias - MA



Fonte: Respondentes Professores Caxias – Arquivo Pessoal

Isso é importante de ponderar, pois eles exercem a docência como negros, de cor parda ou preta, sem explorar, promover ou usar conhecimentos que promovam a historicidade ou o reconhecimento étnico-racial dos negros enquanto sujeitos históricos ou com ancestralidade. Além disso, quando discutimos o conceito de escravidão, reproduziam, recorrentemente, ideias como “condição desumana” ou “condição degradante”, “condição de submissão” dos “açóites sofridos”, “das muitas horas de exploração”, “vendidos como

mercadorias” são todas as expressões, representações sobre a escravidão e o escravizado, ignorando todo e qualquer historicidade desse escravizado ou reconhecimento de seu impacto no cotidiano da sociedade escravista. Claro que isto não está errado e condiz com o sistema de violência e castigo imposto pela sociedade escravista, mas não conseguiram evocar experiências que demonstram a preponderância dos negros na construção do contexto social brasileiro.

Portanto, esses professores negros enfatizam mais a dor, o sofrimento do negro na sua imagem de instrumento para força braçal, constantemente submetido por um senhor e proprietário de “escravos” e, por consequência, obliteram qualquer valor ou méritos dos negros cativos nessa sociedade. Estes professores, imersos em um modelo de pensamento ocidental, reconhecem a figura do opressor, da produção para a agroexportação e sustento metropolitano e possuem relativa dificuldade em ponderar sobre as ações do escravizado negro como sujeito histórico. No final, reproduzem, conforme as orientações da sociedade, uma história colonizada de base epistêmica europeia que subjaz na memória do cativo. Condicionados pelas memórias do período escravista, reproduzem as imagens da escravidão, mais a escravidão, o “escravo” e o domínio senhorial enunciado para crianças brancas e negras nas escolas.

Nesse sentido, é inequívoco afirmar que o professor de história dialoga com os conhecimentos de uma história colonizada e dentro deste contexto ele recorre a “memória do cativo” como uma forma de explicar a escravidão e reproduz as diferenças impostas pelo pensamento moderno ocidental. Entretanto, este professor pode ser também um promotor de competências humanas de base crítica para a transformação social dentro do espaço de exercício do conhecimento formal. Na escola, o professor de história pode proporcionar um modelo de práxis, um modelo de superação, pois pretendemos uma história que “não pode mais ser considerada uma atividade divorciada das necessidades da vida prática” (Rusen, 2006, p. p.15).

Por consequência, no intuito de impactar na vida prática, na construção de uma forma de pensamento concorrente ao modelo ocidental, uma reação combativa ao modelo de conhecimento ocidental, um movimento decolonial, uma forma de práxis negra é que pode ser oportuno a construção de um dicionário que pense nosso principal trauma cultural, a escravidão, bem como interagir e pensar este dicionário com diferentes professores em um contexto educacional que reproduz desigualdades e discriminações.

5.2 É “Coisa de escravo”¹⁸: Legislação educacional e artefatos didáticos em contexto de memória do cativo

Os professores de História, os docentes das ciências humanas e outros educadores dedicados a transformação da realidade imanente, quando no exercício docente, fazem uso de artefatos culturais os mais diversos, instrumentos que fundamentam as práticas pedagógicas cotidianas. São exemplos disso os livros didáticos, paradidáticos, romances, suportes fílmicos e obras de referência como dicionários alicerçam as estratégias docentes e materiais engendrados por professores dentro dos redutos escolares.

O uso e o lugar dos artefatos culturais e materiais didáticos são definidos pelas escolhas dos docentes e sua consciência na construção do conhecimento com seus alunos dentro do cotidiano escolar, pois a escolha destas referências didáticas e seu uso é “uma questão política e ação fundamental que envolve o comprometimento do professor e dos demais profissionais que compõem a escola, na perspectiva de terem clareza dos princípios e condicionantes subjacentes a este processo” (Fernandes, Aguiar, Fernandes, 2017, p. 153). Obras de referência, como dicionários e outros materiais didáticos, instrumentos culturais produzidos na sociologia política do conhecimento, são elaborados a partir do contexto no qual estão imersos e a escola pode asseverar manutenções ou proporcionar rompimentos. Todo material didático é, portanto, uma mercadoria ligada a vários interesses do contexto e depende das escolas articuladas com os sujeitos e os modelos de conhecimento que escolhem.

[...] uma mercadoria ligada ao mundo editorial; é um suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais; é também um suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades e formas de avaliação do conteúdo escolar; e é veículo de um sistema de valores, de uma cultura de uma dada época e de uma dada sociedade (Fernandes, Aguiar, Fernandes, 2017, p. 153).

Desta forma, ao idealizar o exercício docente para o ensino de história e para campos de pesquisas próximos, devemos ter em mente que as práticas de ensino estão interligadas ao contexto sociocultural imediato, que regulariza os objetos de conhecimentos

¹⁸ Expressão usada na coleção de livros didáticos intitulada **Multiversos: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade** de Alfredo Boulos Junior, Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio Furquin Junior, obra rapidamente analisada neste tópico aproveitando o ensino do debate sobre a escravidão e as ocupações e ofícios de escravizados.

aplicados na escola e orienta estratégias de ensino, práticas e costumes exercidos nos redutos escolares.

Por isso, concordamos com Circe Bittencourt (2008) ao afirmar que “a seleção de conteúdos escolares é um problema relevante que merece intensa reflexão, pois constitui a base do domínio do saber disciplinar dos professores.” Sim, pois os condicionantes que nos levam ao exercício desses conteúdos e objetos são exemplos dos diferentes nichos dos poderes da educação formal a partir das orientações do modelo de conhecimento ocidental, reafirmando o ensino de história e a escola em si como campos colonizados. Por isso, talvez seja oportuno dar um passo além da imediata crença que a relação com esses conteúdos seja somente “permeada de contradições tanto por parte dos colaboradores das propostas curriculares quanto pela atuação dos professores, desejosos de mudanças e ao mesmo tempo resistentes a esse processo”, mas seja, ainda, necessário, destacar que essas contradições são reflexos da hegemonia ocidental que se choca com a realidade do acontecimento pedagógico no “chão da escola”, sobretudo nos diferentes *locus* educacionais subalternos como os espaços públicos, campesinos e distantes da realidade urbana particular, onde os sujeitos discentes são herdeiros das diferenças sociais históricas (BITTENCOURT, 2008, p.138).

Nesse sentido, é importante destacar que os conteúdos e objetos de conhecimento relativos ao ensino de história e ao eixo das humanidades foram influenciadas pelo contexto mais recente das transformações educacionais brasileiras imersas em uma legislação que apoia a história de base étnico-racial no Brasil. Uma proposta educacional que visava apresentar os negros, os índios e suas respectivas ancestralidades para o exercício docente da educação básica a partir dos anos de 1990, iniciando, de forma ainda não muito clara, quando da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.394/96), principal conjunto legislativo educacional brasileiro que estruturou os diferentes níveis de ensino e suas bases de funcionamento e abriu espaço para uma educação mais democrática e inclusiva.

A partir da LDB, foram promulgadas outras leis que se demonstraram importantes para repensar a origem e história nacional, tais como a lei 10639/2003 e a lei 11645/2008. A primeira implementou a obrigatoriedade do ensino de História da África e história e cultura afro-brasileira no ensino básico, a segunda reafirmou a necessidade do ensino sobre África e história e cultura afro-brasileira e cresceu o reconhecimento da historicidade dos povos originários na participação da formação brasileira, defendendo a importância dos “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos” (Brasil, 2008).

A partir destas normativas, podemos postular quatro questões importantes para a efetivação destas normativas, considerando as problemáticas apresentadas por Hebe Mattos (2003). Primeiramente, precisaríamos aprofundar a historicidade de negros e povos originários, aumentando narrativas para conseguirmos construir um arcabouço acadêmico sobre estes grupos e, por consequência, delinear uma memória lúdica para o ensino sobre estes grupos na educação básica. Em seguida, construir espaços formativos para professores onde possam adquirir novos conhecimentos sobre ambos os grupos e ainda problematizar o anteriormente adquirido. Em terceiro momento, conseguir criar, nos diferentes âmbitos educacionais, espaços de discussão e diálogo sobre o processo de racialização, uso e instrumentalização destes dois étnicos dentro da memória nacional. E, por fim, construir dinâmicas de exercício, estratégias metodológicas e práticas educativas para os discentes da educação básica. Processo formativo longo e complexo, pois requer a circulação de informações que precisam de reconhecimento e mérito social e o reconhecimento dos recursos humanos acadêmicos e da educação básica para a circulação destas ideias em espaços escolares (Azevedo, 2023; Mattos, 2003).

As universidades, desde o começo do século, têm tentado se adaptar a estas orientações normativas, sempre entre controvérsias e conflitos diretos e indiretos, mas os avanços, mesmo que exitosos e exemplares, ainda não conseguiram cobrir os diferentes espaços nacionais e alguns nichos acadêmicos internos. Por consequência, na educação básica, os ecos da formação superior dos professores quase não são sentidos no cumprimento das leis mencionadas e a escola ainda não manifesta grandes mudanças. O próprio quadro do Maranhão é reflexo disso e mesmo com exemplos instigantes proporcionados a partir de projetos específicos do ensino superior, como os cursos de aperfeiçoamento para a formação continuada de professores que enfocam os conteúdos étnico-raciais, os projetos de extensão em escolas públicas articulados por professores especialistas das questões afro com seus grupos de alunos e as colaborações interinstitucionais proporcionadas pelo NEAFRICA¹⁹, por exemplo. Ainda assim, apesar dos bons resultados, ainda são pequenos e o reflexo na maior parte dos

¹⁹ NEAFRICA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global, grupo interinstitucional que congrega membros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão (IFMA) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Executou inúmeras ações entre os anos de 2010 e 2021 buscando promover o debate sobre as relações étnico-raciais com o apoio de secretarias municipais e estadual de educação do Maranhão e Piauí para a efetiva implementação do ensino da história e cultura africana e afro-brasileiras em instituições de educação básica e superior (Barros, Barbosa, 2018).

municípios, inclusive do baixo Itapecuru, ainda são pouco sentidos ou sentidos de maneiras caricatas, confusas ou imprecisas (Barros, Barbosa, 2018).

Por mais que algumas leis específicas sobre o ensino das questões étnico-raciais tenham sido publicadas nos últimos decênios, a educação básica como um todo, e mais especificamente, o ensino médio estão passando por uma crise resultante dos conflitos entre os posicionamentos políticos que representam a hegemonia do modelo ocidental dentro das escolas e as promoções de um modelo mais inclusivo dos grupos subalternos na educação. A partir de 2013 com o começo do planejamento daquilo posteriormente conhecido como BNCC – Base Nacional Comum Curricular (Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017) que define amplas orientações para o exercício de toda a educação básica (ensino fundamental e médio) e as leis que reformularam o ensino médio (Lei 13.415/2017 e Lei 14.640/2023) para este atual cenário de execução conseguimos vislumbrar parte desta iniciativa subalterna agindo contra o modelo hegemônico.

Uma primeira versão da BNCC, após inúmeros embates internos e controvérsias dentro da própria comissão que “pressionava para que não se fizesse menção à diversidade de gênero e das sexualidades e que se diminuíssem as referências à história de indígenas, de africanos e de afrobrasileiros, em detrimento de uma visão mais tradicional” (Silva, Meirelles, 2017, p. 14), foi lançada em setembro de 2015 seguindo as orientações do quadro legislativo e normativo educacional brasileiro, bem como apresentando um modelo de conhecimento que incluía os grupos étnico-raciais subalternos como uma tentativa de promover uma educação democrática mais inclusiva.

Entretanto, sua recepção, especialmente no campo da história, foi extremamente negativa, pois o componente curricular de História foi chamado de “aberração”, além disso foi acusado de mutilar “os processos históricos globais” e de ser “fanática pelo presenteísmo, incentivando ódios raciais e valores terceiro-mundistas superados”; culpada por estimular “a ignorância, ao colocar a História ocidental como periférica, na realidade, como vilã. Além disso, combateria o eurocentrismo com um “brasilcentrismo” inconsistente”. As críticas levaram a execução da versão atual da BNCC, publicada em 2017, mais tradicional e direcionada pelo modelo de conhecimento ocidental que manteve as lógicas e estruturas de conteúdos e objetos de conhecimento anteriores. (Silva, Meirelles, 2017, p. 15). Portanto, a proposta inovadora que pretendia a inclusão histórica dos grupos étnicos subalternos, foi negada e substituída pela versão atual mantenedora de uma história ocidentalizada.

Além desta legislação que manteve as lógicas excludentes para toda a educação básica e para o ensino médio, especificamente, passou ainda pela implementação de outras duas leis que asseveraram retrocessos e arregimentaram o funcionamento das desigualdades dentro do ensino médio, especificamente. As duas leis mais recentes 13.415/2017 e a 14.945/2024 transformaram estruturalmente todo o ensino médio, em carga horária, organização e proposta formativa. As leis reuniram as diferentes disciplinas em quatro itinerários formativos, a saber Ciências da Natureza e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas, Matemática e suas tecnologias. As disciplinas de história, sociologia, filosofia e geografia foram todas agrupadas nas Ciências Humanas e Sociais aplicadas, o que por sua vez, diminuiu a carga horária de cada disciplina separadamente e as agrupou dentro do mesmo eixo.

Dito isso, podemos perceber assim que a educação básica, ainda que apresente um conjunto normativo que favoreça as relações raciais partir da década de 1990, sofreu sucessivos ataques mantenedores do modelo de conhecimento construído pelo colonialismo. Esse contexto político-pedagógico da vida do docente, essa legislação política atual, poderá ser constatada ainda nos materiais didáticos e outros artefatos culturais para uso dentro das escolas sobre as questões étnico-raciais. A própria elaboração de livros voltados para esta temática deu saltos valiosos, obedecendo as normativas aqui citadas e as orientações do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Entre 2005 e 2008 foram publicados mais 19 títulos, com tiragem de 10 mil exemplares, mesmo que tenhamos mais de 130 mil escolas públicas pelo país e mais de quarenta milhões de alunos matriculados nestas escolas públicas (Azevedo, 2023; Censo 2024).

Para além destes números, é interessante delinear como estes livros expressam as temáticas étnico-raciais em sua composição. Temos alguns exemplos emblemáticos, utilizados, inclusive, nas principais escolas públicas de ensino médio de Caxias nos anos de 2022 e 2023, como o *CE Inácio Passarinho* (agora IEMA Pleno de Caxias) e o *CE Cezar Marques*, de Caxias-MA, que são escolas de ensino médio que atendem alunos da periferia urbana, com um quadro discente composto, majoritariamente, por alunos negros. São escolas emblemáticas no atendimento de alunos caxienses e proximidades, especialmente esta última escola, o Centro de Ensino Médio Cezar Marques, em homenagem ao médico, professor e intelectual César Augusto Marques que construiu o “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão” em 1870, apresentado anteriormente neste trabalho, uma obra de referência reconhecida por pesquisadores e historiadores regionais. O CE Cezar Marques, em 2023, apresentou um rendimento mediano de 3,5 no Ideb, e atendeu mais de 600 alunos do município, dentre diferentes realidades sociais. Esta escola é um pequeno indicio do quadro educacional

do ensino médio que conseguimos apresentar das cidades do Baixo Itapecuru no Maranhão (Qedu, 2025), escolas como Cesar Marques e outros são compostos pelos professores que fizeram parte desta pesquisa.

Nessas escolas foram utilizadas duas coleções de História no último decênio, especialmente do ano de 2017 até o presente momento, direcionadas pelo estado maranhense. A primeira coleção, ainda fruto de uma política anterior as legislações de 2017, coleção construída pelas autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, intitulado, **História: das cavernas ao terceiro milênio**; e, a coleção **Multiversos: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade de** Alfredo Boulos Junior, Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio Furquin Junior, esta última coleção fruto das alterações do “novo” ensino médio promulgado pela lei 13.415/2017 e reorganizada na lei 14.945/2024.

A primeira coleção de Patricia Braick e Myriam Mota, livro ainda organizado conforme os Parâmetros Curriculares de História, publicados após a LDB em 1998, mas com a inclusão de novas informações, conforme as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Uma coleção que já apresenta algumas reformulação e reflexões mais inclusivas sobre as minorias, e ainda muito aquém de um ideal de reconhecimento de uma história que efetivamente pondere a participação de africanos e povos originários.

Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota (2016), mesmo que de maneira muito reduzida, conseguem focar a história da África como parte da história global e como continente de origem dos escravizados africanos no primeiro volume da coleção, entretanto, ainda apresentam a escravidão de maneira extremamente reduzida. A escravidão é descrita em apenas três sucintas páginas do terceiro volume, apresentando o tráfico de escravizados, a escravidão em si e a resistência a escravidão manifesta nos quilombos nestas três páginas. No decorrer da coleção, são poucas as informações sobre os escravizados negros na produção colonial portuguesa. Somente neste terceiro volume podemos vislumbrar a caracterização da escravidão no mundo colonial português, a caracterização destaca o exercício do trabalho braçal nos engenhos e canaviais como principal meio produtivo da economia portuguesa na América e os “escravos” como sua principal força produtiva. Assim, rapidamente, o que nos aparece é o uso direcionado dos “escravos” como trabalhadores braçais na economia açucareira, limitando a aparente oferta de serviços dos cativos negros. Como complemento à economia, eles ainda são rapidamente mencionados no capítulo seguinte, “a economia aurífera” em Minas Gerais, “as pessoas vinham de Portugal e de todas as partes da colônia, e muitos traziam escravos para trabalhar nas minas”, o que amplia as obrigações e atividades exercidas pelos escravizados no

mundo colonial, mas os circunscrevendo nos ciclos de produção do açúcar e do ouro (Braick, Mota, 2016, p. 53).

Mesmo que limitando as atividades e ocupações dos “escravos” às duas principais economias de interesse português, as autoras fazem um relativo avanço na contribuição dos africanos para a historicidade brasileira, sobretudo quando destacam que “a maioria desses escravos vinha da região litorânea da África, do porto da Costa da Mina, atual Gana. Os africanos trouxeram consigo muitas técnicas de mineração, pois tinham conhecimento prévio da extração e da transformação dos metais” (Braick, Mota, 2016, p. 53). Ponto positivo, onde é apresentado um “escravo” mineiro com conhecimentos e técnicas africanas que notabilizam estes “escravos” como sujeitos conhecedores e preparados para o exercício de uma função e desvelam uma historicidade positiva sobre os escravizados negros, ponto positivo, mas isolado. Além de isolado e a única menção às habilidades dos escravizados, é oportuno dizer que os cativos africanos ainda são reduzidos à imagética evocada pela palavra “escravo”, recorrente nas três páginas, palavra que remete a ideia de propriedade, objeto, mercadoria e instrumento, referência ainda muito utilizada nesta coleção, em outros artefatos culturais e materiais didáticos e nos dicionários até os anos de 2020, sim, pois “tradicionalmente, os dicionários trazem o verbete “escravo” e não se remetem ao termo “escravizado” (Carvalho, Botelho, Rassi, 2021, p. 111). O termo “escravizado” é mais preciso ao ponderar a condição que representa os sujeitos negros cativos do período colonial.

[...] o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores (Santos, Taille, 2012, apud Carvalho, Botelho, Rassi, 2021, p. 112).

Portanto, Patrícia Braick e Myriam Mota (2016), apesar do curto avanço ao considerar rapidamente a historicidade dos “escravos” negros que trabalham na produção de açúcar e do ouro, ainda reduzem a escravidão em rápidas caracterizações que destacam mais a violência e negam a condição à qual os cativos africanos eram submetidos no uso e manutenção do termo escravo. As autoras, portanto, reafirmam a subjugação dos cativos negros, e apesar de reconhecerem o mérito da participação africana, reorientam os leitores, alunos e professores, ao caracterizar a escravidão como composta por africanos que “não tinham direitos, eram submetidos a extensas jornadas de trabalho e sofriam com os violentos castigos físicos”, bem como de trabalho braçal árduo e contínuo. Elementos já evidenciados aqui pelos professores da

educação básica, os 89 professores do Baixo Itapecuru no Maranhão, tanto na cidade de Caxias, quanto no município de Itapecuru. As autoras assim apresentam a escravidão:

Na América Portuguesa, *os cativos eram separados de seus familiares, organizados por idade e sexo e vendidos nos mercados; em seguida eram encaminhados para trabalhar em diversas atividades, principalmente nos engenhos e canaviais. A maioria desenvolvia trabalhos braçais, mas também havia os escravos com habilidades artesanais e aqueles que executavam tarefas domésticas. [...] escravos africanos não tinham direitos, eram submetidos a extensas jornadas de trabalho e sofriam com os violentos castigos físicos* (Braick, Mota, 2016, p. 53). [grifo nosso]

Desta maneira, a coleção reproduz a ideia de mercadoria, as formas de violência sofridas, os usos para as principais economias da época e o uso dos “escravos” no trabalho braçal. Podemos perceber aí não só os mesmos sentidos evocados entre recursos didáticos e professores, mas muito das palavras usadas no livro foram também usadas pelos professores nas suas descrições sobre o que é a escravidão, evidenciando como artefatos culturais pedagógicos e o exercício docente fazem uso de uma memória recorrente e enviesada sobre a experiência dos escravizados. Não queremos negar com essas observações a violência praticada pelos senhores portugueses contra os escravizados, mas alertar como a colonialidade reproduz o modelo de pensamento ocidental, a desigualdade e a discriminação no contexto mecânico de descrições textuais, quase que como comandos que evocam uma memória do cativo, quase que mecanicamente sem oportunizar transformações dentro dos espaços escolares. Professores dos espaços urbanos, camponeses, quilombolas, docentes recém-formados e veteranos acabam reproduzindo os mecanismos que asseveram desigualdades e discriminações ao reproduzir mercadorias “escravas”.

Nos enunciados de professores podemos ver a mesma fórmula, “escravidão é uma condição vivida por nossos antepassados negros, quando foram escravizados, vivendo em condições desumanas” (MRLV, mulher negra quilombola de 38 anos com 15 anos de exercício da docência) ou “condição de submissão, trabalhos forçados em condições precárias” (AD, mulher negra quilombola de 35 anos com 8 anos experiência como docente), ou “uma forma de usar os negros na base do chicote” (Respondente 31, homem pardo de 27 anos e dois anos como professor) , “a escravidão se remete muito ao tempo de quando eles apanhavam dos seus senhores” (APC, mulher quilombola de 26 anos, preparando-se para ser professora) ou, simplesmente, “Um regime desumano” (JMF, homem negro quilombola de 47 anos, preparando-se para ser professor). Formas de expressão que equivalem ao que é dito na coleção

de Patrícia Braick e Myriam Mota e ainda com o mesmo uso de palavras. São os ecos da sociologia do conhecimento, das formas de perpetuação de um modelo que condiciona a continuidade da “memória do cativo”.

É interessante notar que tanto professores já de extenso exercício docente, quanto aqueles em preparação para o exercício docente em licenciaturas entendem de maneira similar e retêm formas similares da “memória do cativo” concentradas na reprodução da violência, na ausência da historicidade e obliteração dos conhecimentos dos africanos no exercício das atividades de escravizados. Assim, as memórias sobre a escravidão se reproduzem dentro dos espaços escolares com o uso e apoio de materiais e recursos didáticos direcionados por um docente em contexto legislativo.

Nos espaços de ensino de Itapecuru-Mirim e Caxias, por exemplo, cidades que compõem o Baixo Itapecuru, esses professores se mantinham dentro dos espaços de ensino e formação docente, formação continuada de professores, núcleos escolares, formação discente e fazem uso de livros recomendados pelo estado, como a coleção de Patrícia Braick e Myriam Mota. A partir do ano de 2020, por conta da lei 13.415/2017, os volumes da coleção **Multiversos: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade** de Alfredo Boulos Junior, Edilson Adão Cândido da Silva e Laercio Furquin Junior começaram a ser usados como apoio ao ensino médio. Esta coleção está circunscrita dentro do novo ensino médio, orientado pelos chamados itinerários formativos, onde a história foi agrupada no itinerário de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, agrupado com as disciplinas de geografia, sociologia e filosofia e direcionado para uma forma de globalização desigual.

Nesse sentido, a coleção **Multiversos** de Alfredo Boulos, Edilson Cândido e Laercio Junior estão diretamente vinculados a história global, especialmente subordinada aos acontecimentos europeus e norte-americanos, reproduzindo a hegemonia ocidental, anteriormente aqui apresentada. A coleção é composta por quatro grandes volumes, “Globalização, tempo e espaço”; “População, território e fronteiras”; “Sociedade, natureza e sustentabilidade”; e, “Trabalho, tecnologia e desigualdade”, volumes que, mesmo no volume sobre território, pouco reivindicam hegemonia brasileira e a preponderância étnica na memória brasileira.

No volume quatro, sobre trabalho, “Trabalho, tecnologia e desigualdade”, a escravidão dos negros africanos e seus descendentes na América Portuguesa é destacada também em apenas três páginas como parte de uma longa narrativa que tenta discutir a temática do “Trabalho análogo à escravidão”. A narrativa faz uma longa digressão para chegar à exploração da força de trabalho atual, percorrendo a história, a narrativa começa pelo sentido

de trabalho, passa pelo escravismo antigo, servidão feudal e chegando à escravidão moderna (Boulos Jr., Silva, Furquin Jr., 2020, p. 38).

Sobre a escravidão moderna destaca, primeiramente, o tráfico de escravizados e sua movimentação pelo Atlântico até o momento do “Trabalho escravo no Brasil”. Neste tópico, os autores afirmam que “nas terras onde hoje é o Brasil, os *escravizados* trabalhavam nas mais diferentes ocupações” (Boulos Jr., Silva, Furquin Jr., 2020, p. 40) [grifo nosso], mas sem necessariamente acusar estas diferentes ocupações e seu impacto na formação da sociedade brasileira. Quando as cita, as ocupações parecem estar restritas à economia imediata do engenho de açúcar, contexto também priorizado por Patrícia Braick e Myriam Mota na coleção anterior, reproduzindo os limites da produção ao mercado do açúcar como núcleo central da economia brasileira.

Além disso, os autores deixam transparecer a ideia de que a escravidão no Brasil foi resultado de um longo processo natural de exploração da mão de obra, sem apresentar vilões ou responsáveis pela opressão propiciada pelos portugueses. Apesar dos portugueses europeus serem apresentados no começo do tráfico de escravizados na África, os autores deixam de responsabilizar a bandeira portuguesa pelo tráfico de escravos que incentivou a migração Atlântica e forçada de escravizados. Mesmo que a singela afirmação “a escravidão moderna chegou, assim, às terras brasileiras” (Boulos Jr., Silva, Furquin Jr., 2020, p. 40) seja semanticamente correta, ela isenta portugueses e outros europeus da responsabilidade sobre o acontecimento da escravidão na América Portuguesa. Portugueses deixam de participar do tráfico, de incentivá-lo e de “usar” os escravizados, como se a escravidão e o trabalho escravo fossem um resultado natural dos processos produtivos.

Os sentidos, descrições e caracterizações são semelhantes à publicação das autoras Patrícia Braick e Myriam Mota colocando a violência e a desumanização social sobre os escravizados, mas o termo “escravizado” parece ser usado na obra de Boulos, Silva e Furquin mais como um artifício narrativo para cumprir orientações legais e caber no mercado editorial, menos como uma tentativa de mostrar os escravizados como sujeitos com historicidade e ancestralidade. Entretanto, são muito mais lúdicos e significativos ao expressarem as violências e coações sofridas pelos escravizados aos dizer que “obtido mediante coação, o trabalho escravo incluía, por vezes, as manhãs dos domingos e feriados, usadas para serviços gerais, como reparo de edificações e conserto de cercas e estradas” (Boulos Jr., Silva, Furquin Jr., 2020, p. 41).

Por fim, o que me parece o ponto mais grave é quando os valores do trabalho braçal viram um problema moral no Brasil por conta da “intensa utilização de escravizados [que] levou a uma inversão de valores: o trabalho passou a ser visto pelas pessoas livres como desonroso;

como “*coisa de escravo*” (Boulos Jr., Silva, Furquin Jr., 2020, p. 41) [grifo nosso]. Aparentemente, o uso excessivo da utilização de escravizados resultou no “natural” sentido desonroso que se acumula sobre o exercício do trabalho braçal, a ganância e a luxúria como a base da desigualdade, amplas qualidades humanas que se prescrevem na origem da desigualdade social e da discriminação racial.

O resultado deste reduzido cálculo é a isenção dos brancos europeus no processo de construção das desigualdades que se reproduzem no Brasil e a banalização do processo colonial que a coleção parece abandonar. A consequência mais simples é da constatação do colonialismo como um processo natural, a desigualdade e discriminação como seu resultado mais lógico e a construção de um passado sem atrito e necessário para o presente do país, apaziguando a memória nacional e negando traumas culturais como a escravidão.

5.3 Um dicionário como artefato didático: as ocupações de escravizados no dicionário da práxis negra

Os dicionários estão na base da propagação de informações e conhecimentos da sociologia política do conhecimento de base ocidental, também podem ser instrumentos de uso em uma proposta político-pedagógica que proporcione uma educação de valorização dos negros na educação, uma “práxis negra” como Clóvis Moura estipulou. E foi Clóvis Moura o primeiro a construir um dicionário sobre a escravidão negra no Brasil, um dicionário para pensamentos mais elaborados, mas extremamente importante para tornar mais complexo algo que o conhecimento tradicional insiste em reduzir.

A partir deste exemplo oportuno e instigante projetamos a ideia de um dicionário que possa ser usado em diferentes espaços e mais especificamente usado na escola, na educação básica. Um dicionário que sirva como instrumento para uma prática decolonial e antirracista que projete a importância e impacto do escravizado negro para a construção da sociedade brasileira no presente. Um dicionário que possa mostrar a historicidade do sujeito negro, uma obra de referência que sirva tanto para revisitar, repensar a historicidade sobre o negro nos diferentes espaços segmentos da educação, seja pelo interesse pessoal do curioso, seja pelo interesse acadêmico, mas mais importante como aparato de apoio ao exercício político-pedagógico nas escolas, demonstrando ludicamente o impacto do negro através das ocupações e atividades que exerciam ao final do período colonial maranhense para servir de uso nas escolas brasileiras.

Portanto, com base nas atividades, ocupações e ofícios desempenhados por escravizados negros dentro da circunscrição do baixo Itapecuru na capitania maranhense montamos uma obra de consulta com 31 verbetes constituídos a partir das atividades exercidas por eles e coletadas de Inventários Manuscritos que arrolaram bens de proprietários que residiam no Maranhão, entre as cidades de São Luís e Caxias de Aldeias Altas. A partir das informações coletadas nos manuscritos com o complemento da historiografia e outras informações levantadas a partir de outros manuscritos, conseguimos produzir os seguintes verbetes com algumas descrições que ajudaram a montar as imagens e identificar sujeitos africanos que exerciam estes trabalhos. O resumo dos verbetes segue a seguir, para que tenhamos uma amplitude do produto:

Alfaiate

Alfaiates eram oficiais de um tipo de costura e corte que era definido dentro da cultura europeia masculina, dobraduras de tecido, cortes e costuras de acabamentos laterais, tecidos com cores mais escuras como preto e cinza, ao contrário da cultura africana que priorizava as cores vivas e fortes como o verde, o vermelho e o azul. Sobre o escravizado alfaiate recaía a obrigação em conhecer o universo social das vestimentas masculinas europeias, bem como a etiqueta e distinção com base no eurocentrismo.

Nesse sentido, havia uma forte resistência ao uso de escravizados negros, baseado em preconceitos e preceitos racializados que duvidavam da capacidade dos negros em interpretar esse sistema de valores sociais expressos nas vestimentas. Um destes escravizados era o escravizado José Joaquim com 30 anos em 1815, da região de Mina na África Central, começou a acompanhar a construção e reparo de roupas masculinas ainda na juventude como aprendiz.

Ama de leite

Também conhecida como “ama seca” e “ama de peito”, eram mulheres escravizadas ou libertas submetidas a desapropriação do seu próprio leite para amamentar os filhos de outras pessoas, inclusive mulheres brancas e proprietárias. Nas regiões urbanas coloniais como as capitais, São Luís, Salvador e Rio de Janeiro, as escravizadas, forras, mulheres pobres e libertas passaram a exercer a atividade de amas vendendo seu leite para conhecidos e nas páginas dos jornais, a fim de complementar a renda de seus senhores ou seu próprio sustento familiar e, por consequência, deixando de amamentar seus próprios filhos.

No caso dos espaços rurais, junto aos rios, como o Itapecuru, por exemplo, elas, amas de leite, não eram dedicadas só a esta ocupação exclusiva, mas acumulavam funções

dentro do “serviço de casa”. As escravizadas que trabalhavam como amas de leite exerciam o ofício de maneira impessoal e ocasional. A prática era sustentada em meio a relações afetivas, domésticas, paternas e pouco dimensionadas. Isso significa que essa prática poderia acontecer em áreas sertanistas e interioranas, sem qualquer controle.

Balceiro

Aqueles escravizados que faziam travessias entre duas margens de um rio eram chamados de balceiros. Os balceiros poderiam ser livres “de cor” que precisavam de “ganhos” ou negros escravizados que recebiam pagamentos na travessia.

Manoel do Passos era um negro crioulo escravizado na ocupação de balceiro. Manoel possuía 30 anos e fazia a travessia de balsa entre as duas margens do rio Itapecuru, onde hoje é a cidade de mesmo nome. Ele residia na senzala junto ao imenso casarão de seus senhores, a família Belfort, umas das mais poderosas famílias até o ano de 1822 que fica próximo ao rio Itapecuru e cuidava da travessia de boa parte das pessoas que pretendia atravessar o rio, bem como, ainda, se preocupava com o transporte de materiais necessários para a fazenda.

Barbeiro

Os barbeiros trabalhavam com diferentes tipos de lâminas como lancetas ou sangradores. Por ser um conhecimento específico sobre lâminas, cortes e estilos de barba, nem todos os escravizados poderiam exercer essa ocupação. O trato com lâminas e as habilidades no corte os vinculavam a ocupações inusitadas, dadas as percepções mais contemporâneas.

No começo do século XIX, pelo interior do Maranhão, nas fazendas que margeavam o rio Itapecuru grandes proprietários com mais de 200 escravizados tinham dois barbeiros, ao menos. Grandes proprietários como o Capitão Antonio José de Sousa, com 535 escravizados, tinha três escravizados especialistas na preparação e cuidado de barbas.

Cabeleireiro

No geral, escravizados cabeleireiros eram essenciais para cuidar de senhores das grandes fazendas e seus escravizados, com intuito de manter o zelo e aparência mínima do plantel dos senhores e na área urbana eles poderiam ter seus serviços ofertados para terceiros.

Na ribeira de Itapecuru, o escravizado crioulo Ignácio era um homem de 20 anos, cabeleireiro, que cuidava do corte dos senhores da fazenda e de mais de 200 escravizados do senhor Felipe Marques da Silva.

Essa atividade sanava uma necessidade básica do senhor que precisaria arcar com os gastos de corte dos escravizados dos senhores. Além de homens cabeleireiros, também encontramos mulheres cabeleireiras como a escravizada Rozaria Crioula do proprietário Bernardo José Pereira que cuidava da família do senhor e dos trinta e cinco escravizados do plantel.

Cadete

Cadete é um cargo baixo para um aspirante ao serviço militar. Os senhores e grandes proprietários, como forma de honrar seus compromissos com as milícias coloniais e fugir do serviço militar, apresentava seus escravizados para lhe substituir.

É o exemplo de João, africano de Angola, cadete, 35 anos que era casado com Rita, africana de Mandinga. Sempre que necessário ele era convocado para representar seus proprietários, quando não estava na guarnição ele fazia a segurança da fazenda de D. Francisca Maria Belfort.

Calafate

Ofício náutico exercido em embarcações marítimas e fluviais ou em estaleiros improvisados pelo decorrer dos rios do mundo colonial. Este ofício era sobretudo usado na vedação de embarcações, muito importante para o período da expansão ultramarina e avanço pelo interior da América Colonial.

O escravizado calafate usava já um conhecimento africano, melhorado e reestruturado junto às culturas indígenas para vedar e lacrar buracos e fazer com que embarcações pudessem flutuar. Usavam o algodão rústico da produção algodoeira maranhense com as resinas retiradas das árvores locais e vedavam as embarcações para que conseguissem flutuar.

Uma fazenda no Itapecuru, região no leste do Maranhão, mantinha em 1813 o escravizado crioulo de 30 anos, Manoel Peres, já um senhor experiente na construção e conserto de navios. Manoel havia sido comprado em Salvador, na Bahia, com a intenção de construir e consertar embarcações.

Canoeiro

Era ofício, prioritariamente, exercido por indígenas, havendo inclusive oficiais canoeiros ameríndios por toda a extensão do Pará e Amazonas. No Maranhão também havia

indígenas escravizados ou indígenas libertos prestando serviço pela extensão dos rios maranhenses.

Entretanto, desde começo do século XVIII, os escravizados negros começaram a ocupar várias funções pelo interior da capitania maranhense, substituindo os indígenas, sobretudo, nas principais vias de movimentação e escoamento colonial. Foi assim que escravizados canoieiros negros se tornaram uma ocupação constante pelos rios da capitania ao movimentar produtos e pessoas pelos rios, inclusive ofertando caças, coletas e colheitas, acionando novas maneiras de ganho para seu senhor.

Capina

Escravizados do serviço de roça e da limpeza da roça. Eram os escravizados mais comuns na lógica da escravidão e, especialmente do Maranhão, eram também chamados de “escravos do eito”. Eram, em sua maioria, escravizados homens, raríssimas mulheres escravizadas se apresentavam às atividades de capina, ao exemplo da menina Maria Rosa Crioula de dez anos que em 1814 acompanhava a família para aprender as atividades da roça.

Os escravizados poderiam ser de qualquer parte da África, como Benedito Mandiga de 30 anos por 150 mil reis, ou, Caetano Angola de 28 anos que valia 250 mil reis, mas também poderiam ser crioulos, escravizados nascidos na região do Maranhão e proximidades, Manoel Mulato por 60 mil, ou, ainda, Luíz Cafuzo, 35 anos, que valia 400 mil reis.

Carapina

Eram oficiais escravizados dedicados a carpintaria, ao trabalho mais pesado com a madeira, identificação da árvore, derrubada, separação, corte e transporte e diferentes formas de performance e trabalho sobre esta madeira, indo desde trabalhos com o qual poderíamos construir casas até trabalhos em madeira para artesanatos.

Alguns Carapinas eram descritos como Carapinas de Machado, pois trabalhavam diretamente com a derrubada de árvores e o corte das mesmas para produzir ripas, calços e outros recortes de madeira como o senhor mulato, Jorge de 60 anos, que mesmo já idoso ainda custava 250 mil reis. Além disso, alguns poderiam ser descritos como Entalhadores, escravizados que não recolhiam diretamente as peças, mas poderiam trabalhá-las com o objetivo de construir artesanatos e construções mais específicas como o escravizado Antonio Mandinga de 40 anos de 250 mil reis.

Carreteiro ou Boleeiro

O transporte terrestre era demorado e perigoso, feito por rastros, veredas e vias incertas em transportes como liteiras e catres carregados por escravizados que os levantavam e carregavam em seus ombros. Já as carruagens e, mais comuns, as carroças, eram guiadas pelos escravizados carreteiros e boleeiros que podiam transportar produtos entre freguesias ou vilas, quando o transporte marítimo não era possível e enfrentando os problemas da mata fechada como onças, cobras, árvores caídas.

Inocencio e João, eram ambos crioulos, nascidos no Brasil filhos de pais africanos, trabalhavam na Fazenda Guanaré, próximo da vila de Itapecuru Mirim. Esta fazenda além de escravizados canoieiros, práticos e uma pequena tripulação para a navegação pelo rio, mantinha escravizados como carreteiros e boleeiros que usavam os caminhos próximos ao rio para transportes de produtos dentro e próximo a região da vila de Itapecuru.

Copeiro

Copeiro era importante para a produção e serviço de bebidas e atendimento personalizado dos seus senhores e proprietários que precisavam de atendimentos mais personalizados, portanto corresponde às necessidades pessoais de senhores. Ele também manuseava louças, vidros, porcelanas e outras vasilhas do mundo colonial importantes para o manuseio e cuidado com a etiqueta na recepção de convidados e no trato social com terceiros. Além disso, eram os copeiros que controlavam os mantimentos e sustentos de uma fazenda. Eles cuidavam do abastecimento e reabastecimento nas fazendas, controlavam as necessidades da família dos senhores e dos cativos negros nas fazendas.

Costureiro/Costureira

As costureiras estão diretamente ligadas ao poder mantido pelas famílias, bem como ao empreendimento familiar destinado. Aqueles que possuem costureiras são aqueles que possuem grandes recursos familiares. As costureiras estão presentes entre as grandes fazendas do interior sertanista da ribeira do Itapecuru. São peças fundamentais para o funcionamento da engrenagem e diminuição dos gastos. Entretanto, o acúmulo de função estética na confecção e acabamento apresentável do vestuário eram, sobretudo, preocupações dos maiores senhores da ribeira do Itapecuru.

Cozinheiro/Cozinheira

Escravizados responsáveis pela preparação da comida, tanto para o senhor, quanto para os outros escravizados. Eram essenciais e existiam em toda a parte do universo colonial e imperial. Além disso, acompanhavam as lógicas locais, misturando seu conhecimento africano com preferências portuguesas e conhecimentos indígenas. Assim sendo, cozinheiros poderiam aprender e atualizar seus conhecimentos técnicos para agradar ao paladar de senhores e escravizados.

É importante afirmar que a atividade de alimentação era também lidar com as dificuldades do cativo. Portanto, ao mesmo tempo, poderiam atenuar o sofrimento de escravizados ao lhes oferecer uma experiência de paladar que relembre sua ancestralidade, mas seria possível agradar os senhores e diminuir qualquer ira, raiva ou vingança da parte dos senhores e senhoras de escravizados.

Doceira

Escravizados que produziam doces, quitutes e quindins. Produz parte dos doces a partir das frutas locais, apreendendo parte das técnicas de produção com os indígenas locais. Assim, a doceira era alguém que não era só cozinheira, mas especialista com o trato de frutas e seus produtos. Uma doceira e quituteira muito emblemática para a história do Maranhão foi Catarina Mina que conseguiu acumular capital, adquiriu poder e montou uma pequena rede de comércio e influência na capital do Maranhão.

Feitor

Feitor é uma figura controversa dentro do mundo colonial e imperial. É um crioulo que ganhou notoriedade e ascendeu dentro da comunidade de trabalho entre os escravizados. Os senhores entendiam que escravizados eram poses que precisavam ser vigiados e controlados para evitar perdas senhoriais. Em virtude disso, escolhiam escravizados “confiáveis” ou indivíduos outros de confiança e passava a eles a responsabilidade por vigiar, fiscalizar e punir os escravizados da fazenda.

Os feitores das diferentes fazendas eram escravizados ou forros (escravizados que foram alforriados, ou seja, ganharam liberdade). Todos eles homens acima dos 30 anos de idade e já com relações de proximidade e que mantinham relações de confiança com os senhores das fazendas. D. Maria Francisca Belfort, por exemplo, manteve dois feitores na sua grande fazenda na vila de N. Senhores das Dores de Itapecuru em 1816. Um mais velho, com 70 anos de idade, nome Mathias e atendia pela alcunha de Bovino, casado com Domingas Papel e com quem teve

um filho, o crioulo Bibiano. Mathias ensinava e vigiava o trabalho do feitor mais jovem, Antonio Moçambique de 40 anos, recentemente empossado no cargo, que por sua vez era casado com Alminda Crioula, cozinheira da casa de D. Maria Francisca e que já ensinava a sua filha o ofício de cozinheira.

Assim, podemos perceber que os vínculos domésticos, os trabalhos da casa e aceitação afetiva da vida dos escravizados com seus senhores lhes proporciona um nível de aceitação e vinculação com a vida do senhor. Era a reprodução da violência acionada por aqueles que se pressupunha iguais, mas que se tornavam diferentes pelo escalonamento das ocupações distintas e de maior valor no espaço das fazendas.

Ferreiro

Mesmo no mundo colonial e imperial com uma arquitetura dominada por casas de taipas e utensílios de barro, a modelagem do ferro era apresentada como essencial para um grupo de pessoas com poder aquisitivo. eram vitais para a fabricação de acessórios decorativos e itens para a construção arquitetônica.

É importante destacar que nas sociedades africanas ocidentais, os ferreiros tinham uma notoriedade importante, sobretudo, por se acreditar que suas habilidades poderiam ser mágicas, ao moldar um elemento extremamente resistente, sobretudo entre os “mandingas” da África Ocidental.

Felix Mulato, por exemplo, era um escravizado de 50 anos em 1805, já com sérios problemas de saúde, classificado como “quebrado” pelos avaliadores da época e mesmo assim era o escravizado mais caro do Coronel Antonio Gomes de Sousa, 600 mil reis. Isso evidencia a importância desses escravizados entre outros tantos e de como os senhores estavam dispostos a pagar altas somas por escravizados com esse tipo de conhecimento específico.

Ganhador

Este escravizado poderia combinar a entrega de produtos ou “ganhos” adquiridos diretamente para o seu senhor. Escravizados de ganho em Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo, poderiam nem residir nas casas de seus senhores, alugavam moradias particulares no centro da cidade e ali moravam enquanto escravizados.

Portanto, a liberdade destes indivíduos no cotidiano dos centros urbanos poderia ser mais expressiva do que se esperava para os escravizados. Em grandes centros urbanos poderia se perder o controle sobre a vida de seus escravizados e poderiam acabar fugindo.

Gomadeira

A ocupação de gomadeira era uma atividade, em grande medida, doméstica e de amplo atendimento aos diferentes grupos sociais de um local, mas, sobretudo, cuidava das roupas dos senhores. A gomadeira cuidava das roupas, após a lavagem, retirava estrias e esticava as roupas com o uso de um ferro de gomar e de goma da fécula produzido a partir da mandioca. Se jogava pequenas quantidades da goma umedecida sobre o tecido e passava o ferro de gomar aquecido.

Por estar muito vinculado à função de lavagem e cuidado das roupas, é capaz que acumulassem outras ocupações concomitantes como costureira e bordadeira, caso da Eufrazia Crioula de 40 anos e sua jovem companheira de trabalho, Marinha, africana de Caxeú, região de Guiné Bissau. No geral, esses trabalhos eram então organizados por uma senhora escravizada mais velha, na faixa dos 40 anos, e acompanhado por uma escravizada de 20 anos.

Hospitaleiro

A ideia de uma ocupação “hospitaleiro” parece estranho dentre as atividades exercidas por escravizados. A palavra hospitaleiro, conforme os dicionários atuais, primeiramente, é do indivíduo que “hospeda por bondade ou caridade”, mas para além disso, hospitaleiro pode ser também “aquele que cuida dos doentes”.

Um desses era o escravizado Ignácio Balanta, um senhor escravizado de 65 anos, que já havia passado por várias funções e atividades na fazenda da família Belfort na Vila de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru. Ignácio era um senhor simpático, e tinha aceitação da família do Coronel João Belfort e da comunidade de escravizados que fazia parte na fazenda. Além disso, ao final de sua vida, já conhecia ervas, infusões e balsamos com os quais poderia tratar as doenças e problemas de saúde física e espiritual.

Lavadeira

A escravizada lavadeira cuidava de todas as roupas, inclusive das vestes dos escravizados, obrigações diárias e de alta volume. Por todas as margens do Rio Itapecuru havia pontos onde se concentravam escravizadas negras ou de ascendência indígenas para a lavagem dos tecidos de seus senhores e escravizados, pontos que não eram só para o trabalho duro de lavagem que envolvia muita batida das roupas molhadas contra pedras, mas era, também, ponto de encontro e conversa com outras escravizadas ou trabalhadoras livres.

Angélica Crioula, de 30 anos, comandava um grupo pequeno de escravizadas que cuidava da lavagem das roupas de seus senhores e dos 124 escravizados da Fazenda Palmeira

Torta em Itapecuru. Assim, esfregavam frutas cítricas, óleos e outras substâncias e batiam as roupas nas pedras do rio, enquanto conversavam e exerciam seus trabalhos. Era um cotidiano que temos dificuldade de dimensionar, mas as manchas nas roupas poderiam dizer muito sobre outros escravizados e, principalmente, sobre os senhores e sua vida íntima.

Marinheiro

Marinheiro era uma ocupação de escravizado que trabalhava em embarcações, sejam elas militares ou mercantes, ou até do tráfico de escravizados, ocupando atividades que vão desde limpeza, até troca de velas e orientação.

A atividade de marinhagem consistia em navegar por diferentes territórios e extensões na carreação de produtos e prestando serviços em embarcações. A fazenda Guanaré ofertava diferentes serviços náuticos pelo rio Itapecuru, inclusive mantinha um marinheiro escravizado que atendia pelo nome de Francisco, de nação Angola e que já transitava pelos diferentes portos e paradas do rio. Mesma situação na qual se encontrava o escravizado marinheiro Benedito de nação Mandinga sob a posse do tenente coronel Francisco Bulhão que ganhava com seu escravizado que navegava em uma pequena embarcação sua.

Oleiro

O Escravizado Oleiro era especialista na modelagem do barro para a produção de diferentes itens para o cotidiano da vivência colonial e imperial entre os séculos XVI e XIX, bem como para as construções arquitetônicas gerais. Sendo assim, o Escravizado Oleiro era responsável pela produção da maior parte dos itens arquitetônicos e essenciais para a vivência, tais como panelas, cumbucas, vasos, tigelas, canecas, potes de barro e, especialmente, telhas e tijolos

Logo, a produção de itens de barro por escravizados oleiros sustenta toda a construção das moradias dos senhores e, ainda, sua estética doméstica, sua ambiência. Oleiros como Luís Mulato e Raimundo Crioulo com pequenas oficinas nas casas de seus senhores em Caxias de Aldeias Altas, homens entre 30 e 40 anos, nascidos no Brasil. Oleiros eram artífices para a construção civil dos médios e grandes proprietários e para a comercialização de itens que produziam para as freguesias próximas a moradia de seu senhor no mundo colonial.

Pedreiro

O pedreiro levantava as construções com os diferentes tijolos e telhas produzidos pelos oleiros, ou, simplesmente, levantava algumas casas de taipa, pequenos armazéns e espaços de trabalho feitos de taipa em cada uma das fazendas, sítios e chácaras juntos aos rios.

Era o pedreiro que conhecia as melhores estratégias para a fundação das moradias, na construção do baldrame e no nivelamento da base e na formação de colunas necessárias para a solidez das moradas. Além disso, ele conhecia as estratégias na aplicação das argamassas que poderiam ter óleo de liga de baleia ou cinzas de casca de arroz que ajudavam na secagem rápida e na durabilidade e impermeabilidade da construção.

Esse amplo conjunto de técnicas específicas tornavam o escravizado pedreiro a segunda maior ocupação de escravizados em ofícios especiais que mais se repetia, atrás apenas do ferreiro. Alguns eram entendidos como mestres, oficiais e ainda possuíam aprendizes. É interessante perceber que quase todos os pedreiros identificados na capitania do Maranhão eram africanos e formaram suas técnicas de construção ainda em África. Esses africanos, portanto, construíram o patrimônio arquitetônico que existem até os dias de hoje.

Pescador

Uma saída para a boa alimentação era o peixe, abundante nos diferentes rios e na costa. Escravizados que pudessem pescar, seja através de pequenas armadilhas como currais, socós e matapis, ou no uso de lanças de madeira artesanais, que poderiam sustentar a alimentação de seus senhores, bem como comercializar os peixes excedentes.

Essas armadilhas foram inventadas a partir de conhecimentos indígenas com os quais os escravizados africanos poderiam direta ou indiretamente conviver de alguma maneira e poderiam ser rearticulados com os conhecimentos africanos. A pesca de curral, por exemplo, envolvia grande varas com trançados de cipós e outras fibras vegetais fincadas em rios ou junto a costa para encurralar peixes, era uma prática indígena, mas havia elementos similares na costa da África Ocidental, região do Senegal e Guiné-Bissau. Os pequenos matapis e socós eram estritamente indígenas, pequenas arapucas amarradas por fibras de palmeira que serviam para pesca de peixe e camarão. Para além disso, alguns escravizados africanos usavam a experiência adquirida na África Ocidental com diques junto a rios, não só para a irrigação do arroz e outras culturas, mas também para a criação de peixes.

Prático de Carreira

Canoas, lanchas e sumacas eram embarcações de pequeno e médio porte que poderiam subir alguns rios de grande profundidade, dependendo do leito e meandros do fluxo da água. Dado a irregularidade das navegações costeiras, fluvial e de ancoragem era necessário alguém que conhecesse os caminhos e a sazonalidade do volume da água, das grandes chuvas, do movimento das marés, do impacto da maré de sizígia nos rios, esse alguém era o escravizado prático.

Um desses escravizados práticos era o africano Domingos Caxeu com 56 anos que estacionava e orientava embarcações pelo Itapecuru, que acompanhava viagens de diferentes indivíduos. Seu conhecimento orientava embarcações para evitar naufrágios ou encalhes e garantir o fluxo de mercadorias do bacharel Henrique Guilhon, seu senhor e grande proprietário da ribeira no começo do século XIX.

Roceiro

Fazendas, sítios, chácaras e ranchos eram terras próximas aos rios que entravam pelo mundo colonial e neles que se produzia os principais produtos para as colônias. Os trabalhadores que movimentavam a economia nessas unidades produtivas eram os escravizados do campo, aqueles trabalhadores do mundo rural, do dito “serviço da roça”.

Encontramos roceiros como o José Angola de 35 anos, mas junto com ele também trabalhavam mulheres escravizadas como Theodora Crioula de 45 anos e Barbara Crioula de 25 anos, dentre outras tantas. Acreditava-se, inclusive, dentre os traficantes e proprietários coloniais, que as escravizadas roceiras poderiam ser muito mais rápidas que os homens na colheita do arroz e algodão. Sendo assim, não era uma atividade exclusiva de homens como a memória mostra, mas com grande quantidade de mulheres durante o trabalho no mundo colonial da América Portuguesa.

Sapateiro

Sapateiros tem uma grande relevância no mundo ocidental, pois fabricavam uma das vestimentas de maior uso e com representatividade para as distinções sociais. Sapatos possuíam diferentes fins sociais, mas seu uso, confecção e modelos denotavam diferentes grupos sociais. Sapatos eram elementos de diferenciação social no Brasil colonial. Escravizados não usavam sapatos ou qualquer forma de indumentária nos pés. Os sapateiros, assim, tinham um peso grande entre os grupos de artesãos.

Existiam diferentes formas de demonstrar a diferenciação social que havia entre os grupos na América Portuguesa até o período da abolição, dentre estas o uso de sapatos era uma das principais. Isso significa que o uso ou não de sapatos poderia evidenciar sua condição jurídica, nesse sentido, a função de sapateiro não denotava apenas o gosto por determinados tipos de calçados ou seus usos durante o período colonial, mas também a posição social de quem os usava.

Ao que parece, senhores e proprietários tinham interesse pela boa formação e qualificação desses escravizados sapateiros. Nesse sentido, o caso do escravizado José Crioulo de 14 anos é emblemático, o jovem escravizado foi mandado para a “cidade do Pará, [para] aprender a ser sapateiro” em 1808, a mando do seu senhor, o Capitão João Fernandes de Carvalho. Ao que parece, alguns mestres sapateiros eram conhecidos na capitania do Pará e não só produziam sapatos, mas ensinavam aos jovens aprendizes o ofício. O Capitão estava disposto a enviar seu escravizado para longe, pensando na melhoria dos calçados que poderia usar e ainda nos ganhos este escravizado poderia lhe proporcionar.

Servente

O escravizado servente, ou, ainda, classificado como um “ajudante” é direcionado para as lógicas de limpeza, cuidado e preservação do patrimônio interno de uma grande fazenda ou instituição da administração colonial. Talvez tivesse, ainda, uma função mais ampla ao ser aquele que ajuda as diferentes ocupações e qualificações.

Thomas Mandinga era um desses senhores escravizados, um homem de 65 anos, o seu objetivo era limpar, arrumar e vigiar as instalações da Fazenda Guanaré, propriedade do grande fazendeiro Pedro Miguel Lamagner. As atividades desenvolvidas por Thomas Mandinga era atividades simples, pois sua idade menos produtiva oferecia menos condições de executar parte dessas atividades.

Tecelão

O escravizado artesão deve não somente reconhecer os tipos de fio como linho de cânhamo ou algodão, mas ainda os vegetais usados nas tinturas e o conhecimento técnico sobre o manuseio dos imensos teares do século XVIII e XIX. Nesse sentido, a experiência do escravizado era essencial para a execução dessa ocupação.

Esses artífices usavam seus conhecimentos e experiências adquiridos em África para a execução de suas atividades. Africanos Minas dos países hoje chamados de Gana, Benim, e Nigéria, ou, os Angolas, gostavam de roupas coloridas no seu uso cotidiano ou, ainda, os

Moçambiques consumiam e produziam tecidos longos, coloridos e estampados denominados de capulanas. Esse conhecimento tradicional e ancestral coadunava com a atividade de mestres dos tecidos que estavam ocupando dentro da sociedade escravocrata.

O escravizado Carlos de 19 anos, moçambicano, era reconhecido como oficial tecelão, trabalhava em uma pequena oficina de seu senhor e produzia tecidos para que ele os revendesse. Era jovem, mas já era um artífice reconhecido como oficial por conta de sua ancestralidade moçambicana, o que o tornava hábil na produção de indumentárias.

Vaqueiro

É um escravizado explorado por seu senhor para a criação de gado vacum (Bois e vacas) e cavalari (cavalo, égua), que usava estratégias extensivas, andando longos espaços para a criação do gado. Por consequência, suas obrigações também requeria a criação de ranchos ou criadouros, bem como vigílias constantes para proteger o gado de perigos naturais, onças, cobras e outros.

São, basicamente, homens, sem idade pré-definida entre 20 e 60 anos de diferentes origens étnicas, Angolas, Mandingas, Caxeus, Cafus, Pardos e mulatos, mas com valores acima de 200 mil reis, dado sua importância no trato com o gado dos senhores.

Estes foram os verbetes com os resumos das descrições usadas no *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados*. Os textos compartilham descrições, tentativas de relacionar suas ocupações e ofícios com ancestralidades e conhecimentos africanos e os exemplos identificados e recolhidos a partir dos manuscritos usados. A ideia era tentar construir um texto dissertativo que apresentasse e tornasse mais didática a existência dos escravizados e seu valor na atividade laboral que exercem.

Desta maneira, não apenas explicávamos como era a ocupação e quais as atividades que exercia, mas dizer ainda quais as técnicas usadas pelos escravizados, seu envolvimento com o ambiente no meio do exercício desta ocupação e de onde poderia ter adquirido o conhecimento praticado (se de origem dos povos originários, ou de origem do continente africano). Ao final, citávamos alguns exemplos de escravizados que praticavam as ocupações e ofícios, com seus nomes adquiridos na colônia, idade, sexo e qual sua designação étnica, para que pudéssemos imaginar, vislumbrar as ocupações e seu exercício laboral diário. A partir daí, e incorporando as imagens, os interessados poderiam apreender e repensar a memória do cativo a partir da experiência dos escravizados maranhenses.

6. ALEGORIAS DIGITAIS E OS ESCRAVIZADOS NAS IMAGENS: Inteligências digitais, imagens de escravizados e o impacto de um dicionário ilustrado

A partir do que foi apresentado até este momento, os materiais didáticos produzidos ainda nestes últimos decênios, entre 2000 e 2020, no campo da disciplina história, não apresentam as ocupações e ofícios dos escravizados e o impacto destas na construção do mundo brasileiro, mesmo que estes livros façam incursões sobre a ideia de trabalho e como o trabalho impacta na formação da sociedade. No geral, as explorações sobre o mundo do trabalho, quando existem, são superficiais e pouco valorizam as diferentes atividades e quem os faz, ou seja, o mundo do trabalho não é explorado em suas vicissitudes, mesmo que a BNCC coloque a sexta competência como uma das competências gerais que a educação deva promover no processo formativo dos discentes.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2017, p. 9)

Desta maneira, as ocupações apresentadas no decorrer do dicionário seguem as orientações da BNCC ao valorizar origens e saberes dos grupos que praticam diferentes tipos de atividades, ocupações e ofícios do mundo do trabalho, por sua vez impacta na formação da cidadania, da consciência crítica ao perceber como as atividades, ocupações, ofícios e profissões eram usadas e exploradas no passado, como origem no seu contexto social atual. Assim, ao aluno da educação básica, um dicionário não só sobre a escravidão, mas que enfoque ainda as atividades e ocupações exercidas pelos escravizados, ajuda a perceber o sistema de exploração, o que os cativos explorados cumprem e exercem, como os escravizados usam seu conhecimento e como eles impactam no decorrer da existência do mundo colonial e imperial. Por consequência, isso propicia o desenvolvimento de competências que pesem as relações de trabalho no tempo, ao ponderar as relações com o hoje e o nosso passado e, sobretudo, mostra o exercício das funções dos trabalhadores e sua importância para a existência do mundo, como eram imprescindíveis naquele momento e continuam atuais.

Desta maneira, com o dicionário, pretendemos alcançar, por um lado, formas de conhecimento que valorizem a ancestralidade negra e a participação dos sujeitos negros escravizados no espaço-tempo, por outro, o desenvolvimento de uma consciência crítica

decolonial e antirracista que enfrente formas de conclusão enviesadas como a apresentada pelos autores Alfredo Boulos Jr, Edilson da Silva e Laercio Furquin Jr que apresentam o “trabalho braçal” como um tipo de trabalho “desonroso” e, pior, “coisa de escravo”, ao tornar complexo o conhecimento técnico para o exercício dos trabalhos braçais e colocar como notórios atividades interpretadas como de baixo valor. Por conta disso, apresentamos o dicionário com as 31 ocupações para dois grupos de professores, um primeiro grupo em Caxias e outro em Itapecuru, cidades integrantes do baixo Itapecuru, espaço hidrográfico do estado do Maranhão, como já enfatizamos anteriormente.

O dicionário construído foi apresentado e trabalhado nas duas oficinas com a presença de professores da região, no intuito de aferir o impacto do uso dos dicionários e sua aceitação por parte dos professores da educação básica. A ideia era dimensionar dois pontos, o uso das ilustrações e suas implicações e o próprio dicionário como um todo pelo próprio corpo docente que exerce o ensino na educação básica, para tanto avaliamos através de questionários aplicados sobre professores do Baixo Itapecuru, especialmente nas cidades de Caxias e Itapecuru-Mirim.

Portanto, aqui neste capítulo, pretendemos mostrar o “produto” enquanto conceito e materialização e sua transformação em relação direta com o que os professores das duas cidades avaliavam sobre este produto, concatenando os suportes usados na produção e nas escolhas orientadas e reorientadas. Desta maneira, usamos estes dois grupos de professores como “grupos focais”, grupos onde poderíamos criar um debate “que se fundamenta numa discussão racional”, através do qual se pretende compreender “percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços”, neste caso, estes dois grupos focais puderam nos ajudar a avaliar e reavaliar este produto, este dicionário ilustrado e tentar dimensionar o seu impacto entre os docentes para repensar e construir um produto final mais acessível e impactante para as necessidades em valorizar e reconhecer as contribuições da população negra de ascendência africana (TRAD, 2009, p. 780).

6.1 O primeiro uso das imagens a partir de pintores europeus e suas implicações

Após identificarmos as ocupações e ofícios de escravizados e citarmos exemplos com os quais pudéssemos evidenciar os sujeitos cativos envolvidos nessas ocupações específicas, precisamos de algum complemento que nos pudesse possibilitar ver o quadro completo das atividades laborais praticadas e o uso de imagens se mostrou um poderoso artifício. As alegorias ofereceriam uma contribuição ainda maior e alcançariam mais largamente

os leitores, sim, pois o uso de imagens em artefatos culturais e instrumentos didáticos é um importante complemento para ajudar a vislumbrar os enunciados lançados no texto.

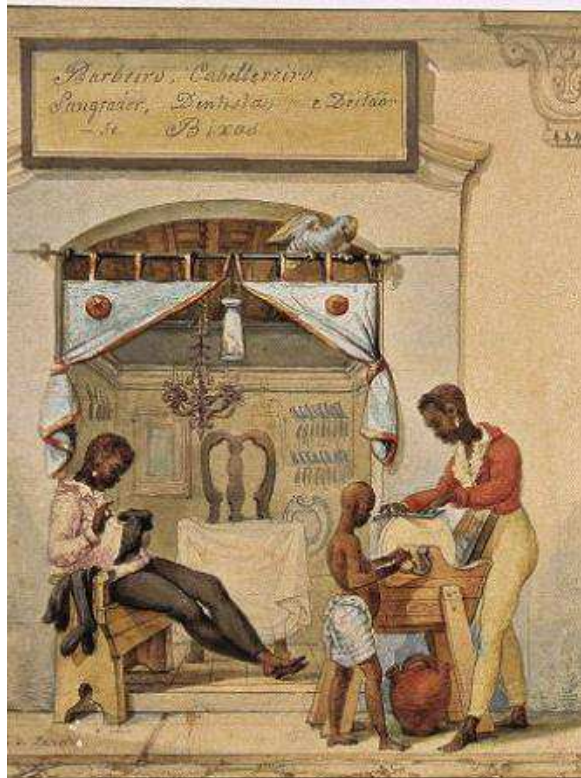
As imagens, então, funcionavam como uma potente estratégia para antever, delinear, ou melhor, visualizar o que é dito e como suporte para valorizar as atividades dos negros africanos enquanto escravizados no mundo colonial. Entretanto, é importante dizer que nem toda representação pode possibilitar os sentidos que se pretendia, foi preciso montar critérios e estratégias para nortear as escolhas sobre essas imagens e ponderar possíveis impactos junto aos leitores.

Primeiramente, resolvemos usar imagens produzidas por visitantes e artistas estrangeiros que estiveram na América Portuguesa ao final do período colonial ou cronologicamente próximos ao recorte temporal desta pesquisa, anos de 1760 e 1822. Indivíduos como Jean-Baptiste Debret e o alemão Johann Moritz Rugendas, que integraram a missão artística francesa que chegou à colônia portuguesa em março de 1816 e acabaram registrando momentos do cotidiano colonial enquanto realizavam trabalhos para a coroa portuguesa na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Portanto, iríamos usar essas pinturas como fontes enviesadas, feitas a partir do olhar do pintor europeu, mas que acompanharam o cotidiano colonial e representaram diversas particularidades da sociedade escravista carioca, um possível testemunho do mundo trabalhista colonial. Dentre eles, os que mais representaram momentos de exploração e vivência da relação dos escravizados entre si e dos escravizados com os europeus foram justamente estes dois, o francês Jean-Baptiste Debret e o alemão Johann Moritz Rugendas, Debret pintou mais de 800 obras durante os 15 anos que acompanhou a sociedade carioca de então, enquanto Rugendas desenhou quase 100 obras no mesmo período, mas em diferentes capitânicas da colônia portuguesa, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, e Espírito Santo (Lamego, 2018).

Apesar de ser uma possibilidade coerente e rica com o espaço-tempo definido, mas aos poucos essa estratégia se demonstrou anacrônica, afinal pretendíamos usar imagens que pudessem representar, mesmo que indiretamente, as ocupações e ofícios de escravizados, mas eram poucas as imagens que tinham essas intenções. Além disso, nessas representações, junto aos ofícios, estavam ainda outros sentidos que submetiam novamente os escravizados e os reduziam às coisas que aquela sociedade insistia em evidenciar, desenraizando, ofendendo, submetendo o escravizado, potencializando perspectivas de desigualdade e discriminação pela desumanização dos cativos negros. Portanto, o uso dessas alegorias parecia desalinhado com o que se pretendia com o dicionário.

De qualquer maneira, ainda conseguimos separar sete imagens que exprimiam características das ocupações que intencionamos compor no dicionário, quatro de Debret, à saber “Feitor castigando negros”, “Loja de barbeiros”, “Barbeiros ambulantes” e “Loja de Sapateiro”; e, outras três de Rugendas, “Negro e Negra em uma Plantação”, “Negro e Negra na Bahia”, “Negras do Rio de Janeiro”. Estas representavam as ocupações e ofícios de feitor, barbeiros, cabeleireiros, roceiros, lavadeiras e ganhadeiras. Entretanto, fora o caso das pinturas referentes aos barbeiros e cabeleireiros, “Loja de Barbeiros” e “Barbeiros ambulantes”, todas as outras imagens possuem o peso da violência ou da objetivação dos “escravos”, mostrados como exóticos (os três desenhos de Rugendas), ou envoltos em violências físicas (“Feitor castigando negros”) ou, ainda, violências “pedagógicas” executadas por seus senhores (“Loja de Sapateiro”). Assim sendo, pouco era enfatizado sobre o sujeito cativo em suas ações e práticas trabalhistas, e os autores das obras ainda ignoravam o exercício da técnica ou do conhecimento de base étnico-racial, em parte, por conta do filtro cultural europeu; em parte, por conta do próprio exercício da violência que povoa o sistema escravista colonial e chama atenção do estrangeiro.

Imagem 01: Loja de Barbeiros – Debret



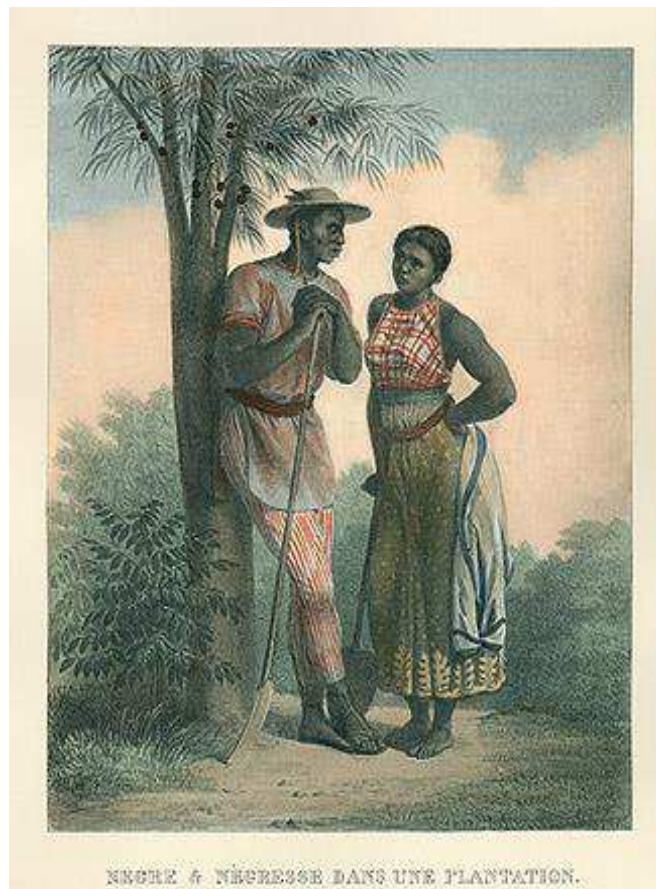
Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 02: Barbeiros Ambulantes – Jean Baptiste Debret



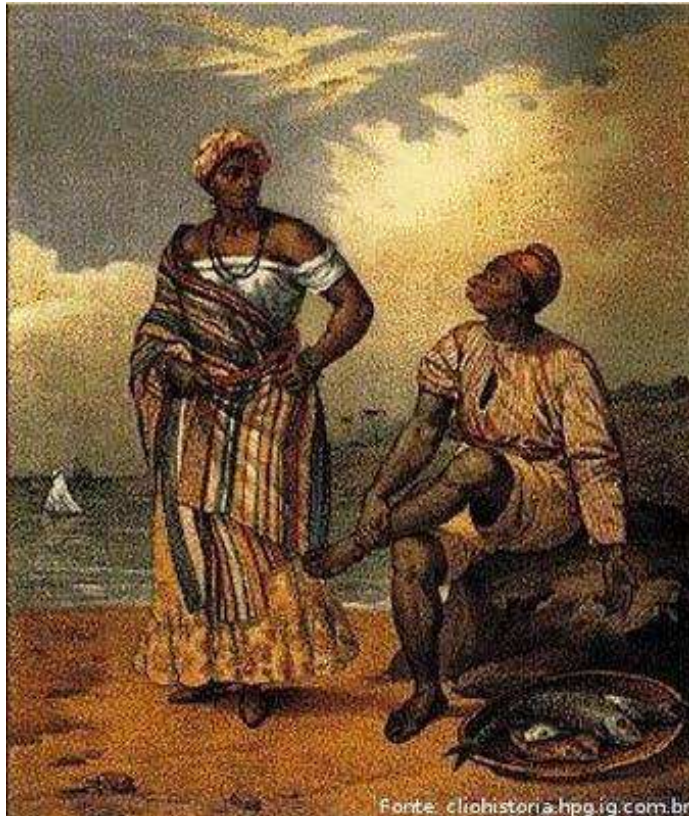
Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 03: Negra e Negra em uma plantação



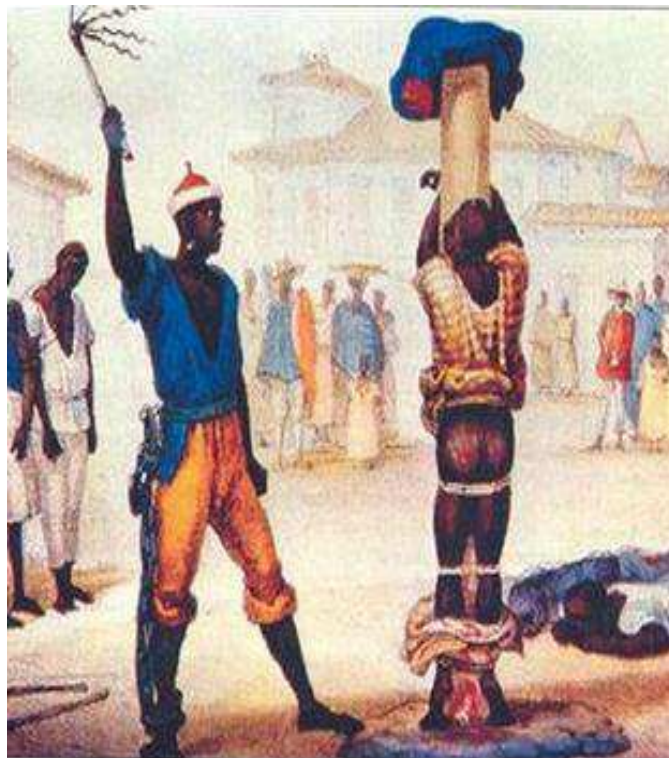
Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 04: Negro e Negra na Bahia - Rugendas



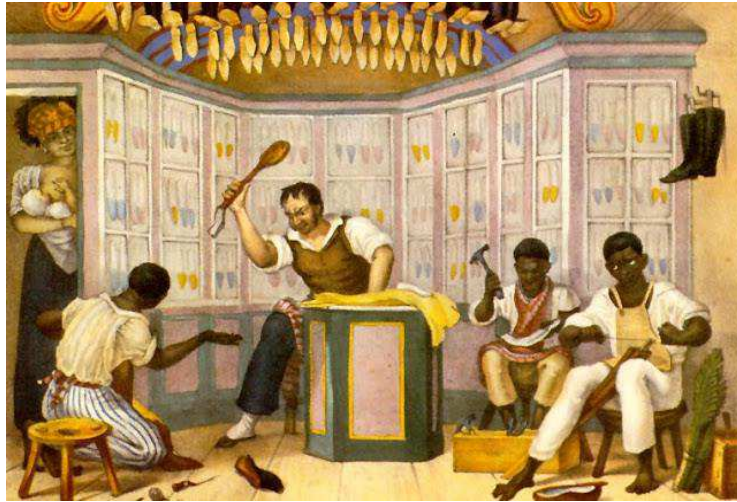
Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 05: Feitor Castigando Escravos - Debret



Fonte: Arquivo Pessoal

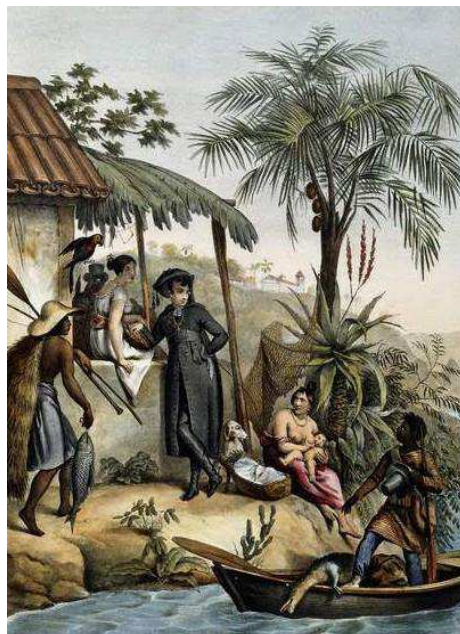
Imagem 06: Loja de sapataria



Fonte: Arquivo Pessoal

Além destas sete obras, restavam desenhos e pinturas que visavam representar outras cenas da sociedade colonial, momentos de descanso, lazer, tipos sociais, espaços e ambientes amplos, figuras urbanas, relações de exploração dos senhores com seus escravizados etc. Isso apresentava grandes contextos de exploração e vivência colonial a partir dos senhores e com pouca ênfase no cativo e sua própria experiência e, portanto, com baixa relação com os verbetes do dicionário. Todavia, ainda insistimos sobre seu uso, como ilustração ou bricolagem sem significado direto, retirando-o de seu contexto e alusão original. Estas são as que recortamos pedaços ou as retiramos de contexto foram as obras de Johann Moritz Rugendas, pinturas em óleo, desenhos e litografias, tais como as três obras relacionadas a seguir:

Imagem 07: Costumes da Bahia, Rugendas



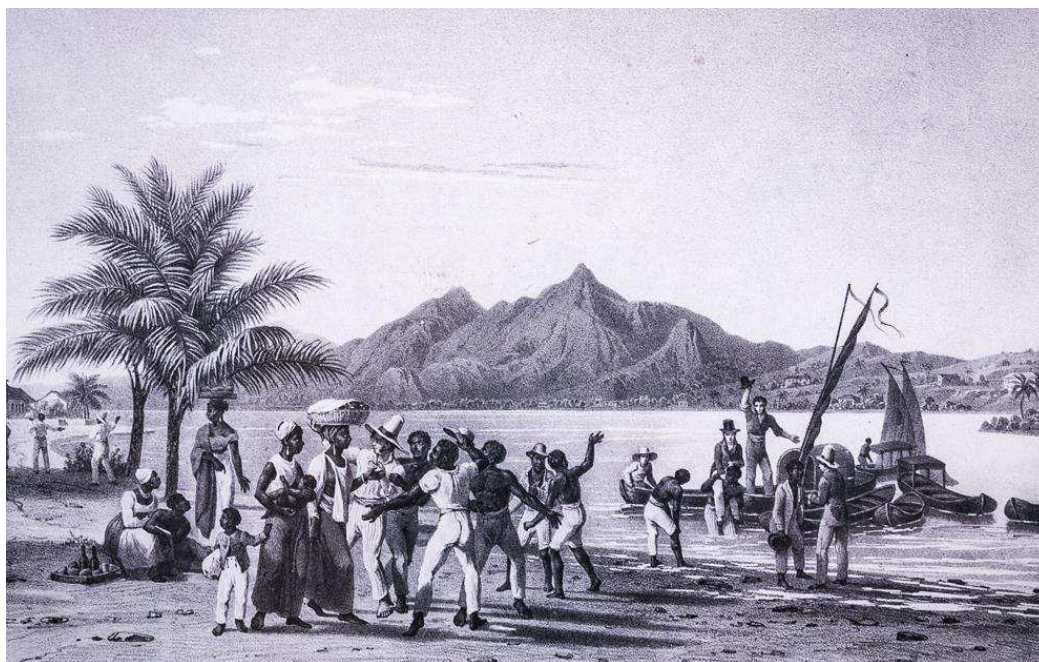
Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 08: Derrubada de Matas – Rugendas



Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 09: Matelots, Litografia – Rugendas



Fonte: Arquivo Pessoal

As imagens foram, então, usadas em recorte, pedaços retirados de pinturas maiores (como nos verbetes de carapina, costureira, cozinheira, alfaiate e balceiro) mas não ofereciam plenitude para interpretações orientadas sobre as ocupações como intencionamos inicialmente. Rugendas não pretendia mostrar as ocupações e atividades de trabalho dos escravizados no mundo colonial, mas pretendia representar o cotidiano colonial, explorando a sociedade e seu trânsito em amplitude ambiental, uma forma de expor a sociedade em sua realidade “natural” como uma realidade exótica dos trópicos, as ações e atividades feitas pelos escravizados eram apenas um elemento colateral. Da pintura “Derrubada de Mata” retiramos, por exemplo, um

escravizado carapina trabalhando na derrubada de uma árvore, mas o contexto era do uso da abundância ambiental no Rio de Janeiro; a partir de outra pintura, uma litogravura mais exatamente, recortamos algo que poderia representar os escravizados balceiros, mas o que se interessava com a obra era expor um dia agitado em uma junção de cativos negros, nela encontramos crianças, mães escravizadas, lavadeiras, curiosos, e trabalhadores em uma possível balsa (Matelots, Litografia). Por último, pretendíamos destacar os escravizados canoieiros a partir de uma pintura que representava o fluxo, trânsito e trocas com diferentes tipos sociais em um rio no interior da Bahia, destacando a presença de padres, índios e pretos cativos com o consumo de caça e pesca (Costumes da Bahia). Estes exemplos demonstram como o interesse do alemão era diferente do que pretendíamos com o dicionário, Rugendas pintava algo que lhe chamava atenção com seu filtro europeu, mas ignorando as especificidades que pretendíamos enfatizar com um dicionário ilustrado sobre as ocupações e ofícios de escravizados.

E assim mantivemos apenas 13 ocupações com representações e nos outros usamos outros artifícios com imagens criadas em espaços de edição ou com pinturas de outros autores ou, ainda, sem imagens com as quais os verbetes pudessem dialogar. Desta maneira, criamos o primeiro protótipo do *Dicionário ilustrado sobre as ocupações de escravizados*, utilizado nas oficinas em Caxias e Itapecuru que serviram para analisar o dicionário e seu impacto entre professores da educação básica do Baixo Itapecuru.

Após implementarmos o protótipo do dicionário usamos um formulário para aplicar um questionário simples para avaliar o conhecimento sobre a escravidão e como os respondentes reagiam ao dicionário e, neste caso, às imagens utilizadas em conjuntos com os verbetes. Cerca de nove respondentes não esboçaram reações ou implicações sobre o uso das imagens, apenas sobre o uso dos textos ou do dicionário em si. De maneira equilibrada, entre os outros oitenta respondentes, tivemos recepções positivas (cerca de 63,7%) e recepções com restrições ou que apresentaram incômodos com as imagens usadas (36,3%).

Entre as considerações “positivas”, temos desde aceitações taciturnas como “satisfatórias” (ALSR, 36 anos, professora quilombola), ou mais assertivas, “Imagens bem ilustrativas” (Respondente 14), “as imagens apresentadas reflete[m] de forma como era o trabalho escravo” (DSF, 18 anos, mulher quilombola) ou, mais empolgadas e altamente receptivas como “A imagem nos faz contextualizar o ambiente e obter uma noção do real” (EMS, mulher quilombola, 58 anos, professora), ou “no tocante a imagens, achei que a escolha dos pintores europeus foi certa” – a mais interessante dentre todas estas considerações, pois seus critérios de qualidade pareciam ser orientados pelo uso das obras de pintores europeus.

Estas acepções entendiam as imagens de pintores europeus como capazes de abarcar “satisfatoriamente” os momentos que representavam, compreendendo essas alegorias como efetivos testemunhos que poderiam ajudar discentes e outros interessados a entender os verbetes sobre as ocupações e ofícios de escravizados. Isso revela uma aceitação com as alegorias empregadas, dado seu uso complementar e ilustrativo às descrições das ocupações, mas pode ainda desvelar elementos como uma possível ausência de observação crítica sobre as imagens, ignorando seus problemas técnicos, aceitando-as como simples ilustrações ou, em menor quantidade, uma subordinação ao modelo europeu (no uso “certo” dos pintores europeus) ou, ainda, certa subordinação à “memória do cativo” que interfere em um olhar mais atento.

Fora estas primeiras impressões que evidenciamos aqui, temos ainda as ponderações com observações mais reflexivas e críticas quando apresentadas em alguns verbetes, estas reconhecendo as imagens como mais que simples ilustrações. Os comentários orbitavam em torno das ausências de imagens em alguns verbetes quando destacavam que “precisa de mais imagens” (Respondente 17), ou acusarem que “alguns verbetes estão sem imagens” (Respondente 32) ou sugerirem “colocar mais imagens nas ocupações e ofício dos escravizados” (Respondente 25). Além disso, alguns respondentes perceberam o desnivelamento entre as descrições das ocupações e ofícios e as imagens com as quais deveriam dialogar, isso é perceptível quando os respondentes acusam que “algumas estão simples e difíceis de deduzir” (Respondente 09) ou “as imagens podem ser melhor trabalhadas” (Respondente 13). Isso evoca a presença de uma consciência docente no uso de artefatos culturais e materiais didáticos em sala de aula que estes professores deixaram manifestar, pois “poderiam ser mais lúdicos e coloridos” (Respondente 39).

Em meio a estas últimas respostas, podemos constatar que os respondentes deixam transparecer certa cautela, ou mesmo insatisfação e, por consequência, conseguiram evidenciar as falhas lúdicas do dicionário, o que denota a carência na organização estética do produto. Essas posturas, reafirmaram as inseguranças autorais sobre o uso das imagens no dicionário criado, tanto por conta das relações anacrônicas com as imagens de Debret e Rugendas, quanto por conta da incorporação de imagens avulsas ou criadas em programas de edição, ou ainda por conta de sua completa ausência em alguns verbetes, manifestando uma fragilidade estética em um dicionário ilustrado.

Tendo em vista que a proposta de um material lúdico de consulta que usava imagens de época foi relativamente negativamente pelos respondentes, entendemos que precisávamos mudar. Portanto, após as oficinas, agregadas as críticas, resolvemos repensar a inserção dessas imagens e seu uso a partir de pintores europeus que transitavam pelo Brasil no começo do século

XIX. Afinal, se a intenção prioritária era legitimar os textos dos verbetes descritos, precisávamos ainda assegurar que os sentidos possibilitados pelas alegorias promovessem uma forma de conhecimento que valorizasse a presença dos negros na história. Assim entendíamos que não só o texto descritivo dos verbetes deveria ter uma postura diferente, mas a imagem também deveria “dizer” e denotar valores mais positivos sobre os escravizados e seu impacto no mundo colonial.

Posto que os sentidos que pretendíamos esboçar eram mais atuais e hodiernos e, portanto, destoantes das imagens anteriormente escolhidas, a saída mais segura e condizente com as necessidades autorais e atuais era produzir as alegorias necessárias. Dada as dificuldades e desgastes técnicos e específicos na produção de imagens, escolhemos então pela produção a partir das tecnologias atuais, as chamadas Inteligências Artificiais – IA’s, inteligências contemporâneas, paralelas e potentes que poderiam ser orientadas para a produção específica de imagens que simulassem o período colonial e pudessem transparecer parte do cenário que representasse os escravizados no Maranhão ao final do período.

6.2 O “Uso do computador” e a produção de alegorias: IA’s, racismo logaritmo e as implicações do uso da tecnologia para o historiador

O uso das tecnologias com o fim orientado para pesquisas em história começa ainda na década de 1960, mas foi nas décadas posteriores que teremos seu uso mais intenso e organizado. As inovações e aplicações pela história, para contagens, quantificação, contabilização de volumes migratórios, de circulação de gêneros alimentícios e outros produtos eram tentativas de dimensionar através das ferramentas tecnológicas contextos estruturais que se revelam como tendências metodológicas nas abordagens da história social na década de 1980, tentando contextualizar a sociedade no campo da História Social (Carvalho, 2014; Hobsbawn, 1999; Figueiredo, 1997; Tavares, 2012).

O uso das tecnologias, ou, ainda, o “uso do computador”²⁰, como diria Luciano Figueiredo (1997) tornou os resultados da abordagem quantitativa na História mais dimensionáveis e relacionáveis entre si e abarcando diferentes pontos espaciais, abrindo

²⁰ A expressão uso do computador que usaremos aqui é uma alusão articulada por Luciano Figueiredo em 1997 e fará relação com a expressão material da ideia de rede (Levy, 2010), através dos periféricos de entrada e saída como o computador, o smatphone, mas agregaremos ainda as concepções de sistemas operacionais e de programas, entendemos que não é a mesma coisa e que suas particularidades são mais complexas, mas aqui o faremos como uma forma de facilitar sua discussão e o uso de figuras de linguagens como recurso argumentativo.

amplitudes maiores para ação do historiador e para as interpretações e reconhecimentos de objetos para a história. Luciano Figueiredo, em 1997, afirmava que o historiador poderia fazer dois “usos do computador”, o primeiro como complemento nas estratégias de ensino e pesquisa no ensino superior da pós-graduação; segundo, quando usado de maneira suplementar nas metodologias de pesquisa em história. Notadamente, os historiadores fizeram uso deste último para facilitar sua coleta de dados na construção de espaços de armazenamento digital, hemerotecas, arquivos digitais e repositórios arquivísticos, transformando os espaços de pesquisa de “templos de pesquisa” em “redes de informação de pesquisa” a partir dos bancos de dados. (Carvalho, 2014; Figueiredo, 1997). Algo que se apresentou ao historiador desde os anos dois mil e a autora Célia Tavares (2012) assim identificou:

O historiador tem acesso a uma quantidade quase infinita de informações, distribuídas em centenas de milhares de sites que oferecem análises de fatos históricos, cronologias, biografias, reproduções de imagens de quadros, esculturas, obras arquitetônicas, músicas, dicionários, enciclopédias, embora parte desse material não siga padrões acadêmicos ou científicos, seja na seleção de fatos ou temas, seja na análise destes (Tavares, 2012, p. 308)

Desta maneira, historiadores teriam ao seu dispor um imenso acervo para pesquisas, mas, sobretudo, metodologias de busca, organização e mapeamento de dados, algo completamente novo no processo de pesquisa e tessitura sobre o passado. Para os historiadores da escravidão, especificamente, esta possibilidade se demonstrou uma vantagem espetacular quando os dados de diferentes escravizados poderiam ser quantificados e relacionados entre si.

Uma destas tentativas, com o uso das tecnologias, se expressou na maior rede de informações sobre o tráfico de escravos, o website *Trans-Atlantic Slave Trade Database Voyages* que atualmente cumpre seu papel de fornecer dados sobre as embarcações que levaram escravos no Atlântico e funcionando tanto como uma fonte, com o qual podemos pesquisar objetos e tendências da pesquisa sobre o tráfico de escravizados, avaliando números de escravizados por embarcações, portos, índice de mortalidade, etc, etc; quanto como plataforma para acessar e adicionar dados sobre pesquisa e publicização das trajetórias de escravizados e as embarcações que os aprisionavam e os transportavam pelo Atlântico (Soares, 2019).

Ao conseguir coletar e relacionar diferentes dados em diferentes lugares, o banco de dados do *Slave Voyages* proporciona uma compreensão e extensão mais profunda desse fenômeno mundial ao preencher lacunas em registros históricos e projetar o volume de cativos africanos do início ao fim desse comércio (XVI ao XIX). Assim, o próprio site funciona como uma imensa fonte de documentação ativa, mas para além disso, mas em menor proporção, de

debate acadêmico, de material didático sobre o próprio tráfico e de formas de tratamento de dados em diferentes abas para discussão desses itens (Soares, 2019). Entretanto, esses materiais suplementares ao banco de dados, os materiais didáticos, planos de aulas, apresentações e projetos educativos presentes no site, são pequenas tentativas de produzir uma história pública²¹ a partir do material técnico montado junto ao banco de dados sobre o tráfico. Algo feito por diferentes historiadores em diferentes países, como um projeto transnacional sobre a escravidão.

Isso significa dizer que temos, ao mesmo tempo, a abertura para diferentes relações globais através do suporte das tecnologias digitais, na relação do espaço local com o global, mas ainda temos uma possibilidade de abordagem de pesquisa para o historiador na relação com os diferentes dados usados em suas pesquisas. Portanto, os historiadores, agora, podem responder a anseios locais e regionais, não somente no seu nicho de pesquisa, quando buscam o mundo das bibliotecas e arquivos como espaços de memória, mas também em relação com outros pontos no globo, tudo isso com o suporte digital (Carvalho, 2014; Figueiredo, 1997; Tavares, 2012).

Este momento o qual experimentamos é um momento ímpar na circulação de informações, sobretudo ao dinamizar a circulação de informações através das mídias digitais. Se no século XVIII, o dicionário era a arma mais poderosa da tentativa de conseguir informações, neste momento são os artefatos digitais que nos possibilitam caminhos por aquilo que podemos chamar de “rede”, algo materializado através do “uso do computador” ou de outros periféricos materiais. A “rede”, onde sites como o Slave Voyages funcionam é o que possibilita o trânsito de informações que auxiliam pessoas em geral, e historiadores em específico, conectando sujeitos em diferentes realidades, gerando a crença de uma conexão global. Nela ocorre um novo espaço para a comunicação, ou melhor, uma nova linguagem que surge da “interconexão mundial de computadores. O termo [rede] específica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 2010, p. 17). Nessa rede, materializada no “uso do computador”, o historiador pôde, portanto, revolucionar as pesquisas em “redes de informação” e transitar com um novo tipo de memória.

²¹ O debate sobre História Pública tem se demonstrado cada vez mais presente e importante não só para publicar os acontecimentos da história, mas para potencializar transformações na memória com os trabalhos de Alex Costa (2022), por exemplo.

Entretanto, ainda hoje, é oportuno dizer que os historiadores e suas redes de informação para pesquisa, se restringem aos nichos da memória acadêmica que se redimensionam em redes sociais de informação como o Café História e outros (Carvalho, 2014) e no exercício metodológico da pesquisa, sem avançar para o uso das tecnologias para a publicização dos estudos, ou no exercício de uma memória mais ampla, ou, ainda, sem servir de suporte para o exercício político-pedagógico em escolas e espaços de ensino. Portanto, mesmo com as novas possibilidades do “uso do computador”, o historiador ainda se restringe ao nicho acadêmico e de pouco embate memorialista, algo que restringe as pretensões da história pública e funciona como um obstáculo para eventuais transformações da memória oficial e do conhecimento hegemônico que se reproduz na sociedade e na escola, especificamente.

Além disso, mesmo que como uma nova comunicação ou mesmo linguagem, essa rede com o qual o historiador dialoga é reflexo de um modelo de conhecimento, uma sociologia política do conhecimento de base ocidental, ela é reflexo de um modelo de conhecimento hegemônico que repete e dissimula aspectos de desigualdade e discriminação, inclusive, ousamos dizer, relendo e reaplicando a dor da memória do cativo de maneira sutil nas representações e alegorias sobre o negro na rede. Algo que precisamos ponderar, sobretudo, no uso para a produção de imagens. Isso especialmente, se tornou mais manifesto entre os anos de 2015 e 2025, mesmo com o uso empolgante e emblemático de espaços inexplorados por historiadores, como a rede social (Carvalho, 2014), as plataformas (Locatelli, Motta, Oliveira, 2022) e, especialmente, as IA's (Ferreira Filho, Barros, 2024).

A Inteligência artificial que aparece como um elemento de desafio (Ferreira Filho, Barros, 2024), apoio (Silva, 2024) ou perigo (Silva, 2022) dentre as interpretações mais contemporâneas, acabou abrindo portas importantes para a construção das pesquisas, e, mais importante ainda, para as formas do exercício da profissão de professor de história e dos saberes docentes.

No campo da pesquisa histórica, a exemplo, a IA tem contribuído de diversas maneiras, oferecendo desde novas ferramentas e métodos que podem transformar a pesquisa e a escrita histórica como no processo de digitalização e indexação de documentos históricos, tornando-os acessíveis para pesquisa e análise até a transcrição automática de textos manuscritos e a catalogação de arquivos digitais. Contudo, há de se pensar que estes instrumentos do IA apresentam lacunas, visto que são dados fomentados pela inteligência humana. *As IA's são generativas de texto*, ou seja, aquelas que, após o treinamento da máquina cria conteúdo e texto a partir de dados pré-existentes, dando sentido a partir de padrões linguísticos extraídos do banco de dados da internet. *Têm a capacidade também de criar imagens*, textos, músicas entre

outras, a partir de comandos dados pelos usuários (Ferreira Filho, Barros, 2024, p. 31) [grifo nosso]

As propriedades gerativas das IA's e sua capacidade de criar imagens são o que nos interessam na construção de um dicionário ilustrado, já que a tentativa de coletar imagens de época a partir dos testemunhos alegóricos de pintores e desenhistas se demonstrou muito problemático, nos sentidos que se pretendia alcançar, e na qualidade estética do trabalho. A partir de comandos e norteadores textuais que pudessem conter sentidos, descrições ambientais, descrições das atividades praticadas pelos escravizados e detalhes produzimos as alegorias digitais que complementaríamos os verbetes sobre as ocupações e ofícios dos cativos negros. Portanto, aqui, não foi importante só a possibilidade de indexação e cruzamento de dados com estas tecnologias, mas sua capacidade criativa para produzir novas alegorias e vislumbrar as atividades laborais dos cativos.

Nesse sentido, é importante novamente ponderar as ocupações e ofícios que estavam em exercício por um vasto território que identificamos aqui neste trabalho como Baixo Itapecuru, espaço de 360 quilômetros de comprimento que nos dias de hoje engloba nove municípios. Ao final do século XVIII e começo do século XIX, o Baixo Itapecuru era um território largamente rural com poucos núcleos urbanos coloniais, estes poucos núcleos urbanos tinham conjuntos de moradia e produção junto ao grande rio Itapecuru, e junto ao mesmo rio foram construídos vilas, freguesias e distritos, além de pequenas unidades de produção e moradias como ranchos, chácaras, sítios e fazendas para o grande plantio de algodão e arroz, principalmente. Além disso, esses núcleos entre o rio e a mata, formaram, ainda, outras economias através da exploração e extração de elementos como o gergelim, a canela, o urucum, o cacau bravo e a copaíba, ou ainda, nestes núcleos se criavam inúmeras cabeças de gado. Era, assim, uma larga extensão para a produção, coleta, criação e pesca e onde se gestou um grupo de pessoas para a produção agrícola e campesina negra vinculados a terra de seus senhores.

Os escravizados estavam por todas essas extensões e exerciam essas ocupações e ofícios junto ao rio Itapecuru, ou, em menor proporção, junto a outros rios como o Mearim, o Pindaré (ainda dominado pelos “índios do corso” nessa época) e os rios da ilha de São Luís, como o Rio Bacanga. Claro que nem todos os ofícios necessitavam diretamente do rio, mas, ocasionalmente, precisavam de elementos retirados da natureza e, portanto, além de fazerem uso dos conhecimentos ancestrais, relacionavam-se ainda com este espaço ambiental de onde não só retiravam o sustento, mas os insumos para suas atividades. Isso é importante de ser dito, pois o rio Itapecuru é, também, um personagem importante nesta história e é mencionado

constantemente nas descrições dos ofícios, pois por ele haveria um contexto ambiental de coleta extrativista ou por ele se daria o fluxo migratório e de interiorização colonial, e, por consequência, seria o pano de fundo do exercício dessas ocupações e ofícios ou, ainda, para além do rio, a Palmeira de coco Babaçu, os campos e as vegetações rasteiras eram coadjuvantes que precisariam estar presentes na tentativa de formar uma identidade local e, também, nacional. Por isso, quando as ocupações e ofícios estavam sendo processadas pelas IA's, precisamos incluir nos comandos descrições do espaço ambiental por onde o rio passava e com o qual os cativos negros se relacionavam.

O material didático não deveria apenas provocar os leitores ao expressar formas de reconhecimento ancestral e histórico do escravizado negro africano, mas, ainda, proporcionar formas de reconhecimento local e regional com o ambiente que lhe cerca ao ver instrumentos e comportamentos seculares nas imagens do dicionário, sobretudo naqueles de realidade campesina. Portanto, resolvemos acrescentar não só o rio Itapecuru em sua imensa proporção, mas, ainda, a palmeira e a vegetação local, animais, adereços (como arapucas, vassouras de palha etc.) e outras práticas, denotando as características que compõem o espaço maranhense como pano de fundo e como laços ambientais que funcionam como sustento das produções dos escravizados. Afinal entendemos que as produções de artefatos culturais e materiais didáticos possuem maior êxito quando os leitores em geral e, especificamente, os discentes das escolas, podem se reconhecer ou constatar o ambiente que lhes cerca quando ali representados.

Desta maneira, criamos imagens orientados por três norteadores principais, à saber, as ocupações em si, o que fazem e com o que fazem; o próprio rio Itapecuru e elementos da vegetação retratados nas imagens; e, os itens ocasionais incluídos como roupas, instrumentos de trabalho e outros sujeitos presentes para criar um contexto de trabalho dos cativos negros no Maranhão. No processo de construção das imagens, esses norteadores foram imprescindíveis para imaginar inicialmente as representações e conseguirmos elaborar comandos textuais a partir dos quais as IA's gerariam seu processo criativo. A partir da conclusão desta etapa que começamos a nos relacionar com as inteligências artificiais.

Fomos tateando na relação com as IA's e percebendo os limites e especificidades de custo, serviço e produção de imagens. Primeiramente, usamos a Midjourney, uma IA de uma empresa independente de pesquisa sobre inteligência artificial; seguido pela Flux Image Generator do AI-PRO, vinculados ao complexo digital OpenAI, uma empresa e laboratório de pesquisa sobre Inteligência Artificial norte-americana; e, por fim, e principal, o SeaArt AI, também como uma empresa e plataforma de uso de IA's para a produção de imagens, mas com o destaque de funcionar de maneira colaborativa e coletiva.

A experiência na produção de imagens a partir dessas inteligências encontrou alguns obstáculos relacionados, primeiramente, às questões de custo e dispêndio financeiro e de consumo de serviço capitalista através dos quais são comercializados a produção de serviços, como a produção de imagens, cada uma dessas plataformas, sites e programas cobravam logo quando se iniciava seu uso (Midjourney), ou após uma quantidade de cinco imagens produzidas (AI-PRO). Por conta disso, a SeaArt-AI acabou sendo o principal suporte na produção de imagens, pois disponibilizou um pacote mais amplo de serviços por cada usuário, antes de começar a cobrança, tornando mais acessível seu uso para a construção do dicionário.

O segundo obstáculo, e mais importante na execução deste trabalho, manteve relação direta com as questões socioculturais com as quais dialogávamos e queríamos alcançar, às quais envolvem o próprio processo de relacionamento das inteligências artificiais com as percepções humanas e sociais e quais os sentidos que se pretendiam alcançar com as imagens produzidas através do “uso do computador”. Afinal, mesmo que apresentada como um “instrumento” gerador, as inteligências artificiais só poderiam criar produtos humanos a partir de descrições e orientações humanas, logo, por mais que se acredite numa “cibercultura”, em um ambiente virtual globalizado integrado e integrador que possibilita aquilo que chamaríamos de uma “inteligência coletiva”, uma forma de “inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” para todos em todos os lugares (Lévy, 2003, p. 28), mas isso não parece ser efetivo. A crença afirma a possibilidade da “sociedade da informação” (Castells, 2018), projetada no “uso do computador”, como promotora de inclusão e antagonista das desigualdades²², ignorando algo que Tarcízio Silva (2022) denominou de racismo algoritmo.

Racismo algorítmico como o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados. Tal ordenação pode ser vista como uma camada adicional do racismo estrutural, que, além do mais, molda o futuro e os horizontes de relações de poder, adicionando mais opacidade sobre a exploração e a opressão global que já ocorriam desde o projeto colonial do século XVI. (Silva, 2022, p. 66)

²² É importante destacar que parte desses intelectuais acreditam que as novas tecnologias podem até estimular desigualdades entre os estados nacionais no mundo, mas, ainda assim, eles alimentam uma crença otimista na possibilidade da tecnologia diminuir as desigualdades, inclusive intelectuais como Jacob Gorender que afirmava que a globalização e a tecnologia “projetam para o futuro a possibilidade de uma sociedade planetária unificada” (Gorender, 1995, p. 93), e portanto, alimentam a ideia das tecnologias como embaixadoras da democracia e inclusão em todas as partes do mundo, mas nada falam, por exemplo, sobre a discriminação projetada nestas tecnologias e reproduzidas a partir delas.

Desta maneira, “o computador” expressava uma releitura do racismo estrutural em espaços digitais, pois a sociedade constituída a partir da hegemonia ocidental gerou uma percepção digital das formas de desigualdade e discriminação herdadas de nosso contexto histórico. Logo, com a montagem desta nova forma de linguagem, também se ressignificaram relações de poder e diferenciação. A partir de estratégias de “treinamento” e aprendizado das inteligências artificiais no mundo virtual, estratégias recorrentes usadas pelas grandes corporações de tecnologia para o “aprendizado da máquina” em contextos humanos (recorrendo a aplicativos de “embelezamento”, reconhecimento facial e identificadores de imagens), “o computador” pode traduzir e incorporar representações humanas, reconhecendo a sociedade e reproduzindo suas diferenças, desigualdades e discriminações as mais diversas (Silva, 2022).

O “aprendizado da máquina” (Silva, 2022) instruiu as inteligências artificiais na relação com os humanos para o reconhecimento das lógicas sociais, por consequência, impactou na forma que “o computador” produz ou gera textos, imagens e outras expressões digitais sobre os humanos. Por consequência, isso também impactou sobre a produção das imagens neste dicionário, afinal, o “computador”, teria dificuldades em gerar imagens destituídas das diferenciações e desigualdades sociais as quais nossa sociedade processa constantemente e com as quais ele aprendeu. O “computador” reproduziria, intencionalmente ou não, esquemas de diferenciação constituídos a partir do colonialismo e de seus resultados expressos atualmente de maneira extremamente veloz, já que a desigualdade e a discriminação, anteriormente constituídos pelas formas de conhecimento ocidental e pelo colonialismo, ainda se reproduzem nos dias atuais e agora com o apoio do uso do computador, algo comentado por Tarcízio Silva, quando afirma que “mesmo tendo sido o supremacismo branco um projeto construído de forma global, a circulação de seus bens culturais e midiáticos nunca foi tão veloz quanto agora” (Silva, 2022, p. 78).

O “computador” criava com base no acervo apreendido no mundo virtual e reproduzia a realidade social e podemos melhor vislumbrar isso a partir de duas situações, a primeira, o *ChatBot Tay* em 2016, robô criado pela Microsoft e pelo antigo Twitter, que a partir do “apreendido” na relação com os interlocutores humanos se expressava com insultos, expressões homofóbicas, racistas e com apologia ao ódio contra as minorias. Essa inteligência artificial resumiria bem as expressões que uma IA’s poderia expressar quando em contato constante com as “inteligências” humanas (Silva, 2022). O segundo, mais importante para o nosso trabalho, aconteceu no Brasil, em 2023. Neste período, a deputada estadual do Rio de Janeiro, Renata Souza, encaminhou um comando a uma IA para produzir um avatar seu, uma

representação sua para usar em uma rede social, o comando expressava uma ordem simples “uma mulher negra, de cabelos afro, com roupas de estampa africana num cenário de favela”, o resultado destoou do esperado pela deputada. A IA manifestou a imagem da deputada como um desenho no estilo da empresa norte-americana de animação, a Pixar, uma imagem em desenho colorido expondo uma jovem negra desprovida de expressão e empunhando uma arma de fogo, ao fundo uma favela do Rio de Janeiro. As duas situações, este último em especial, demonstram como as desigualdades e discriminações podem se expressar através de linguagens como das IA’s.

Imagem 10: Deputada Renata Souza do Rio de Janeiro representada por uma IA



Fonte: G1, 2025

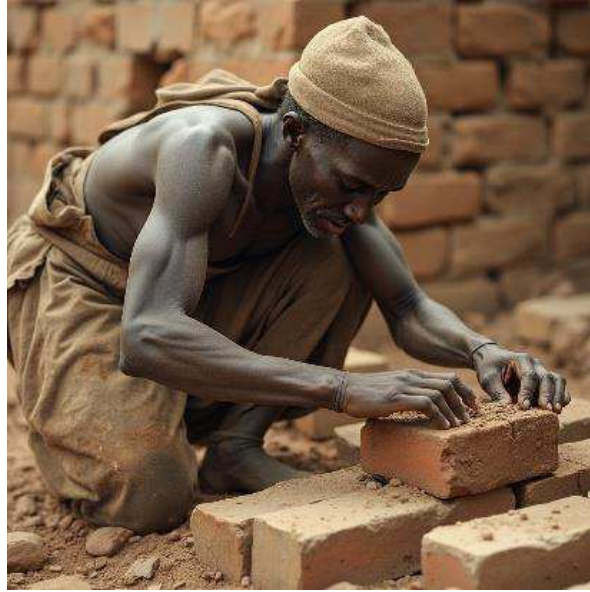
Entretanto, este caso em específico denota visivelmente os problemas que pretendemos elencar na construção de imagens e alegorias a partir de IA’s. Para nosso caso, não nos interessa só o fato da IA colocar a deputada negra como uma violenta e inexpressiva criminosa em uma imagem que apresenta a favela como plano de fundo, mas, além disso, o fato da IA ter ignorado parte do comando, à saber “roupas de estampa africana”. Ou seja, as expressões do racismo logarítmico aconteceram tanto por conta da representação imediata da deputada em seu avatar perigoso, quanto de seus adereços complementares, arma e vestimentas. As formas de exclusão e de reprodução da violência não foram expressas somente ao representar a deputada segurando uma arma de fogo, mas ainda, por conta da IA ignorar o

que seria uma “estampa africana”, ou melhor “escolher” representar a deputada sem a “estampa africana” e lhe colocar com um blazer e um vestido simples.

IA's seguem os norteadores dos bancos de dados existentes no espaço digital com o qual ela dialoga. Na “rede”, essa forma de inteligência facilmente encontraria os significados de “mulher negra”, “estampa afro”, “favela”, dentre outras imagens e representações acerca desses elementos expressos no comando dado. As formas de representação recolhidas do comando textual descrito pela deputada Renata Souza e como esses recursos textuais aparecem nas diferentes expressões do digital são manifestas a partir destas representações majoritárias colhidas na “rede”, a IA produz a partir do que encontra para confeccionar aquilo que lhe pedem. Já que as formas hegemônicas do conhecimento ocidental circulam pelo digital e se ramificam em diferentes espaços virtuais, interferindo na construção de representações em diferentes suportes, temos uma sociedade digital que prepondera valores hierarquizados a partir dos vetores europeus e da subordinação de grupos minoritários étnico-raciais, hierarquizando não só os instrumentos e as vestimentas em uma imagem (ou seu apagamento da imagem – no caso da estampa africana), mas também o ambiente e a moradia que se reproduz e ainda a própria ideia de “beleza” que se qualifica aí. Se um dos obstáculos iniciais para a produção do primeiro protótipo foi a escolha e uso de imagens produzidas por europeus, pintores como Debret e Rugendas, e a percepção hierarquizada e violenta destes sobre a sociedade escravista e colonial, algo semelhante será manifesto nas representações geradas pelas IA's e a qual precisamos combater na produção das alegorias que se pretendia neste dicionário.

É importante esta digressão introdutiva sobre as IA's, pois isso interferiu na construção das imagens neste dicionário e no que se queria reproduzir. No geral, o uso com as IA's é algo extremamente simples e altamente intuitivo, os desconfortos ou problemas podem surgir na maneira particular de suas respostas. Fazemos um pedido, uma pergunta ou geramos um comando e exibem o resultado inquerido, mas, talvez, não aquele que esperávamos. A construção das imagens seguia um plano simples, conforme o modelo a seguir: “Imagem de um escravizado trabalhando como pedreiro”, tanto no Midjourney, quanto no Flux Image Generator encontramos um problema com a tradução do português para o inglês, o que foi resolvido com o uso do Translate do Google, famoso instrumento de busca e uso construído pela empresa norte-americana de mesmo nome. De qualquer maneira, resolvendo esse problema inicial, os primeiros resultados foram estes para um comando simples, “um escravizado pedreiro trabalhando”, a seguir apresentados.

Imagem 11: Primeira versão de pedreiro escravizado



Fonte: AI-PRO, 2024

Imagem 12: Segunda versão de pedreiro escravizado



Fonte: AI-PRO, 2024

Ambos os resultados são interessantes, mas estão cheios de problemas. No primeiro, apesar da qualidade e realidade da alegoria, musculatura, pelos de barba, detalhes da roupa, mas para além disso, a cena em si, carecia de contexto. Sem contexto, a primeira imagem seria apenas um homem preto abaixado com as mãos sobre tijolos, faltava um pano de fundo que pudesse dizer mais sobre esse, ou um instrumento para segurar e que permitisse lhe definir, denotando seu ofício e ocupação. Além disso, ao percebermos o entorno, onde está, o que lhe

cerca, tudo aparece mal-acabado e malfeito trazendo uma péssima impressão sobre o serviço prestado pelo trabalhador.

O problema do segundo é ainda mais óbvio, além da estatura pequena desse pedreiro que mexe numa areia com uma ferramenta qualquer, gerando um escravizado meio caricato enquanto mexe em uma areia qualquer, o problema são as imprecisões. Logo, além das próprias descaracterizações e o próprio racismo logarítimo que se expressa, havia ainda o completo anacronismo. Tudo isso remete a um cenário mais atual, tirando o caráter colonial, alegórico das atividades exercidas sobre nosso passado. Aparentemente, em ambas as expressões, para além das imprecisões ou erros de contexto, é o contexto insalubre, rude, pobre, deficiente, débil, precário no qual negros nas diferentes imagens pedidas acabam sendo alocados. A simples descrição textual evocando o escravizado e seus ofícios “escravizado pedreiro trabalhando” ou “escravizado barbeiro trabalhando” não eram suficientes, os comandos e interferências criativas por parte do autor se fazem ainda mais necessárias. Por mais que a IA’s fosse geradora ela não gerava sozinha, o fazia a partir da “rede” e com orientações humanas.

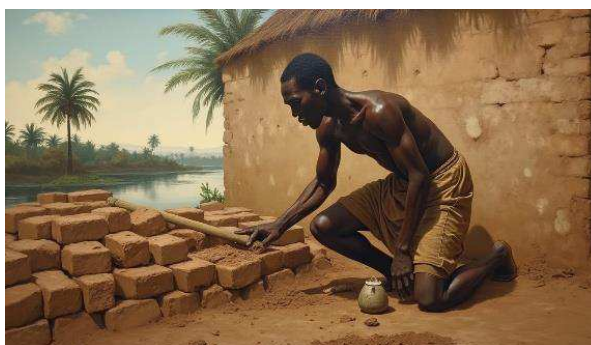
A partir daí formulamos comandos ou pedidos formais orientados pelas seguintes diretrizes, as imagens deveriam simular pinturas antigas, pinturas em óleo que retratassem momentos da história colonial da América Portuguesa, tais como as imagens de Debret e Rugendas; em segundo ponto, deveriam também representar os escravizados em suas lógicas de trabalho, em meio ao seu ofício, usando instrumentos, insumos ou dentro de seu espaço de exercício laboral; e, por fim, deveriam ter elementos de representação ambiental que simbolizassem a região do baixo Itapecuru, incorporando o rio Itapecuru, as Palmeiras de Babaçu ou outros pequenos elementos locais, seja de produção do homem ou do ambiente local. A partir disso, conseguimos reorientar mais de 50 imagens que ilustraram os escravizados em seus ofícios e no ambiente que representava o Baixo Itapecuru. Imagens construídas a partir do seguinte modelo de comando que mudaríamos e adaptaríamos às necessidades do verbete no dicionário:

Imagem como pintura em óleo que retrata um escravizado pedreiro no Brasil colonial, começo do século XIX. Este é um escravizado passando argamassa entre os tijolos com uma trolha de madeira em sua mão. Na cabeça do homem, um chapéu de palha. O homem usa uma camisa de algodão. Ao fundo, distante, a silhueta do rio itapecuru no Maranhão, Brasil e uma palmeira de coco babaçu.

A fórmula da sentença estava um pouco mais longa e com detalhes mais específicos e os resultados foram bem melhores. Ainda assim, algumas imagens de apresentaram aquém

do que se pretendia, atualizavam o ambiente sim, melhoravam o aparente resultado da atividade laboral exercida pelo escravizado, mas com resultados limitados, irrealis, incompreensíveis e até com defeitos (como um escravizado com três braços, polidactilia ou, ainda, sem perna enquanto roçava). Cada nova tentativa resultava em uma atualização melhor e demonstrava resultados mais aproximado ao que se pretendia.

Imagem 13: Versão de pedreiro escravizado após atualização



Fonte: AI-PRO, 2024

Imagem 14: Versão final de pedreiro escravizado após atualização



Fonte: AI-PRO, 2024

Esta última foi a melhor versão que definimos para o dicionário, mas podemos perceber ainda os limites da IA nos detalhes, elementos similares ao da estampa africana no caso da deputada do rio de Janeiro. Por exemplo, nesta última imagem, mesmo que insistamos

na representação de uma Palmeira do Coco Babaçu, mas a imagem reproduz a Palmeira do Coqueiro. Ao pedirmos um cofo, um balaio, um quibane, um curral de pesca, um matopi, explicarmos um animal local como a mucura, as IA's tinham dificuldade de expressar, de manifestar, ou escolhiam por não reproduzir ou reproduzir de maneiras incoerentes. Estes itens estão expressos na “rede”, dentro do acesso das IA's, mas não conseguiram ou ignoraram essas informações, conforme a tendência e orientação do conhecimento ocidental. Assim, tal como no caso da deputada do Rio de Janeiro, se ignorava o item ou o refazia como um elemento europeu, uma cesta, uma vestimenta europeia (um blazer que substitui a estampa africana), um arado. Nesse sentido, algumas alegorias que pretendíamos se demonstraram muito desafiadoras, principalmente a do pescador. As várias tentativas de explicar como funcionava um matapi, um socó, ou um curral foram frustrantes, continuavam aparecendo ou como cestos ou completamente dispares do que se pretendia.

Imagem 15: Tentativa de representar a armadilha “Curral” usada na pesca



Fonte: AI-PRO, 2024

Esta foi uma imagem que tentamos demonstrar a ocupação de escravizado pescador usando a armadilha curral, uma armadilha formada com varas fincadas e amarras que formam entradas e saídas que se aproveitam das correntezas ou das marés em regiões costeiras para desorientar e prender peixes nestas armadilhas. A armadilha era de origem indígenas, mas acabou sendo apropriada por africanos e seus descendentes no costume da pesca artesanal em foz de rios, como o Itapecuru ou Mearim. Tentamos descrever em um comando a armadilha para a IA, mas a representação foi completamente fora do esperado. Apesar destas inteligências terem

referências e inclusive imagens do que é o curral, não conseguiram representar nas alegorias requeridas, reafirmando as tendenciosidades deste processo de produção.

Além disso, é interessante destacar que em todas as 57 imagens que produzimos, as IA's representaram os negros escravizados meio taciturnos, cabisbaixos, lânguidos e abatidos, a expressão da memória do cativo e da recorrência da violência. Era preciso inserir no comando expressões como "conversavam serenamente", "riam", "mantinha olhar ativo" para que as imagens geradas fossem mais sobre o escravizado e suas atividades e menos sobre a escravidão e seus significados.

Nesse sentido, duas ocupações foram muito reveladoras de mais traços que reproduzem a desigualdade e a discriminação a partir das IA's, a ocupação de copeiro e a ocupação de cabeleireira, em ambas precisávamos incluir a presença do branco proprietário de escravizados. Nas inúmeras tentativas, é interessante destacar a diferença dos olhares, enquanto o escravizado era constantemente representado pelo olhar lânguido da escravidão, os senhores, por outro lado, estavam sempre felizes, sorridentes, animados. Não está errada ou imprecisa a desigualdade representada pela infelicidade quando subjugada pelo riso paternal dos senhores, entretanto, seria correto ignorar que poderia haver ocasional cumplicidade, ou certa leviandade ou, ainda, irreverência disfarçada? Difícil ponderar.

Constatamos anteriormente que menos de 4% das atividades exercidas por escravizados eram em ocupações específicas ou especializadas. Provavelmente, haveria aí alguma estratégia de sobrevivência, formas de resistência velada ou tentativas de arranjar privilégios, afinal a cativa que era cozinheira, não se tornou cozinheira pelo seu temperamento arisco ou seu olhar de fragilidade e condescendência, ao contrário, havia tanto a qualidade técnica, quanto um envolvimento social subjacente, o que também podemos ponderar sobre alfaiates, barbeiros, sapateiros e, especialmente, feitores. Talvez, portanto, nestes casos pudssemos encontrar outros sentimentos e reações fora do que se esperava da memória do cativo. Podemos inferir a partir do que apreendemos que havia muito na relação de exploração entre senhores e seus escravizados, que as atividades que dependiam de certa qualidade técnica e engenhosidade do escravizado, também dependiam de sua ladinicidade e, ainda, do envolvimento com seu senhor e proprietário. Certamente, esses são elementos difíceis de antever ou precisar e por isso sempre precisamos colocar comandos mais extensos, descritivos e que pudessem possibilitar o contexto geral. O que percebemos é que ainda é impossível gerar imagens mais complexas sobre as relações sociais entre senhores e seus escravizados pelas IA's através de um comando básico e simples, o conhecimento reproduzido na "rede" ainda reproduz desigualdades.

Entretanto, com base em todos esses produtos alegóricos aqui gerados podemos reafirmar que ela pode ser conduzida na construção de um material que possibilite mais sentidos positivos em combate contra a hegemonia do conhecimento ocidental. Um conhecimento hegemônico que se mantém em detrimento da circulação dos saberes étnico-raciais, em detrimento de negros e índios. Pior do que isso, um conhecimento que se reproduz através das várias facetas das instituições, como ao se reproduzir através de professores que preferem o “colorido” dos pintores europeus. Neste caso, através das imagens e alegorias do Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados pretendíamos valorizar o colorido do cotidiano afro através das IA’s e tornar mais lúdico e pedagógico algo que o conhecimento ocidental não nos possibilitou até então.

6.3 O dicionário ilustrado e a percepção dos professores

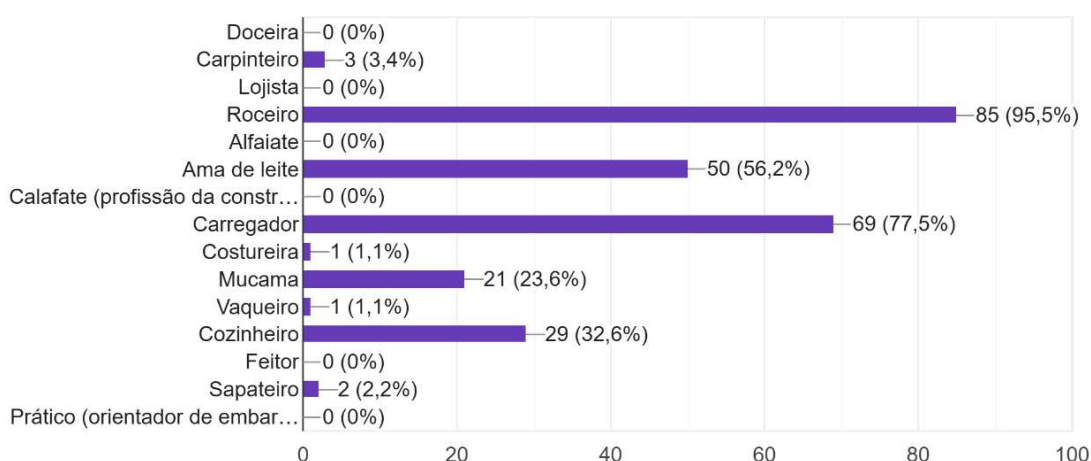
O Dicionário Ilustrado de Ocupações e Ofícios de Escravizados precisava agora ser avaliado em sua plenitude. Precisávamos tentar dimensionar o impacto deste produto entre os professores. Como já evidenciamos anteriormente, trabalhamos com estes professores como grupos focais com os quais dialogamos e apresentamos esse produto.

Primeiramente, após uma conversa original e introdutória, quando aplicamos um questionário simples que visava coletar as informações que identificam e caracterizam o público docente participante e levantam o entendimento e o sentido que estes docentes e futuros docentes tem sobre a escravidão e o que eles percebem como ocupações de escravizados. Em seguida, discutimos sobre a ideia de trabalho, o que era a escravidão e quais as atividades e ocupações exercidas pelos escravizados e qual a relação imediata disso com a produção e a formação do Brasil. Além disso, cada ocupação foi apresentada com imagens usadas nos dicionários e que tentam retratar essas atividades, de maneira lúdica. Por fim, usamos um último questionário que coletou as impressões dos participantes sobre o dicionário e, sobretudo, tentando perceber o que eles teriam apreendido sobre as ocupações, para que pudéssemos ponderar o conhecimento anterior e após as oficinas sobre as ocupações de escravizados.

A intenção era perceber como professores ou iniciados na profissão docentes avaliavam o dicionário, medindo os impactos na percepção que se faz da história. Conforme já vimos anteriormente, os professores e licenciandos em história acabam repetindo os padrões da “memória do cativo” e a ideia constante de violência perpetrada pelos modelos de ensino de base ocidental.

Nosso principal ponto era a percepção sobre as ocupações e ofícios dos escravizados, quais as principais ocupações antes do trabalho com o dicionário e depois. Afinal, as outras questões lançadas nos questionários, eram elementos que dimensionavam o perfil dos professores e licenciados e sondavam suas percepções indiretas sobre a escravidão. Desta maneira, ao centrarmos agora sobre as ocupações pretendemos entender, primeiramente, se o produto funciona ao apresentar as ocupações, ao conseguir dimensionar quais as ocupações e o impacto em vislumbrar isso e, por fim, quais as possíveis alterações sobre a memória do cativo.

Gráfico 07: Ocupações apresentadas por docentes antes da leitura do dicionário



Na pergunta referente às ocupações, “Quais as ocupações e trabalhos exercidos pelos escravizados negros no Brasil colonial e imperial? (podem marcar mais de uma opção)” e listamos ao todo 16 ocupações, ofícios e profissões, uma delas (Lojistas) referente às atividades presentes, contemporâneas, para provocar possíveis erros nos respondentes e ativar debates sobre a presença de determinadas ocupações de escravizados no período colonial. As ocupações que mais apareceram antes da oficina aplicada e do uso do dicionário foram “roceiro”, “ama de leite”, “carregador”, “cozinheiro” e “mucama”. Essas quatro ocupações denotam o uso do trabalho braçal, focado nas ocupações e ofícios braçais como o “roceiro” e o “carregador”.

Já esperávamos que as ocupações relacionadas à roça aparecessem em destaque, pois os livros didáticos e outros artefatos culturais enfocam o trabalho braçal em canaviais e, portanto, com o plantio e colheita, como se o escravizado se relacionasse e se mantivesse restrito ao campesino, como única prática de exercício, por conta da orientação produtiva do período colonial, voltado para a larga produção de açúcar e no corte do canavial. Após o roceiro,

é seguido de perto pelo “carregador”, que repete os sentidos referentes à ocupação de “roceiro”, pois o carregador envolve mais força física e trabalho braçal que o uso de conhecimentos técnicos para o exercício das ocupações. Isso reafirma, assim como no trabalho de roceiro, a “memória do cativo” como baseado na violência e na subvalorização dos sujeitos como trabalhos braçais como “coisas de escravo”.

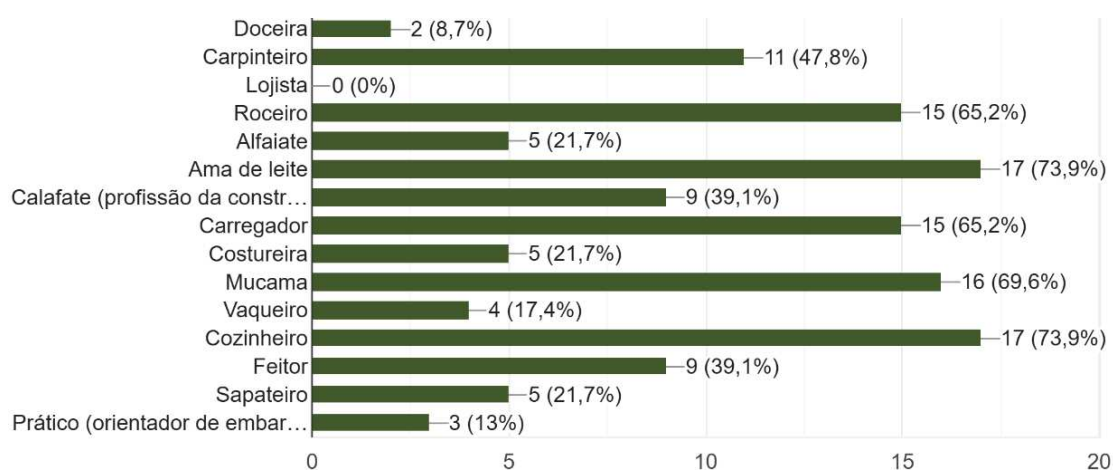
Após as atividades de trabalho braçal pesado temos atividades femininas reconhecidas pela memória do cativo, as “amas de leites” e as “mucamas”. A primeira virou um símbolo da representação mais dolorosa da escravidão, ao expressar o uso de uma violência mais particular, uma “situação de máxima exploração e violência ao terem negada a sua “condição de maternidade” (Martins, 2012 p. 140), assim sendo, junto com as outras expressões da “memória do cativo” a ama de leite aparece como uma das principais ocupações pela dor física (uso do corpo) e psicológica (uso do alimento destinado a seu filho pelo filho das senhoras) que acarretaria. É a repetição diferenciada das dores e das violências que a escravidão proporcionava aos negros no período colonial. Além dela, aparece ainda a “mucama”, uma jovem escravizada que acompanhava e assessorava as filhas dos senhores de escravos, elas se mantiveram vivas na memória pelo uso pessoal cedido as senhorinhas em suas aventuras pessoais, “Eram as mucamas que fechavam os broches de ouro, amarravam as correntes, davam corda nos relógios de bolso, apertavam os laços dos espartilhos, lavavam e passavam rendas e roupas de baixo, faziam banhas”, ocupação que se fazia viva em romances literários e novelas de época recorrentes nas mídias atuais (Monteleone, 2019, p. 3).

Por último, o uso da ocupação de “cozinheiro”, citado entre os principais, provavelmente, pela necessidade alimentar dos senhores, mas, principalmente, a ideia de serviço de casa praticado pelas domésticas, e, ainda, pela presença usual das cozinheiras nas literaturas que asseveram a presença dos negros nas casas dos senhores. Este último elemento destaca o poder dos artefatos culturais e materiais didáticos na reprodução de imagens, estereótipos e representações sobre os escravizados cozinheiros ou cozinheiras o que assevera formas de controle e subordinação de sujeitos históricos de ancestralidade negra.

Podemos perceber que usualmente a memória do cativo sedimenta a ideia do escravizado sem conhecimento, sem técnica, sem historicidade, sem passado e usado pela força física e pela assessoria figurante sob a tutela do senhor, pois estas ocupações foram lembradas pelo seu fim determinado na memória do cativo. Além disso, ofícios como sapateiros, calafate, prático etc., nem foram mencionados, nestes ofícios mais especificamente era extremamente importante o uso dos conhecimentos anteriormente adquiridos pelos escravizados, trazendo-os já de África.

Entretanto, o quadro após o uso do dicionário e o acontecimento da oficina começa a enfocar outras resoluções e praticamente todas as ocupações de escravizados começaram a ser percebidas. Se antes, basicamente, apenas cinco ocupações e ofícios eram percebidos pelos professores, após as oficinas temos quinze ocupações sendo citadas em grande quantidade. Ficando agora o seguinte resultado.

Gráfico 08: Ocupações apresentadas por docentes após a leitura do dicionário



Podemos perceber que a ênfase sobre os trabalhos manuais e violentos são equilibrados com os trabalhos que aparentemente requerem conhecimento técnico e anterior por parte dos escravizados. Podemos perceber que os índices sobre as profissões braçais e que são recorrentemente evocados com formas de violência como o “carregador”, o “roceiro” e a “ama de leite” ainda estão entre as principais ocupações citadas pelos professores do Baixo Itapecuru Maranhense, mas é interessante evidenciar que foram incorporadas às respostas outras profissões para além das cinco usualmente evocadas pelos professores. Além disso, observamos que existiu sim a absorção de conteúdos e elementos referentes ao exercício das ocupações, sua existência e atividades exercidas, pois este último gráfico demonstrou como as ocupações foram incorporadas ao conjunto de conhecimentos sobre escravidão. Faz-se notável que os professores estavam atentos às suas respostas, pois a única opção ignorada pelos respondentes é a ocupação de lojista que diz respeito à uma ocupação explorada hodiernamente.

Entretanto, por mais que demonstremos que as diferentes ocupações tenham sido incorporadas às caracterizações e às definições construídas pelos professores sobre a escravidão, ainda assim, é difícil dimensionar a amplitude dos impactos no arcabouço mental destes docentes. Portanto, por si só, o peso do *Dicionário Ilustrado de Ocupações e Ofícios de*

Escravidados já denota certo impacto sobre a existência da escravidão, mas não significa necessariamente que o sentido tenha realmente mudado na memória dos professores. A pretensão é mudar, alterar, atualizar a memória que relembra do cativo, da dor, da violência para sentidos outros, queremos agregar outros significados, afirmar que além da violência, temos ainda outros sentidos que vão para além do desenraizamento completo do indivíduo negro, e incluir sentidos que fazem referência ao impacto dos escravizados na formação da sociedade. Logo, o que pretendemos é perceber a violência coexistindo com o trabalho, com o conhecimento e ancestralidade dos escravizados e com a experiência e historicidade dos escravizados. Ou seja, ao apresentarmos este dicionário sobre as ocupações não significa somente apresentar ocupações e formas de exploração, mas demonstrar ainda o peso dessas ocupações e que as formas de violência podem ser refeitas dentro do quadro de controle e exploração trabalhistas, o que, por sua vez, sedimenta percepções para uma formação cognitiva mais justa.

Como uma forma de tentar dimensionar melhor o impacto do dicionário, fizemos uso de uma questão que fazia referência à presença dos escravizados e da escravidão no dicionário, “Como você avalia a presença da escravidão e dos escravizados neste dicionário?”. Uma pergunta simples, para além da constatação numérica da variedade de escravizados usados, pergunta aberta e subjetiva para que conseguíssemos dimensionar outros âmbitos a partir dos conteúdos e elementos recém adquiridos e, talvez, os professores e licenciandos que se preparavam para o exercício docente poderiam expressar opiniões que se relacionassem diretamente com o conhecimento sobre escravidão, o dicionário e o uso de ambos em sala de aula. As respostas podem ser agrupadas em três grupos, o primeiro grupo com observações que parecem ignorar o apresentado pela obra; o segundo grupo, que apresentaram a aceitação abrupta e positiva do dicionário; e, o terceiro grupo com considerações sobre as ocupações e ofícios apresentados pela obra.

No primeiro grupo, encontramos apenas quatro respondentes que parecem negar as expectativas do dicionário. Se o dicionário pretendia estimular uma transformação e inclusão de outras formas de ver e reconhecer o impacto dos escravizados e, por consequência, proporcionar novas formas de valorização dos negros cativos pela história, estes quatro respondentes parecem rivalizar com essa tentativa de transformação sobre a “memória do cativo”. Assim eles apresentam suas percepções sobre escravidão e escravizados após o uso do dicionário:

Acho triste e chega a ser penoso a situação em que eles viviam, pois eram tratados como objetos, só ficavam ali enquanto serviam, não tinham uma vida digna, mas não podiam reclamar, pois as vezes aquele pior era o “melhor”. (Respondente 35, homem, professor)

Eles aparecem reforçando a ideia que estavam apenas no trato do trabalho. (Respondente 17, homem, professor)

De acordo com o dicionário, o trabalho escravo era muito cruel pois os escravos de tudo faziam na fazenda, eram tratados de forma desumana não tinham o seu devido valor e nem se quer respeito. E aí daquele que não obedecia, pois esse era levado pro tronco para sofrer de forma humilhante e desagradável, pois a presença deles não tinha importância eles eram empregados sofredores que obedeciam ordens e eram obrigados a suportar todo tipo de humilhação e o trabalho era em excesso. (DSF, mulher negra quilombola, 18 anos)

Eu observei um trabalho forçado e cruel. (Respondente 12, mulher, professora)

Apesar de observações negativas, é oportuno destacar que elas são reveladoras de duas coisas importantes, primeiro, a força da memória do cativo em se manter como única explicação sobre a escravidão; segundo, a manutenção de uma escolha político-pedagógica ao observar a presença das informações atuais em obras de referência e outras produções sobre a vida e cotidiano dos escravizados.

Apesar que o Dicionário enfatize práticas, ancestralidade e atividades exercidas e não mencione momentos de violência física e evidente, as violências se processam em formas de controle e de maneiras psicológicas, pouco manifestas. O trauma do cativo se manteve em maior projeção (Respondente 35; Respondente 12; DSF), sem qualquer menção a outras formas de exercício da escravidão e afirmando que tudo se limitava “apenas no trato do trabalho” (Respondente 17), afirmativa correta e conforme a lógica jurídica da escravidão, mas que repete o reducionismo da escravidão e pouca expressividade dos sujeitos cativos negros. Essas falas, portanto, seguem a memória do cativo que se estruturou dentro do colonialismo e recusando as formas de valorização deste e outros novos materiais como deste dicionário. Entretanto, já que isso denota a manutenção da memória do cativo, não temos certeza de que isso não signifique também uma escolha político-pedagógica que trabalha pela recusa de novas propostas democráticas e antirracistas. De qualquer maneira, este é o menor grupo, representando apenas 4,2% das avaliações sobre o *Dicionário Ilustrado das Ocupações e Ofícios de Escravizados*.

No segundo grupo estão reunidos a maior parte das respostas, tanto em Caxias, quanto em Itapecuru, onde foram exercidas as oficinas a partir do uso dos dicionários, foram

lacônicas, concatenando a abordagem da escravidão e dos escravizados como “boa” ou “interessante”, ou “instigante” ou “excelente, gostei muito”, ou ainda “Positiva, por destacar as várias funções que os escravizados exerciam naquele período”, representando 56% dos respondentes, 49 respostas dentro do universo de 89 professores participantes. Mesmo com baixo poder de expressão, a receptividade, compreensão e interesse por parte deste grupo parece ter sido positiva, ignorando as observações mais elaboradas.

No terceiro grupo, 36 respondentes que representam 39,7%, também demonstraram boa receptividade com os materiais, mas diferentes dos respondentes agrupados anteriormente, eles avançavam para problematizações ou elaborações que pensavam a sala de aula. Dentre eles, escolhemos as seguintes respostas:

[Os escravizados] Aparecem como movimentadores da sociedade, através dessas ocupações. (Respondente 18, mulher, professora)

Para além da tradicional interpretação de escravizados somente direcionadas ao trabalho nas lavouras, este trabalho proporciona um conhecimento mais apurado sobre as diversas ocupações dirigidas aos negros dentro da sociedade escravista. (Respondente 05, mulher, professora)

Importante, pois faz relação direta à trabalhos que na atualidade são comuns e no período da escravidão eram realizados apenas por negros escravizados. Atividades estas, que por muito tempo foram invisibilizadas por ser mão de obra negra. (Respondente 19, mulher)

De grande importância, principalmente quando se pensa na aplicação desse conteúdo em sala de aula, mostrando as diversas atividades que os escravizados tinham que cumprir para além daquelas apresentadas nos livros didáticos, além de que é bastante interessante para compreender que toda uma sociedade é dependente desses trabalhos. (Respondente 32, mulher)

Eu gostei muito porque mostra os escravizados não só nas lavouras, mas em outras tarefas que os mesmos realizavam. (EAF, mulher quilombola, 34 anos, professora a oito anos)

O dicionário cita profissões que são úteis no cotidiano escravocrata e que são muito importantes para o bem estar social da classe dominante, assim como algumas que também beneficiam aos próprios escravizados. (EN, mulher quilombola, 58 anos)

Estes escravizados eram essenciais para sobrevivência do "branco", pois todas as tarefas realizadas por eles, tinham impactos diretos no desenvolvimento de sociedade. (EO, mulher negra quilombola, 33 anos)

Essas são algumas das respostas que não somente avaliaram positivamente o dicionário, mas processaram as informações do dicionário e sua intenção. Podemos perceber que o uso do dicionário pode proporcionar o desenvolvimento de uma compreensão crítica a

partir do qual entendemos a importância e impacto dos escravizados, pois eles não somente estão em todas as partes do mundo colonial, mas também exercem quase todas as funções produtivas e as atividades complementares que corroboram com os ganhos de seus senhores. Além disso, parece ter impactado diretamente.

Além disso, parece ter servido de base, entre estes professores, para a compreensão que a exploração do trabalho era presente no passado e se parece se reproduzir no presente, “pois faz relação direta à trabalhos que na atualidade são comuns”, o que pode ser a base para perceber que a exploração dos escravizados pode ter se reproduzido e se perpetuado como desigualdade e discriminação na atualidade, por consequência, isso reflete na percepção sobre a própria concepção de trabalho ou como podemos iniciar um processo reflexivo sobre as ocupações, ofícios e profissões que apresentamos como “braçais”, afinal precisamos “compreender que toda uma sociedade é dependente desses trabalhos”.

Desta maneira, a partir destes dois últimos grupos, pudemos vislumbrar a funcionalidade deste dicionário combatendo pontos específicos de uma memória que assevera a reprodução da violência e o esquecimento do impacto dos escravizados negros na constituição da sociedade brasileira quando de sua formação no período colonial. O uso das ocupações constrói uma imagética para além da violência e essa parece uma estratégia valiosa para valorizar minorias étnico-raciais em contexto de subvalorização de negros e povos originários como o momento no qual nos encontramos, sim, pois “estes escravizados eram essenciais para sobrevivência do “branco”, pois todas as tarefas realizadas por eles, tinham impactos diretos no desenvolvimento da sociedade” (EO, mulher negra quilombola, 33 anos, professora).

Na evolução da construção desse material, seu teste em grupo focal, suas transformações até a conclusão com o material que aqui apresentamos comprova sua eficiência em projetar o valor e impacto dos escravizados negros na construção da história nacional. Além disso, parece que grande parte daqueles que lidaram com o dicionário conseguiram remodelar a memória do cativo e avançaram para além da dor e da redução dos escravizados como instrumentos da satisfação dos senhores e proprietários coloniais. Mesmo que ainda exista uma porcentagem pequena que resistiu às informações apresentadas pelo dicionário em seu uso nas oficinas, a grande maior parte comprova sua funcionalidade efetiva e a boa recepção por parte dos professores e educandos da região do Baixo Itapecuru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Memória do Cativo é o eco violento da escravidão e das formas de controle exercido sobre os negros cativos, uma memória produzida a partir do atrito entre senhores proprietários e seus escravizados. Esse eco perdura através de diferentes mecanismos que se reproduzem dentro de nossa sociedade, tanto por parte da sociologia política do conhecimento ocidental, um modelo de conhecimento que dividiu e instituiu diferenças abissais e que fundamentou as produções de artefatos culturais e recursos político-pedagógicos pela história, ou, ainda, por conta dos diferentes sujeitos que vivenciam essas memórias no processo educacional ao repetir, contar e reproduzir a violência e suas formas de dominação nos dias atuais em estratégias mnemônicas exercidas ao lembrar a violência e ao esquecer a projeção dos escravizados no funcionamento e cotidiano do período colonial. Trata-se de reproduzir a escravidão com base na hegemonia colonial europeia que ignora a historicidade e impacto do sujeito escravizado negro na construção do mundo.

Essa memória, foi lentamente instituída e insistentemente reproduzida, primeiramente por intelectuais europeus ou formados em academias europeias, durante a própria instituição do colonialismo (como Rafael Bluteau) ou ainda por colonos e descendentes, mestiços ou não (como Antonio de Moraes Silva, ou Cesar Marques); e, ainda, pelos próprios revisionismos do mundo acadêmico universitário. Essa forma de construção e reprodução assegurou a perpetuação de uma perspectiva reducionista atrelada as ideias de violência, do uso instrumental dos escravizados como “escravos” e de sua representação como animais. Por consequência, foi construído um vasto aparato de livros de referência, amplas bibliografias e importantes obras que denotam a baixa representatividade dos cativos negros na construção do Brasil e seus estados, caso também do Maranhão.

Esta Memória do Cativo está na formação da sociedade brasileira, e os professores que educam dentro das escolas formais, mesmo que não intencionalmente, reproduzem a memória do cativo. Docentes formados através de uma educação constituída sob a hegemonia de um currículo colonizado, seja ele formal ou oculto, que norteia e reproduz o modelo de conhecimento, que alimenta e direciona as informações sobre o objeto de conhecimento e a memória abstrata histórica que se pretende. Professores, majoritariamente negros, que reproduzem as bases da desigualdade e discriminação dentro dos redutos escolares. Em suma, professores formados e reprodutores da memória do cativo. Tanto a sociologia política do conhecimento, quanto os recursos humanos que reproduzem esta memória, alienam o negro de sua história e se alicerçam em uma memória do trauma, da violência e da

subordinação, desenraizando negros de sua historicidade, de sua ancestralidade, de sua procedência africana.

Esse é o peso da memória do cativo, uma memória que subjaz na memória dos próprios negros e vilipêndia e menosprezo a existência destes na composição histórica da nação. A memória histórica abstrata da qual tanto falamos dentro dos redutos escolares, que enfoca apenas o lado que subordina, que menospreza, que reduz todos os elementos da historicidade dos negros ao espectro da subordinação. Elementos fundantes como a própria “invenção” do continente África, local de procedência dos cativos africanos, representação subordinada ao mundo europeu na relação global e inventado como espaço de barbárie (Appiah, 1997).

Kwane Anthony Appiah, filósofo e escritor anglo-ganense, ponderou elementos semelhantes ao apresentar como a ideia de África foi inventada dentro dos moldes do conhecimento racializado que projetou uma África moribunda, doente e perniciosa. A imagem negativa, estereotipada por preceitos morais de base racial e que reduz o continente africano à “nação dos negros” foi cunhada a partir dos preceitos do conhecimento abissal, da sociologia política do conhecimento ocidental. Conhecimento com o qual intelectuais negros da diáspora, da negritude, do panafricanismo, acabaram dialogando, intelectuais como Kwame Nkrumah, Leopold Sédar Senghor e Du Bois, intelectuais que dialogaram com o mundo racional do conhecimento ocidental que estabeleceu as bases do conhecimento moderno.

É interessante observar que Appiah ao dialogar sobre a “Invenção da África” acaba se fazendo uso do dicionário mais importante na construção da era da informação moderna, *A Encyclopedie*, uma obra de referência publicado no ano de 1772, o grande dicionário do conhecimento ocidental, dicionário citado por todos os grandes intelectuais e servindo de base para o projeto iluminista, neste dicionário da razão é dito que “os negros são grandes, gordos e bem-feitos, mas ingênuos e sem criatividade intelectual” e o mesmo “grande dicionário” ainda coloca a escravidão como “repugnante a razão”, desta maneira “o preconceito racial que o século XIX adquiriu e desenvolveu a partir do iluminismo não decorreu simplesmente de um sentimento em relação aos africanos” (Appiah, 1997, p. 45). Ao contrário, foi para além, o que se consolida nas décadas e séculos posteriores é uma forma rebuscada de submeter negros e seus descendentes nas relações sociais, uma forma de controle disseminada através de diferentes artifícios mnemônicos, tanto produtos e instrumentos político-pedagógicos, quanto recursos humanos responsáveis pela produção e reprodução da memória em diferentes níveis.

No caso de Appiah – e que nos interessa para amarrar esta discussão aqui exposta – é como a submissão da África sedimenta e se relaciona diretamente com o controle da ideia de escravidão e a memória reproduzida sobre a África e a escravidão no Brasil. Appiah

demonstra como as prerrogativas nocivas do conhecimento hegemônico europeu inventaram a concepção nefasta que temos sobre o continente africano e como este território acaba reduzido a “nação dos negros”. Por sua vez, isso serve de base para a racialização depreciativa do continente africano, inclusive entre os intelectuais negros, mas, sobretudo, e este ponto nos interessa, de reivindicar todos os elementos fundantes de subordinação dos negros, inclusive a própria escravidão como elemento de subjugação do continente africano. A África como lugar dos negros e, portanto, a África como centro da escravatura.

Entretanto, a literatura e historiografia africana mais recente, desde os anos de 1990 até o presente momento, resolveram rejeitar essa perspectiva colonialista impressa na “invenção da África” e sua relação com a ideia de “escravidão”. Filósofos e literatos africanos discordam quanto ao uso da África em relação com a escravidão, reivindicam a história de cada país destituído de uma relação direta com a escravidão, ou seja, os países africanos não podem ser reduzidos a história da escravidão nas Américas, como se a escravidão externa ao continente definisse a multiplicidade de histórias que lhe constitui. Essa postura dos intelectuais africanos com a escravidão é ilustrada nos versos do poeta de Cabo Verde, Onésimo Silveira, “O povo das ilhas quer um poema diferente/para o povo das ilhas;/um poema sem exilados a se queixar” (Silveira apud Appiah, 1997, p. 47). Os africanos exilados na América pela escravidão, que se queixam da violência imposta pelos modelos de exploração do trabalho escravo, não podem definir os caminhos dos negros em meio à diáspora e à formulação das histórias negras pelo globo.

É importante que isso seja dito, nestas palavras finais, pois assim como a memória do cativo trabalha contra a historicidade dos negros no Brasil e a favor da perpetuação da desigualdade e da discriminação social nas Américas, a “Invenção da África” trabalhou contra o reconhecimento dos africanos e seus países e funcionou a favor de sua subordinação sob a hegemonia histórica do continente europeu. Ambos, a “Memória do Cativo” e a “Invenção da África” são recursos do modelo de conhecimento hegemônico ocidental. Precisamos de uma história diferente para os negros maranhenses, brasileiros e africanos, uma história que avance para além da violência e do trauma cultural incutido pela memória abstrata histórica de nossa nação e do modelo europeu, algo que combata a “faceta cultura da autoridade” que subjaz em nossas relações.

No começo do nosso trabalho, ainda na introdução, evocamos o trabalho do sociólogo jamaicano Orlando Patterson e apresentamos os três pontos que reproduzem o modelo de exploração escravista, modelo de exploração que perpassa por períodos e lugares diferentes, dentro das relações de trabalho hodiernas, mesmo após o fim do período colonial e

assegurando a desigualdade e a discriminação nas relações sociais, à saber, primeiramente, como formas de violência física, formas de violência psicológica e, por fim, como uma forma de violência que se reproduz por diferentes artifícios cotidianos, aquela violência que representa a “faceta cultural da autoridade”. Esses pontos estão na matriz colonial instituída por europeus nas Américas que explorou escravizados negros durante o colonialismo, mas, sobretudo, as suas bases se mantiveram através da memória do cativo que assume aqui a faceta cultural da autoridade. A memória do cativo lembra essa instituição traumática chamada de escravidão que moldou a sociedade brasileira e ainda reproduz uma autoridade paternalista que submete os diferentes trabalhadores de base étnico-racial, ao exemplo do lembrado por professores negros do Baixo Itapecuru Maranhense, ou da própria família Martins Ferreira que evocamos no começo deste trabalho e que lembram a violência, as formas de controle e a preponderância dos portugueses na construção da história colonial.

Ao observarmos o caso do Maranhão, uma das principais capitanias que compunha o norte da América Portuguesa ao final do período colonial, especialmente entre os anos de 1760 e 1822, podemos perceber como a escravidão era muito mais complexa do que podemos vislumbrar num primeiro momento. Podemos perceber como a memória do cativo era “racionalmente” tendenciosa ao expor e repetir uma memória colonizada sobre a escravidão. Ao observarmos o caso da escravidão no Maranhão, podemos delinear um perfil de escravizados diferente em termos de procedência étnica africana, quando comparada com outras localidades da América, com enorme presença feminina, voltada para o plantio de arroz e algodão.

Um perfil de escravizados imprescindíveis para a produção em larga escala que correspondia às exigências do mercado metropolitano europeu, através da produção de arroz e algodão, bem como para o avanço do mundo colonial português, ao representarem mão de obra essencial para a abertura, construção e manutenção de caminhos e para a própria construção civil, além de servir para a economia interna e para às necessidades do mundo senhorial, ao produzirem como resposta às intenções pessoais de seus proprietários e para a circulação econômica da capitania; e, por fim, ao apoiar o próprio funcionamento da escravidão e suas formas de exploração, apresentando formas de cuidado dos outros escravizados, de alimentação dos planteis de escravizados e da vestimenta de todos, de escravizados a senhores, e até de controle e tutela de escravizados sobre outros cativos.

Isso desvela não só a utilidade do escravizado, em termos mercantis, mas também o largo nível de importância do escravizado para a própria existência da sociedade colonial em sua formação e sua continuidade, mesmo após o fim do marco temporal colonial, permitindo

que a escravidão estivesse na base de toda a sociedade brasileira e na reprodução das desigualdades e discriminações que se perpetuam hodiernamente. Após a constatação que as lembranças do trauma possuíam muitos outros elementos para além de uma escravidão da violência, mas a presença de escravizados essenciais para a própria construção da sociedade atual. Não era só a escravidão da violência, mas a violência e a subordinação existiam para controlar sujeitos os quais os colonizadores não possuíam total controle quanto pretendiam.

Dito isso, ao percebermos o impacto dos escravizados no cotidiano colonial e sua imprescindível presença para a manutenção e continuidade do próprio colonialismo, nos parece oportuno trabalhar na reação contra a memória do cativo. Entendemos aqui que não basta constatar o trauma (apesar de essencial entender como o trauma funciona ou como ele pode constituir lembranças “equivocadas”), mas precisamos combater a memória do cativo através de diferentes estratégias didático-pedagógicas, dentre elas a formulação de materiais e artefatos culturais, mas, ainda, a formação de recursos humanos, como professores, intelectuais e nossas próprias crianças, sejam elas negras ou não. Precisamos fazer circular o conhecimento acadêmico, mesmo que revisionista, para além dos muros da academia e através de uma história pública que possa denotar o impacto dos cativos negros no cotidiano colonial. Ao destacarmos as ocupações e ofícios destes cativos, o que faziam, seu conhecimento anterior ao levantar uma parede, ou cuidar da navegação, ou, ainda, nos conhecimentos adquiridos com os povos originários como na lida com a pesca e em cada um dos momentos coloniais.

Precisamos combater percepções enviesadas pela memória do cativo que publicizam o escravizado improdutivo, como se as ocupações domésticas ou de prestações de serviços urbanos, não possuíssem impacto no cotidiano da escravidão. Ao contrário, em cada pequeno espaço, o escravizado, cuidaria de cada unidade produtiva e dos diferentes serviços exigidos pelos senhores e proprietários coloniais, refletindo direta ou indiretamente sobre as formas produtivas e sobre o domínio e exploração da sociedade escravocrata colonial. É preciso publicizar isso, divulgar através de uma história pública que chegue aos diferentes sujeitos que apreendem com formas, instrumentos, recursos e materiais didáticos que possam usar estas informações ao processar e modelar um conhecimento que aprecie as diferentes técnicas e enredos proporcionados pelo vasto conjunto de sujeitos que construíram nossa história,

O caminho e práxis adotado aqui foi a construção de um dicionário que tentou promover uma outra faceta da escravidão, algo para além das lamúrias e queixas sobre violência e subordinação as quais a família Martins Ferreira e outros negros foram submetidos. Um dicionário constituído a partir de anos de pesquisa e exercício docente na educação básica e, especialmente, como professor da educação superior e que foi pensando com o auxílio de

professores e neófitos na formação docente, algo que revelou, por um lado. as reminiscências da memória do cativo entre os nossos docentes contemporâneos, ainda hoje, mas, sobretudo, uma forma de transformar este tipo de memória.

Logo, ao mesmo tempo que percebemos as reminiscências da escravidão e da memória do cativo, que se reproduz em nossas relações sociais, o dicionário tornou possível averiguar o impacto desse tipo de instrumento didático-pedagógico como suporte em momentos de formação continuada de professores. Professores de Itapecuru-Mirim-MA e Caxias-MA, cidades do Baixo Itapecuru, puderam compreender o impacto do escravizado na sociedade colonial e como os escravizados dominavam o cenário dos trabalhos e exercícios laborais coloniais, os docentes da educação básica destas cidades puderam perceber que “todas as tarefas realizadas por eles, tinham impactos diretos no desenvolvimento da sociedade” (EO, mulher negra quilombola, 33 anos, professora).

Uma práxis educacional que se utilize destes instrumentos didático-pedagógicos pode ser um caminho para a formação de uma práxis negra, uma reação ao modelo de conhecimento que promove o cativo e reproduz a banalização do negro sob a faceta da autoridade que reproduz e assevera a exploração do negro em modelos de trabalho subordinados. Uma práxis que problematize a ideia de trabalho braçal, uma práxis que abandone o “escravo” e promova o escravizado negro com historicidade e conhecimento para a construção civil ou para o exercício laboral que alavancou a economia colonial durante a segunda escravidão, ao final do século XVIII e começo do século XIX. Além disso, é necessário que tal práxis reconheça as especificidades dos escravizados e os diferentes impactos que promoviam no mundo colonial e que sirva de ponto de partida para um diálogo educacional, formal ou não, e, por consequência, na valorização dos negros pela história.

No decorrer da montagem do dicionário, pudemos perceber que a memória do cativo e o racismo que lhe acompanha no cotidiano de nossas relações se manifesta não só entre os professores que fizeram parte da educação continuada que promovemos enquanto usávamos o dicionário como instrumento-pedagógico, mas inclusive nos espaços digitais, na internet, nas formas de inteligência artificial que ocupa esses espaços. Na escolha das imagens que comporiam o dicionário ilustrado pudemos perceber o racismo algoritmo e como as inteligências artificiais expressam a mesma visão negativa sobre os escravizados e seus descendentes. Foi preciso uma atenção redobrada, um processo atento e vigilante sobre as imagens que produzimos com o uso de IA's para não reproduzirmos o que queríamos combater, a memória do cativo.

Entretanto, é preciso dizer que a práxis e a escolha do instrumento que ela requer, precisa de um cuidado e uma atenção aguerrida, e sua prática precisa ser vigilante e constante ou, infelizmente, reproduziremos cegamente a memória do cativo. A práxis, aqui, não é uma solução efetiva, mas uma forma de combate ao modelo de conhecimento hegemônico que nos submete de diferentes maneiras dentro das relações de subordinação e de trabalho com as quais nos relacionamos. Que possamos prosseguir nessa e em outras práxis que valorizem os negros na história contra a faceta da autoridade que nos submete. Que possamos aprender que a historicidade dos escravizados negros de origem africana construiu o passado que sedimenta a história do Brasil. Por fim, que possamos formar uma consciência histórica na qual os negros eram essenciais na produção e funcionamento da nossa sociedade, ontem e hoje.

REFERÊNCIAS:

ABRANTES, Elizaberth Sousa; PEREIRA, Josenildo de Jesus; MATEUS, Yuri Givago A. S. **Histórias e memórias da Balaiada**. São Luís, MA: Ed.UEMA; Porto Alegre, RS: Ed. Fi, 2022.

AGOSTINI, Camilla. **Africanos no cativo e a construção de identidades no além-mar: Vale do Paraíba, século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

AI-PRO. Flux ImageGen. Disponível em: <https://flux.ai-pro.org/>

ALMEIDA, Suely C.C. *Rotas Atlânticas: o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (c.1724-c.1752)*. In.: **História** v 37, pp. 1-31. 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ALVES, H. C. *Colonialidade do saber e conflitos de memórias no espaço público*. In.: **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 195-200, 4 set. 2019.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *A memória do tempo de cativo no Maranhão*. In.: **Tempo**, 15(29), 67–110. 2010.

_____. **De Caboclos a Bem-Te-Vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850**. São Paulo: Annablume, 2015.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *“Histórias do Balaio”: historiografia, memorial oral e as origens da Balaiada*. In.: **História Oral**, [S. l.], v. 1, 1998.

ASSUNÇÃO, Mathias. OS VACILOS DO COLONIZADOR: transferências de vilas e aldeias no Maranhão. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*. 21. 2024.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *História do Balaio: historiografia, memória oral e as origens da Balaiada*. In: **Revista da Associação Brasileira de História oral**. São Paulo, 1998.

AVELAR, Lucas. Brunozi. *Estigma e experiência do malungo: a cultura ética da venda*. In.: **Revista Ingesta**, 2(1), 7-30. 2020.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. *Desafios e perspectivas de um currículo de história promotor das relações étnico-raciais no Brasil*. In: **Revista Cadernos do Ceom**, v.23, n. 32, 2010.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. *Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula*. In.: **Roteiro**. Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida; BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Estudos Africanos e Afro-Brasileiros em perspectiva extensionista*. In.: **Outros Tempos**, vol. 15, n. 26, 2018.

BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. São Luís: EDUEMA, 2023.

_____. *“Dos progressos que fazem a agricultura”*: produção de arroz e trabalhadores da África Ocidental para o norte da América Portuguesa (1770-1800). In.: **RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa** - nº 28/29 – 2015.

BERGQUIST, Charles. *Labor History and Its Challenges: Confessions of a Latin Americanist*. In.: **The American Historical Review**, vol. 98, n. 3, jun 1993, p. 757-764.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial. 2002.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e latino**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1721. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5448>. Acessado em: 28 de julho de 2022.

BOULOS JUNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JUNIOR, Laercio. **Multiversos: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade**. V. 01. São Paulo: FTD, 2020.

_____. **Multiversos: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade**. V. 02. São Paulo: FTD, 2020.

_____. **Multiversos: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade**. V. 03. São Paulo: FTD, 2020.

_____. **Multiversos: ciências humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade**. V. 04. São Paulo: FTD, 2020.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. V. 01. São Paulo: Moderna, 2016.

_____. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. V. 02. São Paulo: Moderna, 2016.

_____. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. V. 03. São Paulo: Moderna, 2016.

BRASIL. **BNCC - Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acessado em: 28 de janeiro de 2025.

_____. **Censo Escolar 2024 – Resultados**. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acessado em 29 de fev de 2025.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

_____. **Lei n. 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acessado em: 28 de janeiro de 2025.

_____. **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acessado em: 15 out. 2024.

_____. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acessado em: 15 out. 2024.

_____. **Lei n. 14.945**, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm Acesso em: 17 out. 2024.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais História e Geografia - 1997**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> .Acesso:

BRASS, Tom; LINDEN, Marcel van der (eds). **Free and Unfree Labour: The Debat Continues**. Berne: Peter Lang AG, 1997, p. 11-42.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica: Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna*. In.: **Estudos Avançados**, 16(44), 2002.

CÂMARA, Bruno Augusto D. *Um ofício da escravidão: o trabalho dos feitores no Brasil oitocentista*. In.: **Mundos do Trabalho**, 2022, v. 14, pp. 1-25

CAMILO ROCHA, Igor Tadeu. *Não se fazem mais excomunhões que prestem nos dias de hoje: libertinos, Reformismo Ilustrado e a defesa da tolerância religiosa no mundo luso-brasileiro (1750-1803)*. In.: **Almanack**, (14). 2021.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. Tese de doutorado. FFLCH- USP, 2000.

CARNEY, Judith. *'With Grains in Her Hair': Rice in Colonial Brazil*. In **Slavery and Abolition**, v. 25, n. 1, abril 2004, p. 1-27.

CAVALIERE, Ricardo. *Antonio de Moraes Silva e os estudos gramaticais do século XVIII*. In: Thielemann W.(org.)**Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata**. Frankfurt amMain: TFM – Teo Ferrer de Mesquita; 2006.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online*. In.: **Revista História Hoje**, 3(5), 165–188. 2014.

CARVALHO, Carolina Vieira; BOTELHO, Rafael Lucas; RASSI, Marcos Antonio. *Escravo x escravizado: reflexões sobre a escravização*. In.: **Revista Pergaminho**, n. 12, 2021.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra. 2018.

CEIA, Sara Bravo. **Os Acadêmicos Teatinos no Tempo de D. João V: Construir Saberes enunciando Poder**. Dissertação (Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Março, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

CONCEIÇÃO, Jesus Hellen Leal. **A COR E FACE FEMININA NEGRA: as experiências das mulheres escravizadas no Maranhão Colonial a partir da construção de um jogo didático (1801-1819)**. Dissertação do programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

COSTA, Alex Andrade. *“Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém!”: escravidão, trauma cultural e consciência histórica*. In.: **Revista História Hoje**, v. 10, n.19, pp 140-160, 2021.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República - Momentos Decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA E SILVA, Alberto da. *O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX*. In.: **Estudos Avançados**, 8(21), 21-42. 1994.

COUCEIRO, Luiz Alberto. *A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidade entre escravos e livres em fazendas do Sudeste, 1860-1888*. In.: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 41-83, 2003. CURTO, José C. *Álcool e escravos*. Lisboa, Editora Vulgata, 2002

CURTO, José C. *Jeribita in the relations between the colony of Angola and the kingdom of Kasanje*. In: **Anais de história de além-mar**. - N.º 14. p. 301-325, 2013.

CUTRIM, Luiza Morais. *Negócios além-mar: a Casa comercial de Antonio José Meirelles nas bordas do Atlântico (c. 1820 - c. 1840)*. In.: **REVHIST - Revista De História Da UEG**, 7(2), 61-81. 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro : CeaP, 2010.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaiada: a guerrilha sertaneja*. In.: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 5, novembro 1995.

EYERMAN, Ron. **Cultural Trauma**. Slavery and the formation of African American identity. Cambridge University Press, 2003.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. *O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro*. In.: **Em Pauta**, vol. 18, no. 45, June, 2020.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Regina Helena de. **Mundos do trabalho no Maranhão Oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.

FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. In.: **Tempo**, 11(22), 122–146. 2007.

FARIA, Juliana Prestes Ribeiro de. **Influência Africana na Arquitetura de Terra em Minas Gerais**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FERNANDES, A. N. de O.; AGUIAR, A. L. O.; FERNANDES, S. de B. *O ensino de História e o lugar do livro didático na transposição didática do saber escolar*. In.: **HOLOS**, 3, 150–163. 2017.

FERREIRA, Elenice. *História da educação, relações étnico-raciais e formação continuada de professores: desafios e possibilidades*. In.: **Acta historia educere** V. 01; n. 02, 2022.

FERREIRA FILHO, Cesar Augusto; BARROS, Patrícia Marcondes. *Inteligência Artificial e ensino de História: alcances e desafios na era da cultura digital*. In.: **Revista Dito Efeito**, Curitiba, v. 15, n. 26, p. 26-37, jul./dez. 2024.

FIGUEIREDO, Luciano R. *História e Informática: o uso do computador*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLACH, Simone de Fátima. *Ensino fundamental no Brasil: previsões legais e ações governamentais para a ampliação do atendimento, da duração e do tempo escolar*. In.: **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, 23(88). 2015.

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico - 1790 - 1850**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª. Edição. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FREITAS E SOUZA, Rafael de. *Trajetórias de vida e morte de escravos-mineiros (Mariana/MG: 1795-1819)*. In.: **Mundos do Trabalho**, Florianópolis | v. 15 | p. 1-20 | 2023.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Junia Ferreira. *Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII*. In.: **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, La Paz, 1, p. 1-49, 2020.

G1. *Deputada acusa robô que faz desenhos ao estilo Pixar de racismo após tecnologia gerar imagem de mulher negra armada*. In.: **Tecnologia**. Disponível: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/10/26/deputada-do-rj-diz-que-robo-que-faz-desenhos-ao-estilo-pixar-entregou-imagem-de-mulher-negra-com-arma-na-mao-ao-receber-pedido-de-personagem-em-favela.ghtml>. Acessado em 14 de março de 2025.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão**. Paris, 1818.

GALVES, Marcelo Cheche. *“Homens de cor” no processo de independência da província do Maranhão*. In.: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

_____. *Saberes impressos, correspondências e expedições*. In: **Outros Tempos**, v. 11, n.18, 2014.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GLOSS MARÃO ALFAGALI, Crislayne; RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ, Fidel. *Vivendo nas minas, mineração e mundos do trabalho*. In.: **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1–10, 2023.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, Andrea Lisly. *Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII*. In: **Anais do Seminário sobre a economia mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004.

GONÇALVES, Maria Filomena. *A marca lexicográfica 'termo do Brasil' no "Vocabulário Português e Latino" de D. Rafael Bluteau*. In.: **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1420>. Acesso em: 3 out. 2022.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016a.

_____. *Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização*. In: **Estudos Avançados**, 9, (25), pp. 93-112. São Paulo, 1995.

_____. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016b.

GREEN, Toby. **The rise of the Trans-Atlantic slave trade in Western Africa, 1330-1589**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GRUZINSKI, Serge. *O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio*. In.: **Estudos Avançados**, 17(49), 321-342. 2003.

_____. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In.: **Estudos históricos**, n. 1, p. 5, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 1ª ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e etnias africanas nas Américas**. Restaurando os elos, tradução de Flávio Ribeiro, revisão de Alexandre dos Santos, col. África e os Africanos, Petrópolis: Vozes, 2017.

HAWTHORNE, Walter. **Planting Rice and Harveting Slaves – Transformations along the Guinea-Bissau coast, 1400-1900**. Coleção História Social da África. Portsmouth: 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das Revoluções (1798-1848)**. 35º ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

_____; SCOTT, Joan. *Sapateiros Politizados*. In: HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre História Operária**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Balaiada: ação e exploração*. In.: **Revista de História**, São Paulo, v. 52, n. 103 (1), p. 343–365, 1975.

JOHNSON, Walter. **Soul by Soul: Life Inside the Antebellum Slave Market**. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University. 1999.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravizados no Rio de Janeiro. 1808-1850**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

KLEIN, Herbert. **O Tráfico de Escravos no Atlântico**. Natal: FUNPEC, 2006.

LAMEGO, Adinalzir Pereira. **Viajantes estrangeiros na zona oeste carioca no século XIX**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

LEMOS, Carlos. **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo, EDUSP, 1999.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência**. RJ: Editora 34, 2003.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIMA, Luis Felipe S. *Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831)*. In.: **Almanack**, (3). 2022.

LOCATELLI, Cláudio Wagner.; MOTTA, Aline Villela de Melo; OLIVEIRA, Marcela Fernanda Tomé de. *A Utilização de Plataformas Digitais no Ensino de História: Saberes Docentes em Movimento*. In.: **Revista VIDA: Ciências Humanas (VICH)**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 76–85, 2022.

LOPES, Carlos. **Kabunké**: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses, 1999.

LOPES, Jorge D.; CABRAL, Ana. Suely Arruda. *O “VocabulárioPortuguez, e Latino”, e Brasília, de Raphael Bluteau: Análise dos brasileirismos ameríndios de base Tupí*. In.: **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 62, n. 3, 2018. DOI: 10.1590/1981-5794-1811-4. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/11182>. Acesso em: 3 out. 2022.

LOPES, Luciana. *Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835*. In.: **Estudos Econômicos** (São Paulo), 42(2), 363–400. 2012.

LOVEJOY, Paul. **Escravidão na África**: uma História de Suas Transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

_____. *Jihad na África Ocidental durante a “Era das Revoluções”*: em direção a um diálogo com Eric Hobsbawm e Eugene Genovese. In: **Topoi** (RJ), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 22-67, jan./jun. 2014.

LUNA, Francisco Vidal. *São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829)*. In.: **Estudos Econômicos**, vol. 28, n. 01. São Paulo: IPE/USP, jan.-mar./1998, p. 99-169.

_____.; COSTA, Iraci del Nero da. *Sobre a estrutura da posse de escravos em São Paulo e Minas Gerais nos albores do século XIX*. In.: **Estudos Históricos**, n. 05. Rivera: CDHRP, Novembro/2010

MARQUES, Camila Moraes. **À margem da economia: cachaça e protocampesinato negro no litoral sul fluminense (1800-1888)**. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. *Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil*. In.: **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 255-273, julho-dezembro de 2014.

MATTOS, Hebe.; ABREU, Martha. "Remanescentes das Comunidades dos Quilombos": memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 7, n. 1, 2012.

MATTOS, Regiane A. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné**. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MATTOS, Renato de. **Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808/1822)**. 311 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MATTOSO, Kátia Queiroz. *A opulência na província da Bahia*. In Luiz Felipe de Alencastro (org.), **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAGALHÃES, Ana Caroline da Silva. **O uso de jogos no Ensino de História acerca da criança escravizada no Maranhão Colonial**. Dissertação do programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

MARTINS, Bárbara. *Reconstruindo a memória de um ofício: as amas-de-leite no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro (1820-1880)*. In.: **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 138-167, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. *O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MONTELEONE, Joana de Moraes. *Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)*. In.: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, jan. 2019.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

_____. *Negros no Maranhão*. In. **Dez Estudos Históricas**. São Luís: Coleção Documentos Maranhenses, 1994.

MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis*. In.: **Estudos Afro-Asiáticos**. v. 25, n. 3, pp. 557-577. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2003.

MOTA, Antonia da Silva. **As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850)*. In.: **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 01–41, 2017.

MOTA, Antonia da Silva; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. *Os pretos e mulatos no norte da América Portuguesa: tráfico de escravizados e população negra na capitania do Maranhão (1750-1810)*. In.: COSTA, Valéria. **Travessias no Atlântico Negro: Tráfico, biografias e diáspora (África-Brasil), séculos XVII-XIX**. São Paulo: selo negro, 2023.

_____; CUNHA, Maísa Ferreira da. *No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão colonial (1798-1821)*. In.: **Revista Brasileira De Estudos De População**, 34(3), 2017.

MOTA, Thiago. **História Atlântica da Islamização na África Ocidental: Senegâmbia, séculos XVI e XVII**. 373 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

_____. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MUNIZ, Telma Maciel Cunha. **O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na disciplina de história em escolas da Rede Pública de São Luís: problema ou solução?** Dissertação do programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. *Léxico e gramática no Dicionário da Língua Portuguesa (1813) de António de Moraes Silva*. In.: **ALFA: Revista de Linguística**, v. 50, n. 2, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107286>. Acesso em: 3 out. 2022.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática*. In.: **Estudos Afro-asiáticos**, 25(3). 2003.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2009.

PAIVA, Eduardo França. *Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo*. In: PAIVA, Eduardo França Paiva; ANASTASIA, Carla Maria Junho Anastasia

(orgs). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Annablume; PPGH/UFMG, 2002.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e Morte Social: um Estudo Comparativo**. São Paulo, Edusp, 2008.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA**. São Paulo: Contexto. 2014.

PÉLISSIER, René. **História de Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841 - 1936)**. São Paulo: Ed. Estampa, 1997.

QEDU. *Centro de Ensino Cezar Marques*. In.: **Qedu: use dados**. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/21159750-centro-de-ensino-cezar-marques>. Acessado em 21 fev 2025.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2010. p. 73-116.

REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na bahia setecentista**. Tese de doutoramento em História, Universidade Estadual de Campinas – 2005.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. GOMES, Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Resposta a Paul Lovejoy*. In.: **Topoi**, Rio de Janeiro, v.16, n.30, p.374-389, jan./jun. 2015.

RIBEIRO, Alexandre Viera Ribeiro. *O tráfico atlântico entre a Bahia e a Costa da Mina: flutuações e conjunturas (1683-1815)*. In. **Estudos de História**, Franca (SP) v 9, n.2, 2005.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo. Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005,

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Arquitetura Naval: imagens, textos e possibilidades de descrições dos navios negreiros*. In.: FLORENTINO, Manoel. **Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSEN, Jörn. *Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. In.: **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 01, n. 02, p. 07-16, dez. 2006.

SALVADOR, José Gonçalves de. **Os magnatas do tráfico negreiro** (séculos XVI e XVII). São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

SALVADOR, José Gonçalves de. **Os magnatas do tráfico negreiro** (séculos XVI e XVII). São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In.: **Novos Estudos**, 79, Nov. 2007.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A balaiada no Sertão: a pluralidade de uma revolta**. São Luís: Editora da UEMA, 2010.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **Educação popular e juventude negra: um estudo da práxis político-pedagógica do movimento hip-hop em São Luís do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2015.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A Balaiada no Sertão: a pluralidade de uma revolta**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821*. In.: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, v. 24, Dez-2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador : D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, André Luis da. *História e Inteligência Artificial: uma análise sobre as percepções de discentes sobre a automação da pesquisa e do ensino em História*. In.: **Revista Diálogo Educacional**, 24(83). 2024.

SILVA, Antonio de Moraes de. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acessado em: 28 de julho de 2022.

SILVA, Daniel Domingues da. *The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846: Volume, Routes and Organisation*, In.: **Slavery & Abolition**, 29:4, 2008.

SILVA, Everton Jose da. **Contribuição para utilização de cinza de casca de arroz na construção civil**. 117 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2009.

SILVA, Giovani José; MEIRELLES, Marinelma. *Orgulho e preconceito no ensino de História: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos*. In.: **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, v. 8, n. 15, 2017.

SILVA, Maria Celeste Gomes. **Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. *A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil*. In.: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 65, dez. 2016.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. 324f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2013

SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. *Clóvis Moura e a questão social no Brasil*. In.: **Revista Katálisis**, vol. 25, núm. 2, 2022.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SILVEIRA, Leonardo Augusto de Oliveira Rodrigues da. *O inventário do inventário: uma análise micro-histórica*. In.: **Temporalidades** – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 38, v. 14, n. 2. Jan. 2023.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto**. Salvador: Maianga, 2005. SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500 / 1800)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500 / 1800)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850**. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

SOARES, Cecília Elizabeth; VELOZO, Olga Carolina. *Modas, calos e cetins: os sapatos como símbolos distintivos no Rio de Janeiro do século XIX*. In.: **ESPM-Rio, Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 104-123, jan./abr. 2020.

SOARES, Mariza Carvalho. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII. Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O Comércio “Português/Brasileiro de escravos no Transatlantic Slave Trade DataBase*. In.: **Almanack**, (22), 551–568. 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas Do Cotidiano: Religião, Política, Guerra e Negócios No Grão-Pará Do Setecentos**. EDUFPA, 2012.

SOUZA, Thalita Costa. **RIBEIRA DO ITAPECURU: a presença de escravizados africanos na Vila de Cachias das Aldeias Altas (1754-1830)**. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativa) – Universidade Estadual do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa. São Luís, 2022.

TAVARES, Célia. *História e informática*. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TRAD, Leny; BONFIM, A.. *Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde*. In.: **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, 19(3), 777–796. 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TOMICH, Dale W. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: EdUSP, 2011.

VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Neto da. (2013). *Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários post mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa*. In.: **História** (São Paulo), 32(2), 139–162. 2013.

VERDELHO, Telmo. *O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna*. In: **História da língua e história da gramática** - actas do encontro. Braga: Universidade do Minho/ILCH, 2003. p. 473-490.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução*. In: **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio no Maranhão - 1612-1895**. v. 1. São Luís: Lithograf, 1992.

WMAS-NYHISTORY. Mortar and Pestle for Pounding Rice. In.: *Women and the American Story*. (Background promotion fund). 2021. Disponível em: <https://wams.nyhistory.org/early->

encounters/english-colonies/mortar-and-pestle-for-pounding-rice/, Acessado em: 01 de fevereiro de 2024.

YOUNG, Jeffrey. *Ideology and Death on a Savannah River Rice Plantation, 1833-1867: Paternalism amidst "a Good Supply of Disease and Pain"*. In. : **The Journal of Southern History**, Vol. 59, No. 4 (Nov., 1993), pp. 673-706.

ZAMPARONI, Valdemir. *A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro*. In.: **Revista Ciência e Cultura**, vol 59, nº 2, São Paulo: Abril/Jun de 2007.

FONTES E REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BARROSO JUNIOR, Reinado dos Santos. Formulário para questionários de levantamento e avaliação da memória sobre a escravidão. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdw_kwN8zpqbZHo1LOL0m3leQjep0X1CxbKf7PWibp6qcchLg/viewform?usp=sf_link

_____. Formulário para questionários de levantamento e avaliação do dicionário. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdj0yErbhW8xOICEKXuELC1Ie8MREklr0B6Ovv3T60beFbTw/viewform?usp=sf_link

_____. Questionários de levantamento e avaliação sobre a memória da escravidão e sobre o dicionário. Arquivo Pessoal. Jul 2023.

SÃO LUIS (MA). Arquivo Judiciário Desembargador Milson de Souza Coutinho. Comarca de São Luís. **Autos cíveis de inventário dos bens de D. Maria Raymunda de Moraes Rego, da qual é inventariante o Padre Jose Bernardes Teixeira**. 1785.

_____. **Autos de inventário dos bens que ficaram por falecimento de Bento da Cunha, do qual é inventariante sua mulher Marianna Mendes da Anunciação**. 1788.

_____. **Autos cíveis de inventário dos bens de Agostinho Jose da Silva Campello, da qual é inventariante D. Benedita Josefa da Silva**. 1815.

_____. **Autos cíveis de inventário dos bens de Alexandre Ferreira da Cruz, da qual é inventariante Marianna Clara Da Assunçam Parga**. 1800.

_____. **Autos cíveis de inventário dos bens de Alexandre José de Lima, do qual é inventariante sua mulher Anna Victoria**. 1810.

_____. **Autos cíveis de inventário dos bens de Alferes Francisco Carneiro Homem de Couto, da qual é inventariante D. Rita Joaquina da Serra Carneiro**. 1817.

_____. **Autos cíveis de inventário dos bens de Anna Benedita Maria Camello, da qual é inventariante Eugênio Jose de Mendonça**. 1812.

_____. **Autos cíveis de inventário dos bens de Anna Gertrudes d'Araújo, da qual é inventariante Donna Thereza Michaella d'Araújo**. 1821.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Anna Izabel Martins, da qual é inventariante O Cap. Raymundo José Moniz. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Anna Maria do Rosário, da qual é inventariante Lourenço Antonio dos Santos. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Anna Rosa de Carvalho, da qual é inventariante Cap. Antonio Henrique Leal. 1800.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Anna Roza Ferreira, da qual é inventariante D. Maria Roza Ferreira. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Anna Roza Pinheiro, da qual é inventariante Antonio Feliciano Marques. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Anna Theotonia da qual é inventariante seu marido Joaquim Maria Mendes Costa. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Anna Thereza Ferreira de Castro Autos de inventário da falecida Anna Thereza Ferreira de Castro. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Antonia Francisca Frazão, da qual é inventariante Jacinto Jose Gomes. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Antonio Coelho da Silva, da qual é inventariante Maria Cantanhede. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Antonio Feliciano Gomes de Souza, da qual é inventariante D. Maria Magdalena Henriques de Souza. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Antonio Felipe de Meirelles, da qual é inventariante D. Anna Maria do Carmo Meneses de Meirelles.. 1815.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Antonio José Garcia, da qual é inventariante Pedro Nolasco de Almeida. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Antonio Manoel Tavares, da qual é inventariante Arcângela Maria. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Antonio Nunes Loureiro, da qual é inventariante D. Maria Tereza de Lacerda. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Apolonia Maria de Lemos, da qual é inventariante Padre Jose João Bequimon Caldas. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de o Bacharel Henrique Guilhon Autos de inventário do falecido Bacharel Henrique Guilhon. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Benedito Jose de Barros, da qual é inventariante D. Gertrudes Rita das Neves. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Bento Manoel Pereira de Queiroz. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Bento Marques Coimbra, da qual é inventariante Anna Joaquina Margues Velles. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Bernardina Rosa, da qual é inventariante Francisco Rodrigues Vellozo.. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Bernardino Serra Pereira, da qual é inventariante Manoel Raimundo Pereira. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de O brigadeiro Francisco Xavier Machado, da qual é inventariante Miguel Tavares. 1820.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Brigida Souza, da qual é inventariante Bento Gonçalves da Silva. 1800.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Caetano Rodrigues, da qual é inventariante João Rodrigues. 1816.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Cap. Agostinho Jansen Muller, da qual é inventariante D.Maria Raimunda Correa de Faria. 1820.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Cap. Antonio de Seixas Correia, da qual é inventariante D. Maria Xavier de Seixas. 1815.

_____. Autos de inventário dos bens do falecido Cap. Antonio de Seixas Correia, tendo como inventariante sua mulher D. Maria Xavier de Seixas. 1815.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Cap. Antonio Joze do Nascimento. 1815.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de O Cap. Ignacio José Frazão, da qual é inventariante D. Igenes Raimunda Lamagner. 1813.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens do Cap. Joaquim Cardozo Gularte do qual é inventariante seu genro João Carlos da Serra Freire. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de O Cap. Joaquim José Vianna, da qual é inventariante D. Victoria da Rocha de Araújo Cerqueira. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Cap. José de Britto Cavalcante, da qual é inventariante D. Anna Francisca de Sá. 1809.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Cap. Manoel Lourenço Autos de inventário dos bens do falecido Cap. Manoel Lourenço. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Cap. Manoel Pereira de Brito por seu inventariante o Comendador Antonio José de Meirelles. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Cap. Pedro Miguel Lamagnere, da qual é inventariante Tenente João José Vianna. 1816.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens do Cap.-Mor Francisco Raimundo da Cunha. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Catherina de Sene, da qual é inventariante seu genro Manoel da Cruz de Figueiredo. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Coronel Bernardo Rodrigues Lima, do qual é inventariante seu genro Joaquim Maria Mendes Costa. 1815.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Coronel João Belfort, da qual é inventariante D. Anna Isabel Lamaigner. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de o coronel José Luiz da Rocha pelo seu inventariante e filho Domingos José da Rocha. 1816.

_____. Autos de inventário dos bens do Coronel Ricardo Nunes Leal, do qual é inventariante Joaquim Joze Santiago. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Dionizio Rodrigues Franco, da qual é inventariante D. Igenes da Silva Franco. 1819.

_____. Autos de inventário dos bens do Domingos Affonço de Oliveira, do qual é inventariante seu genro Antonio Jose Gomes. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Ephigenha Maria da Assunçam Bruce, da qual é inventariante Cap. Raymundo Ferreira da Assençam Parga. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisca Izabel dos Santos, da qual é inventariante seu marido Thomas Joaquim Bossom. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Francisca Josefa da Cunha, da qual é inventariante Joaquim Antonio Cardoso. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisca Maria Belfort do qual é inventariante Cel. José Joaquim Vieira Belfort. 1816.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Francisca Maria Travassos, tendo como inventariante o seu marido João Raposo do Amaral. 1816.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisca Thereza de Jesus Autos de inventário dos bens da falecida Francisca Thereza de Jesus, da qual é inventariante seu marido Gonçalo Lopes de Mattos. 1801.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Francisca Thereza de Jezus Dorneles, da qual é inventariante Cap. Bernardo Pereira de Berredo. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Francisca Xavier de Andrade, da qual é inventariante Cristóvão Aires de Andrade. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisco das Chagas Camello, da qual é inventariante Jerônima Felizarda Camello. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisco dos Santos, da qual é inventariante Manoel Rodrigues da Silva. 1821.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisco Gonçalves, da qual é inventariante Maria Theresa do Rosario 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisco Raymundo Garcia, da qual é inventariante Anna Joaquina dos Santos. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisco Ribeiro do Amaral, do qual é inventariante Luiza Maria Vieira. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Francisco Xavier de Leão, do qual é inventariante seu cunhado Manoel Fernandes dos Santos Sul. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Gertrudes Rita do Sacramento, da qual é inventariante Joaquim Ferreira da Silva. 1821.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Gertrudes Rita Gomes, da qual é inventariante Candido Jose Ferreira. 1820.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Gonçallo Lopes de Mattos, da qual é inventariante D. Maria Raimunda de Jesus. 1820.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Gregório Lopes, da qual é inventariante Balthazar José dos Reys. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Guilherme Francisco da Silva Autos de inventário do falecido Guilherme Francisco da Silva do qual é inventariante sua mulher D. Anna Raimunda de Castro. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Isabel da Assumpção Cantanhede, da qual é inventariante Tenente João Duarte da Costa Lisboa. 1800.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Izabel Maria Freire, da qual é inventariante O Ten. Cel. José Marcellino Nunes. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Jeronimo Honorato Ferreira, do qual é inventariante Joaquim Pereira dos Santos Queiroz. 1821.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Jeronimo José Pereira, da qual é inventariante Caetano José da Cunha. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Joanna Maria de Castro Campello, da qual é inventariante Joze Bernardo de Castro Campello. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Joanna Nepomucena de Carvalho, da qual é inventariante Gabriel Antonio Garros. 1800.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de João Coelho da Silva, da qual é inventariante Manoel dos Paços Gomes. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de João de Abreu, da qual é inventariante Anna Joaquina. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de João Gonçalves de Jezus, da qual é inventariante D. Francisca Rita Nina. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de João Manoel Esteves, do qual é inventariante Jose Joaquim Rodrigues Lopes. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Joaquim Antonio Gomes, da qual é inventariante Coronel Joze Nepomuceno Gomes. 1813.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Joaquim Correa da Costa, da qual é inventariante Josefa Maria Moreira. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Joaquim Ignacio d'Almeida, da qual é inventariante D. Maria Joaquina Cezar d'Almeida. 1820.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Joaquim Mathias Bernardo, da qual é inventariante Monica Thereza. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Jordão Clemente Pereira Autos de inventário do finado Jordão Clemente Pereira, do qual é inventariante sua mulher Francisca Thereza de Moraes. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Jorge Gromuel, do qual é inventariante sua mulher D. Luiza Magdalena Guilhon. 1813.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de José da Silva Obraens, do qual é inventariante seu genro João Vaz de Carvalho Sam Paio. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de José da Silveira, da qual é inventariante Gonçalo Xavier da Silva. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Jose de Sousa Reboredo, do qual é inventariante sua mulher Angélica Maria. 1821.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de José Ferreira da Costa e sua mulher D. Josefa joaquina de Berredo, dos quais foi inventariante a filha do casal D. Maria Roza Ferreira. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de José Homero de Carvalho, da qual é inventariante D. Roza Tavares da Silva. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de José Machado de Oliveira, da qual é inventariante Maria Joaquina. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Jose Rodrigues Cordeiro, do qual é inventariante sua neta Raymunda das [Endoenças]. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Jose Rodrigues Salles, da qual é inventariante o Cirugião-Mor Luis Antonio Machado. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Josefa Maria de Sam Joze, da qual é inventariante Francisco Raimundo Gomes Freire. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Joze Antonio Martins, da qual é inventariante D. Maria Leonor Martins. 1816.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Joze da Costa Simões, da qual é inventariante Quitéria Maria Barboza. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Lourenço Antonio dos Santos, do qual é inventariante seu filho Joaquim Marcos dos Santos. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Luiz de Souza Ribeiro, tendo como inventariante Joaquim Antonio da Silva. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Major Jose Miguel Pereira, tendo como inventariante sua mulher Maria Raimunda da Purificação. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Manoel Ancelmo da Crus, da qual é inventariante Leonor Maria Mirenciana da Silva. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Manoel Caetano de Lemos, da qual é inventariante Jose Lopes de Lemos. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Manoel do Nascimento Raposo, da qual é inventariante Geralda Joanna Correia. 1822.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Manoel Marques da Silva, da qual é inventariante Joanna Rita Moniz da Silva. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Manoel Pereira das Neves, da qual é inventariante Getrudes Rita do Sacramento. 1813.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Maria Barbara Lisboa, da qual é inventariante seu marido o tenente Manoel Veríssimo de Berredo. 1815.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Maria Euzebia do Nascimento, da qual é inventariante Ignacia Maria. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Maria Francisca da Graça Xavier, da qual é inventariante sua mãe Josefa Maria da Vera Cruz. 1815.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Maria Magdalena Sátira Garcez, da qual é inventariante Manoel Antonio de Carvalho Oliveira. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Maria Micaella Pereira Collares, da qual é inventariante Cap. Manoel da Cunha. 1822.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Maria Nathalia de Jesus, da qual é inventariante seu filho o Cônego Bernardo Pereira de Abreu. 1813.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Maria Raymunda de Moraes Rego, da qual é inventariante Padre Jose Bernardes Teixeira. 1785.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Maria Soares da Costa, tendo como inventariante o seu marido Felix José Pereira. 1816.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Maria Thereza de Moraes, da qual é inventariante João José.. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Maria Thereza Ferreira, da qual é inventariante D. Maria Roza Ferreira. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Mariana Inocencia da Conceição, da qual é inventariante Henrique Joze Monteiro. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Marianna Mendes da Anunciação. 1788.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Miguel Archangelo de Oliveira, do qual é inventariante sua segunda esposa D. Francisca Joaquina de Moraes. 1813.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Miguel Archangelo dos Santos, da qual é inventariante Bento Jose Ribeiro. 1817.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Mônica Thereza de Souza, da qual é inventariante Miguel da Costa Xisto. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de O Padre Bazílio Francisco dos Santos, da qual é inventariante O Cap. João Raposo do Amaral. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Padre Francisco Raymundo Dias, da qual é inventariante Cap. Bernardo Pereira de Berredo. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Pedro Raymundo Teixeira e sua mulher, da qual é inventariante João Hagapito Bernardes. 1818.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de O preto forro José Lopes Fernandes, da qual é inventariante A preta forra Isidora Rosa de Jesus. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Raymundo Jose Mendes, da qual é inventariante D. Anna Joaquina Serra. 1819.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Rita Quitéria da Silva, da qual é inventariante Carlos da Silva Gatinho. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Rosa Helena, da qual é inventariante O alferes Felix Mendes de Faria. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Roza Maria Correia, da qual é inventariante Luis Antonio Machado. 1815.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de O Ten. Cel. Francisco de Oliveira Bulhão, do qual é inventariante Rosa Clara Lamagner. 1813.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de O tenente Francisco Xavier de Miranda, da qual é inventariante Gervasio Antonio Machado. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de o Tenente Martinho Maciel Aranha. 1816.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Theodora Joaquina Ferreira, da qual é inventariante Firminno dos Santos Correia.. 1814.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Thereza de Jesus, da qual é inventariante seu marido José Rodrigues Garcia. 1816.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de D. Thereza de Jesus Maria, da qual é inventariante Alferes José Gabriel de Araújo. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Thereza Joaquina da qual é inventariante seu marido Antonio Teixeira de Carvalho. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Thereza Violante, da qual é inventariante Jose Henrique Cólés. 1811.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Thomas Aquino Cardoso e sua mulher Bárbara Rosália de Jesus, dos quais foi inventariante a filha do casal D. Joanna Thereza dos Passos Cardoso. 1810.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Thomaz de Aquino Serra, da qual é inventariante D. Anna Roza Bernarda de Sá. 1812.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Vicência Maria de Moraes, da qual é inventariante seu genro Manoel Gomes de Amorim. 1809.

_____. Autos cíveis de inventário dos bens de Victorianna da Costa, da qual é inventariante seu marido Joze Raposo. 1812

SÃO LUIS (MA). Arquivo Público do Estado do Maranhão. Setor de Acordãos. Acervo da Secretaria de Governo do Maranhão. Livro de Registro de Correspondências, N° 11.

_____. Livro de Registro de Correspondências, N° 12.

_____. Livro de Registro de Correspondências, N° 13.